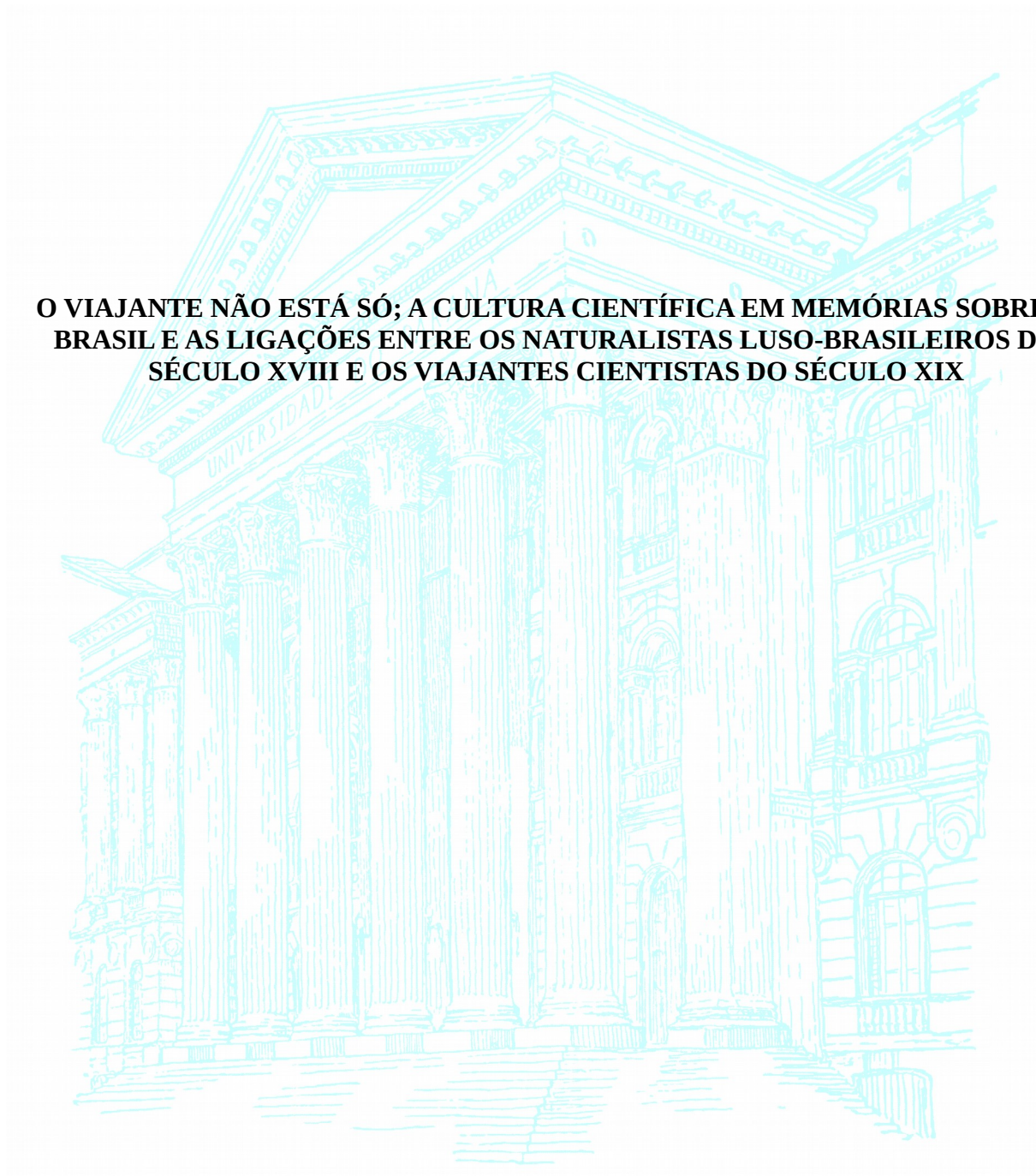


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELA CASONI MOSCATO

**O VIAJANTE NÃO ESTÁ SÓ; A CULTURA CIENTÍFICA EM MEMÓRIAS SOBRE O
BRASIL E AS LIGAÇÕES ENTRE OS NATURALISTAS LUSO-BRASILEIROS DO
SÉCULO XVIII E OS VIAJANTES CIENTISTAS DO SÉCULO XIX**



CURITIBA
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELA CASONI MOSCATO

**O VIAJANTE NÃO ESTÁ SÓ; A CULTURA CIENTÍFICA EM MEMÓRIAS SOBRE O
BRASIL E AS LIGAÇÕES ENTRE OS NATURALISTAS LUSO-BRASILEIROS DO
SÉCULO XVIII E OS VIAJANTES CIENTISTAS DO SÉCULO XIX**

CURITIBA

2017

DANIELA CASONI MOSCATO

**O VIAJANTE NÃO ESTÁ SÓ; A CULTURA CIENTÍFICA EM MEMÓRIAS SOBRE O
BRASIL E AS LIGAÇÕES ENTRE OS NATURALISTAS LUSO-BRASILEIROS DO
SÉCULO XVIII E OS VIAJANTES CIENTISTAS DO SÉCULO XIX**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutora em História, no curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Mendes Gruner

CURITIBA

2017

Catalogação na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Moscato, Daniela Casoni

O viajante não está só: a cultura científica em memórias sobre o Brasil e as ligações entre os naturalistas luso-brasileiros do século XVIII e os viajantes cientistas do século XIX / Daniela Casoni Moscato – Curitiba, 2017.

241 f.; 29 cm.

Orientador: Clóvis Mendes Gruner

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Viajantes na literatura – Naturalistas – Brasil. 2. Leitura – História. 3. Sociabilidade – Literatura. I. Título.

CDD 910.981



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA
Código CAPES: 40001016009P0

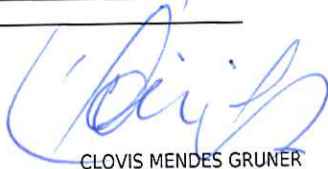
ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE TESE PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM HISTÓRIA

No dia trinta de Agosto de dois mil e dezessete às 14:00 horas, na sala Prof. Dr. Carlos Antunes, Rua: General Carneiro, 460, Ed.D.Pedro I, 6º andar, Departamento de História da UFPR, do Setor de CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição da doutoranda **DANIELA CASONI MOSCATO** para a Defesa Pública de sua Tese intitulada: "**O viajante não está só: a cultura científica em memórias sobre o Brasil e as ligações entre os naturalistas luso-brasileiros do século XVIII e os viajantes cientistas do século XIX**". A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: CLOVIS MENDES GRUNER (UFPR), ALESSANDRA IZABEL DE CARVALHO (UEPG), JOSÉ ROBERTO BRAGA PORTELLA (UFPR), MARILENE WEINHARDT (UFPR), MARTHA DAISSON HAMEISTER (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela aprovação da aluna. A doutoranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, CLOVIS MENDES GRUNER, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

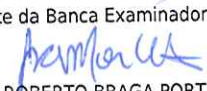
Observações:

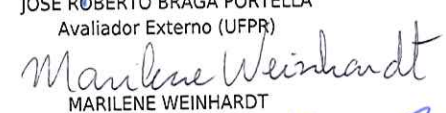
*A banca solicita que sejam feitas as reuniões
suficientes para o voto final.*

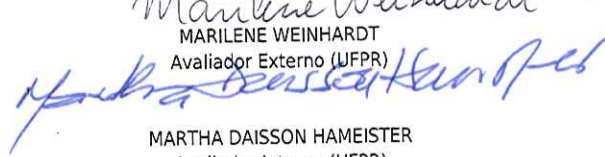
CURITIBA, 30 de Agosto de 2017.

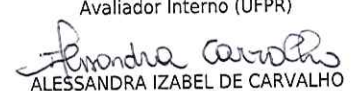


CLOVIS MENDES GRUNER
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


JOSÉ ROBERTO BRAGA PORTELLA
Avaliador Externo (UFPR)


MARILENE WEINHARDT
Avaliador Externo (UFPR)


MARTHA DAISSON HAMEISTER
Avaliador Interno (UFPR)


ALESSANDRA IZABEL DE CARVALHO
Avaliador Externo (UEPG)



Agradecimentos

No decorrer desta investigação, contei com muitos apoios, estreitei laços, conheci pessoas e vivenciei situações que me permitiram chegar até aqui.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos e pelo financiamento do estágio sanduíche em Portugal.

Ao programa PDE- SEED-PR que permitiu o afastamento da minha atividade docente por 2 anos, infelizmente este projeto está suspenso desde 2016.

Aos funcionários, bibliotecários e historiadores do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Academia das Ciências de Lisboa, Arquivo da Universidade de Coimbra e, em especial, ao Arquivo Histórico Museu Bocage.

Ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde realizei parte de minhas disciplinas optativas e estágio docência.

Ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná e à secretária Maria Cristina Parzowski pelo profissionalismo e pela paciência nesses anos.

Aos professores das Linhas de Pesquisas Espaço e Sociabilidades e Arte, Memória e Narrativa pelas orientações e indicações bibliográficas essenciais que aprimoraram o projeto de pesquisa.

Meus muitos agradecimentos à minha turma de doutorado iniciada em 2013, pela disposição, pelas leituras e sugestões.

Aos membros da banca de qualificação, Profa. Dra. Alessandra Izabel de Carvalho e Prof. Dr. Antônio Cesar de Almeida Santos, pelas contribuições, críticas e tempo disponível.

Aos orientadores Prof. Dr. Maguns Roberto de Mello Pereira – pelos preciosos ensinamentos e confiança depositada – e Prof. Dr. Clóvis Mendes Gruner - pela atenta leitura e sugestões. À Prof. Dr. Ana Cristina Cardoso dos Santos Bartolomeu de Araújo, agradeço imensamente pela supervisão do estágio de doutorado sanduíche em Portugal.

Aos meus colegas de trabalho do Colégio Estadual Carlos Ventura por todo o apoio. Enquanto eu escrevia, vocês lutavam de forma honesta e corajosa pela educação pública. Serei eternamente grata.

Aos muitos amigos brasileiros e portugueses que trouxeram estímulo e momentos alegres a esses anos de investigação. Desses, agradeço à Ana Paula Batistela que me recebeu em seu lar durante os créditos e as amigas que compartilharam e aconselharam em diferentes situações: Heloíse Ribeiro de Souza dos Anjos, Iris Cristina Mologni e Helena Ragusa.

À minha família, em especial aos meus pais Lorival e Antonia, à minha irmã Nádia e aos meus amados sobrinhos Betina e João pelo amor e apoio incondicional e por entenderem as constantes ausências.

Para com Cláudio DeNipoti, companheiro de vida, de profissão e das minhas viagens, meu débito e meu amor não têm tamanho. Cláudio teve uma paciência infinita e foi leitor atento de cada versão deste trabalho, sempre elegante em suas críticas e estímulos. Sensível, me estimulou constantemente e me lembrou de que, as vezes, era preciso fugir dos livros, dos arquivos e do computador. Nosso amor cresceu nesses anos e a ele esta tese é dedicada.

A felicidade, fique o leitor sabendo, tem muitos rostos. Viajar é, provavelmente, um deles. Entregue, as suas flores a quem saiba cuidar delas, e comece. Ou recomece.

Nenhuma viagem é definitiva.

José Saramago (Viagem a Portugal)

Resumo

Esta tese analisa possíveis ligações entre dois grupos de viajantes naturalistas que estiveram no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Escolheu-se para tal objetivo, buscar e investigar, na literatura de viagem oitocentista, impressões e fragmentos de leituras sobre as obras de luso-brasileiros setecentistas. A hipótese é a de que determinadas investigações dos luso-brasileiros foram apropriadas e ressignificadas para a composição de famosos relatos de viagem do século XIX, feitos em sua maioria por naturalistas franceses e alemães. Além disso, identificaram-se outros contatos entre esses grupos. Eles se deram pela participação em uma rede de sociabilidade científica que permitiu o acesso dos autores do século XIX às memórias científicas dos luso-brasileiros e, em determinados momentos, o contato direto com esses sujeitos. Para investigar essa “República das Ciências”, escolheram-se aspectos próprios da história da leitura, como a circulação e apropriação dos escritos e a formação de uma comunidade de leitores que elegeu autores, construiu práticas do ler e significados singulares. Esses aspectos são abordados através das três etapas das expedições científicas: o preparo, a viagem e a escrita. Na primeira etapa, esclareceu-se o aprendizado e organização das expedições ocorridos em instituições – academias, universidades, gabinetes e jardins. Nesses lugares, além da educação formal de história natural, os sujeitos contactaram seus pares e se iniciaram na sociabilidade científica. Na segunda etapa, compreendeu-se como era a viagem filosófica ou científica nos trópicos brasileiros. Nesse momento, praticava-se o que se havia aprendido nos livros e nas aulas, além de reconhecer e conhecer outros naturalistas, seja através da leitura ou mesmo de encontros em suas residências brasileiras. Por fim, a escrita. O tempo da retomada de anotações e da leitura de muitos outros relatos de viagem. Nessa etapa, se imprimiu no papel as impressões particulares do trânsito, os significados obtidos pelas leituras de outros textos e a representação de encontros com outros sujeitos viajantes materializados no próprio relato.

Palavras-chave

Leitura; ciência moderna; viagem; sociabilidade; literatura.

Abstract

This thesis analyzes possible connections between two groups of naturalist travelers who had been in Brazil in the 18th and 19th Centuries. In order to do so, the travel literature of the 19th Century was sought and investigated for the fragments of readings of the 18th century travelers, particularly those Portuguese subjects of Brazilian origin. The working hypothesis was that some of the research done by the Portuguese-Brazilian naturalists was appropriated and re-signified for the composition of well known voyage narratives of the 19th Century, written by naturalists of other European origin (mostly French and German). Also, other forms of contact have been identified, through the participation of scientific sociability networks, which allowed the access of the 19th Century writers to the 18th Century scientific reports and travel accounts, or even the direct contact at specific moments. In order to investigate this “Republic of Sciences”, aspects related to the history of reading were chosen, such as circulation and appropriation of writings and the idea of a community of readers which selected authors, build reading practices and singular meanings for them. Such aspects are approached through the three stages of scientific expeditions: the preparation, the voyage and the writing. On the first stage, the focus was on the apprenticeship and the organization of expeditions in such places as Academies, Universities, Botanical Gardens. In these places, besides the formal education on natural history, the subjects contacted their peers and were initiated in scientific sociability. The second stage encompasses the philosophical or scientific voyage in the Brazilian tropics. This was the time to put into use the knowledge amassed in classes and from books, and to recognize, and eventually meet, other naturalists, either through reading or personal meetings in their Brazilian homes. Last, but not least, the writing. The time for reviewing field notes, and reading other voyage narratives. In this stage, the private impressions en route were made into printing, materializing the meanings gained from reading other texts, meeting other travelers and the experience of the voyage itself.

Key words

Reading; modern science; voyage; sociability; literature.

Listas de ilustrações

Mapa 1: Mapa da viagem filosófica ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira, realizada entre 1783 e 1792199

Mapa 2: Mapa da viagem ao Brasil de Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist Spix, realizada entre 1817 e 1820200

Lista de tabelas

TABELA 1 – Viajantes cientistas Luso-Brasileiros do século XVIII.....	93
TABELA 2 – Viajantes estrangeiros pelo Brasil nas primeiras décadas do século XIX.....	113
TABELA 3 – Autores citados em <i>Pluto Brasiliensis; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais v. 1 e 2</i>	195
TABELA 4 – Autores citados em <i>Viagem pelo Brasil: 1816 e 1822</i> (3 volumes).....	188
TABELA 5 – Autores citados em <i>Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817</i>	204
TABELA 6 – Autores citados em <i>História das plantas mais notáveis do Brasil e Paraguai (publicada em 1824) e Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (publicada em 1830)</i>	210

Lista de abreviaturas:

ACL = Academia de Ciências de Lisboa

ARCL = Academia Real de Ciências de Lisboa

AHMB = Arquivo Histórico Museu Bocage

ANTT = Arquivo Nacional da Torre do Tombo

IHGB = Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

MUHNAC = Museus da Universidade de Lisboa

Sumário

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	
A VIAGEM E O VIAJANTE NO SÉCULO XVIII.....	29
1.1 A CULTURA DAS VIAGENS NA EUROPA NOS SÉCULOS XV A XVIII: AS VIAGENS FANTÁSTICAS, AS VIAGENS DO <i>GRAND TOUR</i> E AS VIAGENS CIENTÍFICAS.....	32
1.1.1. A ciência moderna e a circulação do conhecimento científico no século XVIII.....	37
1.1.1.1. A República das Letras e suas práticas no mundo científico.....	38
1.1.1.2. O nascimento e fortalecimento de práticas e de espaços de sociabilidade científica..	43
1.1.1.3. A rede de correspondência.....	49
1.1.2. As viagens ilustradas do século XVIII.....	50
1.1.2.1. A preparação da viagem.....	57
1.1.2.2 Viagens e ciência.....	59
CAPÍTULO 2	
AS VIAGENS NATURALISTAS PORTUGUESAS NO SÉCULO XVIII.....	65
2.1. ALGUNS ASPECTOS DO ILUMINISMO PORTUGUÊS: REPÚBLICA DAS LETRAS, COSMOPOLITISMO ILUSTRADO E REFORMA UNIVERSITÁRIA.....	68
2.1.1. A Reforma da Universidade de Coimbra e o estrangeiro útil, o caso de Domingos Vandelli.....	74
2.2. OS ESPAÇOS CIENTÍFICOS PORTUGUESES DE INSTRUÇÃO E DE TRABALHO DO NATURALISTA: O REAL COMPLEXO DA AJUDA E A ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA.....	79
2.2.1. O Complexo da Ajuda.....	81
2.2.2. A Academia Real das Ciências de Lisboa.....	85
2.3. AS VIAGENS NATURALISTAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XVIII.....	92
2.3.1. As viagens na administração de Martinho Mello e Castro (1770-1795): instruir e explorar.....	96
2.3.2. A administração de Rodrigo de Souza Coutinho (1796-1812).....	102
CAPÍTULO 3	
VIAGEM AO BRASIL – 1808-1821.....	108
3.1. INTRODUÇÃO SOBRE 1808 E A CULTURA CIENTÍFICA NO BRASIL.....	110
3.2 ALGUMAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OS VIAJANTES ESTRANGEIROS	113
3.2.1. John Mawe: o inglês que trabalhou para o Império português.....	115
3.2.2. Wilhelm Ludwig von Eschwege: o funcionário alemão do Império português.....	120
3.2.3. Auguste François César de Saint-Hilaire: o biólogo francês nos trópicos.....	124
3.2.4 Spix e Martius: a nossa última viagem.....	129

CAPÍTULO 4	
ESCREVER É PRECISO: COMO E QUEM ESCREVA SOBRE AS VIAGENS.....	135
4.1. ALGUMAS RÁPIDAS QUESTÕES SOBRE OS TEXTOS DE VIAGEM, SEUS FORMATOS E SUAS PROPAGACÕES.....	137
4.2. AS ESTRUTURAS LITERÁRIAS DE UM RELATO DE VIAGEM: <i>TOPOI</i> E INTERTEXTUALIDADE.....	142
4.3. ESCREVER SOBRE CIÊNCIA E SOBRE VIAGEM CIENTÍFICA.....	150
4.4 A ESCRITA ROMÂNTICA E CIENTÍFICA NOS RELATOS DE VIAGEM.....	158
4.4.1. O caso de Humboldt e sua viagem emblemática.....	162
CAPÍTULO 5	
LER É PRECISO: AS LEITURAS E AS APROPRIAÇÕES DOS TEXTOS DE VIAGENS.....	166
5.1. MUITOS SÃO OS CAMINHOS QUE LEVAM À LEITURA.....	170
5.2. A COMUNIDADE DE LEITORES NATURALISTAS.....	179
5.2.1. Leituras em comum: quem citar?.....	183
5.2.2. A leitura antes e depois da viagem.....	187
5.3 QUEM (E COMO), DO GRUPO LUSO-BRASILEIRO, FOI CITADO?.....	191
CONCLUSÃO	
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE LIVROS, VIAJANTES E VIAGENS.....	220
FONTES:.....	228
REFERÊNCIAS:.....	231

INTRODUÇÃO

O que somos quando viajamos ou quando escrevemos sobre viagens? A pergunta não é simples e não será esclarecida com um modelo de resposta usual. Em verdade, ela não inicia esta tese objetivando esclarecimento. Ao respondê-la por uma única via, corre-se o risco de definir, de maneira desditosa, dois atos complexos, que há tempos acompanham o homem: a viagem e a escrita. A pergunta que aqui se coloca tem apenas um papel, o de refletir sobre os deslocamentos físicos e mentais realizados pelo homem no passado.

Em *Viagem a Portugal*,¹ José Saramago escreveu que a viagem provavelmente é uma das faces da felicidade; e se as experiências dessas andanças “lho pedir a sensibilidade”, o viajante pode registrar o que “viu e sentiu, o que disse e ouviu disser.” Em seiscentas e vinte sete páginas, o escritor português teceu a ideia de que o deslocamento do viajante jamais se limita ao aspecto físico:

Esta viagem a Portugal é uma história. História de um viajante no interior da viagem que fez, história de uma viagem que em si transportou um viajante, história de viagem e viajante reunidos em uma procurada fusão daquele que vê e daquilo que é visto, encontro nem sempre pacífico de subjectividades e objectividades. Logo: choque e adequação, reconhecimento e descoberta, confirmação e surpresa. O viajante viajou no seu país. Isto significa que viajou por dentro de si mesmo, pela cultura que o formou e que está formando, significa que foi durante muitas semanas, um espelho reflector das imagens exteriores, uma vidraça transparente que luzes e sombras atravessaram, uma placa sensível que registrou em trânsito e processo, as vozes, o murmúrio infindável de um povo.²

A imagem contemporânea do viajante e da viagem como “fusão daquele que vê e daquilo que é visto, encontro nem sempre pacífico de subjectividades e objectividades” não é exclusiva de Saramago. Tais representações se cristalizaram no imaginário, a ponto de nos seduzirem facilmente – e pensá-las de outra forma é um exercício necessário. Quando se imagina o ato de viajar, muitos ainda têm a ideia de que deslocar-se é somente uma grande aventura, desconsiderando o conjunto de atividades que a antecede, por exemplo, ao verificarmos como eram complexos a organização, os objetivos e os investimentos econômicos necessários para as expedições dos séculos XV, XVI e XVII, ou para as viagens científicas dos séculos XVIII e XIX, tal construção

1 SARAMAGO, José. **Viagem a Portugal**. Alfragide: Caminho, 1995.

2 Ibidem, p. 20.

histórica não se sustenta. Por isso, buscamos neste trabalho, entre outras coisas, tornar complexo o que à primeira vista parece simples e corriqueiro. Para iniciar a investigação, propusemos outras questões: que viajante estudaríamos? De que viagem falaríamos?

A História Europeia apresenta uma infinidade de tipos de viajantes, especialmente após os séculos XIV e XV, que alargaram o que se entendia e conhecia como *mundo*. Com o aumento e o aperfeiçoamento da viagem, pessoas viajaram por diferentes terras, com objetivos singulares. Nesse universo, nos deparamos com cientistas, diplomatas, comerciantes, militares, professores, religiosos e tantos outros. Muitos desses sujeitos nos presentearam com relatos sedutores e fantásticos, o que pode dificultar o trabalho desta historiadora que também é uma adepta da viagem. Nessa infinidade de narrativas, usamos critérios de seleção que apresentaremos aos poucos. Antes de tudo, devemos esclarecer os *quem*, *quando* e *onde* desta pesquisa.

O sujeito aqui investigado nasceu com a modernidade, fruto da chamada ciência moderna. Também conhecido como *naturalista*, viajou pelo Brasil colonial entre o final do século XVIII e 1821. Nesse trânsito, analisou e registrou suas experiências sobre as terras brasileiras. Após anos explorando e estudando as “exóticas” fauna e flora, retornou aos seus territórios de origem e iniciou, ou concluiu, a escritura desses itinerários, publicando e fazendo circular uma cultura científica e outras impressões dessas jornadas. Esses escritos compõem um grupo documental rico e heterogêneo que se convencionou chamar de *literatura de viagem* e que permitiu à historiografia o estudo do “olhar do estrangeiro” ou “olhar do viajante” sobre temas caros às sociedades colonial e imperial.

Dessas viagens, investigamos dois grupos de naturalistas. O primeiro é composto de luso-brasileiros, e o segundo, de estrangeiros (quatro alemães, um francês e um inglês). Sobre os brasileiros, estudaram na Universidade de Coimbra após as Reformas Pombalinas que introduziram os princípios da Ilustração no novo estatuto da Universidade e criaram os Jardins Botânicos de Lisboa e Coimbra, instituições capazes de impulsionar o conhecimento sobre o ultramar. A partir daí, iniciava-se o projeto das expedições exploratórias e científicas portuguesas a serviço da monarquia, que contou, entre outros, com Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá (1763-1835), José Vieira Couto (1752-1827), Manuel Arruda da Câmara (1752-1810) e José Bonifácio de Andrada (1763-1838). Sobre os estrangeiros, foram investigados, especificamente, os que estiveram no Brasil logo após a transferência da Corte portuguesa e seus funcionários, em 1808: John Mawe (1764-1829), Wilhelm Ludwig von Eschewege (1777-1855), Maximilian de

Wied-Neuwied (1782-1867), Auguste François César de Saint-Hilaire (1779-1853), Johann Baptiste von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). A escolha teve como objetivo averiguar possíveis contatos entre os dois grupos no Brasil, o que de fato aconteceu, como será visto em um dos capítulos.

Antes de tudo, é preciso definir o viajante naturalista. Isso, entretanto, não é tarefa fácil. A palavra *naturalista* não é encontrada na primeira edição do mais famoso dicionário da língua portuguesa, o *Vocabulario portuguez & latino*, de Raphael Bluteau, publicado em 1728.³ Após as reformas educacionais, o verbete ilustrou a página 336 do segundo volume do *Diccionario da lingua portugueza*, de autoria de Antonio de Moraes Silva: “Naturalista s.c. – Pessoa, que sabe, e se aplica á História Natural. § Deista, que não admite revelação, mas somente a Theologia Natural.”⁴ A ideia de naturalista deve ser pensada dentro do projeto Iluminista, que abarcou, nas suas particularidades, os vários territórios europeus, incluindo o português. Os processos e mudanças importantes – como a Revolução Francesa, o cosmopolitismo e acréscimo da circulação de homens e ideias – foram favorecidos “pela multiplicação da correspondência, mundana ou erudita, pela difusão do livro, dos canais da literatura oficial aos da literatura clandestina, das gazetas [...]”.⁵ Todavia, mesmo que esses elementos tenham alcançado e influenciado diversos reinos, não há um modelo comum desse sujeito, já que ele integrou a grande diversidade humana que se delineou nas três últimas décadas do século XVIII.

Para se compreender o naturalista, há que se considerar, seriamente, a utilidade da ciência e seu uso político, os deslocamentos físicos e a troca de ideias em academias e universidades. Da mesma forma, há que se encontrar, sempre, a permanência das particularidades e generalidades na formação acadêmica, nos vínculos científicos e no lugar dessas pessoas em estratégias do conhecimento. Deve-se, entretanto, entender que tais características tiveram momentos de continuidade e de reelaboração. Assim, nos apropriamos da conceituação de Michel Vovelle, que exclui a homogeneidade desses ilustrados; o plural “naturalistas” esclarece melhor os homens que aqui foram estudados e que atuaram no final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX.

Na busca desses sujeitos e suas atuações nas expedições naturalistas, encontrou-se uma rica documentação manuscrita e impressa de memórias, relatos, notícias, diários, cartas, relatórios

3 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

4 SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* – recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. volume 2, p. 336.

5 VOVELLE, Michel. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997. p. 17.

oficiais e listagens de espécies coletadas, objetos de medição do céu, cartas de navegação, documentos iconográficos, etc. No campo da História, o uso desse conjunto documental não é novidade. Os investigadores abusam de informações contidas em suas páginas como as descrições das “belíssimas” ilhas do Pacífico, as ruínas romanas, o território amazônico e as tribos indígenas americanas. Geralmente, a historiografia que utiliza a literatura de viagem como fonte histórica o faz por meio das narrativas dos viajantes sobre diferentes problemas e temas, como sociedade, natureza, cotidiano e outros. Por outro lado, não se deve pensar que a documentação elaborada pelos homens que participavam desses empreendimentos seja meramente um conjunto de descrições do que eles viram. Os escritos de viagem são um *corpus* documental consideravelmente diversificado e recheado de elementos ímpares que exigem cuidados importantes e permitem diferentes possibilidades de análises. Nessas produções, há de se considerar elementos comuns, como o lugar de enunciação, o mundo cultural do qual o viajante fazia parte, o período da escrita ou da pintura (se foi realizado durante ou após a viagem), o formato no qual foi elaborado o relato (narrativa, memórias, cartas, diários, relatórios) e a data de sua publicação.⁶ Desses fundamentos, a intertextualidade – entendida, concisamente, como a presença de um texto em outro texto – nos foi cara, e permitiu perceber essas fontes também como um agrupamento de muitos escritos sobre o *viajar*.

Dessas produções, foram selecionados como principal fonte os diários e as memórias de viagens naturalistas ou científicas.⁷ Sobre o diário, trata-se de um caderno simples escrito durante a expedição; alguns foram publicados nesse mesmo formato. Geralmente, era um controle dos dias feito pelo viajante, mas poderia ser lido por quem havia financiado a expedição, pois também era um documento que comprovava o trabalho realizado durante a jornada. Já a memória era escrita após a expedição, com preocupação editorial, ou seja, feita para ser vendida e lida por um público maior de leitores. Nesse caso, há dois momentos importantes que consideramos na leitura dessa documentação, quais sejam, o tempo da viagem e o tempo da escrita. É preciso notar que há igualmente as memórias científicas, que eram estudos realizados

6 JUNQUEIRA, Mary Anne & FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo /Humanitas, 2011. p. 52.

7 O termo cientista será adotado em algumas ocasiões desta tese. Mesmo que esses viajantes ainda não fossem cientistas como os propagados no século XIX, os estudiosos do período abordado também usam o termo e o justificam pelo fato de esses sujeitos adotarem métodos e teorias em suas investigações. Fora isso, o termo nos ajuda a não repetir exaustivamente o conceito *naturalista*. Sobre esse debate, indicamos: LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996; CHALMERS, Alan. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993; LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros e sociedade afora**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

nos gabinetes e museus de história natural. Nelas, o naturalista investigava as coleções (espécies de fauna, flora, minerais, etc.) disponíveis nesses espaços e não saía a campo como nos outros casos.

O que se materializou dessa experiência – o escrito, a imagem, espécies vegetais e animais, ou amostras minerais – também é produto que contém singularidades e, portanto, devem contar na primeira ponderação de historiadoras e historiadores. Esses escritos são históricos e carregados de elementos de cada período no qual foi elaborado. Do mesmo modo que os vários formatos já mencionados (narrativas, memórias, cartas e diários), os narradores também são diversos, mesmo que integrem um grupo que chamamos de *naturalistas*.

No caso da memória, a fonte mais utilizada nesta tese, como toda categorização literária, possui particularidades narrativas. É essencial compreender que a escrita de uma memória científica tinha como objetivo apresentar ao leitor, além das investigações, a experiência vivenciada por seu produtor, que de certa forma propôs-se a descrever a “verdade” que observou. Isso ultrapassa, em diversos momentos, as descrições de espécies, bem como suas análises.

Mesmo que a memória de viagem não seja uma autobiografia, gênero que atravessou o século XVIII e teve seu apogeu no século XIX,⁸ ela possui elementos comuns da escrita de si. Foi assim com as memórias de viagem de muitos dos naturalistas que passaram pelas terras tropicais. Esses errantes que classificavam, ordenavam e descreviam suas experiências, também escreviam sobre si mesmos e sobre os outros. Essa última escrita foi o que norteou essa investigação.

Nesses documentos, o narrador permite, para além do rastro autobiográfico ou do instrumento de vaidade intelectual, apreender que a maneira de se enunciar algo também solidifica determinadas posições e verdades científicas. E na busca por esses sujeitos e as produções de seus trânsitos, identifica-se um padrão de análise quando o tema é viagem ao Brasil: a valorização dos relatos estrangeiros pela historiografia brasileira e o uso quase universal da descrição existente no corpo textual central. Sobre os nomes estrangeiros, na obra *Visões do Rio de Janeiro Colonial – antologia de textos*

8 Sobre a escrita de si, Angela de Castro Gomes a define da seguinte maneira: “A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental. Essa denominação pode ser bem entendida a partir da ideia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos. [...] É como se a escrita de si fosse um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando, através dele, um autor e uma narrativa.” GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escritas da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 10-16.

(1531-1800)⁹, o historiador Jean Marcel Carvalho França elenca trinta e cinco descrições do Rio de Janeiro. Tal compilação documental abarca textos de franceses, espanhóis, ingleses, austríacos, alemães e somente um português: Pero Lopes de Sousa (1497-1539), capitão de uma das naus da expedição liderada por Martim Afonso de Sousa (1500-1564). A proposta de Carvalho França, a de apresentar descrições de viajantes estrangeiros sobre o Rio colonial, certamente foi alcançada. Entretanto, sua escolha confirma uma prática comum de gerações de historiadores: estudar as terras brasileiras a partir de descrições estrangeiras. Nesses estudos, o uso da literatura de viagem estrangeira ampara diferentes hipóteses sobre como os indivíduos viviam no passado brasileiro. França não está só, pois observa-se que autores como Antonio Candido de Mello e Souza, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Novaes, entre outros, ajudaram igualmente a criar e a fortalecer o discurso historiográfico de que tais viajantes foram os “inventores do Brasil”, uma vez que construíram, caracterizam e delimitaram conceitualmente a nação. Dessa forma, na historiografia clássica dedicada ao Brasil Colônia e Império, o olhar estrangeiro foi apropriado pelas grandes discussões sobre o caráter nacional.¹⁰ Também sobre essas escolhas, José Murilo de Carvalho nos lembra como a Universidade de Coimbra reformada não só produziu cientistas, mas um grupo que militou “na política à época da Independência, como Manuel F. da Câmara e José Bonifácio.”¹¹ E é assim que eles costumam ser vistos pela maior parte dos historiadores. As pesquisas dedicadas a esse grupo da elite brasileira, , geralmente preocupam-se em pensá-los com relação à Independência, como objeto derivado deste tema, e não com relação às suas produções científicas. Desconhecendo ou ignorando a produção científica prévia elaborada por esses luso-brasileiros, os historiadores tendem a reafirmar o papel dos viajantes estrangeiros do XIX, como descobridores e formadores de representações da nação. Isso também pode ser percebido nas pesquisas dedicadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e uma parte do debate literário.

Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz e Magnus Roberto de Mello Pereira esclarecem alguns pontos dessas abordagens historiográficas das viagens. O primeiro deles seria o desinteresse pela documentação do século XVIII. Os autores recordam que a prática comum nos trabalhos dedicados à América Portuguesa é a análise dos relatos de viagem dos séculos XVI e XVII, como os de Hans Staden (1525-1613), André Thévet (1502-1590), Jean de Léry (1536-1613), George Marcgrav (1610-1644) ou Guilherme Piso (1611-1678). Sobre o século XIX, a historiografia consagrou Saint-

9 FRANÇA, Jean Marcel. **Visões do Rio de Janeiro Colonial**: antologia de textos. 1531-1800. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: J. Olympio, 1999.

10 CRUZ, Ana Lúcia e PEREIRA, Magnus. A História de uma ausência: os colonos cientistas da América portuguesa na Historiografia brasileira. In: FRAGOSO, João et. al. (orgs.) **Nas Rotas do Império**. Vitória/Lisboa: Edufes/IICT, 2006.

11 CARVALHO José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Hilaire, Spix, Martius, Langsdorff, Eschewege, Mawe e Wied-Neuwied. Essa escolha está presente nos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda e aponta, em certa medida, o “vazio de interesse e prazer de leitura referente ao século XVIII”.¹²

O que se observa é a continuidade na preferência pelas narrativas estrangeiras, e nelas, o desinteresse pelas fontes oitocentistas, visível na escassez de estudos dedicados à atuação de viajantes brasileiros:¹³

Numa outra linha de estudos, um certo modismo acadêmico trouxe à cena da historiografia recente o viajante e as viagens como tema de investigação. Pela riqueza de informações e possibilidades de abordagem que sugerem, as narrativas de viagem têm sido tema caro aos pesquisadores, notadamente autores de origem francesa e inglesa. No Brasil, é notável a repercussão dos textos dos viajantes do século XVI, bem como sobre os vários viajantes do século XIX. Em ambos os casos, viajantes estrangeiros que aqui estiveram. O mesmo não se pode dizer em relação aos viajantes brasileiros do setecentos.¹⁴

Numa outra perspectiva, historiadores brasileiros e portugueses dedicam-se a esse grupo de luso-brasileiros e suas contribuições para a ciência portuguesa. Em seus estudos e nos de seus orientandos, elaboram a trajetória desses naturalistas do Império português, destacando suas investigações e contribuições científicas. Buscam entender a importância e a circulação desse grupo no Império Português que, na ocasião, mantinha colônias na América, África e Ásia. Entre esses pesquisadores, podemos mencionar Ângela Domingues, Heloisa Gesteira, Iris Kantor, Ermelinda Moutinho Pataca, Lorelay Kury, Neil Safier, Ana Cristina Araújo, Ronald Raminelli, Willian Joel Simon, Kenneth Maxwell, Silvia Figueirôa, João Carlos Brigola, Berenice Cavalcante, Alex Gonçalves Varela, além dos já citados Cruz e Pereira.¹⁵

12 CRUZ e PEREIRA, op. cit., p. 05.

13 Ibidem, p. 05-15.

14 Ibidem, p. 12.

15 CARVALHO, Rômulo & BRIGOLA, João Carlos. **Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003; CRUZ, Ana Lúcia R. B. **Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica**. 2004. Tese (Doutorado em História) – SCHLA, UFPR, Curitiba, 2004; CRUZ, Ana Lúcia R. B. e PEREIRA, Magnus. op. cit.; KURY, L. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 11 (suplemento 1):109-29, 2004; RAMINELLI, R. **Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008; VARELA, Alex Gonçalves. A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua “fase europeia” (1783-1800). **Revista Tempo**. UFF, 23. (2007); PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)**. 2006. Tese (Doutorado em Educação Aplicada às Geociências) – UNICAMP, Campinas, 2006; MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro In: _____. **Chocolate, piratas e outros malandros**. Ensaios tropicais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999; FIGUEIRÔA, S. F. de M.; SILVA, C.P. & PATACA, E. M.: Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 11, n. 3, p. 713-29, 2004; DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol.

Nesta tese, refletimos sobre os dois grupos de viajantes naturalistas que estiveram no Brasil nos séculos XVIII e XIX identificando possíveis relações entre eles, sem valorizar uma categoria em detrimento de outra. Na busca por um tema de estudo que abarcasse os viajantes do século XVIII e os do XIX, percebemos que os primeiros eram mencionados nas memórias de viagens realizadas nas primeiras décadas do século XIX. Apesar dessa presença, não havia estudos dedicados a esse tema. Sendo assim, escolhemos entender os viajantes estrangeiros também como leitores de outros viajantes. Para tal, enfrentamos as seguintes questões de fundo: os viajantes luso-brasileiros eram conhecidos, lidos e apropriados pelos viajantes estrangeiros? Como era feita essa apropriação? Os grupos se conheciam pessoalmente?

Durante a investigação da literatura dos viajantes estrangeiros oitocentistas, encontramos fragmentos e citações das memórias de luso-brasileiros e outros fundamentais para ciência moderna portuguesa. Entre eles, Alexandre Rodrigues Ferreira, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, José Vieira Couto e Domingos Vandelli (1735-1811). Eles são mencionados nos relatos de viagem de Mawe, Eschewege, Martius e von Spix, Saint-Hilaire e Wied-Neuwied que participaram das viagens após a abertura dos portos brasileiros, em 1808. Cientistas de formação (com exceção de Mawe), inventariaram nossas terras, conheceram nossos cientistas e construíram imagens da paisagem brasileira, estruturadas, especialmente, por narrativas da chamada ciência romântica. Os textos do grupo estrangeiro confirmam que, de alguma forma, seus autores sofreram a influência dos cientistas e naturalistas luso-brasileiros que os antecederam. Além disso, os dados sobre as leituras realizadas por Eschewege e Saint-Hilaire indicaram a necessidade de outro olhar sobre tais fontes, para entendê-las como acúmulos tanto de leituras sobre viagens quanto de conhecimentos científicos. Nessa premissa, o olhar do viajante e seu papel de criador foram questionados.

Ana Maria Mauad procura mostrar como a experiência por eles vivenciada – ver, tocar, provar – era exaltada e, de certa forma, legitimava o relato de viagem: “Para o viajante, a impressão causada pelo olhar é a que fica, fornecendo o estatuto de verdade ao relato. O fato de ele ter estado presente, de ter sido a testemunha ocular de um evento, ou de um hábito cotidiano qualquer, garante à sua narrativa um teor incontestável.”¹⁶ Nas descrições do *Pluto Brasiliensis*, de von Eschewege é possível perceber esse “olhar incontestável” do viajante:

VIII (suplemento), 823-38, 2001; CAVALCANTE, Berenice. **José Bonifácio**: razão e sensibilidade, uma história em três tempos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; ARAÚJO, Ana Cristina (coord). **O Marquês de Pombal e a Universidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

16 MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, Fernando & ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 184.

Minas Gerais é, sem dúvida, a província brasileira mais interessante e instrutiva sob o ponto de vista geológico e mineralógico, especialmente nas regiões de Vila Rica e Sabará e em toda a zona cortada pela estrada que se dirige para o distrito diamantífero do Serro do Frio. O viajante que percorre essas regiões e dispõe de algum tempo para pesquisá-las, não só fica conhecendo todas as rochas que ocorrem na província e a sequência de suas camadas, mas ainda tem oportunidade de observar os métodos de exploração do ouro usualmente adotados no Brasil.¹⁷

Eschwege, como os outros, demonstrou a importância do “estar lá” e de todo o reconhecimento que isso possibilitaria, uma vez que o viajante deveria ser o conhecedor do território e suas características (das rochas e do processo de exploração do ouro em Minas Gerais, por exemplo).

Ana Maria Mauad não foi a única autora a destacar a importância da experiência da viagem. Flora Süssekind,¹⁸ ao analisar os relatos como gênero textual, reafirmou como a viagem era fundamental na aprendizagem ilustrada e científica, contrapondo-a às ideias de pesquisa e leitura do viajante de gabinete: “É também no ‘ter viajado’ que parece residir a maior confiabilidade de quem narra ou coleciona casos, aventuras ou mesmo espécies vegetais.”¹⁹ Ambas se concentraram no viajante que partia da experiência para amparar descrições do país visitado, explorado, apreendido por seu próprio olhar. Este tipo de abordagem mostra, uma vez mais, que tal sujeito ainda não foi pensado pela historiografia como leitor do próprio gênero textual que produziu, o que é um equívoco. Eles tanto eram viajantes quanto eram leitores de relatos de viagem e da literatura científica conexa.

Ao realizarmos um levantamento de trabalhos acadêmicos acerca dos viajantes estrangeiros que passaram pelas terras brasílicas, encontramos apenas referências de algumas leituras que teriam realizado, mas em nenhuma delas esses viajantes foram estudados como leitores de outros viajantes. Assim, queremos compreender como se construiu a escrita científica nos relatos de viagem, considerando também a leitura e os leitores nesse processo, lembrando de Michel Foucault e seu texto *O que é um autor?*.²⁰ Em 1969, o filósofo alertava para a emergência de análises sobre as redes que envolvem a escrita e que ultrapassam a criação. A proposta de Foucault baseia-se numa perspectiva contrária àquelas que se dedicam à análise da obra literária ou qualquer outra narrativa a partir de suas estruturas internas somente. Para o autor, é necessário:

17 ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. **Pluto Brasiliensis**; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais. v. 1 e 2. São Paulo: Editora Nacional, 1944.

18 SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador e a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 19Ibidem, p.80.

20 FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Veja, 1992.

[...] estudar os discursos não somente pelo seu valor expressivo ou pelas suas transformações formais, mas nas modalidades de sua existência: os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação dos discursos variam com cada cultura e modificam-se no interior de cada uma; a maneira como se articulam sobre relações sociais decifra-se de forma mais direta, parece-me, no jogo da função autor e nas suas modificações do que nos temas ou nos conceitos que empregam [...]. Em suma, trata-se de retirar ao sujeito (ou ao seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso.²¹

Ao refletir sobre nosso objeto de análise, percebemos a necessidade de retirar os viajantes naturalistas de papéis que lhes foram impostos – como os de criadores e observadores da natureza brasílica – por gerações de historiadores, os quais construíram a noção de que o sentido histórico da sociedade brasileira foi realizado por e a partir de viajantes estrangeiros. Uma tarefa complexa, pois lida com discursos historiográficos que exaltaram o chamado “olhar estrangeiro”. Decidimos, então, tratá-los como uma comunidade de leitores que seguiam regras e leituras próprias; nesse sentido, a História da Leitura apresenta-nos abordagens outras, não apenas relativas à história do livro ou da imprensa.²² Representada por Roger Chartier e Robert Darnton, esse domínio da História Cultural objetiva, também, uma análise das próprias leituras e de como foram realizadas em diferentes temporalidades e sociedades. É preciso lembrar que a leitura, por mais que seja compreendida como um ato puramente individual, relaciona-se tanto com a temporalidade em que o sujeito leitor está inserido, quanto com sua diferenciação social. O ato de ler, mesmo que num primeiro momento nos apresente etapas diferenciadas, deve ser compreendido por meio de uma relação que envolve leitor, leitura, obra e temporalidade.²³

Feitas essas considerações, passamos ao conteúdo de cada capítulo. Partimos da ideia de que a viagem é uma prática cultural e histórica. Há nela um acúmulo de conhecimentos de antigos viajantes, aos quais foram adicionados outros elementos, de acordo com as necessidades de cada período. Esses debates abrem o Capítulo I, *A viagem e o viajante no século XVIII*. Consideramos apresentar a passagem da expedição fantástica do século XVI para as missões naturalistas do século XVIII, também conhecidas como “viagens filosóficas e científicas”. Como falamos sobre viagens, o príncipe bávaro Maximilian zu

21 Ibidem, p. 68-70.

22 No que diz respeito à História do livro, da imprensa e mesmo das práticas de leitura – leitura repetitiva, privatização da leitura – são ilustrativos outros trabalhos como: As práticas da escrita In: CHARTIER, Roger. (org.). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 e DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

23 Certeau, em seu texto *Ler: uma operação de caça* (In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 264-68), atenta para essa relação e ressalta especialmente o leitor na operação da leitura (muitas vezes assimilada a uma passividade): “um sistema de signos verbais ou icônicos é uma reserva de formas, que esperam do leitor seu sentido. Se portanto ‘o livro é um efeito (uma construção) do leitor’, deve-se considerar a operação deste último como uma espécie de lectio, produção própria do ‘leitor’.” Ainda nesse sentido, Certeau lembra-nos que a autonomia do leitor diante os textos e, portanto, de sua leitura, depende “das relações sociais que sobredeterminam sua relação com os textos.”

Wied-Neuwied foi uma espécie de guia da nossa narrativa. Ele integrou o primeiro capítulo como o resultado dos estudos e experiências sobre as práticas do viajar e da história natural. Foi na companhia dele que conhecemos os usos e as estratégias de homens em trânsito nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII. Nesse percurso, destacamos os elementos fantásticos das primeiras viagens ao Novo Mundo, a organização e a representação de status social do *Le Grand Tour* e, por final, as expedições científicas. Nesse ponto, descrevemos o quanto as características da República das Letras e do Iluminismo foram essenciais na construção das primeiras redes de sociabilidade científica. Para entendermos tal formação, discorremos sobre os salões, gabinetes de curiosidades, academias, museus, jardins botânicos e universidades, espaços nos quais circulavam e agiam os sujeitos ilustrados, assim como as redes de epistolares, um momento do debate científico. Nos ambientes oficiais, financiados por Estados como a França, conhecemos personagens que participaram de polêmicas e episódios importantes, como os das viagens de circunavegação. Vimos, do mesmo modo, como as expedições setecentistas eram preparadas e como ganharam uma dimensão fundamentalmente científica, colocando-se sob o signo da autoridade política. Essa relação entre ciência moderna e impérios favoreceu o aumento dos deslocamentos pelo globo e transformou a viagem em uma ação complexa, com etapas extremamente planejadas.

As interpretações historiográficas e as edificações sobre a ciência portuguesa, suas instituições e os indivíduos que a produziram, foram esmiuçadas no Capítulo II, *As viagens naturalistas portuguesas no século XVIII*. Nessa parte da tese, tentamos trazer, ao leitor, diferentes imagens sobre as práticas científicas portuguesas e brasileiras, utilizando relatos de viajantes que estiveram em Portugal no período setecentista e oitocentista. Nessa documentação, privilegiamos as descrições de espaços ligados ao conhecimento, como bibliotecas, a Universidade de Coimbra e o Complexo da Ajuda. Do mesmo modo, destacamos a República das Letras portuguesa e sujeitos fundamentais nesse rede (ministros, estrangeiros contratados pelo Império luso e os luso-brasileiros). Para tal, concentramo-nos em alguns princípios da Ilustração adotados pelas Reformas Pombalinas, com destaque para a Universidade de Coimbra, a Academia Real das Ciências de Lisboa e os Jardins Botânicos de Lisboa e Coimbra, todos capazes de impulsionar o conhecimento sobre o ultramar. Na abordagem desses espaços de ciência, apresentamos o italiano Domingos Vandelli, em quem identificamos questões essenciais nesse projeto português, como a rede epistolar que mantinha com outros naturalistas e que permitia informar sobre as pesquisas portuguesas. As expedições exploratórias e científicas a serviço da monarquia foram tratadas numa dimensão transcolonial, considerando as particularidades das administrações de Martinho de Mello e Castro e de Rodrigo de Souza Coutinho. Nessa abordagem, falamos sobre os naturalistas brasileiros formados em Coimbra e que após os estudos na Metrópole, viajaram a serviço da monarquia

portuguesa, através de Europa, Ásia, África e América. Sobre esse último território colonial, nos foi fundamental entender concisamente alguns sujeitos que o percorreram, coletando, observando, anotando e classificando a fauna e a flora, ainda no Setecentos. Escolhemos apresentá-los em um quadro, para proporcionar ao leitor uma visão mais completa de suas especialidades e expedições.

O Capítulo III tem como título *Viagem ao Brasil – 1808-1821*, no qual apresentamos os seis viajantes estrangeiros em expedições naturalistas pelo Brasil, nas duas primeiras décadas do século XIX. Para tal, construiu-se o cenário da Colônia que, em 1808, recebeu a família real e sua comitiva. É sabido que a abertura dos portos facilitou a entrada de viajantes de todo globo, fato que trouxe às linhas desses relatos de viagem um novo elemento narrativo: as cores de uma monarquia nos trópicos. Na tentativa de construção de uma pequena Lisboa em terras americanas, algumas instituições foram fundamentais, como a Imprensa Régia, a Real Fábrica de Pólvora, a Academia dos Guardas-Marinhas, a Escola Cirúrgica do Hospital da Misericórdia, a Academia Militar, o Real Horto, a Biblioteca Real, o Museu Nacional, a Escola de Ciências, Arte e Ofícios, entre outros. No que diz respeito às ciências no Brasil, seu responsável, D. Rodrigo de Souza Coutinho teve a sua disposição os naturalistas luso-brasileiros que residiam em diferentes capitanias, assim como estrangeiros como Mawe, contratados para trabalhos específicos. Feita a explanação desse cenário, montamos um quadro com dados sobre os seis viajantes estrangeiros que investigamos, buscando destacar o período da viagem, o ano de publicação das memórias e se houve traduções. Essas informações, mesmo que concisas, permitem uma ideia acerca do público leitor desses escritos. Não houve a intenção de se construir pequenas biografias, pois escolhemos investigá-los no âmbito de alguns círculos de sociabilidade no Brasil das primeiras duas décadas do século XIX. Por isso, determinadas informações foram privilegiadas, como os encontros descritos por Mawe e Eschewege, os sujeitos essenciais nas ciências portuguesas e as organizações das expedições de Saint-Hilaire, Martius e Spix. Essa opção foi fundamental para percebermos que todos se conheceram em algum momento de suas trajetórias. Esse dado extremamente relevante foi retomado no Capítulo final.

Em *Escrever é preciso*, título do Capítulo IV, nos limitamos a analisar a escrita das memórias de viagem. O *quem* escrevia precisava se fazer entender por aquilo que seus leitores já conheciam, entendiam ou imaginavam, de acordo com seus repertórios de representações. Por isso, o sucesso da viagem científica dependia também de seu preparo, do mesmo modo que a escrita sobre tal evento exigia muito mais do que uma simples descrição do que era visto. A composição de uma memória de viagem era um ato complexo, que necessitava de indivíduos especializados e conhecedores das regras de escrita próprias do gênero. Seguindo essa premissa, abordamos algumas

regras e formatos da literatura de viagem, como as famosas compilações que se tornaram sucesso editorial no século XVIII. Esse dado foi importante para compreender a preocupação a respeito de *como* se escrevia. Um exemplo disso foi a famosa viagem de James Cook (1728-1779), escrita por John Hawkesworth (1715-1773), que demonstrou que, para se debruçar sobre as memórias de viagem oitocentistas, precisamos entender, mesmo que de forma introdutória, a história desse gênero discursivo, identificando suas estruturas literárias como míticas e iniciáticas. Essa apreensão nos conduziu a dois elementos essenciais na investigação das fontes, a intertextualidade e o *topos* (no plural, *topoi*). Ambos corroboram a ideia de que as obras oitocentistas eram camadas textuais de uma tradição escrita sobre o trânsito. Tais características foram usadas pelos que se propuseram a escrever sobre a viagem científica. Em textos de cinco dos seis viajantes investigados, percebemos elementos do Romantismo, aspecto abordado por intermédio de Alexandre von Humboldt (1769-1859), expoente da viagem romântica e que, apesar de não ter viajado pelo Brasil, foi muito lido por nossos viajantes.

No Capítulo V, *Ler é preciso: as leituras e as apropriações dos textos de viagens*, propusemos entender os seis viajantes a partir de leitores de textos sobre viagens, em especial, aqueles produzidos pelos luso-brasileiros formados na Universidade de Coimbra. Para tanto, identificamos as vias que permitiram a propagação da ciência portuguesa e, conseqüentemente, as informações das viagens filosóficas. No decorrer da análise, em especial na etapa da pesquisa em arquivos portugueses em Lisboa e Coimbra, identificamos a constituição das redes de trabalho e sociabilidade científica que envolviam os viajantes estrangeiros que aqui estiveram nas primeiras décadas do século XIX. Alguns, como Andrada e Câmara, correram a Europa em seus estudos sobre as minas e estabeleceram contatos com nomes significativos da ciência europeia. Saint-Hilaire e Neuwied aprenderam sobre o Brasil em Paris, onde o Museu de História Natural guardava parte da coleção brasileira enviada ao Jardim Botânico da Ajuda; já Eschwege era sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Nesse mesmo caminho, consideramos os encontros entre os luso-brasileiros, viajantes estrangeiros e funcionários portugueses no Brasil. As casas de Langsdorff, Eschwege e Câmara foram verdadeiros salões de conhecimento e circulação de naturalistas, e o estabelecimento de relações permitiu ver as citações como pistas de uma rede de sociabilidades que alcançou diversos homens e instituições.

Em relação aos viajantes como leitores, todos foram classificados e analisados de acordo com os estudos de Roger Chartier e Robert Darnton. Isso somente foi possível porque esses sujeitos deixaram indicações de suas leituras, em especial, nas notas de rodapé de cinco memórias aqui utilizadas. É importante lembrar que, mesmo sendo a leitura uma produção dos

sentidos, há regras e convenções que podem determinar práticas e escolhas. No caso desta pesquisa, entendemos nossos leitores dentro de uma comunidade específica e que, portanto, exige pré-requisitos e impõe regras e determinadas leituras. Nesse jogo de poderes, os luso-brasileiros aparecem de diferentes formas, mas sua simples presença já é significativa. Com o avanço da análise, confrontamos alguns textos dos dois grupos, e nessa atividade, percebemos como se deram as apropriações de determinadas descrições. Além disso, esses mesmos leitores dissertaram sobre alguns viajantes luso-brasileiros e deixaram suas representações sobre esses homens, eles também naturalistas e investigadores da fauna e flora brasílicas. Buscamos em todas as memórias oitocentistas o nome dos estudantes de Coimbra e o que se escrevia sobre eles – alguns foram citados uma única vez, já Câmara, consta no relato dos seis viajantes. A apreciação de cada memória à luz desse método permitiu identificar um conjunto de menções e particularidades nas representações sobre os luso-brasileiros.

Por fim, queremos destacar que os temas desenvolvidos em cada um dos capítulos tiveram como objetivo construir o nosso objeto de estudo e, igualmente, apresentar ao leitor outra forma de se entender a viagem e os viajantes no Brasil oitocentista. Em especial, tentou-se fugir da representação do sujeito que, sozinho, viajava e elaborava sua narrativa do trânsito. Tentamos pensá-lo ora pela identificação de sua rede de sociabilidades, ora pelo seu papel numa “República das Ciências”, ora na sua ação dentro da comunidade de leitores. Concordamos com Saramago, quando afirma, em *Viagem a Portugal*, que o viajante “viajou por dentro de si mesmo” e que foi “um espelho reflector de imagens exteriores”, mas ousamos completar que o viajante nunca esteve só nessas andanças reais ou imaginárias.

CAPÍTULO 1

A VIAGEM E O VIAJANTE NO SÉCULO XVIII

Faz-se geralmente na Europa uma ideia bastante inexata desses longínquos países. Pode-se atribuir esse erro a certos viajantes, que não se limitaram a tratar somente do que viram e a escritores que fizeram descrições de regiões em que nunca puseram os pés. Essas descrições, escritas nos gabinetes e compostas sobre tema escolhido, com as mais interessantes citações de autores conhecidos, e arranjados pela fantasia sem nenhum conhecimento da matéria, podem agradar pelo primor do estilo e a forma atraente com que são apresentadas, mas não possuem nenhum valor intrínseco, pois estão repletas de erros. Como evitar os erros e as inexatidões, quando não se tem presente, aos olhos, o objeto de que se deseja traçar a imagem? Aplicam-se ao conjunto traços que só convêm a partes de um país tão grande como o Brasil se pareçam umas com as outras, quando cada província apresenta a sua particularidade distinta? Assim é que se lê em mais de um livro que em todo o Brasil, se encontram fetos arborescentes; exagera-se em geral a beleza do país; fala-se de macacos que riem e tagarelam; de pássaros canoros que chilreiam; de laranjeiras que crescem nas florestas; de *Agave foetida* em cima das árvores; de toda sorte de propriedades absurdas atribuídas às serpentes; fazem-se descrições exageradas das florestas. O fato é que raramente se encontram reunidas todas as coisas agradáveis e interessantes, como o imagina um autor sentado em sua poltrona, depois de haver tirado suas descrições aos viajantes acostumados a representar tudo com a exagerada beleza.¹

Na segunda década do século XIX, o Príncipe Maximilian Wied-Neuwied (1782-1867) colocou nesse parágrafo algumas informações aos seus leitores e, talvez, futuros viajantes. A primeira impressão é a de que ele escreveu uma espécie de aviso. Menciona práticas de alguns viajantes e os cuidados que deveriam ter ao empreender uma viagem ao Reino do Brasil. Entretanto, quando realizamos uma leitura mais atenta e apoiada em determinadas informações históricas, percebemos que o que Wied-Neuwied escreveu vai muito além do que uma simples advertência. As palavras do naturalista demonstram como gerações de viajantes tornaram o ato de viajar e o de escrever complexos e com práticas próprias. Dois séculos depois, apropriamo-nos de algumas dessas informações e, nesse processo tão singular de ressignificação, as aproximamos de alguns questionamentos que nortearam esta tese: como os naturalistas viajantes do século XIX, entre eles Wied-Neuwied, construíram, ou traçaram, as imagens sobre o território brasileiro? Qual o papel de determinados viajantes luso-brasileiros do século XVIII nessas elaborações? Que relação existia entre esses dois grupos que, em momentos distintos, realizaram roteiros semelhantes de viagem?

Na tentativa de esclarecer essas e outras questões levantadas durante a investigação, decidimos tomar Wied-Neuwied como guia neste capítulo, que tem como objetivo apresentar um

¹ WIED-NEUWIED, Maximilian. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817**. São Paulo: Editora Nacional, 1940, p. 399.

panorama das viagens científicas e dos viajantes no século XVIII. Para que esse exercício seja possível, voltaremos um pouco no tempo. Há que se considerar, mesmo que superficialmente, os aspectos relevantes das viagens fantásticas dos séculos XVI e XVII, além do *Grand Tour*, a famosa viagem de instrução. Feito isso, vamos nos deter nas viagens naturalistas e nos ambientes científicos que as apoiavam. A construção desse quadro e o escopo a determinados sujeitos são pertinentes na compreensão de dois elementos caros a esta pesquisa. O primeiro é dissertar sobre como os deslocamentos setecentistas no mundo – nomeados de viagem filosófica, viagem exploratória, viagem ilustrada ou ainda científica – alimentaram padrões para a compreensão da América portuguesa no século XIX. O segundo é entender que nosso “cicerone” oitocentista era parte de uma longa tradição de viagens, que tinha inúmeras características notáveis, dentre elas, a alternância e a permanência nos modos de viajar.

Antes de qualquer coisa, é preciso esclarecer que Maximilian Wied-Neuwied foi integrante de uma geração de viajantes diversos que chegou ao Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Entre eles, o inglês John Mawe; os alemães Carl Friedrich Philipp von Martius, Wilhelm Ludwig von Eschwege e Johann Baptiste von Spix; o francês Auguste de Saint-Hilaire. Wied-Neuwied tinha a singularidade de ser aristocrata, oriundo do principado de Neuwied. Entretanto, sua origem não o impediu de seguir um modelo de viagens e de viajantes. Como muitos de seu tempo, aprofundou seus conhecimentos de ciências naturais na Universidade de Göttingen (fundada em 1734, na Alemanha)² e realizou seu primeiro percurso naturalista em 1808, numa expedição de preparo pelo sul da Alemanha, Suíça e norte da Itália.³

Entre 1815 e 1817, a casa Wied financiou sua missão científica ao Brasil. Em terras tropicais, o nobre alemão adotou o nome M. de Braunsberg, que o livrava das formalidades exigidas na presença de um príncipe. Como era de praxe a muitos viajantes, Wied-Neuwied trazia consigo uma carta de apresentação de Joaquim Lobo da Silva – português que conhecera na Universidade de Göttingen – para Antônio de Araújo de Azevedo (1754-1817), o Conde da Barca. No documento, o príncipe era descrito “como um protetor das ciências, homem de

2 Sobre a história da Universidade, sua biblioteca e seus alunos de destaque no meio científico, ver: <http://www.uni-goettingen.de/> (acesso no dia 22 de outubro de 2015).

3 SALLAS, Ana Luiza Fayet. **A ciência do homem e o sentimento da natureza** - viajantes alemães no Brasil do século XIX. Curitiba: Editora da UFPR, 2013. p. 44. Susana Margarida Carvalheiro Cabete demonstra a dificuldade e as diversas tentativas de classificação tipológica da Literatura de Viagem, dada a sua complexidade, profundidade e vastidão. Sobre as viagens românticas, serão esclarecidas no terceiro capítulo, mas adiantamos que, para o Romantismo, o viajar era também uma experiência interior. Tal característica foi apropriada do chamado *movimento romântico*, que será retomado adiante. CABETE, Susana Margarida Carvalheiro. **A narrativa de viagem em Portugal no século XIX: alteridade e identidade nacional**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Paris III – Sorbonne Nouvelle 2010.

grandes conhecimentos botânicos, que tinha por objetivo unicamente realizar estudos da vegetação do Brasil”.⁴

Em suas andanças, percorreu a costa do Rio de Janeiro, o Espírito Santo, regiões dos Rios Paraíba e Jequitinhonha, a região dos campos de Minas Gerais e o Recôncavo Baiano. Os naturalistas Georg Wilhelm Freyreiss (1789-1825) e Friedrich Sellow (1789-1831), que já estavam no Brasil desde 1812, colaboraram com a expedição, tanto com conhecimentos de História Natural quanto com a compreensão razoável da língua portuguesa.⁵ O material enviado à Alemanha durante esse período ajudou a construir o acervo do Museu de História Natural de Berlim. Além disso, Wied-Neuwied compilou diversas informações, leituras e anotações dessa viagem, que constituíram uma produção literária, inicialmente publicada em periódicos na Alemanha. Em 1820 e 1821, sob o título de *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817*, lançou os dois tomos, aqui analisados. No mesmo período, *Viagem ao Brasil* teve sua primeira tradução inglesa. Nos anos que se seguiram, a obra foi editada na França (1822), na Itália (1822), na Holanda (1825) e na Áustria (1825).⁶ Às memórias desse deslocamento, ele incorporou as experiências acumuladas no Brasil, os mapas de seu itinerário e desenhos e pinturas de paisagens e espécies da fauna e da flora. Nessa narrativa, acurou as cenas do cotidiano do silvícola, em especial dos chamados botocudos. Nos textos reunidos, percebe-se claramente um cuidado na descrição de atividades como a caça, moradias, artefatos e composição das famílias. As cenas narradas ou desenhadas alimentaram a construção que a Europa fazia sobre o Brasil desde o século XVI. Elas também apontam para as especialidades científicas do viajante nobre, como o estudo da craniometria, aperfeiçoado durante seus anos em Göttingen.⁷

Há que se entender que a expedição organizada por Maximilian Wied-Neuwied integrava-se a elementos consolidados de viagens à América, iniciadas no século XV.

Se por um lado, observamos que determinadas épocas históricas modificaram os objetivos dos deslocamentos, por outro, percebemos que certos detalhes dessa ação foram mantidos. O ato de viajar pressupunha conhecimentos sobre o roteiro a ser percorrido, comportamentos necessários durante a travessia e exploração do lugar, além de ideias e práticas singulares que os sujeitos compartilhavam. Não nos surpreendem, nesse sentido, alguns

4 SALLAS, op. cit. p. 44-46.

5 Ibidem, p. 47.

6 COSTA, Christina Rostworowski da. **O príncipe Maximiliano de Wied-Newied e sua viagem ao Brasil (1815-1817)**. Dissertação (Mestrado em História) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. p. 15

7 Ibidem, p. 10.

elementos do texto de Maximilian, como a reflexão, as acusações e os conselhos dados aos viajantes que pretendiam aventurar-se pelos trópicos. Sua prática permitiu que ele traçasse alguns dos retratos mais definidos do Brasil, ao ponto de afirmar que havia, na Europa, “uma ideia bastante inexata desses longínquos países”.⁸

De fato, Maximilian era o resultado de longa tradição de experiências, tentativas, acréscimos, erros e acertos do viajar. Seus conselhos só foram possíveis porque viveu no período em que a viagem já era considerada fonte de informação. O estágio amadorístico das ciências estava encerrado, e as áreas de pesquisa estavam cada vez mais delimitadas. Mesmo que ainda não se possa falar de especialização e profissionalização,⁹ o naturalista era a testemunha mais confiável sobre o assunto. Para entendê-lo nesse processo, é necessário voltar-se para as gerações que o antecederam. Só então se pode dizer como esse indivíduo adquiriu ferramentas próprias de seu campo de conhecimento e o estatuto de credibilidade diante de seus contemporâneos.

1.1 A CULTURA DAS VIAGENS NA EUROPA NOS SÉCULOS XV A XVIII: AS VIAGENS FANTÁSTICAS, AS VIAGENS DO *GRAND TOUR* E AS VIAGENS CIENTÍFICAS

As características das viagens foram determinadas por construções históricas. A viagem científica da qual falamos é parte desse movimento. Para entendê-la como tal, é preciso perceber que viajantes e viagens, bem como suas expressões escritas, iconográficas ou cartográficas (para citar somente três), nunca foram estáticas ou permanentes. Na longa citação de Wied-Neuwied, que abriu este capítulo, é possível aferir, além dos elementos e das práticas comuns nas representações do viajar, uma mudança determinante na história das explorações: como o viajante passou de inventor de lugares fantásticos para testemunha confiável, com autoridade no que falava ou escrevia?¹⁰

A história das explorações e viagens é também a da relação entre o senso comum e a imaginação, entre o repertório de representações existentes e o que se mostrava de novo.

8 WIED-NEUWIED... *Viagem ao Brasil...* p. 399.

9 LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. (Ponta, 13) p. 12.

10 PIMENTEL Juan. *Testigos del Mundo*: Ciencia, literatura y viajes en la Ilustración. Madrid: Marcial Pons, 2003.

O viajante inventor de histórias era o contador e o mentiroso em trânsito, nos séculos XV e XVI. Muito já se escreveu sobre como esses homens que saíam pelo globo em missões de descobertas e ocupação se depararam com categorias culturais completamente diversas das que conheciam. Ao retornarem, compartilharam esses momentos em descrições exageradas. Essas foram, de certa forma, o veículo de expressão de experiências particulares de viagem, em especial, a lugares inacessíveis para a grande maioria da sociedade moderna:

*En efecto, pues si viajar fue siempre de por sí un acto asociado a la creación (a la fundación de imperios o ciudades, al ensanchamiento del mundo, al descubrimiento de nuevos lugares y hechos), no cabe duda de que el momento culminante del viajero como creador, como autor de algo propio, llegaba a la hora de relatar su viaje (...). Es entonces cuando el viajero se hace autor, cuando la geografía de los lugares visitados se convierte en su obra.*¹¹

Nesta tradição, os elementos fantásticos foram fundamentais para entender os novos mundos descobertos, assim como para apresentá-los à Europa. A compreensão dessas novas realidades só poderia ser possível pela linguagem inicialmente verbal, depois escrita e transformada em produto literário. Nessa tentativa fantasiosa de se falar com o leitor, determinadas imagens foram cristalizadas (como a das amazonas, a da fonte da juventude e a do Eldorado), ao mesmo tempo em que muitas notícias verdadeiras foram tomadas como falsas.¹² Durante os séculos XV, XVI e início do XVII, era esse o narrador que falava sobre os deslocamentos no globo. Por mais que os lugares fossem descritos de forma fantástica ou inventiva, eram as suas narrativas que o homem moderno lia, encontrando ali as informações sobre o trânsito pelo globo e sobre novos espaços ocupados, como a América. Leitores e editores o consideravam um autor valioso, e o elemento fantástico em muito auxiliava as vendas dos livros de viagem.¹³

No final só século XVII e durante todo o século XVIII, outro modelo de viagem e de viajante uniu turismo e status social. Essa peregrinação – nem fantástica e nem científica – ficou conhecida como *Le Grand Tour*, no qual muitos europeus e alguns americanos buscaram “deleite e emoção, visando ao aprimoramento pessoal fundado em

11 O viajante-autor mencionado por Juan Pimentel será retomado adiante, considerando-se a ideia de *autoria*. (Ibidem, p. 35).

12 PIMENTEL, op. cit. p. 31

13 Ibidem, p. 32

categorias de apreciação estética”.¹⁴ Na viagem por prazer, visitava-se, geralmente, a França, em especial Paris, ou a Itália, com destaque para Roma, Veneza e Florença. Nessas cidades, o *grand tourist* apreciava a Antiguidade e seus resquícios. Tal contemplação do antigo gerou um verdadeiro culto às ruínas espalhadas por toda Itália. Valéria Salgueiro lembra como o gosto ao desgaste material, que só o tempo possibilita, beirou a obsessão, com o aumento do número de viajantes. Esse tipo de estética ultrapassou as fronteiras italianas e alcançou os jardins ingleses que, na altura, ostentavam falsas ruínas romanas e gregas.¹⁵

As experiências de viagem afetavam o corpo e incitavam as paixões, tema constante no Setecentos. Para descrevê-las e entendê-las, pensadores como Edmund Burke (1729-1797)¹⁶ refletiram sobre beleza, solidão simpatia, vastidão, dor e sublime. Algumas dessas reflexões se tornaram indispensáveis aos que desejavam realizar o *Grand Tour*, especialmente aquela sobre o sublime, fundamental na estética desse tipo de viagem, a moldar o olhar do turista. De acordo com Burke, o sublime era parte de uma categoria das paixões humanas, relativa à autopreservação. Essa condição de paixão era a mais intensa de todas, pois estava relacionada à preservação do indivíduo diante do perigo e da dor. Essa relação de medo necessitava de um limite. Quando as ameaças eram terríveis e iminentes, elas não produziriam nenhum deleite, mas “quando são menos prováveis e de certo modo atenuados[as], podem ser – e são – deliciosos[as], como nossa experiência diária nos mostra.”¹⁷ A natureza propiciava esse assombro, de certa forma controlado, e que causava a sensação do sublime. A infinitude, a grandiosidade e as constantes ameaças naturais, como uma avalanche ou uma tempestade marítima, eram experimentadas pelo viajante que realizava o *Tour*. As “forças avassaladoras da natureza convertiam a experiência estética do êxtase diante da paisagem grandiosa pelo viajante em tragédia de fato.”¹⁸:

Nesse caso, o espírito sente-se tão pleno de seu objeto que não pode admitir nenhum outro nem, consequentemente, raciocinar sobre aquele objeto que é alvo de sua atenção. Essa é a origem do poder do sublime, que, longe de resultar de nossos raciocínios, antecede-os e nos arrebatava com uma força irresistível. O assombro, como disse é o efeito do sublime em seu mais alto grau; os efeitos secundários são a admiração, a reverência e o respeito.¹⁹

14 SALGUEIRO, Valéria. *Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, n 44, pp. 289-310. 2002. p. 290.

15 Ibidem, p. 291

16 Edmund Burke publicou suas reflexões sobre o sublime e o belo em 1759. BURKE, Edmund. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

17 Ibidem, p. 60.

18 SALGUEIRO, op. cit., p. 295.

19 BURKE, op. cit., p. 81.

As primeiras viagens de deleite com o sublime foram realizadas essencialmente por uma elite europeia intelectualizada, que via nessa ação a continuação de sua educação, a manutenção de seu status social e a ocasião certa para praticar a viagem por prazer. Nesse sentido, viajar tornou-se parte da cultura de uma aristocracia interessada na arte e no passado, quase obrigatória. Lília Moritz Schwarcz lembra que não fazê-lo era considerado uma lacuna na formação:

Samuel Johnson, um crítico, erudito, excêntrico e grande dicionarista inglês que, paradoxalmente, não viajou para a Itália, lamentava sua lacuna existencial: “um homem que nunca esteve na Itália estará sempre consciente de sua inferioridade, pois acabou por não ver o que se espera que um homem deva ter visto. O grande objetivo de qualquer viajante é alcançar a costa do Mediterrâneo”.²⁰

No final do século XVIII, o *Tour* também era acessível aos filhos da burguesia próspera e de outros setores ligados ao crescimento industrial. Apesar do alcance social, ainda era uma jornada que necessitava de preparo, dinheiro e treinamento com homens letrados e versados nos temas e locais que integrariam o roteiro desse modelo de deslocamento, como as visitas que realizariam aos palácios, *villas*, igrejas ou sítios arqueológicos.²¹ Por ser uma viagem que poderia durar mais de ano, através da Suíça, da França, do Norte da Itália, o viajante carregava uma enorme bagagem, para atendê-lo nos diferentes climas e atividades como jantares em palácios da nobreza local e aulas de pintura. Os turistas que faziam o caminho por terra passavam por estradas esburacadas e lamacentas; com um pouco de sorte, não eram assaltados. Dependendo da dificuldade do caminho, o viajante caminhava, montava mulas ou era carregado em liteiras. Se um rio sem pontes para a travessia estivesse no caminho, o problema aumentava, obrigando ao transporte da bagagem a pé ou por frágeis embarcações. Dependendo da cidade na qual se iniciava a viagem, era necessário enfrentar uma dura travessia por mar, com risco de tempestades, ataques de piratas, além das péssimas condições das embarcações. Era

20 De acordo com Lília Moritz Schwarcz, o *Grand Tour* “incluía vários lugares: primeiro, a corte pomposa da França; depois, a grandiosa corte papal e as casas nobres de Roma e de Florença. O *Tour* era em geral feito com a ajuda de um arquiteto ou de um pintor jovem, sendo os ingleses considerados, na época, os mais bem preparados para tal função [...] refletia, assim, o ideal do período e uma fusão equilibrada entre turismo e status social.” A aristocracia tratava o *Grand Tour* como “uma continuação de sua educação [...] os viajantes faziam cursos regulares com antiquários, os quais os instruíam sobre as visitas que realizariam aos palácios, *villas*, igrejas ou sítios arqueológicos.” SCHWARCZ, Lília Moritz. **O sol do Brasil**: Nicolas-Antonie Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p 121.

21 SALGUEIRO, op. cit., p. 292.

possível, ainda, utilizar os transportes oferecidos em cada região visitada. Na França, viajava-se por diligência, carruagem e *post-chaise*. Em algumas partes da Itália, por *sediola* ou gôndolas, como em Veneza. E para seguir de Nápoles à Sicília, usavam-se paquetes.²² Em geral, as acomodações eram escassas, a comida, pouca, e as carruagens, nada confortáveis.

O viajante do *Tour* era frequentemente acompanhado de um orientador, um arquiteto ou um pintor jovem. Com o tempo, a Itália se tornou o principal destino, e em Roma e Florença o viajante deveria passar, pelo menos, um ano. Nesse período, conheceria e contemplaria as ruínas da Antiguidade, copiaria as famosas esculturas pagãs, frequentaria os circuitos sociais que se formavam nesses locais, compraria objetos de arte e até mesmo dilapidaria alguns prédios romanos, levando consigo um belo *souvenir*.²³

O indivíduo do *Grand Tour* era diferente do homem errante que se consagrou nos séculos XV, XVI e XVII como mentiroso e inventivo. A aristocracia adepta da viagem era treinada e orientada sobre o que visitar e observar. Uma vez no destino, seguia um roteiro e as orientações de sujeitos especializados. Esse conjunto de elementos que antecedia o *Grand Tour* direcionou o olhar de viajantes ingleses, franceses, alemães, russos e, até mesmo, americanos. As antigas ruínas de Roma e as estátuas de Florença foram visitadas e contempladas por olhares treinados que, de volta à pátria, portavam certa credibilidade para as narrativas sobre essas experiências.

Assim, o sujeito errante não era mais visto como narrador inventivo ou impostor dado à fábula.²⁴ Ainda não é o viajante naturalista, e o *Grand Tour* não é a viagem a filosófica ou a científica. Entretanto, o preparo letrado e prático da viagem foi fundamental para as expedições científicas dos séculos XVIII e XIX.

22 SALGUEIRO, op. cit., p. 293-298. Ainda sobre os transportes, Salgueiro esclarece sobre *post-chaise*: espécie de carro fechado, com quatro rodas, puxado por dois cavalos rápidos e usado para o transporte de pessoas, encomendas e correspondências; *sediola*: caleche de quatro rodas e dois assentos, puxada por uma parelha de cavalos e conduzida por alguém; paquetes: embarcação movimentada pelo vento.

23 SCHWARCZ, op. cit., p. 120-123.

24 PIMENTEL, op. cit.

1.1.1. A ciência moderna e a circulação do conhecimento científico no século XVIII

O viajante fantástico dos séculos XV, XVI e XVII também é lembrado por Maximilan Wied-Neuwied. O príncipe usou da antiga tradição para prevenir o futuro viajante quanto às descrições de “autores arranjados pela fantasia sem nenhum conhecimento da matéria.” Era preciso saber que esse tipo de viajante poderia até “agradar pelo primor do estilo e a forma atraente com que são apresentadas, mas não possuem nenhum valor intrínseco, pois estão repletas de erros”.²⁵ Entretanto, o uso que o príncipe fez desses antigos viajantes não contradiz o fato de que eles já não tinham tanta importância no século XIX.

As viagens comerciais e de descoberta, como as realizadas entre os séculos XV e XVII,²⁶ mantiveram-se durante os dois séculos seguintes. Entretanto, outro tipo de expedição se apresentou no final do Setecentos: aquela com fins científicos. Esse novo elemento foi muito significativo, pois impulsionou áreas de conhecimento, como a das ciências naturais (base da ciência moderna), que tinham como princípio a observação e a experimentação. Se, por um lado, eram mantidos o ar aventureiro e enigmático, elementos próprios do deslocar-se, por outro, a viagem se tornava um empreendimento planejado – entre outras coisas, verificou e analisou os antigos trajetos, assim como contestou mitos e lugares fantásticos. Nesse sentido, o homem em trânsito passava a ser uma testemunha do lugar visitado.

Cumpra aqui observar que esse processo foi lento e progressivo. Angela Domingues menciona que as antigas descrições foram “alteradas e corrigidas à medida que a ciência europeia e sua metodologia se renovavam e evoluíam, que os modos de observação e as perspectivas valorizadas nas formas de encarar outras realidades se alteravam e os instrumentos de observação científica se tornavam mais exatos e precisos.”²⁷ Essa nova característica científica, com preciosas informações sobre todos os cantos do mundo, também amparava acirrados debates e a função utilitarista dos Impérios da Modernidade, que viam nos novos ares científicos mais possibilidades aos reinos. À

25 WIED-NEUWIED, op. cit., p. 399.

26 A pirataria europeia colaborou para esse acúmulo de conhecimentos sobre o mundo e a arte da viagem. Sobre isso, indicamos o texto BICALHO, Maria Fernanda. Diários de bordo, expedições científicas e narrativas de viagens: observações, descrições e representações do Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII). *Navigador* 5 (10). 9-22. 2009.

27 DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 133-152. 2008, p. 134.

medida que a manutenção da esfera política vinculava-se ao controle do conhecimento, podia, entre outras coisas, favorecer esses Estados economicamente e “civilizacionalmente, através da conquista de vantagens comerciais sobre novos espaços geográficos, novos produtos e novas rotas.”²⁸ Assim, as informações adquiridas em outros cantos do mundo seriam revertidas em benefícios comerciais e políticos. Do mesmo modo, contribuíam para a valorização do indivíduo portador desse saber, bem como da nação à qual pertencesse.

Com base nesse repertório, percebe-se que a viagem recebeu status de poder e conhecimento. Do mesmo modo, tornou-se um empreendimento dispendioso, planejado e cada vez mais complexo. Se no *Grand Tour* o preparo do aristocrata viajante se resumia a receber aulas de um letrado e ter como companhia um homem conhecedor de alguma área de saber, na viagem científica, o empreendimento dependia de um conjunto maior. Os novos conhecimentos sobre a ciência moderna e sobre a viagem edificaram uma cultura científica específica, que transitou por mundos como o da República das Letras, os locais de sociabilidade científica, as redes epistolares e as leituras de livros de viagem. Por isso, é pertinente que façamos uma apresentação desses ambientes e suas práticas, para que se compreendam as viagens filosófica, naturalista ou científica dos séculos XVIII e XIX.

1.1.1.1. A República das Letras e suas práticas no mundo científico

Em *O homem do Iluminismo*, Michel Vovelle definiu de forma exemplar o século XVIII. Apesar das particularidades na Inglaterra, Alemanha, França, Portugal, Espanha e outros locais, o chamado *grand siècle* manteve uma estrutura similar e se destacou pelo “cosmopolitismo, mudanças e acréscimo da circulação de homens e ideias.” No âmbito das ideias, houve a “multiplicação da correspondência, mundana ou erudita, pela difusão do livro, dos canais da literatura oficial aos da literatura clandestina, das gazetas, revistas [...]”. Esse trânsito de homens e ideias foi fundamental no processo intitulado Iluminismo e na circulação de um conhecimento cada vez mais científico, incluindo as notícias sobre viagens naturalistas. Entre os muitos aspectos setecentistas que permitiram essa circularidade de informações, nos concentramos na República das Letras. Essa sociedade universal, nascida na França, era composta por sábios ilustrados, em especial, filósofos.

28 Ibidem, p. 141.

Propagou e materializou muitas das ideias iluministas, estendendo-se por diversos cantos da Europa, consolidando a imagem comum do que deveria ser o homem letrado e os lugares de sua atuação. Tais formas também foram adotadas nos ambientes científicos.²⁹

A representação clássica da República das Letras era a de uma sociedade universal imaginária, mas que seguia uma composição social.³⁰ Possuía integrantes da Europa Ilustrada, ou seja, dos grandes e famosos centros de cultura erudita, como França e Alemanha, e os que, de alguma forma, tentavam integrar esse conjunto de sábios. O ingresso nesse universo de partilha de conhecimentos dependia de um patrocínio real ou de algum aristocrata, e se dava de muitas formas – e participação em alguma academia ou sociedade letrada, debates e circulação de notícias nos salões e cafés, livros e “correspondência regular mantida pelos homens de letras”.³¹ A ideia da universalidade dos letrados tinha como uns de seus princípios a integração dos homens de saber de todas as nações da Europa. Em ambientes, cada vez mais cosmopolitas como os salões,³² cafés, gabinetes de leitura, livrarias, sociedades livres, academias oficiais e secretas, se destacavam sujeitos que não atuavam somente como interlocutores, mas como informantes e transmissores de saberes que seriam úteis, também, aos Estados Modernos. Assim, o culto a sabedoria, filosofia, ciência e a partilha do conhecimento, alicerces da República das Letras e da sua universalidade imaginária,³³ foram igualmente reivindicados pelos reinos modernos.

Robert Darnton e Roger Chartier esclarecem que, nesse ambiente, a solidão e o retiro não eram compatíveis.³⁴ Por isso, a arte da conversa e do debate eram práticas próprias da sociedade universal e se davam em cafés parisienses e bibliotecas pertencentes à realeza. O próprio status do homem de letras permitiu essa troca de ambientes, interesses e conhecimentos a serem debatidos e propagados: a “condição de homem de letras é definida pelo facto de pertencer às diferentes instituições e formas de socialização das

29 VOVELLE, Michel. **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

30 DARNTON, Robert. Um inspetor de polícia organiza seus arquivos: a anatomia da República das Letras. In: **O grande massacre dos gatos**, e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 191 – 201.

31 ARAÚJO, Ana Cristina. **A cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 19.

32 Sobre os salões parisienses, os mais conhecidos são femininos, como de Madame Geoffrin, Madame Du Deffand, Mademoiselle de Lespinasse.

33 ARAÚJO, Ana.Cristina. op. cit., p.19.

34 DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII**. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; CHARTIER, Roger. O homem de letras. In: .VOVELLE, Michel. op. cit., p. 119-53.

sociedades de letrados, mas também pelos discursos múltiplos e contraditórios que a objectivam.”³⁵ Outra maneira de se propagar o conhecimento era pela cultura escrita, manuscrita e impressa. Dessa forma, o ato de conversar – materializado em palavras, parágrafos, ensaios, missivas e memórias – atravessou as fronteiras modernas, suas estradas, seus rios e seus continentes. É interessante ressaltar igualmente que ser um homem da República das Letras ou de uma sociedade universal do conhecimento, fosse francesa ou alemã, não dependia exclusivamente de talento ou dedicação. Havia outros elementos que determinavam a trajetória de uma pessoa no interior das sociabilidades do século XVIII. As redes de letrados eram estruturadas nos corredores e salões de instituições oficiais, como as Academias, e no interior do círculo chamado *Le Monde*, com os salões de uma elite sociocultural. O *Le Monde* não era limitado a um espaço de debates e artes; sua força condutora era a opinião pública que crescia e se fortalecia no Setecentos. Quando não viviam da venda de livros, os escritores que conheciam e cultivavam amizades com as “pessoas certas” tinham garantia de sobrevivência financeira e social. Ao serem adotados por uma sociedade de ricos patrocinadores e cortesãos, uma troca era estabelecida: *Le Monde* recebia entretenimento e instrução, e os letrados tinham financiamento, refinamento e posição social.³⁶

Padrões sociais eram exigidos para se integrar *Le Monde*, como as práticas dos *philosophes* franceses, tidas como modelo de conduta e adotadas em outros cantos da Europa. Algumas eram extremamente necessárias para que uma porta se abrisse, como o acesso às pessoas que recrutavam jovens talentosos, tanto para *Le Monde* quanto para o próprio governo. Uma carta de apresentação endereçada ao Abade Guilherme Raynal (1713-1796), por exemplo, era valiosa, não apenas para a entrada nesse universo das letras, mas porque poderia favorecer um ganha-pão. A mobilidade nesses ambientes também influenciava as pensões que essas pessoas recebiam, por meio de cargos distribuídos pelo governo, nos empregos em jornais e almanaques, na tutoria de algum jovem aristocrata e até mesmo em Academias e Bibliotecas.³⁷ Por isso, seguir as regras era fundamental. Era indispensável possuir ou adquirir boas maneiras, para circular de acordo com a etiqueta francesa. Do mesmo modo, era preciso tempo para frequentar os salões nas quartas, quintas ou sextas-feiras. Também era útil elogiar o Rei e seu governo. Os que não se adequavam a

³⁵ Ibidem, p. 143.

³⁶ DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 11-23.

³⁷ Ibidem.

essas e outras leis da República das Letras eram renegados ao mundo dos subliteratos, sem princípios nem uma instituição formal.³⁸

A experiência concreta ensinou-lhes que o mundo real das letras funcionava como tudo o mais no *Ancien Régime*: os indivíduos avançavam como podiam por um labirinto de instruções barrocas. Para conseguir publicar um artigo no *Mercure*, ter uma peça aceita pela *Comédie Française*, encaminhar um livro nos meandros da *Direction de la Librairie*, ganhar assento numa academia, frequentar o *salon* ou abiscoitar uma sinecura na burocracia, era preciso recorrer aos velhos expedientes do privilégio e da proteção. Talento, por si só, não bastava.³⁹

Os subliteratos são essenciais para compreendermos que, na República das Letras, a ideia de universalidade seguia um modelo restrito de sociedade. Apesar da socialização do conhecimento e do intercâmbio de ideias por diferentes vias (como a correspondência e o mundo dos subliteratos), o mundo real das letras era um espelho do Antigo Regime e reproduzia ambientes restritos aos escolhidos. Esses poucos beneficiados tinham como apoiadores o poder Real e a influência da aristocracia. Ou seja, o saber não era condição de manutenção desse lugar, pois a permanência do letrado se dava quando esse seguia a etiqueta e as regras, especialmente as de quem o financiava. Com a ciência moderna, outro grupo se destacou nesse ambiente: o dos cientistas. Esses investigadores da natureza sempre circularam pelos salões e academias, se beneficiando da ascensão dessa sociedade universal.⁴⁰ Até meados do século XVIII, não havia distinção entre o homem de ciências e o homem de letras. Não havia “duas culturas diferentes, a científica e a literária, mas uma única que constitui a República das Letras”.⁴¹

O desenvolvimento da arte da conversa e, em especial, da sociabilidade, tão comuns nessa república universal, também colaboraram nas divisões de campos e no nascimento das associações e academias mais específicas, como as científicas.⁴² Um dos

38 Darnton analisa esse tipo social, que nasce “no limo da República das Letras”. DARNTON, Um inspetor de polícia ... In: DARNTON. **Boemia...**, op. cit.

39 Ibidem, p. 32.

40 VOVELLE, op. cit., p. 23.

41 BADINTER, Elisabeth. **As paixões intelectuais**, v.1: Desejo de glória (1735-1751). Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 11-18.

42 Silva destaca que o início desses locais se deu pela crítica às Universidades Medievais. Além disso, o autor, com base nos estudos de James E. McClellan III, pontua outros elementos que seriam a base das Academias e Associações. Para McClellan, a fase inicial deste movimento organizacional teria três etapas: “a rede de correspondência e de contatos estabelecida por Marin Mersenne (1588-1648), em Paris, nos anos 1630 e 1640, a criação da Accademia dei Lincei (Roma, 1603-1630) e o aparecimento da Accademia del Cimento (Florença, 1657-1667). Estas academias foram, por um lado, herdeiras do humanismo renascentista propiciador da Revolução Científica e, por outro, constituíram uma fase preliminar e de transição para as academias e sociedades científicas

motivos para os encontros de sujeitos ilustrados em um mesmo espaço era organizar um tipo definido de saber. No caso dos homens de ciência, tratava-se da investigação dos fenômenos naturais. Paulatinamente, os frequentadores do *Le Monde* e escolhidos do Rei caracterizaram os ambientes e especificaram os assuntos, a especialização da ciência natural e da viagem.

Nos resta agora entender de que forma esse grupo se manteve na República das Letras, realizou seu intercâmbio de ideias, salvaguardou as relações com o poder Real e preservou o modelo seletivo e rigoroso da sociedade universal. As nuances da ciência moderna são encontradas já no século XVI, embora somente em meados do século XVIII é que academias e salões passaram a abrigar debates mais específicos. Não detalharemos o método da ciência moderna, mas alguns de seus traços fundamentais merecem atenção. Muito se investigou sobre os responsáveis pela ciência moderna, entre os séculos XVI e XVIII. Entre eles, Galileo Galilei (1564-1642), Francis Bacon (1561-1626), René Descartes (1596-1650) e Isaac Newton (1643-1727); além de apresentarem novos métodos e teorias de investigação da natureza, colaboraram na desconstrução de um modelo de estudo sobre os fenômenos naturais mantido desde Antiguidade. Esses homens criticaram determinadas doutrinas, em especial a aristotélica, na qual se acreditava que só se alcançava o conhecimento pelo próprio conhecimento. Os filósofos da natureza contrapunham tais ideias ao método de investigação da natureza que primava pela observação e pela experimentação. Nessa perspectiva, os eventos naturais passaram a ser analisados de forma controlada e sistemática, o que trouxe a necessidade de instrumentos de observação (luneta, relógio, pêndulo), assim como descobertas de novos fenômenos e teorias.⁴³

O sujeito dedicado às ciências pode ser compreendido como *filósofo natural*, *naturalista*, letrado ou mesmo, cientista. O certo é que estava “decidido a investigar os fenômenos naturais através de métodos empíricos, medições e verificações experimentais, através de uma linguagem e de objetivos diferentes dos de disciplinas tradicionais como a filosofia (...)”.⁴⁴ Em suma, ele deveria reconhecer, conhecer e transformar o mundo. Por

setecentistas que emergiram daí em diante (...)” SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. **A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834):** ciências e hibridismo numa periferia europeia. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Lisboa, Universidade de Lisboa, 2015. p. 03.

43 LOSEE, J. **Introdução histórica à filosofia da ciência.** Trad. B. Climberis. Belo Horizonte, Itatiaia e São Paulo: Edusp, 1979; LUCIE, P. **A Gênese do Método Científico.** Rio de Janeiro, Campus, 1977.

44 FERRONE, Vincenzo. O homem de ciência. In: VOVELLE, op. cit., p. 157-182.

isso, observa-se no seu comportamento social a troca do conhecimento pela conversação e pela escrita, propiciando a circulação das novas ideias, o confronto com as antigas teorias, a leitura e o debate dos escritos, manuscritos e a tradução do que fosse necessário.

Nessas outras formas de se entender o mundo, o conhecimento científico era útil igualmente para a manutenção dos Impérios Modernos e o “progresso dos povos”. Assim, o filósofo natural das últimas décadas século XVIII seguia metamorfoseando seu status com o do antigo *savant* da *Académie*, o intelectual a serviço do reino, que se consagrou no do século XVII. O primeiro alimentava a ideia de que a ciência tinha como tarefa produzir riqueza, “melhorar a saúde, desenvolver o comércio”, retrato consagrado por Francis Bacon (1561-1626). O segundo manteve o caráter utilitário da ciência,⁴⁵ mas participava da crescente especialização que conduzia “à identificação da pesquisa científica como profissão”.⁴⁶ Essa figura frequentou e atuou diretamente nas instituições científicas, tornando-as ambientes simbólicos e cenários de famosos debates.

Os elementos próprios da República das Letras – o cosmopolitismo, a sociabilidade proporcionada pelo conhecimento, os ambientes frequentados por esses homens, a opinião pública e o financiamento real – contribuíram para as mudanças de paradigmas científicos. O modo de pensar a natureza tornou-se mais fragmentado e especializado. Com os espaços que acolhiam o filósofo naturalista e suas ideias não foi diferente, pois foram dotados de características singulares e direcionados a áreas com contornos pouco definidos, como a química, a zoologia e a biologia. É desses ambientes que nos ocuparemos a seguir.

1.1.1.2. O nascimento e fortalecimento de práticas e de espaços de sociabilidade científica.

Uma das características da República das Letras foi a circulação do conhecimento e da informação pelos espaços de sociabilidade ilustrada na Europa. É necessário retomar que os cafés, os salões, as bibliotecas particulares, os gabinetes de leitura, entre outros,

45 Idem. Sobre o aprofundamento dos conceitos de *natural philosopher* e *savant* indicamos o debate desenvolvido por Vincenzo Ferrone. Ainda nesse sentido, mantemos a ideia de que a ciência moderna, mesmo na busca de sua especialidade, não deixou o caráter utilitário de lado.

46 Ibidem p. 158.

foram vias para diferentes informações, propagando, igualmente, a imagem do ilustrado em Paris, Madri ou Lisboa, com um papel importante na edificação da ciência moderna e na manutenção dos impérios que a sustentavam.⁴⁷ Essa menção se faz necessária para percebermos os ambientes e as estratégias comuns a esses homens que formavam uma elite e “almejavam alcançar as posições de comando da cultura e iluminar de cima para baixo”.⁴⁸

Com base nesse repertório de divulgação das ideias no Iluminismo, foram criados alguns ambientes dedicados ao estudo da natureza, como os gabinetes, os jardins botânicos, os museus e as academias. Desse cenário, escolheu-se destacar, para este estudo, os espaços que, além de científicos, tiveram estreitos vínculos com as viagens filosóficas.

Os espaços compatíveis com o conhecimento moderno sobre o mundo (os já mencionados cafés e salões) foram trocados pelas academias e sociedades científicas e por alguns ambientes universitários, especialmente no século XVIII. A Universidade de Göttingen (onde estudou Maximilian Wied-Neuwied) e a seiscentista Academia das Ciências de Paris são apenas dois exemplos de locais muito frequentados por naturalistas de todo o globo. Nesses espaços, o naturalista tinha a oportunidade de visitar a biblioteca, ouvir a sessão de leitura de uma memória científica, adquirir publicações, trocar correspondências, assistir a uma aula específica sobre filosofia natural e integrar os grupos interessados nos materiais de viagens. Os muitos relatos de viagem do período testemunham o rápido desenvolvimento desses ambientes no decurso do século XVIII, que tinham a universalidade como característica e “prefiguravam nitidamente aquilo a que chamamos hoje uma moderna comunidade científica internacional”.⁴⁹

Para que tal intercâmbio fosse alimentado, foi necessária a adoção de um padrão de valores, linguagens e práticas. Nessa dinâmica se mantinham determinadas singularidades, como um conteúdo disciplinar de uma universidade, e estabelecia um mesmo horizonte de referência para as instituições científicas:

Se, por um lado, são evidentes em cada uma dessas iniciativas as características originais, os condicionalismos do conteúdo histórico, a diferença de objetivos políticos e programáticos, por outro, vem também à superfície com alguma insistência a verificação de um mesmo horizonte de referência. Sente-se nitidamente

47 Sobre os salões franceses, ver HELLEGOUARCH, J. **L'esprit de société: cercles et salons parisiens au XVIII^e siècle**. Paris: Garnier, 2000.

48 DARNTON, **Os dentes falsos...**, op. cit., p. 19.

49 FERRONE, op. cit., p.165.

a existência de um quadro unitário de valores, de linguagem, de práticas. A “Nouvelle Atlantide” surge como uma espécie de comunidade cultural de aspectos incompreensíveis se não fizermos referência à força e ao êxito crescente de todo o movimento acadêmico setecentista.⁵⁰

O horizonte de referência do qual fala Ferrone explica como a cultura científica europeia e seus padrões atravessaram fronteiras e se multiplicaram. Tal processo pode ser percebido na grande rede de sociabilidade científica que articulou instituições, indivíduos e teorias científicas.

O essencial de uma rede deste tipo é o fato de que “os recursos estão concentrados em poucos locais – nas laçadas e nos nós – interligados – fios e malhas. Essas conexões transformam os recursos esparsos numa teia que parece se estender por toda a parte”.⁵¹ A noção de rede pode esclarecer o porquê da valorização e da propagação, em determinados espaços, de padrões científicos e indivíduos, pois as laçadas ou os nós podem ser qualquer um desses três elementos.

Gabinetes de história natural, jardins botânicos e museus de história natural foram destinos certos dos homens de ciência. O gabinete era um aglomerado de objetos, que iam de coleções de moedas a fetos de animais exóticos. Esse interesse por espécies naturais de lugares longínquos não era novidade, pois o colecionismo era praxe entre nobres e enriquecidos.⁵² Desde o século XV, os chamados “gabinetes de curiosidades” reuniam globos terrestres, relógios, moedas, estátuas da Antiguidade, plantas exóticas, animais, minerais, entre outros.

Fernanda de Camargo-Moro elenca a origem de alguns desses espaços na Europa e esclarece como se tornaram uma espécie de amostragens do mundo: em 1568, foi criado em Bolonha o *Teatro della Natura*, pelo naturalista e professor paduano Ulisse Aldrovandi (1522-1605); vinte e cinco anos depois, o rei Henri IV, da França, criou em Montpellier o

50 Ibidem.

51 LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 294-329.

52 Para mais detalhes sobre as coleções reais, indicamos a obra PEREIRA, Magnus Roberto de Mello “Las cosas singulares de piedras, animales, plantas”: la formación y el funcionamiento de la red imperial española de remesas científicas en el Virreinato del Río de la Plata. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 21. n.1. p. 91-138. jan.-jun. 2013. p. 93; o artigo de CAMARGO-MORO, Fernanda. Câmara de maravilhas, studioli e gabinetes de curiosidades: Vandelli e sua circunstância. In: CAMARGO-MORO, Fernanda & KURY, Lorelai **O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli**. Dantes Editora, s./l. 2008; e CERÍACO, Luis Miguel Pires; BRIGOLA, José Carlos Pires; OLIVEIRA, Paulo de. Os monstros de Vandelli e o percurso das coleções de história natural do século XVIII. In: FIOLHAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota & MARTINS, Décio (eds.). **História da Ciência Luso-Brasileira**; Coimbra entre Portugal e o Brasil. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

Jardin des Plantes, que abrigava diversas coleções de História Natural e era visitado por curiosos e letrados; seu filho, Luís XIII, criou o Jardim Real das Plantas Medicinais em 1635, que mais tarde deu origem ao famoso *Jardin du Roi*. Entre 1739 e 1788, o *Jardin* foi dirigido por uns dos principais naturalistas do Iluminismo: Georges-Louis Leclerc, o conde de Buffon. Em 1793, esse espaço foi transformado no Museu Nacional de História Natural.⁵³

Acervos reais e particulares já estudados, catalogados e organizados, mas conforme a curiosidade era substituída pela ciência, entendida como um conhecimento especializado, utilitário e pragmático, essas coleções passaram a compor, no final do século XVII e durante o século XVIII, parte dos acervos de muitos museus europeus de história natural,⁵⁴ como o *British Museum* (1753), o Museu da Ajuda (1768), o Museu de História Natural de Coimbra (1772) e o *Muséum d'Histoire Naturelle* (1793). De acordo com Magnus Pereira, esses espaços significavam mais do que a simples reunião de curiosidade; os chamados Teatros da Natureza, por exemplo, “*además de divulgar la ciencia como forma superior de conocimiento, fueron utilizados como instrumentos de afirmación del poder de las casas reinantes*”.⁵⁵

Nesse sentido, é possível perceber como a representação científica no período moderno era símbolo de poder dos reinos. Nas amostras de peixes, aves, conchas, borboletas, minérios, crânios, ovos de tartarugas, coleções de plumas e serpentes, distribuídas em mesas, frascos de vidro, papéis cuidadosamente preparados e vitrines havia a dupla denotação de poder. Primeiro, o do erário que permitia o financiamento de viajantes e a compra de coleções que enriquecessem aqueles ambientes. O segundo, o poder ilustrado, que revelava as preocupações modernas e utilitárias para o seu progresso e o desenvolvimento dos reinos, conseqüentemente, dos seus súditos. O Reino de Espanha é um belo exemplo de transição das coleções de curiosidades para os ambientes institucionais e, mais tarde, científicos. Tradicionalmente, a família real espanhola constituía coleções de espécies, amostras, animais das colônias americanas e de locais como China, Japão e Índia, além de adquirir coleções particulares, como a de Pedro Franco Dávila. Nas últimas duas décadas do século XVIII, uma política de modernização urbana e científica reuniu essas

53 CAMARGO-MORO, op. cit.

54 Sobre os detalhes da transição do colecionismo de curiosidades para o de caráter científico ver PEREIRA, Las cosas singulares ..., p. 95.

55 Ibidem, p. 92.

inusitadas coleções em um único complexo, o Salão do Prado, que incluía gabinete de história natural, jardim botânico e um observatório astronômico. Foi inaugurado em 1781 e era a materialização do mecenato real voltado à cultura científica.⁵⁶ Esse conhecimento científico era igualmente produzido, organizado e propagado nas academias, que mantinham seus membros, sessões e reuniões, áreas disciplinares, publicações próprias, bibliotecas, laboratórios de química, jardins botânicos e museus.⁵⁷ As emblemáticas *Royal Society of London* (1660) e a *Académie Royale de Sciences de Paris* (1666) se firmaram como modelos que se espalharam para o resto do globo. A ideia do ritual simboliza esses lugares, com uma etiqueta rígida para seus membros, normas de comportamento, modelos de escrita e “práticas obstinadas para apreciar os trabalhos e propagandear no estrangeiro os méritos e as conquistas dos estudiosos.” A *Académie*, além de ser a própria representação da hierarquia absolutista, tinha atribuições importantes e que a caracterizaram realmente como um órgão real. Ali se examinavam novidades científicas do estrangeiro e da pátria, controlava-se e orientava-se a pesquisa por meio de concursos e criavam-se as bases para o desenvolvimento de tecnologias para todos os “inventores”.⁵⁸

As academias, no plural, fortaleceram-se em princípios simbólicos, de ordem cultural e social, como a elitização do conhecimento científico e a tomada para si das novas responsabilidades nascidas da união entre ciência e política. O saber e o desenvolvimento das ciências eram sedutores e foram fonte de riqueza e glória para seus praticantes. Nesse sentido, o Estado também interveio nesses espaços, transformando acadêmicos em assessores e o conhecimento em sua propriedade. O “rei e seus ministros dão-se conta das vantagens que podem advir do desenvolvimento das ciências – principalmente do progresso da astronomia, que facilita a navegação, e da ótica, cujos instrumentos mudam a visão humana”.⁵⁹ Tais instituições tinham linhas programáticas e elegiam áreas de conhecimento para as suas sessões ou classes, como a de literatura e a de ciências naturais. Entretanto, não era somente isso que definia o tema debatido e publicado, pois, é essencial perceber, esses movimentos organizacionais eram a reprodução da sociedade e da cultura na qual foram fundados:

56 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello & CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. O viajante instruído: os manuais portugueses do Iluminismo sobre métodos de recolher, preparar, remeter, e conservar productos naturais. In: DORÉ, Andréa & SANTOS, Antonio César de Almeida. **Temas Setecentistas**. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2009, p. 102.

57 Em relação às especificidades desses espaços, indicamos o trabalho de José Alberto Silva. O autor dedica parte da tese às propostas taxonômicas das academias e sociedades científicas europeias. SILVA, op. cit.

58 FERRONE, op. cit., p. 159.

59 BADINTER, op. cit., p. 12.

As academias e sociedades médicas, as sociedades de agricultura e a generalidade das sociedades patrióticas ou económicas, embora com propósitos aparentemente distintos, corporizaram todas, de algum modo e cada uma à sua maneira, um processo de produção e organização de várias ciências, não sendo relevante, neste aspecto, qualquer tentativa de demarcação baseado apenas em critérios nominalistas. A natureza do conhecimento produzido no quadro de uma academia científica, embora partilhado uma matriz cognitiva comum, não é, pois, alheia à matriz social e cultural em que ela se inscreve e foi fundada. Discutir temas como a “criação do gado vacum”, o “fabrico de gadanhas”, a cultura dos nabos ou a distribuição de sementes e alfaías agrícolas tem um significado e implicações de ordem social e cultural – para além das, obviamente, epistemológicas – diferentes das de se tratarem analiticamente as perturbações orbitais do movimento lunar, ou do problema do três corpos ou, ainda, das equações gerais da mecânica. Esta diferenciação programática marca também a natureza e o perfil das academias que as promovem, e constituem sinais dos contextos sociais e culturais em que elas emergem.⁶⁰

Esses espaços ficaram famosos pelos debates travados entre seus membros ou com outras instituições de saber. Também é interessante perceber a rigidez na escolha dos sócios, como no caso das *Académie Royale de Sciences* e *Royal Society*, representantes da “ciência oficial”, nas quais o talento nem sempre era o mais requisitado. A escolha passava também pelas redes de influência e benefícios políticos e econômicos que o sócio trazia para o lugar. Como tais espaços eram o reflexo de uma sociedade aristocrática do Antigo Regime, em alguns casos, bastava que o indivíduo fosse nobre para que pudesse participar oficialmente das concorridas sessões. Os muitos homens recusados colaboraram para o desenvolvimento de outras academias ou sociedades filosóficas.⁶¹ Na França, entre 1720 e 1760, círculos intelectuais deram origem a importantes academias, como as de Dijon, Montpellier e Bordeaux; na Inglaterra, tem-se a *Lunar Society of Birmingham* (1766) e a *Manchester Literary and Philosophical Society* (1781).⁶² Os estatutos da *Académie Royale de Sciences* e da *Royal Society* serviram de modelo, definindo, em linhas gerais, os sócios honorários, efetivos, estrangeiros e correspondentes, todos com obrigações de apresentar algum estudo científico, analisar as memórias enviadas e participar das sessões de leitura. É certo que muitos sócios estrangeiros nunca colaboraram e que os mais famosos eram convidados pelo prestígio e reconhecimento científico, como Carl von Linné (1707-1778), que constava na lista de sócios estrangeiros de muitas delas. Os sócios correspondentes,

60 SILVA, op. cit., p. 05.

61 Outra forma comum de proliferação do conhecimento científico em diversas localidades europeias foi a do professor itinerante. Essa figura anunciava seus cursos nos jornais das grandes cidades, como Lisboa, ou viajava pelas províncias com cursos rápidos para os interessados nas novidades científicas. Tem-se o caso do inglês Benjamin Martin que, entre 1740 e 1780, disseminou pela Inglaterra os debates newtonianos. In: SOARES, Luiz Carlos. A Albion revisitada no século XVIII: novas perspectivas para os estudos sobre a ilustração inglesa. **Revista Tempo**, n. 16, p. 1-32, 2004.

62 Ibidem p. 23; FERRONE, op. cit. p 166.

estrangeiros ou locais, eram grandes colaboradores e mantinham um intercâmbio intenso com outras categorias.⁶³

Badinter menciona como os debates ocorridos na *Académie Royale de Sciences* entre 1735-1750 foram impetuosos também nas missivas entre sócios e não-sócios.⁶⁴ Na Real Academia das Ciências de Lisboa, há cartas que nos levam a crer que os calorosos debates científicos foram igualmente intensos.⁶⁵ A troca de escritos entre sócios e não-sócios, assim como a correspondência enviada para a Academia discutindo algum tema publicado anteriormente, mostram que a sociabilidade científica não acontecia somente nas reuniões ou nas leituras públicas, pois as redes de correspondência participaram da difusão dos saberes modernos, incluindo aqueles das viagens filosóficas.

1.1.1.3. A rede de correspondência

A rede de correspondência se estendeu por todas as instituições de saber no século XVIII. Os envios e reenvios entre naturalistas alimentavam gabinetes, museus de História Natural, universidades e academias por toda a Europa. Só como exemplo, veja-se a trajetória de Linné, um dos grandes representantes desse período. O naturalista sueco viajou pela Lapônia e Dalarna, entre 1732 e 1734; na Universidade de Uppsala, foi lente e diretor do Jardim Botânico; elaborou a nomenclatura binominal da classificação científica, que se tornou o padrão utilizado na botânica até os dias de hoje. Com sua reputação científica consolidada, Linné edificou uma rede de informações para coletar, analisar e classificar o maior número de espécies de fauna, flora e minerais dos quatro cantos do mundo. Os interlocutores de Linné mencionam trocas de amostras e sementes de espécies, e o reconhecimento de seu mérito “*era tal, que prácticamente todos los involucrados con ciencias naturales procuraban congregarse a su red. Intercambiar correspondencia con el nataruralista sueco o enviarle ejemplares, era casi una obligación para aquellos que buscaban reconocimiento científico de la epoca*”.⁶⁶

63 SILVA, op. cit.

64 BADINTER, op. cit.

65 Academia Real das Ciências de Lisboa. Cartas de 1810 a 1818.

66 PEREIRA. “Las cosas singulares ...” p. 95.

Além dos debates e da divulgação do conhecimento botânico, havia notícias sobre as viagens científicas, que no século XVIII eram financiadas por alguma dessas instituições científicas oficiais, ou seja, eram pagas pelos tesouros reais. O responsável por essas missões mantinha contato permanente por meio da correspondência oficial. Nessa documentação, eram relatados os problemas de ordem diplomática e realizados determinados pedidos, como o de instrumentos de trabalho e livros. Havia também os relatórios que elencavam os gastos da viagem, as descrições das espécies identificadas e o próprio envio do material botânico coletado. O naturalista que expedia as informações durante o próprio trânsito servia de elo entre o local da viagem (América, Austrália ou África) e os espaços científicos; as notícias que elaborava eram divulgadas nas sessões de leituras públicas, depois consultadas por outros viajantes e utilizadas nas aulas de naturezas distintas. Esses conhecimentos foram fundamentais na elaboração e na padronização da viagem filosófica e interferiram diretamente em suas etapas: a do preparo da expedição, a da viagem em si e a do retorno do viajante.

Com relação aos impérios que custearam essas jornadas, é fundamental perceber que a afirmação de poder por meio do conhecimento científico fazia-se de muitas formas. Uma delas era o patrocínio de uma expedição naturalista, para criação e manutenção de um espaço que corporificasse as terras visitadas pelos súditos ilustrados, já que uma das muitas atribuições das viagens naturalistas era a de enviar amostras. Linné foi um caso emblemático nesse sentido, pois sua rede de sociabilidade, fundamentada em sua autoridade científica para a classificação das espécies e seus usos, carregava em si um propósito universalizante e que deu alicerce ao projeto das coroas europeias, de conhecimento e reconhecimento do mundo. As *“motivaciones científicas de esta nueva fase expansionista, nacieron y se desarrollaron inextricablemente vinculadas a propósitos utilitarios e imperiales”*.⁶⁷

1.1.2. As viagens ilustradas do século XVIII

O projeto de conhecimento e reconhecimento do mundo pelas viagens tinha justificativas cada vez mais universais, como a de que contribuiria com o conhecimento, o

67 PEREIRA & CRUZ, O viajante instruído..., op. cit., p. 102. p. 96.

desenvolvimento dos reinos e o progresso dos povos. Se a ciência natural fornecia novas respostas para problemas políticos e econômicos, o Estado deveria financiar o necessário para a aquisição desse conhecimento moderno. E o maior investimento, certamente, era para a viagem, que não acontecia sem o apoio de gabinetes, academias e jardins botânicos. Boa parte de suas coleções provinha das expedições dos homens de ciência. Quando se encontrava em trânsito, o naturalista catalogava e comparava suas coletas a exemplares já descritos e analisados por outros cientistas, como Linée e Georges Buffon (1707-1788).⁶⁸ Concluída essa etapa, despachava os espécimes “imersos em álcool, envoltos em substâncias macias, embrulhados em papel. Todo o cuidado era pouco para se preservar os fragmentos e testemunhos da longa viagem em busca do conhecimento”.⁶⁹

O viajante naturalista era o instrumento capaz de atender os propósitos de seu rei, assim, quando integrava alguma expedição promovida por governos, deveria atender às solicitações de seus patrocinadores, como a de recolher informações detalhadas ou inéditas sobre os locais que investigavam. No Setecentos, centenas de missões científicas foram subsidiadas pelos governos, como as de Charles Marie La Condamine (1701-1774) e James Cook (1728-1779). Ambas tiveram financiamentos reais e orientações de academias reais de ciência, e outras expedições que as seguiram, com maior ou menos intensidade, adotaram o mesmo padrão, como a dos franceses Louis Antoine de Bougainville (1729-1811) e Jean François Galaup, conde de La Péroude (1741-1788) e a do espanhol de Alessandro Malaspina (1754-1810). A todas se podem associar motivações políticas e propósitos científicos.

O Conde de Bougainville, por exemplo, foi instruído nas ciências do cálculo, em história natural, geometria e astronomia; “era, além de *filósofo* no sentido mais caro aos enciclopedistas, homem de seu tempo: militar, diplomata, empreendedor, amante do mar e dos negócios. Tantas qualidades o habilitavam a se engajar numa empresa ao mesmo tempo exploratória e colonialista”.⁷⁰ Representou a França, na ocasião governada por Luís XV, na guerra contra os ingleses no Canadá e nos muitos projetos que se seguiram com a intenção de alargar o império ultramarino francês. Um desses foi a missão de viagem ao redor do mundo, que durou de 1766 a 1769. Segundo as instruções régias, Bougainville tinha entre

68 Buffon era o encarregado do Jardim das Plantas de Paris. Ele tornou esse espaço um local de aclimação e estudo de diversas espécies. Também publicou o famoso compêndio *A História Natural*.

69 RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **Revista Tempo**, v. 6, p. 157-182, 1998, p. 1.

70 BICALHO, op. cit., p. 17.

suas incumbências o exame de plantas, a identificação da produção dos territórios visitados, o registro das baías e portos e tudo mais que pudesse interessar às futuras expedições. A viagem contou com dois navios, escrivães, cirurgiões, astrônomos e nobres versados nas artes da natureza.⁷¹

O súdito ilustrado também se entendia como parte desse projeto científico utilitarista. A seguir, essa figura do viajante cientista será reforçada. Também serão abordadas as características e práticas dessas viagens científicas, dentre elas suas estreitas relações com determinadas instituições e com o poder real. Por enquanto, o contexto acima deve ser mantido como pano de fundo para se entender que foi nesses espaços científicos (gabinetes, jardins, museus, universidades e academias) que se desenvolveu a ciência moderna e as viagens de conhecimento ilustrado. Ali se orientavam saberes e interpretações, se debatiam e divulgavam técnicas e teorias científicas, estreitando os laços entre saber e poder. Esse elo entre o Estado e a ciência representava a ideia de que “o estudo da natureza recriava o espírito e era útil à sociedade, porque a aplicação dos conhecimentos científicos gerava novos recursos económicos e mais riqueza”.⁷²

Em alguns momentos, as expedições setecentistas assemelharam-se às expedições renascentistas de exploração e comércio. Entretanto, se existe uma possível repetição de determinadas características das viagens, como a dos seus financiadores, isso valeria para o homem que estava em trânsito? Em outras palavras: quais eram as diferenças e semelhanças entre o viajante que partiu na caravela *Pinta*, no século XV, e o que viajou no navio *Endeavour*, no século XVIII? Que homem partira aos mares e aos continentes no período da Ilustração? Tentaremos aqui esclarecer essas questões, delineando o perfil do viajante cientista, sua formação e treinamento. Do mesmo modo, serão narradas algumas expedições francesas e inglesas que se tornaram modelos. Para começar, há que se definir quem era esse sujeito.

Em uma expedição setecentista havia uma variedade de sujeitos a bordo, entre eles, o marujo que ajustava a vela, o tripulante carregador das muitas caixas com os equipamentos necessários, o cartógrafo, o marinheiro, o desenhador ou riscador e o naturalista – que, em alguns casos, concentrava em si muitas aptidões. Tal homem

⁷¹ Ibidem, p. 17-18.

⁷² ARAÚJO, Ana Cristina. Cosmopolitismo e patriotismo. A propósito dos Estatutos Literários e Económicos da Sociedade dos Mancebos Patriotas de Coimbra. In: OLIVA, João Luis & GARNEL, Rita (Orgs.). **Tempo e História. Ideias e Políticas**. Coimbra: Editorial Almedina, 2015.

contribuiu e atuou em uma mistura de curiosidade e confiança na ciência, no fortalecimento do comércio e do progresso.⁷³ Nessa tríade – comércio, ciência e progresso – o viajante naturalista foi fundamental. Em relação ao comércio, a reconquista e a recolonização setecentista do mundo reformaram as velhas rotas e traçaram novos caminhos pelos oceanos. As antigas travessias, como a do Atlântico, tornaram-se mais seguras e rápidas. No que diz respeito à ciência, a expedição iluminista era dispendiosa e organizada minuciosamente; exigia, além dos tripulantes especializados, aparelhos de observação de espécies, livros específicos, caixotes para a coleta do que fosse encontrado, produtos especiais para o preparo do que fosse encaixotado, entre outros elementos. Esse conjunto – práticas, objetos e indivíduos – amparava ainda mais a observação e os métodos empíricos. As luzes da razão, e toda a cultura que ela alimentava, criavam e recriavam, eram o elemento que transformava uma aventura em uma expedição científica confiável.

A realização e o sucesso do deslocamento também dependiam da pessoa que o realizasse. Traçar o perfil desse sujeito e compreendê-lo como agente histórico no universo científico, pode ser feito por meio da imagem do explorador, que era o reconhecedor (mais que o aventureiro) que viajava em missão organizada

com o financiamento de um príncipe, de um grupo de comerciantes, de uma instituição científica ou missionária, com objetivos precisos nascidos de um conhecimento geográfico provisório e das expectativas de uma época. Em vez de se lançar no vazio, o explorador sabe o que deve procurar, o que pretende encontrar.⁷⁴

Essa caracterização dá outro sentido para a viagem e o viajante. Ainda que fosse uma grande aventura, o itinerário era planejado da maneira mais utilitarista e precisa possível. O explorador de que fala Bourguet não é o aventureiro, tão comum nos séculos XV e XVI, nem sequer é o cientista, que se cristalizou no século XIX. Esse explorador participou daquilo que Vincenzo Ferrone definiu como “laboratório da modernidade”, ou o século do protagonismo científico. Foi no século XVIII que se demarcou não só o que seria a ciência e o que ficaria aquém dela, como, igualmente, definiu quem seriam seus protagonistas. Revela-se, nesse processo, o homem de ciência distinto do letrado, do teólogo e do filósofo.⁷⁵

73 BOURGUET, Marie-Noëlle. O Explorador. In: VOVELLE, op. cit., p. 209.

74 Ibidem, p. 212.

75 FERRONE, op. cit., p. 174.

[...] para compreender a caracterização setecentista do homem de ciência, impõe-se antes de mais o conhecimento do facto de que aquela figura ter atrás de si, pelo menos, dois séculos da chamada revolução científica. Tinha também os esforços de professores universitários, clérigos, médicos, filósofos, matemáticos, astrólogos, artistas, arquitectos e engenheiros no sentido de dar vida a um novo saber e a uma figura inédita do intelectual decidido a investigar os fenómenos naturais através de métodos empíricos, medições e verificações experimentais, através de uma linguagem e de objectivos diferentes dos de disciplinas tradicionais como a filosofia, a teologia, o direito ou a literatura.⁷⁶

Esse homem de ciência resultou da soma de experiências científicas anteriores com as suas e as de seus contemporâneos, em um século de cosmopolitismo, mudanças e acréscimos na circulação de pessoas e ideias. Esses elementos do século XVIII, junto ao diálogo acumulativo dos saberes específicos, possibilitaram o nascimento de uma figura inédita até então: o cientista profissional. Tal afirmação corrobora duas importantes ideias, sempre retomadas pelos que se dedicam à história das ciências. A primeira delas é a de que as pessoas não constroem sozinhas o conhecimento, a partir do nada. Nascemos todos em um cenário epistemológico carregado de informações e variados métodos para a sua produção, ampliação e aperfeiçoamento. Não há como negar essa soma da cultura científica europeia. Basta evocarmos, a título de exemplo, as investigações de Galileu Galilei, Francis Bacon e Isaac Newton.⁷⁷ A segunda ideia é a de que a natureza do conhecimento científico é histórica, portanto, dependente do que o cientista tinha disponível no período em que viveu, fosse um instrumento prático, como um telescópio, fosse o aparato teórico intelectual – ou, nas palavras de Alan Chalmers, “que sejam quais forem as resistências dos homens, os processos racionais, empíricos e experimentais que a ciência historicamente encerra mudam e evoluem”.⁷⁸

Assim, pode-se dizer que o viajante naturalista foi um cientista profissional⁷⁹ de acordo com as exigências e critérios do período. Era um sujeito treinado a investigar os fenômenos naturais por meio de medições, métodos empíricos e verificações. De igual modo, foi um acumulador de saberes específicos, não somente nas suas áreas de atuação, mas também de saberes do viajar e do estar em outras terras que não eram as suas. A

⁷⁶ Ibidem, p.157.

⁷⁷ Alan Chalmers é um dos muitos estudiosos dedicados ao tema. Na obra *A Fabricação da ciência*, aprofundou-se sobre o acúmulo do saber, as modificações de observações e as mudanças dos paradigmas científicos. CHALMERS, Alan. **A Fabricação da Ciência**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

⁷⁸ Ibidem, p. 26.

⁷⁹ Para esta tese, escolheu-se utilizar a palavra *cientista* para os séculos XVIII e XIX, mesmo que seu uso fosse praticamente inexistente no século XVIII.

viagem revela-se, nesse prisma, como uma área de conhecimento. Há nela uma tradição prática e escrita que remonta à Antiguidade. A *Iliada* e a *Odisseia*, com suas experiências e relatos, são continuamente retomadas pelos especialistas da área, como Leonardo Romero Tobar, Friedrich Wolfzettel, François Moureau, Alberto González Troyano, Valéria Salgueiro, Pimentel e outros.⁸⁰ Todavia, deixemos a análise precisa de tal gênero literário para outro capítulo, e concentremo-nos na ideia da viagem como um saber acumulado e alimentado pela contemplação e pela experiência; em outras palavras, pelo “saber empírico construído pelas observações *in loco* acumuladas ao longo de sucessivas viagens”.⁸¹ Nesse sentido, treinar o olhar foi essencial para o viajante, fosse ele comerciante ou naturalista. Como exemplo, há as informações de antigas cartas de navegação e relatos para reconhecimento dos caminhos e costas alcançadas e, se necessário, correção desses dados, acrescentando-se novas informações e pontos de referência.

Segundo o diário de bordo redigido por M. De Bois Lorée, na manhã de 8 de outubro as embarcações chegaram a Ilha Grande. Reconheceram-na devido à topografia montanhosa, descrita por cartas náuticas holandesas, utilizadas como guia de orientação da expedição. Um de seus objetivos era corrigir, por meio de observações mais atualizadas, as referidas cartas, acrescentando-lhes novas informações de acidentes geográficos, ventos, horário do nascer do Sol, profundidade do mar e correntes marinhas.⁸²

Conforme observou Maria Fernanda Bicalho, o viajante precisava se preparar para contemplar o que era significativo de acordo com o objetivo de sua viagem, e por isso, instruía-se em relatos de viagens anteriores, de navegadores e corsários; ampliava progressivamente os dados e as descrições textuais, “visuais e orais, aproveitando-se das experiências de viajantes anteriores. A estas adicionavam as suas experiências de viagens, refletindo, assim, um conhecimento constantemente corrigido de acordo com novas observações e descobertas”.⁸³

80 TOBAR, Leonardo Romero & ELDUAYEN, Patricia Almarcegui (orgs.). **Los libros de viaje**: realidad vivida y género literario. Universidad Internacional de Andalucía/Akal, 2005; SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, n 44, pp. 289-310. 2002; PIMENTEL, op. cit.

81 DOMINGUES, Ângela. “Desde Piso e Marcgrave que ninguém com curiosidade tolerável descreveu a natureza brasileira”: os relatos de Cook, Banks e Parkinson e a construção de imagens do Brasil colonial. **Almanack**, v. 1, n. 1, 2010. p. 40.

82 BICALHO, op. cit p. 13.

83 Ibidem.

É importante acrescentar que esses naturalistas setecentistas, assim como os oitocentistas, *a posteriori*, tinham duas perspectivas de trabalho: a do gabinete e a da viagem. Na primeira, o conhecimento era adquirido em bibliotecas, laboratórios, coleções, jardins botânicos e herbários; na segunda, o lugar visitado possibilitava o estudo *in loco* dos espécimes encontrados. Ambas integraram as primeiras práticas científicas, tornando-se motivo de acirrados debates. No século XVIII, Linné definia o botânico verdadeiro como *coletor*, que cuidava, em especial, de reconhecer, coletar e estudar o maior número de espécies possíveis.⁸⁴ No século XIX, o debate estava longe de acabar, e para Georges Cuvier (1769-1832), “é unicamente no gabinete que se pode percorrer o universo em todos os sentidos [...]”.⁸⁵ Já para Alexandre von Humboldt (1769-1859), as “impressões estéticas experimentadas pelo viajante em cada região fazem parte da própria atividade científica e não podem ser substituídas por descrições ou amostras destacadas dos lugares onde foram coletadas”.⁸⁶

O certo é que todas as instituições científicas mencionadas no subcapítulo anterior eram locais de preparo das viagens e de estudos botânicos. Seus espaços (laboratórios químicos, bibliotecas, jardins) e seus sujeitos (mestres em áreas cada vez mais específicas) integravam parte do conjunto que treinou naturalistas viajantes. É importante apreender que era nesses territórios que homens da ciência tiveram acesso ao que Latour e outros especialistas em história das ciências denominaram de ciclos de acumulação: o conhecimento na ideia de ciclos só se estabelece a partir da segunda vez em que ele acontece. Latour é categórico: na “primeira vez que um evento ocorre nada sabemos sobre ele.” *Grosso modo*, para que uma experiência de viagem seja reconhecida na cultura científica é necessário que ela se repita e acumule o que Latour denomina de capital científico – os manuscritos, os livros e as remessas – que estarão disponíveis a outros cientistas.⁸⁷ A reunião de tais objetos em um único espaço dava suporte à ideia medieval do Grande Livro da Natureza, alimentado e interpretado pelos iluministas.

84 LINEU, Carlos. **Fundamentos Botânicos de Cárlos Linneo que em forma de aforismos exponen la teoria da la ciencia botánica**. Madri: Imprensa Real, 1788.

85 KURY, Lorelay. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. Rio de Janeiro: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol VIII (suplemento), 863-80, 2001. p. 864.

86 Ibidem, p. 865.

87 LATOUR, Bruno. op. cit.

Magnus Pereira e Cláudio DeNipoti estudam como os compêndios de história natural, de Linné e de Buffon, por exemplo, também foram importantes objetos científicos.⁸⁸ Esse conjunto permitiu que homens como La Condamine, no Setecentos, e Wied-Neuwied, no Oitocentos, estudassem o território americano. Mais adiante retomaremos a importância desses espaços nos repertórios educacionais desses indivíduos. Aqui, nos limitaremos a demonstrar que a própria viagem, bem como seu preparo, eram momentos de produção do conhecimento.

1.1.2.1. A preparação da viagem

Já se mencionou que a viagem científica deve ser apreendida como um empreendimento complexo, com várias etapas interligadas, e que começava muito antes do embarque. Ela era a soma da convivência ilustrada, da ação de indivíduos que, de alguma forma, nutriram o espírito da modernidade. Além disso, era um caro e organizado empreendimento de reconhecimento do mundo sob a perspectiva da história natural. A título de exemplo, a primeira missão de circunavegação de Cook, de 1768, tinha o total de noventa e três tripulantes.

As expedições dessa natureza tinham a pretensão enciclopedista de fornecer um saber detalhado do território visitado, um trabalho exaustivo e minucioso feito pelos naturalistas. A ilustração dessas pessoas era realizada através do treinamento em curtas expedições nas terras mais próximas, e que pode ser verificado nos cursos de filosofia natural de algumas universidades. É o caso de luso-brasileiros, formados pela da Universidade de Coimbra, que tiveram treinamento em regiões que “circunvizinhavam” a instituição: locais como a Serra da Estrela e Buarcos eram comumente usados como parte do aprendizado.⁸⁹ As expedições de treinamento colocavam em prática as aulas e seguiam instruções científicas que propunham as formas mais adequadas para observar, coletar, preparar e descrever; tinham um objetivo pedagógico e eram importantes no processo que antecedia os deslocamentos maiores.

88 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello & DENIPOTI, Cláudio. Os diários de viagem do doutor Lacerda. A trama de referências no texto de um astrônomo paulista do final do século XVIII. *Antíteses*, v. 9, n. 18, p. 346-377, 2017.

89 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *João da Silva Feijó: um homem de ciência no antigo Regime Português*. Coleção Ciência e império volume I. Curitiba: Editora UFPR, 2012. p. 45.

Antes de qualquer empreendimento, os homens de ciências estudavam ou liam sobre o local a ser visitado para munir-se de informações sobre o lugar que conheceriam pelos próprios olhos. Tal aprendizado dava-se de muitas formas, como visitas aos gabinetes de história natural, ou a busca por instruções científicas de viagens, as quais tratavam de “organizar uma série de regras de observação, procedimentos técnicos e comportamentos a serem seguidos pelos viajantes”⁹⁰ durante as missões. Funcionavam como guias de viagem e tiveram grande repercussão durante o *Grand-Tour*, quando a aventura da jornada não era romântica nem ingênua; viajava-se com sugestões e orientações sobre o que se observar, locais a visitar e como narrar a experiência errante. As instruções também serviam de modelo de organização textual. Dessa forma, para cada tipo de expedição havia uma instrução que era levada na bagagem. No caso das instruções das expedições filosóficas, percebem-se alguns elementos constantes, como regras de observação, métodos de recolha, preparo e transporte de espécimes. A *Instructio peregrinatoris*, do orientando de Linné, Eric Anders Nordblad, é um modelo clássico desse tipo de literatura, que “estabelece categorias, delimita o campo de observação, nomeia os objetos, abstrai a misceleânea e impõe os limites nos quais as regras da experiência e da linguagem irão se dar”.⁹¹

Apesar da variedade na produção das instruções científicas nos séculos XVII e XVIII, elas tinham em comum o objetivo de sistematizar o modo de viajar. Algumas eram elaboradas para uma única viagem e, nesses casos, muitos dos viajantes que estariam presentes na expedição participavam da elaboração do manual. Outras eram mais gerais e com instruções básicas; havia, ainda, as de cunho específico e técnico. Todas apresentavam uma estrutura comum, com regras de observação (como treinar o olhar), procedimentos técnicos para recolha e conservação de espécimes (taxidermia, desidratação, etc.), acondicionamento para o transporte do que foi coletado e práticas a serem seguidas durante as expedições.⁹²

Escolher o destino era a primeira etapa de todo o empreendimento. Isto feito, o naturalista deveria seguir a delimitação temporal e espacial, as instruções científicas elaboradas, na maioria das vezes, para o local eleito e os objetivos de sua missão de campo. As expedições de caráter naturalístico seguiam alguns itens comuns a serem averiguados,

90 ABDALLA, Frederico Tavares de Mello. **O peregrino instruído**: um estudo sobre o viajar e o viajante na literatura científica do iluminismo. Dissertação. Mestrado em História. UFPR, 2012.

91 Ibidem, p. 46.

92 Sobre as instruções de viagem, ver os estudos de PEREIRA, & CRUZ. **O viajante instruído....** e ABDALLA. Op. Cit.

como lembra Ermelinda Moutinho Pataca: “a situação geográfica, hidrografia, tipo de terreno (estudos dos solos), a forma das montanhas (indicando seus produtos, vales e utilidades) e, por fim, os produtos do Reino animal, vegetal e mineral”.⁹³ Para a realização de todas essas atribuições, outros profissionais além do naturalista deveriam participar, como médicos, matemáticos, técnicos, oficiais, desenhistas e engenheiros. Já em trânsito, determinados objetos eram fundamentais, como o diário de viagem, destaque em muitas das instruções científicas, que deveria ser guardado com esmero e alimentado diariamente. Havia também as publicações atualizadas, que poderiam confrontar as descobertas e auxiliar na classificação dessas – a *Systema naturae* (1735) era parte de toda a bagagem que cruzava os oceanos no século XVIII e no início do século XIX. Este conjunto continha ainda equipamentos e materiais auxiliares na coleta, como facas, vidros, caixas de madeira para acondicionamento das amostras, martelos, tesouras de jardim, facas, papel, papelão, cordas, vidros, pinças, alfinetes, pás e líquidos de conservação, como álcool e aguardente; outra ordem de objetos que compunha a bagagem do viajante eram os artefatos “para o registro visual dos objetos naturais, como pigmentos, pincéis, lápis, papel e câmera escura”.⁹⁴

Terminados o treinamento científico e o preparo da complexa expedição, partia-se para o seu destino. O homem que zarpava no período setecentista não era mais o homem aventureiro do século XVI. Era agora uma testemunha confiável e amparada pelo estudo de uma nova forma de se organizar e pensar a natureza. Era um profissional preparado por mestres de instituições renomadas, representante de outra República das Letras: a científica.

1.1.2.2 Viagens e ciência

Pode-se ilustrar, de forma concisa, esse novo viajante e viagem por algumas expedições do século XVIII. Entre elas, a que consagrou as ideias de Isaac Newton⁹⁵ sobre

93 PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)**. 2006. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação Aplicada às Geociências)–Universidade de Campinas, Campinas, 2006. p. 10.

94 Ibidem p.15-16 sobre esse tema também indicamos os artigos de PEREIRA, “Las cosas singulares ... e de ABDALA, op. cit.

95 Muitos autores concordam que as regras do método científico de Newton, aperfeiçoada dos estudos de Galileu Galilei (1564-1642), formaram a base da Ciência Moderna no século XVIII. As palavras chaves do método de Newton eram a observação e a experimentação. Nas palavras de Alexandre Quintanilha praticar “ a observação, recorrer à experiência, concluir as leis fazendo várias situações experimentais: são estas as regras do método científico de Newton. (...) Partindo não de abstrações mas de factos e da experiência, esforça-se por chegar a outros

a não esfericidade da terra e a do “descobrimento” da Austrália. Elas também revelam nomes de naturalistas bem-sucedidos em seus territórios e que se tornaram modelo em outros espaços europeus.

Uma das muitas polêmicas presentes no *grand siècle*, ou o século da ciência, foi a teoria da não esfericidade da Terra. Durante algum tempo, duas correntes se digladiaram sobre tal tema: a de Isaac Newton, que afirmava que o nosso planeta, em consequência da força da rotação, seria um esferoide achatado nos polos; e a das investigações de René Descartes (1596-1650), afirmando que a terra se alongava em direção aos polos, no formato de um elipsoide oval.⁹⁶ O fim desse impasse setecentista não se deu de maneira rápida. Um debate científico alimentado de orgulho e suscetibilidade pelo olhar público foi transformado em “uma autêntica guerra civil.” O confronto com as teorias de Descartes modificava toda a representação de universo dada como verdadeira e incontestável pelo grupo de intelectuais famosos e influentes na corte francesa e ultrapassando suas fronteiras. Assim, quando Louis Moreau de Maupertuis (1698-1759) refutou essa unanimidade científica, afrontou diretamente os discípulos de Descartes “admiradores incondicionais de seu método, mas também de sua física, senão de sua metafísica,” como Bernard le Bovier de Fontenelle (1657-1757), o abade Jean-Paul Bignon (1662-1743), René-Antonie Ferchault de Réaumur (1683-1757), Joseph Saurin, Jacques Cassini e Jean-Jacques Dortous de Mairan. Os três primeiros eram os principais membros da grande *Académie* e, como tais, não mediram forças numa mobilização “pela honra da França, de Descartes e da ciência, que a seus olhos eram uma só e mesma coisa”.⁹⁷ O debate acalorado ultrapassou os muros da Academia e era assunto de cafés e salões parisienses. A *Académie Royale des Sciences* da França, com o financiamento do rei Luís XV, decidiu-se pelo envio de duas expedições científicas. Unidos de instrumentos e o conhecimento necessários, homens de ciência deveriam refazer as medições e decidir-se entre Descartes ou Newton.

A primeira expedição foi enviada à América Equatorial em 1735; contava com dez exploradores – matemáticos, geógrafos, astrônomos, médicos –, entre os quais estavam Louis Godin (1704-1760), o encarregado da viagem, La Condamine e Joseph Jussieu (1704-1779). A segunda expedição geodésica, enviada à Suécia e à Lapônia em 1736, tinha

factos e concluir as leis que explicam os fenômenos físicos.” QUINTANILHA, Alexandre. Newton – Antes e Depois. In: VÁRIOS. **Dez Luzes num século Ilustrado**: Editorial Caminho, Alfragide, 2013. p. 465.

96 CASINI, P. **Newton e a consciência europeia**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

97 BADINTER. op. cit. p. 21-26.

entre seus membros o matemático francês newtoniano Pierre Maupertuis. Ambas confirmaram as ideias newtonianas, mas Badinter afirma algo fundamental para entendermos alguns elementos que auxiliaram nessa mudança de paradigma científico. A autora destaca que Maupertuis foi engenhoso em seu empreendimento e não mediu esforços para tornar sua viagem um sucesso. Além de incluir especialistas em medição, inclusive discípulos de Descartes, o matemático encomendou os instrumentos mais modernos existentes na época. Fora isso, ele usou propositalmente de sua rede epistolar para propagar relatos de uma “boa viagem” e liberar nas entrelinhas alguns dados de suas conclusões iniciais. Ele seguia o caminho contrário das notícias sobre a expedição de La Condamine, que eram de fracasso e abandono dos objetivos científicos. Maupertuis foi, além de um grande cientista, um propagandista de sua missão.⁹⁸ Entretanto, o êxito de sua expedição não foi aceito de imediato, e as teorias de Descartes ainda foram aceitas por um longo tempo.⁹⁹

Quase trinta anos depois, em 1768, o capitão Cook, munido de instruções da *Royal Society* e apoiado pela Coroa britânica, pisava na Austrália. A viagem a bordo do navio *Endeavour* foi uma das mais famosas e comentadas do período; e contava com dois naturalistas especializados em botânica, o inglês Joseph Banks (1743-1820), futuro presidente da *Royal Society* (1784), e o sueco Daniel Carlsson Solander (1733-1782). Ficaram ancorados no porto do Rio de Janeiro e, mesmo sem permissão para desembarque, o *Endeavour* continuou a viagem com 320 novas espécies de vegetais.¹⁰⁰ A expedição de circunavegação de Cook, também destinada à correção das coordenadas terrestres, confrontou as muitas lendas o território australiano e as possíveis viagens realizadas anteriormente, como a do navegador português Pedro Fernandes de Queirós (1565-1614), um dos primeiros exploradores a navegar pela Oceania.¹⁰¹ Queirós era parte da tradição renascentista das viagens fantásticas, que, apesar de muito conhecidas no século de Maupertuis, La Condamine e de James Cook, não mais respondiam às novas questões dos seguidores da Ilustração. Há, nesse sentido, outras interpretações dos resultados que uma viagem pudesse oferecer, mesmo que essa já tivesse sido realizada. Diferentemente de seus

98 Ibidem. 56-63.

99 Ibidem.

100 Alguns autores afirmar que Banks saiu clandestinamente para recolher algumas espécies pela baía de Guanabara, além disso os exemplares vegetais e os exemplares animais entraram a bordo na ocasião do fornecimento dos mantimentos que seriam usados na cozinha do navio. DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses ... p. 139.

101 Pimentel explora no segundo capítulo como a expedição de Cook confrontou antigas viagens e relatos que, até então, eram aceitos como descrições ‘verdadeiras’ da Austrália. PIMENTEL, op. cit.

sucessores, esses “navegadores cientistas” foram muito além da observação e da anotação do que viam e conheciam; ao seguirem o modelo pragmático da modernidade iluminista – o de produzir um conhecimento detalhado e extensivo sobre os locais visitados – transformaram o viajar em uma ação que incluía várias etapas, como a de se instruir anteriormente ou a de realizar experimentos durante o próprio percurso. Assim, esses dois episódios corroboram a ligação entre a ciência moderna e a viagem, união que implantou e propagou uma retórica de verdade, neutralidade e testificação objetiva e imparcial dos fatos.¹⁰² Entretanto, é interessante perceber que, nos dois eventos, a alteração na prática e objetivos do viajar não descartou informações das missões anteriores, mesmo que para desclassificá-las.

Ao retornar da viagem, esperava-se que o naturalista divulgasse suas experiências e descobertas científicas em leituras nos salões reais ou nas sessões científicas e que publicasse suas memórias nos periódicos da instituição. Foi o que aconteceu com La Condamine, em 28 de abril de 1745, quando apresentou seu relato de viagem pela América do Sul à sociedade de letrados que o financiou, qual seja, a Academia de Ciências de Paris. Passados dois dias, discursou para um público restrito da comunidade científica francesa, que o ouviu na Biblioteca do Rei, no Palácio do Louvre. Nas sessões que se seguiram, em 1745, ele foi o “porta-voz da comunidade científica de Paris sobre os assuntos ligados ao continente sul-americano”. Nesse círculo de sociabilidade científica a “lista dos presentes incluía personagens estimadas da comunidade científica, tais como o conde de Buffon, o botânico Jussieu, o astrônomo Pierre Bouguer, o naturalista Louis-Jean-Marie Daubenton e o enciclopedista e matemático Jean Le Rond D'Alembert”.¹⁰³

Episódios como esse eram constantes, e dele participavam uma parcela da elite letrada e interessada nas novidades científicas e de viagens, assim como a parcela mais especializada, atuante na cultura científica setecentista. Dessa, as imagens apresentadas sobre o continente americano, incluindo o Brasil, se cristalizavam no imaginário europeu. Tais representações são extremamente complexas, compostas de elementos criados e recriados, que poderiam passar pelos relatos fantásticos do século XV ao exercício pedagógico do *Grand Tour*, a famosa peregrinação científica e filosófica da elite europeia.

102 PIMENTEL, op. cit. p. 69.

103 SAFIER, Niel. Como era arduo o meu francês: Charles-Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 91-114- 2009. p. 92-93.

Uma cena como a de La Condamine reforça outras características do chamado século da ciência. Eram nesses momentos de reuniões, abertas ou restritas, que o viajante narrava seus itinerários por terra e água, inventariava a botânica, alcançava ouvintes e futuros leitores, ordenava-se como conhecedor do local visitado, fortalecia a instituição que o financiou, geralmente mantida pelo erário real e, especialmente, inseria-se na tradição do viajar, colocando suas impressões e rearranjando a de seus antecessores.

O que denominamos de cultura científica era, dessa forma, construída e mantida de maneiras diversas. Acontecia e se acumulava em gabinetes, jardins botânicos, academias e repetia-se, modificando-se quando necessário, por práticas próprias do viajar. Dessa forma, a passagem pelas Instituições oficiais do saber, como as universidades, moldou a compreensão do que seria visto e apreendido no deslocamento. Os trânsitos em centros ou complexos científicos de localidades diversas, as aulas com professores em outras Universidades e as redes de correspondentes também tiveram um importante papel na formação do viajante e na elaboração da viagem. E além do que podemos chamar de preparo individual, havia a organização coletiva desse empreendimento e que, novamente, envolvia instituições e cruzava os objetivos científicos com os políticos e os civilizatórios.

Algumas das questões acima colocadas serviram para refletir sobre o conselho de Wied-Neuwied, sobre como evitar os erros e as inexatidões acerca de longínquos países. Há que se entender que a fala do viajante só foi possível por ser uma reelaboração de leituras e experiências de outros errantes. Era também a voz de homens imaginativos do século XV, de aristocratas do século XVI e XVII e ilustrados dos séculos XVII e XVIII.

Quando Wied-Neuwied falou de um local no qual o cientista e a ciência foram protagonistas, ele demarcou o que deveria ser considerado ciência e o que ficaria aquém dela, uma vez que ele não era um errante qualquer, mas integrante de uma sociedade universal que preservava um modelo seletivo e rigoroso para seus protagonistas. Esses, entre eles nosso cicerone, circulavam entre iguais, uns “mais iguais” e importantes que outros e se encontravam em ambientes fechados em “república das ciências”. Nesses lugares, debatiam sobre os detalhes de uma planta exótica das Índias e recebiam notícias de uma nova expedição de circunavegação. Em outros momentos, se correspondiam com nomes de destaque e alimentavam uma particular rede de sociabilidade. Ainda, antes de partir para uma viagem, eram preparados em espaços símbolos da história natural, nos

quais aprendiam padrões, valores, linguagens e práticas próprias dessas ciências. Do mesmo modo, se informavam sobre o destino de viagem, recebiam instruções sobre o que observar, coletar e escrever. Algumas dessas informações eram novas, outras tão antigas quanto as que seus antecessores seiscentistas usaram. Das novas relações estabelecidas, a da política e da ciência foi a que mais se fortaleceu, pois as viagens traziam, cada vez mais, poder econômico e simbólico aos impérios modernos. Esses trânsitos alimentaram igualmente determinados espaços científicos, tornando-os simbólicos e mantenedores de paradigmas científicos universais e obrigatórios. Vimos isso nas viagens de La Condamine e do capitão Cook.

A viagem de Wied-Neuwied é, assim, apenas mais uma na sobreposição das camadas dessa longa tradição do viajar. Este capítulo é essencial para entendermos que o conselho desse viajante não era inédito e só foi possível pela existência de uma longa e complexa tradição do viajar.

CAPÍTULO 2

AS VIAGENS NATURALISTAS PORTUGUESAS NO SÉCULO XVIII

No dia 10 de maio de 1817, Maximilian Wied-Neuwied embarcou no navio *Princesa Carlota* rumo a Lisboa. Após as nove da noite, todas as velas foram abertas e a âncora levantada; os bons ventos conduziram rapidamente a confortável embarcação em direção ao Atlântico. A cidade de Salvador, com seu casario e igrejas espalhados pelas ladeiras, distanciou-se. Essa foi, provavelmente, a última imagem do Brasil avistada pelo príncipe bávaro. Após dois anos de percurso pelas costas do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, pelas regiões dos rios Paraíba e Jequitinhonha e pelos campos de Minas Gerais, a expedição encerrou-se com este último vislumbre da paisagem baiana.

O *Princesa Carlota* seguiu viagem, e no dia 1º de julho, chegou à foz do Tejo. Após a dissipação de um nevoeiro, os navegantes avistaram “as duas margens do rio, que se erguiam suavemente inclinadas; cobriam-nas aldeias, casas de campo, igrejas. Apesar da largura do rio, distinguam-se a brancura das casas e os campos que já haviam sido ceifados.” Ao meio-dia, o navio ancorou e, dele, Wied-Neuwied pode ver a bela Torre de Belém e, mais ao alto, o Palácio da Ajuda. Fora isso, via também a ocupação urbana que se espalhava pelas duas margens, com suas casas, seus grandes edifícios e as igrejas. A imagem de uma Lisboa vista do rio afetou o viajante, e eis o que ele escreveu no dia 02 de julho de 1817:

O aspecto dessa cidade é magnífico; estende-se ao longo do Têjo sobre colinas suavemente inclinadas. Distinguem-se no meio do seu branco casario, todo coberto de telhas avermelhadas, grandes edifícios e notáveis palácios, entre outros o da Ajuda ainda não concluído, a massa imponente das igrejas, etc. Entre as construções crescem bosques de loureiros sempre verdes, laranjeiras, limoeiros, misturados aos pinheiros e ciprestes; o seu verde carregado forma o mais agradável contraste com o verde claro das oliveiras. Nota-se, dominando esses tufos de verdura, o jardim da rainha.¹

Nos parágrafos que se seguem, o naturalista entretém o leitor com o interior da cidade, que nada lembra a descrição anterior. A Lisboa vista do grande Tejo desaparece, e o que ocupa as páginas são as casas separadas e mal conservadas, as ruas desiguais e sujas, o

¹ WIED-NEUWIED, Maximilian. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817**. São Paulo: Editora Nacional, 1940. p. 460.

desagradável mau cheiro e a falta de vigilância e iluminação noturna. Portugal é “sob vários pontos de vista, muito mais atrasado que os outros países da Europa. A própria capital não possui várias instituições úteis que se encontram em quase todas as pequenas cidades dos países civilizados da Europa.”²

A descrição de Lisboa, ou da “atrasada” capital europeia, foi alimentada pela visita ao chamado Complexo da Ajuda – com seu jardim botânico e o Real Museu:

Os estrangeiros vêm com muito maior interesse o ‘gabinete de história natural’ que não fica longe do palácio, e é contíguo ao jardim botânico. Dizem que aquele já foi muito mais rico; todavia contem ainda muitas coisas curiosas, provenientes das possessões portuguesas nas diferentes partes do mundo. Napoleão, que considerava justa presa todos os objetos em que podia pôr a mão, conquistou uma fama imperecível entre os portugueses pela pilhagem desse gabinete: pois ele foi o primeiro conquistador que não poupou sequer os estabelecimentos científicos, nos diferentes povos que despojou. Havia outrora nessas salas uma importante coleção de animais do Brasil. Atualmente, ela não mais existe: acha-se em Paris (...) Possui, contudo, ainda várias peças de grande valor, entre outras uma coleção de armas, utensílios e ornamentos de penas das diferentes tribus do Brasil, principalmente do Maranhão; as cores desses ornamentos são magníficas, porquanto são feitas de penas de araras, ararunas, tucanos, guarubas e outras belas aves. Há também entre as raridades desse museu dois ‘manatís’ com 6 a 8 pés de comprimento. O jardim botânico nem vale a pena ser citado: compõe-se de quadras cercadas de sebes baixas e cortadas a tesoura, e onde vegetam, em estado meio selvagem, plantas comuns. Duas pequenas estufas estão quase vazias; vêm-se ao lado dela grupos de cactos muito vigorosos, e um dragoeiro (*Dracaena Draco*), cujos frutos estavam maduros. O estudo da natureza não parece contar muitos amadores em Portugal, e os próprios produtos naturais do país são em grande parte estudados por naturalistas estrangeiros, e por isso não nos deve surpreender que, aqui se descuida da pesquisa dos exemplares da história natural das colônias deste reino.³

Não há originalidade nesse relato de Wied-Neuwied. Viu-se anteriormente que os espaços de ciência pelo mundo (museus, gabinetes, jardins botânicos, universidades) tornaram-se parte dos roteiros desses viajantes. Segundo Brigola, “a medida que se acumulavam descrições, opiniões, ou simples referências ao colecionismo e às atividades museais]”, as impressões estrangeiras deixadas alimentaram um “importante capítulo do Livro dos Museus em Portugal”. Quando os salões particulares e suas coleções de moedas foram substituídos pelos Museus de História Natural e Jardins Botânicos, esses se tornaram “os espaços museológicos preferidos pelos viajantes; a sua descrição e avaliação obrigá-

2 Ibidem, p. 461.

3 Ibidem, p.464.

los-á a apurar a sensibilidade crítica, a revelar conhecimentos científicos, a comparar realidades nacionais”.⁴

É importante atentar para os traços que Wied Neuwied fez sobre algumas instituições científicas portuguesas. Na descrição do Complexo da Ajuda, o estrangeiro expôs as informações importantes sobre a história daquele espaço, como a dos muitos exemplares de espécies apropriados na ocupação napoleônica. Entretanto, o que mais nos interessa é que, para ele, Portugal descuidava da história natural. Sabe-se que esse tipo de interpretação não era isolado e que a crença na inexistência de uma ciência portuguesa pontuou outros relatos de viagem e incrementou o estereótipo do “atraso português”. Por essa razão, é preciso não se tomar ao pé da letra esses relatos “e suspender a crença de que eles contêm descrições etnográficas sobre o atraso português. Melhor será considerá-los como um indicador da capacidade, sobretudo de Lisboa, para atrair viajantes e promover a formação de uma cultura cosmopolita”.⁵ Nesse sentido, pode-se dizer que Wied-Neuwied apenas repetia o que se ouvia, o que se lia e o que se propagava nos círculos científicos europeus sobre as ciências portuguesas?

Se voltarmos ao ano de 1778, no mesmo Real Gabinete de História Natural, teremos uma cena diferente. Para esse retorno ao complexo da Ajuda construído em uma das colinas da Lisboa barroca, usaremos um exercício muito bem praticado pelo historiador português Rui Tavares, na ocasião de sua pesquisa sobre o terremoto de Lisboa, em 1755.⁶ No capítulo II, intitulado *E se não houvesse Terremoto?*, o investigador imagina como seria a baixa lisboeta se não tivesse sido acometida por esse desastre, para então compreender a importância dos sujeitos envolvidos na catástrofe que assolou a cidade. Não há aqui a intenção de recriar algo que não existiu na Lisboa de 1778, mas sim de compor um retrato de como era o lugar que se convencionou chamar de Complexo de Ajuda. Para tal, pensemos na imagem de um visitante estrangeiro que tivesse percorrido Lisboa em 1778. Esse sujeito, que poderia ser versado nas ciências naturais, foi até a quinta portuguesa de bom tamanho e que tinha como paisagem as duas margens do Rio Tejo e a Torre de Belém. Nesse lugar, existia um jardim bem cuidado, com fontes ornamentais e escadarias que dirigiam o visitante para os corredores que aclimatizavam, aproximadamente, cinco mil

4 BRIGOLA, João Carlos. **Os viajantes e o livro do museu**. Porto: Edição Dafne/CHAIA, 2010. p. 10.

5 CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes; CURTO, Diogo Ramada; TUDELA, Ana Paula. **A Casa Literária do Arco do Cego: bicentenário, (1799-1801): "sem livros não há instrução"**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999. p. 26.

6 TAVARES, Rui. **O pequeno livro do grande terramoto: ensaio sobre 1755**. Lisboa: Tinta da China, 2005. p. 29.

espécies de flora. Ao caminhar, o nosso sujeito imaginário apreciou plantas da África, da Ásia, da América e da Europa. Ele também estudou no Gabinete de Química e aprendeu que suas anotações precisavam de desenhos dos especialistas da Casa de Risco. Se o nosso naturalista estivesse nesse espaço de ciências entre 1777 e 1795, e carecesse de um exemplar africano, teria a sua disposição as várias espécies de plantas exóticas cultivadas nas duas estufas construídas a mando de Martinho de Mello e Castro (1716-1795).

O lugar pode ser perfeitamente imaginado como um espaço de leituras, experiências e planejamento das expedições filosóficas portuguesas. Nele, havia instruções manuscritas de viagens, correspondências nacionais e estrangeiras, espécies de fauna e flora prontas para uma análise criteriosa, bem como outras à espera de classificação pelo sistema lineriano. Espalhados pelo local, livros de muitas viagens, caixotes e caixas com várias remessas enviadas do Brasil, de Goa ou de Angola. Circulavam no ambiente os encarregados do Ministério da Marinha e do Ultramar, nessa ocasião, capitaneado por Martinho de Mello e Castro. O naturalista italiano Domingos Vandelli (1735-1816) e o jardineiro chefe Julio Mattiazzi (s/d) instruíam os naturalistas formados pela “nova” Universidade de Coimbra: João da Siva Feijó (1760-1824), Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), Joaquim José da Silva (s/d) e Manuel Galvão da Silva (s/d), todos luso-brasileiros.

Mas o nosso exercício de imaginar todo esse local de fazeres e práticas modernas de conhecimento antes da visita de Wied-Neuwied necessita de referenciais básicos da edificação das ciências portuguesas. Também precisa que alguns outros sujeitos entrem nessa cena.

2.1. ALGUNS ASPECTOS DO ILUMINISMO PORTUGUÊS: REPÚBLICA DAS LETRAS, COSMOPOLITISMO ILUSTRADO E REFORMA UNIVERSITÁRIA.

A passagem do nosso viajante pelo complexo da Ajuda tinha um objetivo claro: apresentar outro momento de atividade do Jardim da Ajuda, que não o descrito por Wied-Neuwied. Nesse exercício, pretendeu-se comparar diferentes retratos, apresentar uma “outra versão” e confrontar as duas narrativas: a do viajante ilustrado limitou-se à sua

memória de viagem; a do nosso sujeito imaginário, foi baseada em investigações de historiadoras e historiadores que, nas últimas décadas, apresentaram informações e análises sobre a ciência portuguesa. Apenas como exemplo, mencionamos os nomes de Ana Cristina Araújo, Ângela Domingues, Alex Gonçalves Varela, Ana Lúcia Barbalho Cruz, Berenice Cavalcanti, David Saberes Felismino, Ermelinda Pataca, Francisco José Calazans Falcon, João Carlos Pires Brigola, Lorelay Kury, Maria Beatriz Nizza, Maria Fernanda Bicalho, Magnus Roberto de Mello Pereira, Niel Safier, Silvia Figueirôa.⁷ Todos esses pesquisadores trouxeram novas reflexões sobre a formação e fortalecimento da história natural em Portugal e suas colônias, em especial, na América Portuguesa. Essa historiografia será analisada neste subcapítulo, mas antes, apresentaremos concisamente determinados aspectos do Iluminismo⁸ e elementos próprios do território português.

Em Portugal, como nos primeiros centros científicos europeus, as conversas e atualizações sobre a ciência moderna iniciaram-se em finais do século XVII e início do século XVIII nas residências aristocráticas, que faziam as vezes dos famosos salões franceses. Nesses espaços de erudição, grupos elitizados, versados nas ciências, atualizavam-se por meio de preleções e correspondências sobre as ideias ilustradas.⁹ Do

7 ALGRANTI, L.M. & MEGIANI, A.P.T. (Orgs.). **O império por escrito**. São Paulo: Alameda, 2009; FRAGOSO, João [et al.], (Orgs.). **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: Edufes; Lisboa, 2006. SCHWARCZ, Lília Moritz. **O sol do Brasil: Nicolas- Antonie Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; CRUZ, A. L. R. B. **Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica**. Curitiba, 2004. Tese de Doutorado – UFPR; CRUZ, A. L. R. B. e PERREIRA, M. A. História de uma ausência: os colonos cientistas da América portuguesa na Historiografia brasileira. In: FRAGOSO, João et. al. op. cit; NOVAES, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial. 1777-1808**. São Paulo: Hucitec, 1979; KURY, L. 'Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)'. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. 11 (suplemento 1):109-29, 2004; RAMINELLI, R. **Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008; DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 133-152. 2008; ARAUJO, A. C. **A cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003; BRIGOLA, João Carlos. op. cit.; SAFIER, Niel. Como era ardiloso o meu francês: Charles-Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 91-114-2009. Além desses, indicamos o capítulo 1 "Aniquilar as naturais produções; Cultura iluminista, crise colonial e as origens da crítica ambiental no Brasil" da obra de José Augusto Pádua, que traz para os estudos sobre esses ilustrados luso-brasileiros uma perspectiva pautada no pensamento político e crítica ambiental: PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental ao Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

8 A intenção aqui não é a de debater as diferentes interpretações sobre o Iluminismo português. Há muitos teóricos que se dedicaram a travar tais reflexões sobre o movimento ilustrado português, inclusive o caracterizando, de forma precipitada, de Iluminismo católico ou afirmando, acriticamente, que tal processo de ideias se opôs resolutamente à escolástica e as heranças seiscentistas no campo das artes, da literatura e do pensamento filosófico. Nesse quesito, indicamos para o aprofundamento do debate Ana Cristina Araújo que acura todos os conceitos que e as denominações sobre o tema, contribuindo, significadamente, na reflexão de tais caracterizações. ARAÚJO, A.C. op. cit.

9 Como exemplo desses círculos de conhecimento ver a aristocracia dos Ericeira ver: CRUZ, **Verdades por mim vistas ...**

mesmo modo que em França, Inglaterra e Alemanha, em terras lusitanas, a nova forma de conceber o mundo, fruto da revolução científica, teve adeptos e críticos. A República das Letras em Portugal manteve ambientes e práticas sociais muito semelhantes aos analisados por Robert Darnton na França. A Península Ibérica também manteve cafés, salões, sociedades e academias, locais de conversação e integração de letrados. A cultura escrita e seus modos de circulação e socialização também seguiam as práticas europeias, como a de redes de correspondência.¹⁰ A estreita relação entre os Estados modernos e a ciência foi mantida pelos Bragança, que, como outras famílias nobres, tinha suas coleções privadas de curiosidades. D. João V apoiou e financiou várias tentativas de atualizar as ciências portuguesas de acordo com o que se fazia em outras partes da Europa. Em 1720, o monarca criou a Academia Real da História Portuguesa, que tinha a missão de salvaguarda do patrimônio edificado e dos bens culturais móveis. Essa ação resultou no espaço considerado por alguns historiadores como o primeiro museu nacional de arqueologia de Portugal, no Paço dos Duques de Bragança, com acervo de objetos arqueológicos em mármore e metal oriundos de escavações realizadas pelo país.¹¹ Nos círculos lisboetas setecentistas, observam-se ainda as iniciativas do Conde de Ericeira, do Conde de Assumar, da Duquesa de Cadaval e do Marquês de Abrantes. Muitos palácios e conventos, como o Palácio da Anunciada dos Ericeira, mantinham em seus amplos salões poltronas e espreguiçadeiras dispostas ao lado de santas relíquias, objetos indianos e chineses, animais embalsamados, pinturas barrocas, relógios, conchas e moedas.

Apesar de já bastante estudado, o 4º Conde de Ericeira merece uma menção, ainda que concisa. D. Francisco Xavier de Menezes (1673-1747) era herdeiro de uma rica e erudita família, que além das coleções particulares, artísticas e históricas, mantinha um

10 Nos anos 70 e 80 do século XX, os historiadores questionaram diversos elementos que acompanhavam as interpretações do chamado século das Luzes. Entre eles temos Maria Lúcia G. Pallares-Burke que, em seu estudo sobre o Iluminismo Inglês, apontou a necessidade de se inquirir sobre a visão galocêntrica e, principalmente, romper com os vícios analíticos pautados em ver o século XVIII sempre a partir da Revolução Francesa, seu antes e, em especial, seu depois. Como ela, outros estudiosos do Iluminismo inglês questionaram as narrativas históricas sobre o século XVIII. Tem-se, entre eles, E.P. Thompson, Margaret Jacob e Roy Porter. Sobre esse debate, indicamos o texto de Soares, o qual faz toda uma retomada dessas investigações: SOARES, Luiz Carlos. A Albion revisitada no século XVIII: novas perspectivas para os estudos sobre a ilustração inglesa. **Revista Tempo**, n. 16, p. 1-32, 2004. No início do século XXI, em terras portuguesas, Ana Cristina Araújo recolocou questões semelhantes e argumentou que mesmo os avanços na historiografia europeia e americana das Luzes não contemplam, de forma aprofundada, espaços “tradicionalmente inseridos na geografia européia”: “A Península Ibérica é literalmente esquecida. Porquê? Por insuficiência de estudos, por falta de projecção internacional do que se tem produzido durante os últimos anos nos dois países, ou por alheamento dos especialistas portugueses e espanhóis dos campos de relação e de poder que delimitam, por vezes artificialmente, as fronteiras do debate científico?” ARAÚJO, Ana Cristina. op. cit p. 10.

11 BRIGOLA. op. cit. p. 14.

salão em seu palácio, desde o final do século XVII, palco de propagação de ideias e contemplação das belas artes. Era nesse espaço que parte da intelectualidade portuguesa atualizava-se por meio das leituras das novas memórias da Academia francesa ou pela fala de um estrangeiro frequentador do lugar, como o naturalista francês Charles de Merveilleux, que esteve em Portugal entre 1723 e 1726. Em 1717, o círculo dos Ericeiras oficializava seus encontros sob o nome de Academia Portuguesa, na qual dissertava-se sobre matemática, notícias da Europa, física e a língua mãe, temas que ser tornavam notícia na Gazeta de Lisboa.¹² Leitor de Milton e admirador do estilo de Voltaire, Ericeira traduziu algumas importantes obras no período, como a *Arte Poética*, de Boileau, e as *Aventuras de Telêmaco*, de Fénelon. Além da Academia Portuguesa, participou da Academia dos Generosos, envolveu-se na criação de outras, como a já mencionada Academia Real de História Portuguesa, fundada em 1720, e manteve uma rede epistolar com “personalidades de primeiro plano das letras europeias”¹³ em Itália, França, Inglaterra, Alemanha e Holanda. Durante algumas décadas, não apenas deu continuidade à tradição familiar, como a ampliou. Não é a toa que investigadores brasileiros e portugueses que se debruçaram as correspondências e anotações pessoais do Conde o consideram o mentor intelectual da primeira geração de ilustrados portugueses.¹⁴ Nessa “república portuguesa das letras” construía-se, além de estreitas relações com os membros da administração pública, possíveis mudanças simbólicas e econômicas do Império. Tais círculos de conhecimento estruturaram um terreno fecundo para a renovação educacional e científica nos anos subsequentes.

É fundamental compreender que a chegada de teorias estrangeiras em Portugal se deu também pelo trânsito de ilustrados lusitanos em instituições científicas, assim como o de estrangeiros em espaços portugueses. Já nas primeiras décadas do século XVII, os letrados adeptos das inovações da ciência moderna eram encontrados na Academia de Generosos debatendo o erro da teoria aristotélica. Ainda no mesmo período, pode-se

12 Sobre o círculo dos Ericeiras, reforçamos as indicações dos trabalhos CRUZ. **Verdades por mim vistas...**, ARAÚJO, op. cit.; FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina**; política, economia e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982. e BRIGOLA, João Carlos Pires. **Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII**. Évora: Universidade de Évora, 2000. ARAÚJO, Ana Cristina. O filósofo solitário e a esfera pública das Luzes. DA SILVA, Francisco Ribeiro (Ed.). **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Universidade do Porto, 2004. p.197-210.

13 ARAÚJO, **A cultura das Luzes em Portugal...** p. 22.

14 Sobre o Conde de Ericeira, indicamos o trabalho: MONTEIRO, Ofélia Paiva. No alvorecer do “Iluminismo” em Portugal, D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira, sep. da **Revista História Literária de Portugal**, 1963.

mencionar as atividades de Cristóvão Grienvberger e João Paulo Lembo, seguidores das teorias de Galileu e professores de astronomia e filosofia no Colégio de Artes, em Coimbra, e no Colégio de Santo Antão, em Lisboa. A participação de estrangeiros nas instituições escolares foi essencial na edificação ciências em Portugal. Do mesmo modo, não se pode desconsiderar que a presença de portugueses em espaços científicos consagrados foi importante nesse processo:

A influência discreta destes mestres assinala o início de um ciclo de prudente permeabilidade aos postulados da ciência moderna no meio académico português como, de resto, atestam os cursos de Cristóvão Borri, Inácio Sttaford, Henrique Buseu, João Riston, Soares Lusitano e António Cordeiro.

Por outro lado, durante o período em que Newton presidiu à Royal Society de Londres foram admitidos como sócios desta reputada academia científica os portugueses Isaac Sequeira Samuda e A. Galvão de Castelo Branco. Por intermédio de uma plêiade mais vasta de correspondentes que tiveram a possibilidade de conhecer directamente outras figuras representativas da cultura científica inglesa – com destaque para Robert Boyle (1627-1691) e Isaac Newton (1642-1727) – foram chegando a Portugal, com relativa precocidade, informações úteis sobre os progressos realizados no campo da Astronomia, da Física e da Matemática.¹⁵

Os portugueses que frequentaram outros centros europeus – fosse por meio do *Grand Tour*, fosse por um cargo administrativo – são vistos pela historiografia como protagonistas nas luzes portuguesas e na revolução científica. O chamado “estrangeirado” não pode ser compreendido apenas como alguém que esteve por um tempo em outras terras e, no retorno ao reino, trouxe novos conhecimentos. Essa categoria de indivíduos é mais complexa, trata-se de um segmento que ajudou a integrar Portugal “num novo corpo cognitivo e epistemológico”, ao fundar mecanismos capazes de “assegurar uma produção científica autónoma, à luz do conceito de modernidade.” Igualmente, mantiveram canais “formais de circulação dos conhecimentos e práticas científicas”.¹⁶ O caso mais estudado foi o de Sebastião José Carvalho de Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal. Após suas experiências como embaixador em Londres e Viena, reestruturou todo o sistema educacional e a ciência portuguesas.

Pelos espaços científicos e de sociabilidade portugueses e pelas vias de circulação escrita – gazetas e periódicos – esses sujeitos

¹⁵ ARAÚJO, A.C. *A cultura das Luzes em Portugal...* p. 23.

¹⁶ CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. *Imagens do Portugal Setecentista: textos de estrangeirados e de viajantes. Penélope: revista de história e ciências sociais*, n. 22, p. 73-92, 2000. p. 74-75.

promovem a especialização dos saberes; estimulam o intercâmbio de experiências, livros e notícias; colocam as suas descobertas à disposição dos príncipes e dos Estados, em prol do progresso e do bem-estar social; premiam o mérito, e agenciam a promoção de carreiras na esfera da sociedade civil.¹⁷

Em solo português, o cosmopolitismo filosófico, com seus estrangeiros e estrangeirados, foi importante na relação entre política e ciência. No que diz respeito aos primeiros, uma frase publicada na *Gazeta Literária*, em 1761, resume a ideia: “um estrangeiro que nos é útil deve ser nosso compatriota, assim como o é de todo mundo o homem sábio.”¹⁸ De fato, nos espaços de sociabilidade lusitanos circulavam muitos homens nascidos em outros centros europeus. A própria condição social desse homem em trânsito, e o fato de ser estrangeiro, eram méritos que favoreciam o acesso aos locais de colecionismo, aos salões particulares e mesmo à biblioteca do rei. Essas visitas são mencionadas em muitos relatos de viagem. O escritor espanhol Juan Alvarez de Colmenar, por exemplo, esteve na Biblioteca Real em 1715 e enfatizou como era rica em grandes títulos. Já as “ideias ridículas” de Marquês de Abrantes deixaram péssimas impressões no médico e naturalista francês Carlos Frederico de Merveilleux, que esteve no país entre 1723 e 1726.¹⁹ Em 1742, seu conterrâneo Antoine-Joseph Desallier d'Argenville visitou a coleção de História Natural do rei D. João V e os gabinetes dos palácios do Conde da Ericeira, do Conde de Assumar e da Duquesa de Cadaval. Entre conchas, moedas de ouro e os exemplares dos três reinos da natureza, o naturalista ficou impressionado com um diamante brasileiro no Real Gabinete de História Natural. Sobre os demais gabinetes deixou elogios para a Duquesa de Cadaval, que seguia o exemplo das damas francesas:

*Le goût des sciences & des arts brille souvent chez les Dames; outre les exemples que nous en avons à Paris & dans nos Provinces, on en trouvoit à Lisbonne dans la personne de Madame Laq Duchesse de Cada, de la maison de Lorraine. Cette Dame nourrissoit quantité d'animaux de toute espèce; & elle avoit ramassé plusieurs chose rares, entre autres une très-belle suite de Bézards.*²⁰

Esse estrangeirismo ilustrado dava-se de muitas maneiras: embaixadores morando em Lisboa, como o abade e membro da Academia Francesa Estrées (1666-1716), que esteve na capital de 1692 a 1697. Sabe-se que o historiador Lequien de La Neufville, o

17 ARAÚJO, A.C. *A cultura das Luzes em Portugal...* p. 13.

18 Ibidem, p. 20.

19 BRIGOLA, *Os viajantes ...* p. 38-39.

20 BRIGOLA, *Os viajantes ...* 41-42.

naturalista Merveilleux e o abade Mornay tiveram boas relações com D. Francisco Xavier de Menezes (1673-1743), o 4º Conde de Ericeira, e com Rafael Bluteau (1638-1734).²¹

Os ambientes, a socialização do conhecimento e o trânsito de sábios portugueses e estrangeiros apenas reforçam que, nessa República das Letras lusitana, a universalidade também tinha como um de seus princípios a integração dos homens de saber de todas as nações da Europa. Nesse processo, cada vez mais cosmopolita, encontraram-se sujeitos que não atuaram somente como interlocutores, mas como informantes e transmissores de novos saberes que seriam úteis aos Estados Modernos. Assim, o culto a sabedoria, filosofia, ciência, e a partilha do conhecimento, alicerces da República das Letras e da sua universalidade imaginária,²² serão, igualmente, reivindicados pelo poder das políticas portuguesas de reino.

2.1.1. A Reforma da Universidade de Coimbra e o estrangeiro útil, o caso de Domingos Vandelli.

Há uma vasta bibliografia brasileira e portuguesa sobre as Reformas Pombalinas e seu alcance na Universidade de Coimbra. A intenção deste subcapítulo não é a de traçar os elementos que permitiram as viagens filosóficas portuguesas, a saber, a fundação das faculdades de Filosofia e a trajetória professor Domingos Vandelli.

Foi no reinado de D. José I (1714-1777) que se efetivou uma renovação educacional e científica portuguesa. Esse processo não pode ser entendido sem a presença de Sebastião de Carvalho e Mello, ministro dos Negócios de D. José, que permaneceu por vinte e sete anos no poder, de 1750 a 1777. Dentre as medidas adotadas pelo ministro, também conhecidas como Reformas Pombalinas, estão o aumento dos rendimentos coloniais, com novos impostos e regulamentos sobre a exportação de ouro, açúcar e couros. Para Pombal, um dos caminhos para as alterações educacionais foi a adoção do método científico de investigação da natureza e o abandono da antiga escolástica, de responsabilidade da Companhia de Jesus. Em 1759, a ordem jesuítica foi expulsa de todo o

21 ARAÚJO, *A cultura das Luzes em Portugal* ... p. 22.

22 Ibidem, p.19.

reino e seus bens confiscados. Essa ação, já muito estudada, pôs fim a certo monopólio educacional e edificou a ciência moderna em Portugal.²³

Os aspectos das ciências modernas já eram comuns ao longo do século XVII nas aulas de Cristóvão Grienvberger e João Paulo Lembo. Ambos participaram do grupo que confirmou, em 1611, as descobertas astronômicas de Galileu relativas aos satélites de Júpiter.²⁴ Entretanto, somente em meados do século XVIII é que se oficializou o método científico nas instituições portuguesas, pautado na fundamentação, observação e experimentação. Entre as ações que reestruturaram a educação, destacam-se a fundação de espaços dedicados às ciências, como o Colégio dos Nobres (1761), o complexo da Ajuda (1768), a Academia Real da Marinha (1769), e as reformas da Universidade de Coimbra (1772) e da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779). A elaboração de novos estatutos para a Universidade de Coimbra, em 1772, atingiu todos os cursos da Universidade e resultou na criação de duas novas faculdades: a de Filosofia, com o Laboratório Químico, o Jardim Botânico, o Gabinete de História Natural e de Física Experimental; e a de Matemática, com o Observatório Astronômico.²⁵ Nos recém-formulados estatutos da Universidade,²⁶ percebe-se que as ciências naturais e filosóficas – que compreendiam a zoologia, a botânica e a mineralogia – foram privilegiadas. Essa preocupação com os temas da história natural mostrou-se tanto na fundação das duas novas faculdades já mencionadas, como nos antigos cursos; a título de exemplo, tem-se o curso de medicina, que passou a integrar a mesma Congregação que os de filosofia e matemática. De fato, o principal objetivo do estatuto era oficializar a Universidade de Coimbra como um centro dedicado às novidades das ciências naturais, e igualando-a às famosas instituições europeias dedicadas à ciência moderna. Seguindo esse princípio, o método de investigação e experimentação foi introduzido em todos os cursos da Universidade, e partes de

23 Sobre o Marquês de Pombal MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal, Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 e FALCON, op. cit. Sobre o alcance das reformas pombalinas no Brasil, ver: FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. (org.) **As reformas pombalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

24 ARAÚJO, **A cultura das Luzes em Portugal** ...p. 25-26.

25 Sobre as Reformas pombalinas, entre elas a da Reforma da Universidade de Coimbra, há centenas de estudos dedicados ao tema. Indicamos alguns: ALMEIDA, Manoel Lopes de. **Documentos da Reforma Pombalina**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1937. 2v; ARAÚJO, Ana Cristina (coord.) **O Marquês de Pombal e a Universidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000; AZEVEDO, João Lúcio. **O Marquês de Pombal e sua época**. Lisboa: Clássica, 1990. BRAGA, Teófilo. **História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa**. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1898. 3v. FALCON, op.cit.

26 UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade. 1972. 3 volumes.

conteúdos da física experimental, da história natural e da química passaram a ser obrigatórias para o ingresso.²⁷

O que mais nos interessa, no entanto, é o curso de filosofia, que formaria um novo profissional, o naturalista. Segundo os estatutos da Universidade de Coimbra, o homem de ciência era um profissional que necessitava de formação superior e, nesse sentido, a filosofia ali ensinada deveria ser dividida em “três profissões a saber: [a] de Naturalista: [a] de Médicos: e [a] de Matemáticos”.²⁸ Durante alguns anos, as salas, o Jardim Botânico, o Observatório, o Gabinete e o Laboratório da Universidade foram frequentados pelos alunos de filosofia e das outras faculdades. Nesses locais, tinham aulas de história natural, lógica, metafísica, zoologia, botânica, mineralogia, geometria, física experimental e química. Todas essas ciências deveriam se concentrar nos três reinos da natureza: o animal, o vegetal e o mineral.²⁹

Os investigadores que se dedicaram ao estudo do curso de filosofia e da reforma da Universidade de Coimbra, como Pereira, Araújo, Cruz, Domingues e Falcon, acreditam que dos bancos dessa instituição “renovada” saiu uma geração apta a colaborar para o crescimento e o aprimoramento das ciências portuguesas e trabalhar pelos interesses econômicos do Império português que, na altura, integravam o projeto da administração pombalina.³⁰ Dos indivíduos que estiveram nessa Universidade, um grupo particularmente nos interessa. Trata-se dos brasileiros que pertenciam a uma elite leal à coroa portuguesa. Entre 1772 e 1785, trezentos estudantes brasileiros se matricularam em Coimbra. No ano da implementação das Reformas, cinquenta estudantes brasileiros se matricularam na Universidade,³¹ formando-se como naturalistas aptos para trabalhar para o Estado português. A formação universitária desses luso-brasileiros e o trabalho que desempenharam a seguir eram parte de uma estratégia “política de arregimentação das

27 CRUZ, **Verdades por mim vistas** ... p. 95-105.

28 ARAÚJO, Ana Cristina. Cosmopolitismo e patriotismo. A propósito dos Estatutos Literários e Económicos da Sociedade dos Mancebos Patriotas de Coimbra. **Tempo e História**. Ideias e Políticas. Coimbra: Fundação Antonio de Almeida, 2015. p. 327.

29 **Estatutos** ... apud CRUZ, **Verdades por mim vistas** ... p. 101-104.

30 As Reformas Pombalinas são um tema tradicional da historiografia portuguesa. Entre as ações mais estudadas, e portanto mais famosas, tem-se a expulsão da ordem jesuítica em 1759, já mencionada, e a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. Há atualmente, estudiosos propõe outras narrativas e análises sobre esses clássicos episódios históricos. Nesse sentido, indicamos a obra TAVARES, op. cit.

31 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello & CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. Francisco José de Lacerda e Almeida: Paulista, coimbrão e fiel súdito da coroa. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello & RIBAS, André Akamine. **Francisco José de Lacerda e Almeida**. Um astrônomo paulista no sertão africano. Coleção Ciência e Império. Vol. II. Curitiba: Editora UFPR, 2012. p. 27.

elites coloniais em prol de um projeto de fortalecimento do Império”.³² A constituição de uma elite intelectual foi mais uma estratégia usada pela Coroa portuguesa para promover um processo de inovação educacional e científica em terras lusitanas e em suas extensões imperiais.³³ Nesse plano imperial, o naturalista era uma figura significativa, que deveria fundar um novo olhar sobre o mundo, contribuindo “com seus conhecimentos científicos para desvendar as potencialidades econômicas dos produtos da natureza na metrópole e nas colônias.”³⁴

A descrição do conjunto arquitetônico da Universidade de Coimbra consta dos relatos de viajantes como o espanhol Rafael Rodríguez Mohedano, em 1773:

Lisboa, 13 de julho de 1773. (...) Ahora se vá a contruir un soberbio edificio para a Biblioteca real y Museo. En todo el Reyno ya un mismo espíritu em punto de letras.

*El edificio da la Universidade es muy bueno. (...) Me visito el nuevo Rector y Reformador (...) y los mas de los Profesores. Los de Mathematicas, phisica experimental, Historia Natural y liturgia son muy Buenos. Alguno de ellos estrangeros. Tienen una buena colección de machinas phisico-mathematicas y se va formando un gran Museo de Historia Natural. Se trabaja ya en thetro anatómico, observatorio e Laboratorio chimico y Dispensário pharamceutico. Se prepara lugar para el Hospital y el Jardín botânico.*³⁵

Na descrição de Mohedano, alguns elementos devem ser destacados, como a presença de estrangeiros no corpo docente da Universidade, o que era uma prática comum. A descrição colocava a Universidade no que de mais moderno existia. É importante frisar que, quando da visita de Mohedano, havia se passado apenas um ano da promulgação dos Estatutos da Universidade, e que estavam ainda em construção ou adaptação alguns dos espaços como o Laboratório Chimico, fundado em 1773 e finalizado em 1775. Aos olhos de Mohedano, os lentes da Universidade de Coimbra, estrangeiros ou portugueses, representavam a universalidade do conhecimento. No plano de inovação educacional e científica, foi fundamental o recrutamento de estrangeiros para o Colégio dos Nobres, a Universidade de Coimbra ou para atuarem nas explorações e descobertas de riquezas naturais no reino.

32 CRUZ & PEREIRA. A história de uma ausência...p.02.

33 DOMINGUES, Angela: ‘Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos’. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.

34 CRUZ & PEREIRA. A história de uma ausência...p.358

35 BRIGOLA, **Os viajantes** ... p.47.

Já se disse que a prática de profissionais estrangeiros nos espaços portugueses de estudos, universidades e mesmo hospitais é anterior às ações de Pombal. Isso permitiu, por exemplo, a atuação do médico catalão Monravá de Roca no curso de medicina, em 1730. Esse ar de mudanças também esteve presente na construção da Biblioteca da Universidade de Coimbra, cujas primeiras remessas de novos livros continham títulos atualizados de filosofia, medicina, teologia, filosofia, história, direito e medicina moderna.³⁶

A experiência do deslocamento no mundo europeu, e além dele, foi determinante na formação dos homens de ciência continuidade seu futuro trabalho. A contratação de estrangeiros permitiu a circulação do conhecimento científico e de homens que se tornavam reconhecidos por seus trabalhos, como Domenico Vandelli (1735-1816).³⁷ Vindo de Pádua em 1764 para lecionar no Colégio dos Nobres, função que nunca chegou a assumir, Vandelli foi escolhido por D. José para a instalação do Jardim Botânico da Ajuda. Foi também deputado da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e Diretor da Fábrica Real de Telha. Entre 1772 e 1791, foi professor de história natural e química na Universidade de Coimbra, intendente do Laboratório Químico, diretor do Jardim Botânico, organizador do Gabinete de História Natural e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. No arquivo da Universidade, pode-se perceber que as múltiplas tarefas de Vandelli muitas vezes o afastavam de seu lugar de lente de história natural e química. Em relação a sua atuação como professor, nada há nesse processo, já que suas atividades eram mais intensas no que diz respeito ao Laboratório Químico, ao Gabinete e a Fábrica Real de Telha.³⁸

Toda trajetória de Vandelli ilustra como esse estrangeiro conquistou espaço em ambientes científicos e políticos. A experiência de naturalista, o seu trabalho na Universidade de Coimbra e seu prestígio adquirido com seus cargos administrativos explicam a confiança nele depositada. O Estado reformista concedeu “carta branca” para que ele pusesse em prática suas crenças científicas, para aplicá-las ao bem comum do Império. Em 1768, assumiu o Complexo da Ajuda e o controle das viagens filosóficas.

36 ARAÚJO, *A cultura das Luzes em Portugal* ... p.31-32.

37 Vandelli representou um padrão de profissional da ciência utilitarista constituído ao longo do século XVIII, como bem demonstrou FERRONE, Vincenzo. O homem de ciência. In: VOVELLE, Michel. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p.157-182.

38 Processo do Professor Domingos Vandelli consultado em Janeiro de 2016. Arquivo da Universidade. Ainda sobre Vandelli, ver SERRÃO, *Introdução a Domingos Vandelli*, Aritmética Política, Economia e Finanças (1770-1804), Lisboa, Banco de Portugal, 1994. p.13-36 e CAMARGO-MORO, Fernanda de & KURY, Lorelai. *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Dantes Editora, s./l. 2008.

2.2. OS ESPAÇOS CIENTÍFICOS PORTUGUESES DE INSTRUÇÃO E DE TRABALHO DO NATURALISTA: O REAL COMPLEXO DA AJUDA E A ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Logo que chegou a Lisboa, Vandelli iniciou várias jornadas ao redor da cidade, no Porto e na região de Coimbra. Ele repetia uma atividade que realizou intensamente na Itália. Das expedições que empreendeu, recolheu e conservou coleções de espécies dos três reinos naturais. Uma parte desse conjunto coletado foi enviada a outros naturalistas e a outra compôs o acervo dos Gabinetes de História Natural da Ajuda e de Coimbra. O paduano usou sua experiência adquirida nas aulas e nas viagens para conhecer o país que o contratou. Ele “aperfeiçoou a conceitualização e a metodologia das viagens filosóficas italianas, através do reconhecimento da flora, da fauna e dos minerais de Portugal”.³⁹ As investigações de Vandelli ocorridas a partir das viagens – descrição física, análise de propriedades e classificação taxonômica – tinham o intuito de conquistar tanto o mérito de naturalista junto à Corte quanto aumentar sua representação e credibilidade perante a comunidade científica com a qual mantinha contato.⁴⁰ Em Coimbra, na qualidade de lente de química e de história natural, suas viagens adquiriram uma função pedagógica:

O naturalista elaborou um plano de viagens para a formação dos naturalistas, médicos e magistrados, membros da elite intelectual portuguesa. As viagens dos alunos tinham dupla finalidade: de formação do referencial científico e político dos estudantes, assim como de averiguação das potencialidades naturais portuguesas e da proposição das formas de exploração. Nessas viagens os naturalistas, que posteriormente partiram para as colônias, conceberam todo seu referencial.⁴¹

As práticas de treinamento do viajante filosófico em Portugal são semelhantes às de instituições científicas de outros reinos e anteriores à Vandelli. Esse tipo de “pedagogia do olhar de viagem” pode ser apreendido no documento *Peregrino Instruído*, manuscrito elaborado por D. Manuel Caetano de Souza nas primeiras décadas do século XVIII, que teve como objetivo orientar a viagem de refinamento do jovem rei português D. João V (1689-1750):

39 PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)**. 2006. Tese (Doutorado em Educação Aplicada às Geociências)–Universidade de Campinas, Campinas, 2006. p. 37.

40 CERÍACO, Luis Miguel Pires; BRIGOLA, José Carlos Pires; OLIVEIRA, Paulo de. Os monstros de Vandelli e o percurso das coleções de história natural do século XVIII. In: FIOLEHAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota & MARTINS, Décio, eds. **História da Ciência Luso-Brasileira**. Coimbra entre Portugal e o Brasil. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2013, p 157.

41 PATACA, op. cit. p.386.

Conhecerão o estado natural tomando notícia da qualidade do clima, do terreno, dos campos, dos montes, dos rios, das fontes, dos frutos, dos gados, dos minerais, das aves e dos peixes.

Conhecerão o estado moral de cada lugar tomando notícia do número de fogos, dos habitantes dos edifícios públicos, e particulares, do estado eclesiástico, político, militar e econômico.⁴²

Ao usar o tempo verbal “conhecerão”, o clérigo organizador do *Peregrino Instruído* antecedia a viagem e esclarecia o que realmente era importante contemplar. Do mesmo modo, as instruções – seguramente inspiradas nas primeiras orientações do *Grand Tour* – pretendiam direcionar o olhar do viajante naturalista, definir as regras e condutas de sua viagem. Sintetizavam “de modo claro e direto os seus principais objetivos científicos-políticos, bem como forneceriam os métodos para que estes fossem devidamente cumpridos. Tratava-se de sistematizar a viagem e o viajante”.⁴³

As viagens pedagógicas, por sua vez, tinham como objetivo treinar os estudantes para os deslocamentos maiores, a localidades como África ou América, e seguiam as regras estabelecidas nas instruções. Ali, havia informações gerais sobre a natureza e os direcionamentos obrigatórios ao viajante, como o que observar, anotar e como preparar as espécies coletadas.

A Real Academia das Ciências de Lisboa publicou, em 1781, as *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos produtos e noticias pertencentes à historia da natureza para reformar hum Museo Nacional*.⁴⁴ Outros textos semelhantes já haviam sido escritos pelo próprio Vandelli, como as *Viagens Filosoficas ou dissertação: sobre as importantes regras que o Filosofo Naturalista nas peregrinações deve principalmente observar*,⁴⁵ de 1779. Tal manuscrito, apesar redigido por mãos italianas, é uma instrução portuguesa, destinada aos naturalistas lusos e luso-brasileiros que integrariam expedições filosóficas. Pelas regras de Vandelli, o preparo que antecedia a viagem também se dava pela educação dos “naturalistas de profissão” na Universidade. O químico havia contribuído na formação de muitos desses novos

42 ABDALLA, Frederico Tavares de Mello. **O peregrino instruído**: um estudo sobre o viajar e o viajante na literatura científica do iluminismo. Dissertação. Mestrado em História. UFPR, 2012. p. 09.

43 Ibidem, p. 17.

44 **Breves instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos produtos e noticias pertencentes à historia da natureza para reformar hum Museo Nacional**. Lisboa: Tipografia Régia, 1781.

45 VANDELLI, Domingos. **Viagens Filosoficas** ou dissertação sobre as importantes regras que o Filosofo Naturalista nas peregrinações deve principalmente observar. Academia das Ciências de Lisboa, Série Vermelha 405.

profissionais, resoluto em afirmar que seus discípulos tinham grande utilidade para o Estado, como se percebe na carta ao Marquês de Angeja, em 1777, quando aconselhou enviar naturalistas às expedições de demarcação das fronteiras brasileiras:

Se V. Ex.^a executar este meu desejo, teremos um gabinete o mais rico e o mais precioso, e que será invejado pelos estranhos. Poder-se-ão também descobrir matérias para novos ramos de comércio, ou ao menos não procurarmos fora o que talvez tão abundantemente temos naquele continente. Ao mesmo tempo que os matemáticos calculam as alturas, longitude e latitude, os naturalistas podem seguramente determinar as vantagens que se segue à nação da demarcação, conhecendo e relatando as verdadeiras riquezas dos terrenos que se tocam.⁴⁶

Em 1777, Vandelli era o homem certo para afirmar isso, já que, em 1768, Pombal o designara para o comando da construção do Complexo da Ajuda, que tinha em suas instalações o laboratório de química, a casa de desenho ou de risco, o gabinete de história natural e o jardim botânico. O espaço na Ajuda foi criado com o necessário para a execução das ideias baconianas de utilidade e bem-estar dos homens: a biblioteca, o laboratório, as coleções, o jardim. Um lugar como esse deveria amparar todas as etapas necessárias da ciência moderna e de seu reconhecimento do mundo. Entre elas, as viagens filosóficas, que produziram um conhecimento útil, detalhado e extenso sobre os territórios visitados.

2.2.1. O Complexo da Ajuda

Sob o comando de Vandelli, o Complexo da Ajuda serviu para o amparo das expedições e para as análises das remessas enviadas pelos cientistas que estavam em viagens filosóficas nos territórios coloniais. No Gabinete ou Museu de História Natural e Jardim Botânico, naturalistas recém-formados em Coimbra passavam por um período de preparação, sob a orientação do próprio Vandelli. Realizavam pequenas excursões científicas, para treinar os procedimentos de recolha e conservação das espécies, leituras das obras específicas e organização de um manual que instrísse o processo de observação da natureza “e recolha de espécimes para o Museu de História Natural e Jardim Botânico.”⁴⁷

46 Carta de Domenico Vandelli ao marquês de Angeja. In: CAMARGO-MORO, & KURY, **O Gabinete...** p. 85-86.

47 PEREIRA. M. R. de M. & CRUZ. *Instructio Peregrinatoris*. Algumas questões referentes aos manuais portugueses sobre métodos de observação filosófica e preparação de produtos naturais da segunda metade do século XVIII. In: KURY, Lorelai & GESTEIRA, Heloisa (orgs.). **Ensaio de História das Ciências no Brasil**: das Luzes à nação

Por exemplo, durante cinco dias do ano de 1779, Alexandre Rodrigues Ferreira e João da Silva Feijó, naturais do Brasil, realizaram uma expedição de cunho predominantemente mineralógico a Buarcos.⁴⁸

Nessa tarefa de administrar os espaços da Ajuda, Vandelli contou com o auxílio de Júlio Matiazzi, o jardineiro-chefe. No local, o naturalista organizou coleções, elaborou desenhos dos produtos que vinham das colônias, realizou análises e produziu estudos como a *Memoria sobre a utilidade dos jardins botânicos a respeito da agricultura, e principalmente da cultivação das charnecas* e *Memória sobre algumas produções naturaes deste Reino, das quaes se podia tirar utilidade*.⁴⁹ Da Ajuda, Vandelli também manteve sua rede epistolar com outros naturalistas⁵⁰, formato de troca de experiências científicas que mantivera igualmente na Itália. Com os seus interlocutores italianos, ingleses, alemães e franceses, trocou sementes, desenhos e análises sobre os três reinos da natureza, em especial em Portugal e no Brasil. Entre seus correspondentes, Joseph Banks⁵¹ e Linné são caros para esta tese.

É necessário lembrar que Linné manteve, durante toda a vida, uma enorme rede de correspondentes, entre eles, Vandelli, desde 1759, quando o químico ainda residia na Itália. Do mesmo modo, é preciso pontuar que Linné, Vandelli e Banks administraram o Jardim Botânico da Universidade de Uppsala, o Jardim Botânico da Ajuda e os *Royal Botanic Gardens*. A partir desses espaços, prepararam diversas expedições científicas e as difundiram para outras instituições. Nessas cartas, pode-se perceber que Vandelli compartilhou, com Linné, Banks e outros, dados valiosos sobre a natureza brasileira.⁵² O contratado de Pombal permitiu que seus correspondentes naturalistas divulgassem essas informações em suas próprias redes de comunicação. Novamente, observa-se que em tais ambientes, a circulação de saberes se dava por diferentes vias.

independente. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

48 FIGUEIRÔA, S. F. de M.; SILVA, C. P da, PATACA, E. M.: 'Aspectos mineralógicos das "Viagens Filosóficas" pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX'. *História, Ciências, Saúde—Manguinhos*, v. 11, n. 3, p. 713-29, 2004. p. 718.

49 PATACA, op. cit. p. 38-40.

50 Toda a correspondência externa de Lineu – aproximadamente setenta e oito cartas – está disponível para consulta no AHMB, em Lisboa. Em setembro de 2015, algumas dessas cartas foram consultadas para entender, em especial, a extensão da rede epistolar de Vandelli. Neste trabalho, alguns desses correspondentes de Vandelli serão retomados mais adiante.

51 Correspondência de Joseph Banks. CE/B. 75.76. AHMB

52 Lembremos que, até 1808, viajar ao Brasil só era possível por autorização régia. Como já foi visto, o próprio Banks ficou ancorado na Baía de Guanabara e não pôde explorar a região.

As instalações da Ajuda foram essenciais para as investigações de Vandelli sobre a natureza e para a execução de projetos do reino, como o da organização de viagens filosóficas e análise de remessas vindas das colônias. Essas amostras eram enviadas do Brasil, da Índia, da África e das Ilhas (Açores e Madeira) para a Secretaria do Estado da Marinha, em seguida, ao Jardim Botânico da Ajuda.⁵³ Já no gabinete, eram testadas pelos naturalistas. Em 22 de novembro de 1799, Alexandre Rodrigues Ferreira, então Diretor do Real Gabinete de História Natural e do Jardim Botânico da Ajuda, encaminhou a D. Rodrigo de Souza Coutinho a análise de uma dessas corriqueiras amostras. Pedia que fosse testada uma cola-de-peixe vinda do Pará. Para tanto, o cientista a comparou com a cola de origem russa. Durante todo o parecer, ele descreveu características de ambas, como cor, textura, transparência e eficácia, esclarecendo que a qualidade da cola dependia da espécie de peixe escolhido, bem como do processo de secagem. Enfatizava ainda a atenção necessária quanto à procedência de determinadas amostras do gênero:

De maneira que deste genero as melhores amostras que se tem recebido neste Musêo, as primeiras forão as que remetteo do Rio de Janeiro o (?) Márquez de Lavradio, as quais alli foram preparadas pelo Boticario Antonio Ribeiro de Paiva, Pai do Medico Manoel Joaquim Henrique de Paiva, de quem eh a Memoria inclusa a este respeito; às segundas forão as que tambem eu remetti da Cidade do Pará, onde me achava no anno de 1784, eas recolhi de alguas especiais de Peixes, que alli há [...].⁵⁴

A conclusão da investigação foi positiva, de acordo com os procedimentos. Assim, Rodrigues Ferreira finalizou o relatório, entendendo que “em a Colla do Pará sendo tão fácil de dissolver, como a Russiana; e dissolvendo se ella tão completamente como esta; não haverá mais que desejar neste genero, que, aliás tem consumo, e eu agora o paguei a razão de 2 reis e 4 ou (?) o arratel”.⁵⁵

O montante dessas coleções, vindas de vários cantos do mundo, também tornou o local digno do roteiro de muitos viajantes que passavam por Lisboa. Esses tinham o privilégio de observar as espécies do reino animal que renderam relatos espantosos e se admirar pelas centenas de árvores indianas, africanas, chinesas e brasileiras adaptadas ao clima lisboeta. Janet Schaw esteve no espaço entre 1774 e 1776; em sua narrativa, ela

53 No AHMB há as relações de remessas enviadas das colônias e outras regiões de Portugal ao Real Jardim Botânico da Ajuda.

54 ANTT. Fundo Conde de linhares, Mç 28 doc. 65.

55 ANTT. Fundo Conde de linhares, Mç 28 doc. 65.

destacou as espécies mantidas no palácio de inverno do rei e no Jardim Botânico. Schaw caminhou pelos passeios cobertos de cascalho e ornamentados por cercas vivas e fileiras de jasmim, se assustou “com a saudação de um elefante”, se encantou com o grande aviário oval que abrigava aves multicoloridas, rodeadas por laranjeiras, murtas e uma “variedade de outras plantas perenes, e ao meio há um bebedouro que recebe um suprimento constante de água das mãos de uma estátua colocada na parte alta, correndo até abaixo, de modo a estar sempre fresca”. Esclareceu que tal coleção era “um tributo anual à rainha dos Brasis, da Madeira, e de fato de todos os domínios onde existem.” Se o relato de Shaw fosse o de um naturalista, teríamos mais detalhes sobre o laboratório, a biblioteca e a Casa de Risco, mas mesmo assim, a viajante apresenta um relato sobre a riqueza dos reinos da natureza disponível a estudiosos e curiosos:

Um pouco mais adiante, encontramos galinhas indianas de todas as denominações [...]. Foi-me impossível nomeá-las todas, mas elas estavam bem representadas nos relatos indianos que temos em casa. [...]

Entramos agora em um campo, ao fim de uma rua de pequenas casas, que descobrimos serem habitadas por animais de natureza a mais nociva, como doninhas, etc. Um em particular era habitado por roedores do Brasil, de um grande tamanho. Todos vieram espiar pelas grades, como muitas freiras, se estivessem confinadas por acharem que causariam dano à sociedade se estivessem livres. Atrás de nós encontramos um grande zoológico, em forma de quadra. Aqui estão leões, leopardos, panteras, ursos e lobos. Ambas leoas e panteras tem filhotes. As últimas são os gatinhos mais bonitos que se podem conceber. Esqueci do tigre, que também tem uma jovem família. Ainda que haja um número de oficiais para atender esta quadra feroz, eles não são limpos e o cheiro é intolerável.⁵⁶

É claro que as narrativas de Shaw e do nosso cicerone, Wied-Neuwied, são distintas. Há entre elas quase meio século decorrido (1774 e 1817), e diversos acontecimentos modificaram o aspecto do local. O maior deles ocorreu em 1808, quando o naturalista francês Geoffroy Saint-Hilaire coletou, a mando de Napoleão, milhares de objetos da Ajuda; o fato foi mencionado pelo naturalista bávaro, conforme a citação no início deste capítulo.

Nos catálogos que detalham esse recolhimento realizado pelo francês consta um total de 1959 exemplares de mamíferos, pássaros, répteis, peixes, conchas, crustáceos e insetos. A esse conjunto foram reunidos diversos herbários, contendo aproximadamente

⁵⁶ SCHAW, Janet. *Journal of a Lady of Quality: Being the Narrative of a Journey from Scotland to the West Indies, North Carolina, and Portugal, in the Years 1774-1776*. Un. of Nebraska Press, 2005. Apud: BRIGOLA, Os viajantes ... p.49-50.

3000 plantas, a maioria vindas de Goa, Brasil, Peru e Conchinchina. Podemos acrescentar igualmente a nota do próprio Geoffroy Saint-Hilaire, de que apenas recolheu as duplicatas desses objetos, dado que é constantemente questionado pela historiografia. O documento que contém tais informes é também uma narrativa desse representante de Bonaparte em Lisboa. Entre as descrições das etapas do trabalho de recolhimento na Ajuda, Geoffroy Saint-Hilaire mencionou a solicitude dos naturalistas do local e sua satisfação com a transferência dos objetos ao Museu de História Natural de Paris, sobretudo os do Brasil. Ele também não deixou de registrar a abundância de amostras disponíveis no espaço em 1808.

Para reforçar a descrição de Janet Shaw e problematizar aquela de Wied-Neuwied, finalizamos a descrição do Gabinete Real da Ajuda com as palavras do naturalista francês:

O Gabinete particular do Príncipe foi praticamente o único depósito onde fui buscar as duplicatas: estava abundantemente promovido de produtos do Brasil, e foram esses produtos, dos quais o Museu de História Natural não possuía quase nenhum [...]

As coleções de história natural de Paris atingiram um tal ponto de prosperidade e riqueza que não se pode evitar uma espécie de inquietação e de dor quando se avalia toda a extensão das terras que ainda não lhe prestaram tributo. O grande território americano do Brasil até agora se enquadrava neste caso, e por isso eu desejava ainda mais profundamente com ele enriquecer nossas coleções e preencher uma tão imensa lacuna.

Obtive um sucesso completo nesse aspecto, devido à grande quantidade de objetos dessa região reunidos no Gabinete Real ou da Ajuda. Eles estavam de tal forma amontoados que atualmente não se pode perceber que sua quantidade foi dividida pela metade: assim, apesar dessa operação, o Gabinete da Ajuda conserva seu antigo esplendor e continuará a nutrir o gosto pela história natural entre os portugueses.⁵⁷

2.2.2. A Academia Real das Ciências de Lisboa

As academias científicas ou de letrados em Portugal foram fundadas seguindo os modelos da *Royal Society of London* (1660) e da *Académie des Sciences* (1666). Alguns portugueses foram sócios da academia inglesa⁵⁸ e conheciam parte de seu estatuto. Em terras lusitanas, adotaram-se alguns dos seus princípios organizativos, como o fato de se

57 Nota sobre os itens de história natural coletados em Portugal pelo sr. Geoffroy Saint-Hilaire: In: CAMARGO-MORO & KURY, op. cit. 287-288.

58 LIMA, Péricles Pedrosa. **Homens de ciência a serviço da coroa**. Os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa. 1779/1822. Dissertação. Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, Universidade de Lisboa. 2008. p. 62.

tratar de instituições de elite e representarem seus espaços como local de organização e produção da ciência.⁵⁹

Na segunda década do século XVIII, foram criadas em Portugal a Academia Portuguesa (1717), a Academia das Quatro Ciências (1730), a Academia Médico-Protolítana, a Academia Real de História Portuguesa (1720)⁶⁰, a Academia Litúrgica Pontifícia, Academia dos Ocultos, a Academia Ulissiponense e a Academia dos Escondidos ou dos Imitadores da Natureza. Já a Academia Real de Ciências de Lisboa surgiu somente no ano de 1780, após a queda de Pombal. Esse fato permitiu que seus sócios incluíssem aliados e excluídos do período em que o Marquês administrou o reino.⁶¹ De acordo com a *Oração de Abertura* proferida por Teodoro de Almeida em 4 de julho, a criação dessa instituição traria progresso e felicidade para a nação portuguesa. Nesse sentido, seus membros deveriam ter compromisso com as artes, a literatura portuguesa, a agricultura, o comércio e as ciências; deveriam escrever notícias sobre o Império, analisar monumentos e manuscritos históricos, examinar os livros e publicar com elegância. No documento evidencia-se o apoio às áreas dedicadas a observação e experimentação:

Lá estarão aqueles observando os minerais, as águas, as plantas, numa palavra, a natureza, quando da outra parte estão outros tentando experiências, fazendo observações, imaginando projetos; aqui se formam novos instrumentos e máquinas, ali se reformam e aperfeiçoam as já conhecidas, acolá se verão outros trabalhando com incansável aplicação nas matemáticas e no cálculo, outros fazendo fáceis as doutrinas mais espinhosas e difíceis, semeando na mocidade o gosto, a crítica, o desejo de estudar e de saber.⁶²

Os fundadores e sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa tinham contato com o estrangeiro, o que lhe garantiu o ar cosmopolita característico dessas organizações de letrados. Nesse aspecto, D. João Carlos de Bragança de Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva (1719-1806), 2º Duque de Lafões, o Abade José Francisco Correia da Serra (1751-1823) e Vandelli são exemplares. O primeiro estabeleceu uma rede de correspondências durante seu

59 SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. **A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia**. Universidade de Lisboa. Tese. Doutorado em História e Filosofia das Ciências, 2015. p. 2-3.

60 LIMA, op. cit. p. 67

61 Sobre esse tema e as polémicas envolvendo os perseguidos de Pombal ver SILVA, op. cit. p. 39

62 Ibidem, p. 40.

Grand Tour, e os dois seguintes alimentavam as relações científicas feitas em estadas no estrangeiro (no caso de Vandelli, especialmente em sua terra natal).⁶³

Imitando “todas as nações cultas”, o *Plano de Estatutos* da Academia Real de Ciências de Lisboa (ARCL) indicava as classes nas quais esta seria organizada, o tipo de sócios, a criação de uma classe de alunos moços e nobres, a aula maynense, os cargos a serem criados, como se dariam as eleições, os diferentes tipos de assembleias e as memórias oferecidas pelos sócios. Com relação a estes, o documento de 1780 previa a existência de quatro tipos: os honorários, homens dignos e empregados do Estado; os estrangeiros; os efetivos, que deveriam residir em Lisboa; e supranumerários ou livres, que, como os efetivos deveriam residir em Lisboa e apresentar uma memória anualmente.⁶⁴ Havia os igualmente os correspondentes, ou correspondentes do número, que poderiam ser estrangeiros ou nacionais. De todas as categorias, essa era a mais numerosa. No ano da fundação da ARCL, dos oitenta e oito sócios correspondentes, vinte oito eram estrangeiros. Entre eles, Benjamin Franklin (1706-1790), Antoine Laurent de Jussieu (1748-1836), Johann Bernoulli (1710-1790), Joseph-Louis de Larange (1736-1813) e o marquês de Condorcet (1743-1794). De acordo com Silva, a presença desses sócios na Academia “funcionava, no fundo e apenas – dada a sua nula participação na atividade da Academia – como um instrumento de que a ARCL se servia para afirmar a sua marca reputacional no panorama académico europeu”.⁶⁵ O fato de alguns nomes constarem em muitas das listas de correspondentes estrangeiros espalhadas pela Europa (o que, de certa forma, era uma homenagem a esses ilustrados que gozavam de fama científica) não descarta o fortalecimento de práticas cosmopolitas, como trocas de correspondência entre alguns desses sócios.

A presença dos sócios estrangeiros nas academias era essencial para a construção e a celebração de uma República das Letras. Os de origem brasileira circulavam pelas muitas ordens de sócios, como correspondentes e livres, como Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá; efetivos na classe das ciências, como o baiano Manuel Luíz Alvares de Carvalho; e até mesmo figurar como secretário-geral, caso de José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1816. Entre 1789 e 1822, a Academia teve trinta e oito sócios brasileiros.⁶⁶

⁶³ Ibidem, p. 42.

⁶⁴ ACADEMIA DAS CIÊNCIAS (LISBOA). *Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typografia da Real Academia de Lisboa, 1825. p. 04.

⁶⁵ SILVA, op. cit. p. 120-121.

⁶⁶ LIMA, op. cit.

Os sócios correspondentes em trânsito eram importantes na estrutura da instituição, nas suas primeiras décadas. Entre eles, se encontram os de origem brasileira, que alimentaram os conhecimentos da classe de história natural com o envio de mapas, relatórios e diários de viagem. Assim, na ARCL também se mantinha o hábito de enviar as notícias e remessas das viagens, como a de Paris, oriunda da expedição de Maupertuis. Podem ser igualmente mencionados dois brasileiros formados em Coimbra, que alimentaram o espólio da ARCL com suas viagens: Alexandre Rodrigues Ferreira, sócio-correspondente em 1789 e efetivo em 1793; e Francisco José de Lacerda e Almeida, eleito sócio-correspondente em 1795.⁶⁷

A relação que os brasileiros mantinham com a Instituição dava-se pela publicação de artigos nas *Memórias Económicas da Academia Real de Sciencias de Lisboa* e *História e Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa*; eram discursos, como o de José Bonifácio (*Discurso contendo a História da Academia Real de Sciencias de Lisboa desde 25 de Junho de 1812 até 24 de junho de 1813*)⁶⁸, tratados, ensaios e memórias de viagem. Tais publicações descreviam os lugares foram percorridos pelos naturalistas no Brasil, em África e Portugal, bem como as pesquisas que haviam desenvolvido após essas estadas. No contato com essa fonte e a leitura de bibliografia sobre o tema, é possível identificar os escritos sobre Cabo Verde, como o *Ensaio Económico sobre as Ilhas de Cabo verde em 1797* de João da Silva Feijó (publicado nas *Memórias da Academia* em 1815);⁶⁹ o Brasil, como o *Ensaio de descrição física, e economica da Comarca dos Ilheos na América*, de Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá (publicado em 1789), as *Experiências químicas sobre a quina do Rio de Janeiro, comparada com outras* e a *Memoria sobre a pesca das baleias, e extracção do seu azeite; com algumas reflexões a respeito de nossas pescarias*, de José Bonifácio (1814) e as *Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente, hoje chamada se S. Paulo, do Estado do Brasil*, de Gaspar de Madre de Deus (publicada em 1797); sobre Portugal, *Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal, particularmente de pinhaes nos areaes de beira-mar; seu methodo de sementeira, costeamento e administração* (publicados pela Academia em 1790 e

67 Processos dos acadêmicos consultados na ACL em setembro de 2015.

68 ACADEMIA DAS CIÊNCIAS (LISBOA). **História e memórias da Académia Real das Sciências de Lisboa**. 1 série Tomo III. Lisboa: Typografia da Academia, 1814.

69 ACADEMIA DAS CIÊNCIAS (LISBOA). **Memórias Economias da Academia Real de Sciencias de Lisboa**. Tomo V. p. 172-193. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. 1815. Além dessa memória, Feijó publicou pela Academia Memória sobre a Fabrica Real de Anil da Ilha de Santo Antão (1789) e Memória sobre a urzella de Cabo Verde (1815).

1815) e *Memória Topográfica e econômica da comarca dos Ilhéus*⁷⁰, de Baltasar da Silva Lisboa.

De todos os luso-brasileiros, foi certamente José Bonifácio quem obteve maior destaque na Instituição. Após a formação em Coimbra, ele trabalhou para o Império português, primeiro como viajante naturalista, depois, como administrador das minas no próprio Reino. Entretanto, ele ainda é mais conhecido pela atuação no Brasil e na cena política pré-independência.⁷¹ Na ARCL, foi eleito sócio-correspondente em 1789 e sócio efetivo da classe de ciências em 1809.⁷² Além disso, era membro de academias de Estocolmo, Copenhague, Turim, , da de História Natural e Philomatica de Paris, de Geologia de Londres, Werneriana de Edimburgo, de Física e História Natural de Genebra, Filosófica da Filadélfia, da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro e da Sociedade de Investigadores da Natureza de Berlim.⁷³ Em 1816, como secretário-geral da ARCL, proferiu um discurso à “Corporação de Sabios, de luta denodada há largos annos, em pró das Sciencias e honra da Nação”⁷⁴, que muito diz sobre sua relação com a ciência portuguesa e seus conterrâneos e contemporâneos. Todo o discurso exalta a ampla formação desses sujeitos iluministas que, de forma alguma, limitava-se ao conhecimento enciclopedista. O paulista que se fez naturalista por Coimbra, discípulo e genro de Vandelli e funcionário do Reino, retomou parte dessa experiência portuguesa e das expedições assim como daquilo que adquiriu durante o período de viagem pela Europa científica. A exposição de temas romanos e da história portuguesa expressam as leituras que tinha e os conhecimentos que ultrapassavam os de naturalista.

Para Bonifácio, a “Sciencia da Natureza, e suas vastas applicações á Agricultura, á Technologia, e á Economia” deveriam servir o Estado e a humanidade. A Academia, como outras instituições de homens instruídos na modernidade, seria para ele a mais preparada para trilhar esse caminho, essa “nova estrada, larga e real” percorrida por outras nações cultas da Europa. Apontou em seu discurso “onde devem caminhar os engenhos Portugueses, que quizerem colher novos loiros debaixo das bandeiras de Minerva. A

70 ACADEMIA DAS CIÊNCIAS (LISBOA). *História e memórias...*, tomo IX, Lisboa 1825.

71 CAVALCANTE, Berenice. **José Bonifácio: razão e sensibilidade.** Uma história em três tempos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. CALDEIRA, Jorge (Org.) **José Bonifácio de Andrada e Silva.** São Paulo: Editora 34, 2002.

72 Processo consultado na ACL em setembro de 2015.

73 LIMA, op. cit. p.116.

74 Discurso histórico recitado na sessão pública de 24 de junho de 1818 pelo secretário José Bonifácio de Andrada e Silva. ACADEMIA DAS CIÊNCIAS (LISBOA). *História e memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa* 6 (1): I-XXV, [Lisboa] 1818. p. XXVIII.

Academia lhes está dando o exemplo; e mais esta vez os convida, para que entrem em seu gremio, e a ajudem com forças reunidas”.⁷⁵

Nada de novo se apresenta na escrita do Secretário. Na realidade, o discurso dá continuidade aos programas administrativos realizados pelo Marquês de Pombal e seguidos pelos Ministros Martinho de Mello e Castro e o afilhado de Pombal, D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812).⁷⁶ É importante salientar que as políticas desses estadistas contemplavam as colônias e suas possíveis vantagens e desvantagens, por isso a necessidade de reconhecê-las e reorganizá-las por meio da ciência e das artes. Esses novos arranjos só foram possíveis pelas mudanças educacionais que permitiram a realização da ciência da observação e experimentação, como a criação de instituições estatais (gabinetes e academias), semelhantes aos outros espaços europeus. As coleções tinham uma função pedagógica, pois eram parte do material usado na aula dedicada aos reinos da história natural, a chamada *aula maynense*, que acontecia no Museu Maynense e no Gabinete de História Natural.⁷⁷

As viagens mantinham estreita ligação com os espaços de ciência. As plantas eram aclimatadas nos jardins botânicos, os animais se reproduziam em cativeiro e os exemplares enviados eram estudados cuidadosamente. No laboratório, no gabinete ou no jardim, o naturalista tinha disponíveis recursos para um estudo mais preciso em amostras, por isso, o envio das espécies deveria ser cuidadoso e seguir os treinamentos e instruções obtidos na Universidade de Coimbra e no Jardim Botânico da Ajuda. O lugar contava igualmente com instrumentos científicos e uma biblioteca especializada.

O viajante era o elo entre esse ambiente e o local a ser explorado e pensado pelos paradigmas da ciência moderna. Alexandre Rodrigues Ferreira, luso-brasileiro que viajou pelo Brasil entre 1783 e 1792, é um caso exemplar. O naturalista formado em Coimbra atualizava seus patrocinadores. Durante toda a viagem pela colônia portuguesa, correspondeu-se com o Real Jardim da Ajuda e a Academia Real de Ciências de Lisboa;

⁷⁵ Ibidem, p. XXVIII.

⁷⁶ Sobre o tema e a trajetória de D. Rodrigo de Souza Coutinho, indicamos a tese SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. **O palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados** (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803). 2013. 395 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013

⁷⁷ O Museu Maynense foi deixado por testamento para a Academia Real das Ciências de Lisboa pelo franciscano José Mayne, sócio supranumerário em 1780 (1723-1792). O conjunto de casas tinha também o Museu e o Gabinete com artefatos, livros, desenhos, pinturas e medalhas. Sobre o tema, ver: CARVALHO, Rômulo e BRIGOLA, João Carlos. **Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2003.

enviou, gradativamente, as coletas de espécies de fauna, flora e artefatos do cotidiano das muitas tribos indígenas com as quais ia estabelecendo contato. Em *Viagem Filosófica*, no capítulo *VII Relação dos animais quadrúpedes*, após elencar os animais que habitavam as matas do Grão-Pará, Ferreira concluiu o relato com uma informação muito frequente: “Nesta relação vão incluídos todos os animais de que até o presente se tem notícia, que vivem nas matas do Estado do Pará e que têm sido remetidos para o Real Gabinete de História Natural, uns preparados e outros conservados em aguardente”⁷⁸. Esse envio durante a viagem, e não ao final dela, seguia as instruções de seu mentor Domingos Vandelli e de outras tantas instruções científicas europeias, que alertavam para que tal ação fosse realizada durante todo o itinerário. Ainda hoje, muitas dessas coleções científicas encontram-se disponíveis para consulta, estudos especializados e visitação. Em Lisboa, o Museu Maynense da Academia das Ciências mantém, na Sala Brasil, parte do espólio da expedição de Alexandre Rodrigues, como as máscaras confeccionadas pelos extintos Jurupixunas, as cobras-coral em frascos e os curiosos peixes preservados a seco (em herbário).⁷⁹

Os Museus da Universidade de Lisboa preservam um grande patrimônio científico e histórico, que antes pertencia ao Complexo da Ajuda. Ali encontra-se o Herbário Domingos Vandelli, que reúne espécimes recolhidos nas muitas expedições filosóficas, as obras da antiga Casa de Risco, como o manuscrito que orientava as práticas das recolhas e remessas das produções botânicas, zoológicas e minerais (*Método de recolher, Preparar, Remeter e Conservar os productos naturais segundo o Plano que tem concebido e publicado alguns naturalistas para ouzo dos Curiozos que visitão os Certoins e Costas do Mar*) e instrumentos, como o telescópio terrestre (1778).⁸⁰ Há também a sala das Coleções dos Três Reinos, enviadas pelos naturalistas no final do século XVIII, que mantem nas grandes estantes os fetos e animais em vidros, tartarugas gigantes, papagaios coloridos, instrumentos

78 FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas capitâneas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Coleção Memórias. 1974. p. 55.

79 De acordo com Paulo Gama Mota, diretor do Museu de Ciências da Universidade de Coimbra, os peixes preservados a seco ou herbários de peixe era uma técnica rara onde se secava os peixes, como se fazia com plantas, e os montava em cima de folhas de papel. “Collecção 'rarrissima' de peixes do Brasil encontrada na Universidade de Coimbra”. Disponível em: <https://www.publico.pt/ciencia/noticia/colecao-rarissima-do-sec-xviii-de-peixes-do-brasil-encontrada-na-universidade-de-coimbra-1475749> (acesso dia 02/07/2016).

80 Os objetos mencionados estão nos Museus da Universidade de Lisboa (MUHNAC). Entre eles os arquivos que constituem o MUHNAC destacamos o Arquivo Histórico Museu Bocage que concentra parte significativa do antigo Complexo da Ajuda como os manuscritos de Vandelli, os desenhos da Casa de Risco, os manuscritos das memórias, as listas de remessas, as correspondências significativas de Vandelli. Ainda nesse sentido, indicamos o trabalho de David Felismino, o qual realizou um inventário das coleções científicas da antiga Casa Real Portuguesa. FELISMINO, David. **Saberes, Natureza e Poder**: coleções científicas da antiga Casa Real Portuguesa. Lisboa: Caleidoscópio, Casal de Cambra. 2014.

de caça indígena e muitos outros. Em Coimbra, a famosa Coleção de Monstros de Vandelli, com o gato de duas cabeças e as gêmeas siamesas, está espalhada pelo Gabinete de História Natural/Revivências do Museu Zoológico da Universidade e pelo Museu de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina.⁸¹ Todos esses espaços são hoje os ecos desse empreendimento imperial que reuniu educação, ciência e viagem.

2.3. AS VIAGENS NATURALISTAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XVIII

Muito já se falou sobre como o Estado Português empenhou-se na redescoberta das colônias e suas utilidades econômicas. Foram enormes os recursos humanos, técnicos e financeiros para esse empreendimento. Cabe ressaltar a reorganização das diretrizes científicas, como as reformas do currículo da Universidade de Coimbra e a definição de determinados campos de atuação e de estudo, como a valorização da História Natural. No quesito viagens, todos esses meios foram utilizados para a realização de expedições à Ásia, África e Brasil. A organização também envolvia a “recepção e gestão de informação oriunda dos mais variados pontos do Império, endereçada à Secretaria do Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos ou direcionada para unidades funcionais de cariz científico e experimental ”.⁸²

Na documentação investigada percebe-se que a elaboração de uma estrutura que centralizou as ações mais importantes na Secretaria de Ultramar, e em seus ministros, permitiu a construção de uma rede de envios e recebimento de remessas. Sementes que vinham da Índia, memórias sobre o cânhamo brasileiro, objetos africanos, exemplares de minerais de outras regiões do Reino, como as Ilhas, e mesmo remessas do norte da Europa. A maioria era endereçada a Vandelli e encaminhadas ao Real Jardim Botânico da Ajuda.⁸³

Fossem estrangeiros em geral, portugueses ou brasileiros, é fato que a relação com o governo português dependia diretamente de dois ministros da Marinha e Negócios Ultramarinos: Martinho de Mello e Castro, secretário entre 1777 e 1796, e Rodrigo de

81 Sobre os monstros de Vandelli, CERÍACO; BRIGOLA & OLIVEIRA, op. cit.

82 DOMINGUES, ‘Para um melhor conhecimento ... p. 822.

83 Arquivo Histórico Museu Bocage. Cartas de remessa CN/V-47 a CN/V-63.

Souza Coutinho, secretário entre 1796 e 1803. Ambos mantiveram-se no projeto pombalino de Ilustração que visava preservar e fazer prosperar o Reino e seus domínios ultramarinos. Suas administrações tiveram características singulares, com a elaboração de regulamentações que deveriam favorecer o aproveitamento das riquezas naturais, mas a partir de estratégias diferentes.⁸⁴ Neste subcapítulo essas singularidades serão apresentadas, privilegiando-se as viagens filosóficas e alguns viajantes. Nessa premissa, é necessário exibir o grupo de naturalistas que, entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX, trabalharam nas duas administrações

TABELA 1 – VIAJANTES CIENTISTAS LUSO-BRASILEIROS DO SÉCULO XVIII
(continua)

Nome	Área de formação	Local de viagem	Temas ou locais que descreveu
Francisco José de LACERDA E ALMEIDA (1750-1798)	Coimbra: Matemática	Mato Grosso e Moçambique	Diários de viagem sobre Grão-Pará, Mato Grosso e Moçambique
Martim Francisco Ribeiro de ANDRADA (1775 -1844)	Coimbra: Filosofia e Matemática – Coimbra / Capitania de São Paulo: Mineralogia	São Paulo	Mineralogia
Luís Antônio de ARAÚJO (?)	Coimbra: Direito e Matemática.	Açores	Vulcões e Agricultura
Antônio da Rocha Barbosa (?)	Coimbra: Filosofia	Portugal	Metalurgia
Francisco de Oliveira BARBOSA (?)	Coimbra: Direito, Matemática (Astronomia) e Filosofia.	São Paulo e Rio de Janeiro	Tabelas de latitudes e longitudes
José de Sá BETHENCOURT [Accioli] (1754-?)	Coimbra: Matemática e Filosofia.	Minas Gerais e Bahia	Agricultura e Mineralogia
Manuel Ferreira da CÂMARA BETHENCOURT [e Sá] (1758-1835)	Coimbra: Direito	Portugal, França, Alemanha, Áustria, Itália, Suécia, Noruega, Dinamarca, Ilhéus, Minas Gerais e Bahia	Mineralogia
Vicente Jorge Dias CABRAL (?)	Coimbra:	Sertão do Maranhão e	Botânica

84 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 316.

Nome	Área de formação	Local de viagem	Temas ou locais que descreveu
	Matemática e Direito	Piauí	
Manuel ARRUDA DA CÂMARA (1752-1810)	Coimbra e Montpellier: Medicina	Pernambuco e Sertão Nordeste	Agricultura e Ciências Naturais
Joaquim de AMORIM E CASTRO (1760-?)	Coimbra: Filosofia, Direito e Matemática	Portugal e Bahia	Mineralogia, Agricultura, Ciências Naturais e Madeiras
José Joaquim da Cunha AZEREDO COUTINHO (1742-1821)	Coimbra: Filosofia e Direito Canônico	Portugal e Pernambuco	Mineralogia, Economia e Escravidão
José VIEIRA COUTO (1752-?)	Coimbra: Filosofia e Matemática.	Minas Gerais	Mineralogia
João da Silva FEIJÓ (1760-1824)	Coimbra: Filosofia e Matemática	Portugal, Cabo Verde, Ceará e Rio de Janeiro	Ciências Naturais
Alexandre RODRIGUES FERREIRA (1756-1815)	Coimbra: Direito, Filosofia e Matemática	Portugal, Capitâneas do Pará, Rio Negro e Mato Grosso.	Ciências Naturais
João Machado GAIO (?)	Coimbra: Filosofia e Matemática	Ceará	Ciências Naturais
Manuel Jacinto Nogueira da GAMA (?)	Coimbra: Filosofia e Matemática	Lisboa, Minas Gerais e Rio de Janeiro	Ciências Naturais e Matemática
Baltasar da SILVA LISBOA (1761-1841)	Coimbra: Filosofia e Direito	Lisboa e Ilhéus	Ciências Naturais e Madeiras.
José da SILVA LISBOA (1756-1835)	Coimbra: Direito e Matemática	Portugal e Brasil	Economia Política
José Álvares MACIEL (1751-?)	Coimbra: Matemática e Filosofia	Minas Gerais e Angola	Metalurgia
Luís Antônio de OLIVEIRA MENDES [Dias Lobato] (?)	Coimbra: Direito e Matemática	Lisboa e Bahia	Agricultura, Invenções Mecânicas
Joaquim VELOSO de MIRANDA (1742-1815)	Coimbra: Direito, Matemática e Filosofia	Minas Gerais	Botânica
Diogo de Toledo Lara ORDONHES (?)	Coimbra: Direito e Matemática.	Mato Grosso	

Nome	Área de formação	Local de viagem	Temas ou locais que descreveu
Hipólito José da Costa PEREIRA [Furtado de Mendonça] (1774-1823)	Coimbra: Direito e Filosofia	América do Norte e Inglaterra	Agricultura, Invenções Mecânicas, Política, América do Norte
Antônio Pires da SILVA PONTES [Leme] (1750-1805)	Coimbra: Matemática e (Astronomia)	Mato Grosso e Espírito Santo	Demarcação de Fronteiras e Mineralogia
Frei Leandro do SACRAMENTO [Leandro Ferreira da Silva] (?)	Coimbra: Filosofia		Ciências Naturais
Joaquim José da SILVA (?)	Coimbra: Matemática e Medicina	Portugal e Angola	Ciências Naturais
José Bonifácio de ANDRADA E SILVA (1763-1838)	Coimbra: Filosofia e Direito	Portugal, França, Alemanha, Áustria, Itália, Suécia, Noruega, Dinamarca e São Paulo.	Pesca, Mineralogia e Metalurgia
Manuel GALVÃO DA SILVA (?)	Coimbra: Matemática e Filosofia	Bahia, Goa e Moçambique	Ciências Naturais
Vicente Coelho Silva SEABRA TELLES (1764-1804)	Coimbra: Medicina	Portugal e Brasil	Agricultura e Química
Mariano da CONCEIÇÃO VELOSO (1741-1811)	Religioso	Minas Gerais e Portugal.	Botânica

FONTE: os dados da tabela foram retirados da documentação consultada na ANTT, AHMB, ARCL e UC de das pesquisas de CRUZ e PERREIA (ver bibliografia)

Na tabela, há trinta naturalistas; vinte e oito estudaram em Coimbra, treze realizaram viagens filosóficas por Portugal (Estremadura, Beira Litoral, Lisboa, Coimbra e Buarcos), dois participaram de expedições de instrução pela Europa, um viajou para os Estados Unidos, quatro percorreram territórios portugueses na África e um esteve em Goa, colônia portuguesa na Índia. No Brasil, entre o final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, estiveram vinte e cinco indivíduos.⁸⁵ As principais capitanias brasileiras visitadas foram Minas Gerais, Bahia de Todos os Santos e Mato Grosso. Essas expedições e o material que produziram sobre o Brasil permaneceram quase esquecidos por longo tempo, exceto a viagem de Alexandre Ferreira Rodrigues. Só recentemente é que essas missões e seu conjunto documental começaram ser

⁸⁵ Ainda sobre as viagens luso-brasileiras pela América portuguesa há o trabalho BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição**: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010. (Dissertação de Mestrado).

estudados, o que dificulta o delineamento de um perfil mais completo do grupo. Vamos nos concentrar nas administrações de Mello e Castro e Souza Coutinho, através de determinadas viagens filosóficas e viajantes essenciais nos projetos desses homens de Estado. Essa escolha também restringe-se a algumas expedições ao território brasileiro. Novamente, o viajante será o nosso cicerone.

2.3.1. As viagens na administração de Martinho Mello e Castro (1770-1796): instruir e explorar

Em 1783, o Ministro da Marinha e Negócios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro, se encontrava no Palácio de Mafra e ocupava seu tempo com os últimos preparativos para a primeira viagem filosófica portuguesa ao Brasil. Escreveu um comunicado a Martinho de Sousa e Albuquerque, governador do Pará, em 29 de agosto, informando sobre a expedição do doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, que em breve zarparia de Lisboa em direção à Capitania. O naturalista não ia só. Sob a sua ordem, partiam também os riscadores José Joaquim Freire e Joaquim José Codina, além do jardineiro Agostinho Joaquim do Cabo. O comunicado ainda mencionava os ordenados de cada um (sendo o de Ferreira, maior) e as instruções sobre o trabalho que seria realizado:

Os ditos Naturalista, e Riscadores, devem empregarse debaixo das ordens de V.S.^a, em examinar, e descrever tudo o que houver nesse Estado relativo á História Natural; e em recolher, e preparar o que se deve remetter a esta Corte, na conformidade das Instruções que leva o dito Alex.^o Roiz, debaixo de cuja a inspeção devem trabalhar os outros tres, que vão na sua companhia; fazendo V.S.^a, que estes lhe obedeçam em tudo o que fizer a bem do Real serviço.⁸⁶

O governador Sousa e Albuquerque também auxiliaria nas jornadas com “embarcações, Gente, e o que mais se fizer preciso, assim para o seu transporte, como para as suas comedorias (...)”. O Ministro também ordenava que o governador remetesse para a Corte todas as produções recolhidas e as observações sobre elas.

O comunicado de Mello e Castro não deve ser tomado isoladamente. O documento resume o que deveria ser uma viagem filosófica. Além do mais, traz uma das principais características de

⁸⁶ Comunicação do Ministro Martinho de Mello e Castro a Martinho de Sousa e Albuquerque. FERREIRA, A. **O Doutor Alexandre Rodrigues**. Documentos coligidos e prefaciados por Américo Pires de Lima. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953. p. 109-111.

sua administração: a valorização da coleta intensiva de espécies. Essa peculiaridade já foi muito tratada⁸⁷, e os investigadores da administração de Mello e Castro corroboram a ideia de que, no período, houve grande investimento nas viagens filosóficas e na redescoberta das potencialidades do Reino e suas colônias.

O número de expedições para fora de Portugal durante o ministério de Mello e Castro foi significativo. Característico desse momento foi o destaque às expedições para as regiões de mineração aurífera, como Moçambique, Mato Grosso, Minas Gerais e as promissoras na produção de outros metais, como Bahia e Angola.⁸⁸ No Brasil, as viagens filosóficas tiveram seu apogeu entre 1783 e 1792, incluindo as viagens de Alexandre Rodrigues Ferreira, Baltasar da Silva Lisboa, Joaquim Veloso de Miranda, Joaquim de Amorim e Castro, Baltasar da Silva Lisboa, Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Francisco José de Lacerda e Almeida e Antônio Pires da Silva Pontes – esses dois últimos, em missão de demarcação de limites do Brasil – e outros. Para Cabo Verde, foi enviado João da Silva Feijó; Joaquim José da Silva para Angola; e para Goa e Moçambique, Manuel Galvão da Silva. Dessas viagens, escolhemos expor algumas realizadas no Brasil.

A este respeito, a missão de Alexandre Rodrigues Ferreira,⁸⁹ certamente, é a mais estudada e conhecida. O naturalista nasceu na Bahia e foi educado em Portugal. Durante nove anos, Ferreira e sua expedição percorreram as capitanias de Grão-Pará, Rio Negro e Mato Grosso. A viagem seguiu o gosto da época: teve o planejamento de Domingos Vandelli e contou com o patrocínio do Ministério de Negócios e Domínios Ultramarinos e da Real Academia das Ciências de Lisboa, já que, a partir de 1779, a Academia também instruiu algumas viagens.⁹⁰

Em 1776, João da Silva Feijó partiu para Cabo Verde. Do grupo que foi treinado na Ajuda, ele pode ser tomado como a representação do homem de ciência luso-brasileiro. Foi um

87 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. op. cit. p. 316. PATACA, op. cit. p. 304-305.

88 Ibidem.

89 Ainda sobre o naturalista: COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. III (suplemento), 993-1014, 2001.

90 Em 1793, a ARCL enviou-lhe instruções de como proceder em sua viagem pelo Brasil. A Instituição ecebeu do naturalista os seus relatos, que deveriam ser lidos nas reuniões entre os sócios e as suas remessas de caixotes contendo as espécies preparadas e que, do mesmo modo, seriam analisadas na aula mayanense, o que provavelmente não aconteceu. Alexandre Rodrigues fez um trabalho hercúleo de coleta e remessas tanto para a Academia Real das Ciências de Lisboa quanto para o Real Museu da Ajuda, também enviou para essa última suas memórias. Entretanto, muito disso ficou armazenado e esquecido durante anos. As respectivas instituições continuaram recebendo exemplares mesmo após a morte do naturalista. No Arquivo Histórico Museu Bocage, há uma cópia do inventário do naturalista de 1815 contendo os manuscritos e desenhos que estavam na posse da Alexandre Rodrigues Ferreira e que foram entregues pela sua viúva ao Real Museu da Ajuda. **Catálogo dos Manuscritos do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, pertencentes à sua viagem do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá, os quaes forão entregues por ordem superior pela viúva do dito Dr. Alexandre, D. Germana Pereira de Queiroz Ferreira, em 5 de julho de 1815.** AHMB, ARF.23.

dos raros que conseguiu viver regularmente da profissão de naturalista, e em sua trajetória percebe-se o envolvimento com as estruturas científicas, políticas e sociais do Império português. Tinha um “ar de modernidade” e circulava por espaços importantes, como o da maçonaria e o das Repúblicas das Letras.⁹¹ Nascido no Rio de Janeiro, cursou filosofia na Universidade de Coimbra e atuou na África, em Portugal e no Brasil, sempre a serviço do Império português. Da Ajuda, Feijó partiu para Cabo Verde, onde permaneceu entre junho de 1776 e dezembro de 1795. Na sua estada, produziu um conjunto de cartas destinadas ao então ministro Martinho de Mello e Castro. Nessa documentação, há a descrição da fauna, da flora dos costumes locais, relações de remessas e as queixas sobre diferentes problemas enfrentados, como a falta de uma equipe de apoio para suas pesquisas e funções burocráticas, que acumulou a partir da década de 1790. Selecionamos um fragmento dessa documentação, datado de 21 de dezembro de 1783, e escrito na Ilha do Fogo. Ali, listou o que já tinha de suas andanças: da Ilha do Fogo e da Ilha Brava, organizara de sete a oito caixotes de espécies e curiosidades, que ia recolhendo “daqui e ali”, como mais de cem saquinhos de terras diferentes, conchas, sementes, sete tabuleiros de borboletas, cascas de tartarugas, caixão de plantas preparadas em papéis, ninhos de pássaros, um caixão pequeno com peles de pássaros, “outros curiozos” como um boi anão, um chibarro de “m.tas unhas” e até uma anã mulata. Na carta anterior, de 20 de setembro, indicara a dificuldade de enviar as espécies coletadas e já preparadas⁹²:

(...) pois tendo eu 6 Caixones, ou mais de produtos p.^a remeter a V.Ex.^a não acho meios p.^a o fazer, pr.q' nem mesmo da Socied.e sequer apparece p.r aqui embarcação algua p.^a isso, Seguindo-se assim grd.e prejuízo de se corromperem a maior das plantas, Sementes, Peixes, e Passaros, q' tenho recolhido, e não ser depois tempo p.^a a tornar a fazer,p.r.q' passado este tempo das agoas, não há planta algua; e talvez q' V.Ex.^a me haja culpado, pensando não se ter feito remessa p.r pouco zello meu nas m.as obrigasoens; e ex aqui Ex.mo Snr' a m.^a infelicidad. e principiada.⁹³

Em Lisboa, Feijó recebeu a incumbência de dedicar-se aos trabalhos acadêmicos referentes à produção de salitre; organizou, na Ajuda, um herbário com as espécies botânicas

91 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **João da Silva Feijó**: um homem de ciência no antigo Regime Português. Coleção Ciência e império volume I. Curitiba: Editora UFPR, 2012. p. 166-170.

92 Lista de caixões que se acham prontos para remessa presente na Carta do Naturalista João da Silva Feijó a Martinho de Melo e Castro escrita em Cabo Verde, Ilha do Fogo, 1783, dezembro, 20. Arquivo Histórico Ultramarino, Cabo Verde, Caixa 41, Doc. nº 57. O investigador Magnus Roberto de Mello Pereira na obra “João da Silva Feijó: um homem da ciência no Antigo Regime português” compilou a produção científica do naturalista. Esse *Catálogo* compreende cento e oitenta e oito documentos – correspondências, remessas, memórias, textos científicos etc. – investigados em arquivos portugueses e brasileiros. Usamos para a tese essa obra. Ibidem, p. 166-170.

93 Ibidem, p. 167.

enviadas do arquipélago africano e aproximou-se da República das Letras. Ele retornou ao Brasil como Sargento-mor das milícias da Capitania do Ceará, com a tarefa de checar as notícias sobre os depósitos de salitre natural, questão que ocupava lugar importante na política científica portuguesa para o nordeste brasileiro. Por aproximadamente quinze anos, o naturalista permaneceu na Capitania e, além da busca ao salitre, recolheu diversos espécimes que foram enviados ao Jardim Botânico e Museu da Ajuda e ao Real Jardim Botânico de Berlim.⁹⁴

Em 1790, Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá e José Bonifácio de Andrada e Silva⁹⁵ partiram em viagem de instrução pela Europa, como consta no passaporte emitido por Luiz Pinto de Souza Coutinho, Ministro da Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Pelo documento, sabemos que eles deveriam embarcar no navio *Nova Aliança* e seguir “dessa Corte e cidade de Lisboa para a de Paris”.⁹⁶ Os dois brasileiros haviam estudado na Universidade de Coimbra no último triênio do Setecentos. Ambos vinham de famílias com fortuna. Câmara era da Capitania de Minas Gerais e viveu em um ambiente de posses ligadas às minas de ouro.⁹⁷ Bonifácio nasceu na Capitania de São Paulo, seu pai acumulara diversos cargos administrativos e, segundo o recenseamento de 1765, era o dono da segunda fortuna da vila de Santos.⁹⁸

O tempo que ambos passaram em território estrangeiro pode elucidar questões relevantes. Uma delas é a de que esse novo profissional oriundo das famílias abastadas e de privilégios da corte se mantinha no ambiente administrativo por uma nova via: a ciência. O naturalista era peça importante nos projetos científicos e deu outra roupagem aos privilégios do Antigo Regime.⁹⁹ Os casos de Bonifácio e Câmara são exemplares. Os dois súditos, ao receberem bolsas de estudos do governo português para a realização da viagem, estavam sob a proteção do Estado e passaram a ter uma posição privilegiada na sociedade em que viviam. Ao se tornarem oficialmente dependentes da Coroa, aproximavam-se desse espaço de poder nos qual as regras eram determinadas pelo monarca. É preciso lembrar que em Portugal, na segunda metade do século XVIII, a “história natural desfrutava de um amplo reconhecimento, uma vez que teria um papel central nos projetos econômicos, políticos e culturais”.¹⁰⁰

94 Ibidem.

95 Também fez parte dessa viagem o português Joaquim Pedroso Fragoso de Siqueira (?-1833).

96 ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. MF 6210, Livro 364.

97 VARELA, Alex Gonçalves. A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua “fase europeia” (1783-1800). **Revista Tempo**. UFF, 23. (2007). p. 153.

98 CAVALCANTE, op. cit. p. 19.

99 Sobre o tema: RAMINELLI, Ronald. op. cit.; MONTEIRO, Nuno G. F. **Elites e Poder**. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

100 VARELLA, op. cit., p.168.

Segundo a *Instrução para a realização da viagem de aperfeiçoamento técnico através da Europa*, do ministro Luís Pinto de Souza, eles deveriam ir para Paris, Saxônia, Boêmia, Viena, Rússia, Suécia, Noruega e Inglaterra. A Instrução “buscava racionalizar a viagem, evitar o imprevisto e o desperdício de tempo, de forma a que os estudos e as atividades práticas atualizassem o jovem acadêmico nos assuntos de sua especialidade: a mineralogia”.¹⁰¹ O documento tem sete tópicos, e neles detalham-se todos os compromissos a serem cumpridos em cada local, como as pessoas e os órgãos que os auxiliariam e protegeriam durante toda a viagem. Bonifácio e Câmara foram incumbidos de assistir aulas, examinar os minérios e as minas. A orientação ainda especificava os cursos a serem assistidos, os nomes dos professores e pessoas de destaque da área de mineralogia, como Ignácio de Born, membro das academias de Viena e Estocolmo e Conselheiro das Minas da Imperatriz-rainha da Áustria-Hungria:

[...]

2. Na cidade de Pariz farão V. Mces., em primeiro lugar, hum Curso completo de Química com Mr. Furcroi, e outro de Mineralogia Docimastica com Mr. Le Sage, ou com quem fizer as suas vezes empregando-se nesta applicação pelo menos hum anno.
3. Acabados os dous Cursos preparatorios, passarão V. Mces. Em direitura a Freiberg no Artz, afim de entrarem no Curso completo das Minas daqueles destrictos, para oque acharão V. Mces. ali todas as facilidades necessarias em virtude das Ordens, que sedevem expedir aos Directores, por via da Sua Côrte; e neste exercicio sedemorarão V. Mces, portempo de dous annos, por se julgar indispensavel este espaço detempo.
4. Parecia conveniente, que V. Mces. assentassem ali praça de Mineiros, para adquirirem todos os conhecimentos praticos, para o que econtrarão V. Mces igual facilidade por parte do Director.
5. Acabado o curso de Freiberg, passarão V. Mces. avizitar as Minas da Saxonia, e Bohemia, e as outras dos Estados do Imperador da Ungria &, esefor possível se aproveitarão das Direçoens de Mr. Born, como muito proveitosas para o que acharão igualmente em Vienna as recommendaçõens convenientes nas maos do Ministro de Sua Mage. aquem devem recorrer.
6. Terminada a viagem de Ungria, vizitarão as Minas de Catherineburgo, e as outras vizinhas em Russia, passarão a Suecia, e Noruega, edali se dirigirão a Inglaterra, para examinarem as Minas de Escocia, e do Paiz de Gales, e terminando por Cornivalhes se recolherão à Lisboa por via do Paquete de Falmouth.¹⁰²

José Bonifácio compôs um diário dessa viagem. As anotações do seu percurso eram feitas em diversos idiomas, como latim, alemão, francês e inglês. Cavalcante destaca a organização da rotina de estudos do então jovem Bonifácio: o programa de estudos era dividido

¹⁰¹ CAVALCANTE, op. cit., p. 39.

¹⁰² MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Intendente Câmara**. Manoel Ferreira da Camara Bethencourt, e Sá. Intendente geral das Minas e dos Diamantes. 1764-1835. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933. p. 25-26.

temporal e espacialmente; na parte da manhã, ele deveria dedicar-se às leituras e “ao ‘olhar’, ou como ele registrou, ‘cumpre ler e ver’.”; as tardes eram dedicadas a “conversar e perguntar”, comportamentos típicos da República das Letras.¹⁰³ Durante a viagem, Câmara publicou alguns artigos e elaborou outros textos, como o escrito *Sobre o comportamento da obsidiana sob o tubo de sopro pelo Sr. Da. Câmara*¹⁰⁴ e *Nota Sobre a Extração das Minas do Principado da Transilvânia escrita em Zalathna aos cinco dias do mês de março de 1796*. Nos artigos publicados no *Bergmanniches Journal*, o mineralogista acrescentou os conhecimentos que obteve durante a estada.¹⁰⁵

Ao retornarem a Portugal, os naturalistas já eram especialistas nas áreas da metalurgia e da mineralogia. Os dez anos da viagem trouxeram, além do prestígio social, a possibilidade de aplicação do conhecimento acumulado durante uma década nos projetos imperiais. Manoel Ferreira da Câmara foi enviado para a Capitania de Minas Gerais, onde desempenhou a função de Intendente Geral das Minas e continuou suas pesquisas e elaboração de memórias científicas. José Bonifácio estabeleceu-se em Lisboa por mais vinte anos. Durante esse período, empreendeu com o irmão Martim Francisco de Andrada e Silva viagens de estudos mineralógicos pelo reino; a experiência dessas incursões foi relatada em *Viagem mineralógica pela província da Estremadura, Memória sobre as pesquisas e lavras dos veios de chumbo da Chacim na província de Trás-os-Montes e Memória sobre a nova mina de ouro da outra banda do Tejo*. Esses escritos foram enviados a outros estudiosos que conhecera na viagem de instrução e a antigos professores. Além das viagens, Bonifácio auxiliou na fundação da cadeira de metalurgia da Universidade de Coimbra, pela qual ficou responsável. Assumiu a Intendência Geral das Minas e Metais do Reino, ocupou o cargo de secretário da Real Academia de Ciências de Lisboa e, somente em 1819, retornou ao Brasil.¹⁰⁶

Todos os viajantes mencionados, como Ferreira, Feijó, José Bonifácio e Câmara reportavam-se à Secretaria de Ultramar, em Lisboa, e ao representante local do governo português, como foi o caso do governador do Pará. Todos os governadores coloniais tinham ordens para recolher e enviar à Metrópole espécies de fauna e flora que pudessem enriquecer a coleção do Jardim da Ajuda e contribuir para os estudos que lá se realizavam. Na administração

103 CAVALCANTE, op. cit. p.40.

104 CÂMARA, M. F. da. Sobre o comportamento da obsidiana sob o tubo de sopro, pelo Sr. Da Câmara (traduzido do francês) **Freiberg, Bergmanniches Journal**, v. 6, n.1, p. 280-285, 1794.

105 VARELLA, op.cit.

106 CAVALCANTE, op. cit. p.54.

de D. Rodrigo de Souza Coutinho não foi diferente, mesmo que tenha havido outros empreendimentos, apresentados a seguir.

2.3.2. A administração de Rodrigo de Souza Coutinho (1796-1803)

Durante o mês de maio de 1802, Rodrigo de Souza Coutinho, o futuro Conde de Linhares (a partir de 1808), se correspondeu com João Paulo Bezerra, representante de Portugal em Haia. Essa troca de cartas lhe trouxe lembranças de suas experiências diplomáticas e de viagens pela França, Suíça, Áustria e Itália. Ele recordava a Bezerra como esses períodos fora do Reino lusitano o permitiram observar e refletir acerca dos homens e dos seus governos. Foi também durante essas temporadas no estrangeiro que Souza Coutinho participou de um círculo de letras e aumentou sua rede de sociabilidade, “onde figuravam d'Alembert, Laplace, ou Mallet du Pan”.

A experiência da viagem relacionada ao exercício de diplomacia ampliou as relações de D. Rodrigo em círculos de homens letrados, além do ambiente cortesão.¹⁰⁷ Pode-se imaginar que circulava confortavelmente nesses espaços de letrados. Ele descendia, pela linhagem paterna,¹⁰⁸ de pessoas de grande distinção na história portuguesa, o que permitiu à família atuar em espaços administrativos de importância e educar bem os seus descendentes. Além disso, tinha como padrinho de batismo Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Considerado pela historiografia um dos grandes expoentes do reformismo ilustrado, foi secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos entre 1795 e 1801, primeiro-ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em 1801, presidente do Real Erário (1801-1803) e ministro da Guerra do Brasil entre 1808 e 1812. Em sua administração se percebem a continuidade do projeto pombalino, novas políticas para a colônia Americana e outro conjunto de viagens filosóficas.¹⁰⁹

107 CURTO, Diogo. op. cit. p. 24-26

108 Dentre os muitos postos militares e administrativos de seu pai, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1726-1780), destacou-se o de governador no reino de Angola (1764-1772). Além de D. Rodrigo, outros filhos seguiram carreiras dentro do Estado Português como o diplomata e Conde de Funchal Domingos Antonio de Souza Coutinho (1760-1833), Francisco Maurício de Souza Coutinho (?), governador da Capitania do Grão-Pará (1790-1803) e o clérigo José Antonio de Menezes e Sousa Coutinho (1757-1817).

109 SILVA, Andrée Mansuy Diniz. **Portrait d'un homme d'état**, D Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares, 1755-1812: Les années de formation, 1755-1796. Fundação Calouste Gulbenkian, 2003; SANTOS, Nívia, op. cit.

Provavelmente as temporadas de D. Rodrigo em Turim, Áustria e Paris influenciaram as suas decisões e planos para o Império, o certo é que não se pode ignorar que ele foi, como Pombal, o “estrangeirado” de que se falou anteriormente. Ou seja, era o português ilustrado setecentista que viveu uma experiência fora do reino e que promoveu mudanças no Antigo Regime em seu país.

Há de se entender que para o Conde de Linhares, o equilíbrio do Império português estava atrelado à manutenção dos territórios coloniais, especialmente a América, pois ele almejava a regeneração imperial por meio da unidade de seus territórios espalhados pelos cantos do mundo. Isso se daria pelos mesmos sistemas administrativos, usos e costumes. Assim, o português nascido em qualquer lugar do Império se reconheceria somente como português.¹¹⁰

É a partir dessa percepção que D. Rodrigo formula seu programa reformista, fortemente marcado pelo princípio de unidade política do território português na Europa e no Novo Mundo; e na defesa da incorporação dos colonos como súditos identificados com a monarquia portuguesa.¹¹¹

Pelas ações adotadas por D. Rodrigo, percebe-se que o destaque dado à colônia americana na política de exploração científica da natureza aumentou consideravelmente. Sua entrada no ministério evidenciou a relação entre as elites letradas do além-mar e o poder metropolitano. Se na administração de Martinho de Mello e Castro o principal objetivo das viagens filosóficas foi o de destacar a observação e a análise das possibilidades mineralógicas, na de D. Rodrigo, foram incorporadas as essas preocupações as novas possibilidades econômicas de gêneros agrícolas como quina, cochonilha, anil, cacau e café. Da mesma forma, se buscava o salitre; “o desenvolvimento agro-industrial impulsionado pelas inovações técnicas introduzidas na agricultura; um minucioso inventário dos recursos hídricos e de possíveis canais de ligação entre as capitanias.”¹¹²

A procura por essas possíveis riquezas econômicas pedia a exploração de outras áreas geográficas da América Portuguesa, como as capitanias de Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Rio Negro e Grão-Pará. Das viagens do período, há a de Vicente Jorge Dias Cabral (1798-1802),

110 MARTINS, Maria Fernanda. Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro & GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 692.

111 SANTOS, Nívea. op. cit., p.13.

112 PATACA, op. cit. p. 400.

pelas capitanias do Piauí e do Maranhão e a de José Manuel Antunes da Costa (1800-1802) por Goiás. A capitania do Mato Grosso foi explorada pelo Padre José Manuel de Siqueira, e a da Bahia pelos irmãos José Bittencourt de Sá e Accioli e Manoel Ferreira da Câmara, e Ilhéus por Baltasar da Silva Lisboa (1798-1805). Sorocaba, Itu, Curitiba e Abaeté foram percorridas por João Manso Pereira e Martim Afonso Andrade; o Ceará, por João da Silva Feijó:¹¹³

D. Rodrigo mobilizou uma força-tarefa de brasileiros eruditos residentes na América, cujo objetivo seria fornecer informações páticas. José Vieira Couto e José Teixeira da Fonseca Vasconcelos receberam a incumbência de coletar informações sobre os depósitos de sal, especialmente no vale do São Francisco. João Manso Pereira, subsidiado pelo dinheiro dos impostos locais, deveria conduzir investigações e experimentos mineralógicos e metalúrgicos em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Joaquim Veloso Miranda, aluno de Vandelli, cujas informações haviam sido utilizadas pelo estudioso italiano em seu memorial, foi nomeado secretário do novo governo de Minas, José de Lorena, um amigo íntimo de D. Rodrigo e discípulo do Abade Raynal. Veloso de Miranda recebeu instruções para prosseguir em seus estudos sobre os recursos naturais da região, em especial os depósitos de salitre. José de Sá Betencourt recebeu a incumbência de investigar os depósitos de cobre e salitre em Jacobina.¹¹⁴

Além de ampliar os objetivos das viagens filosóficas, D. Rodrigo investiu na instrução de quem já trabalhava com a terra, ou seja, os agricultores. Tais ações foram promovidas por órgãos já existentes, como a Academia Real das Ciências de Lisboa, em forma de encomenda e publicação de memórias sobre determinados cultivos, e a Tipografia do Arco do Cego, que imprimiu uma variedade temática, com destaque para a agricultura e informações que facilitassem o crescimento do Reino e suas extensões.¹¹⁵

A Tipografia do Arco do Cego, criada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, foi fundamental para a circulação de informações sobre as colônias. Ela funcionou de agosto de 1799 até dezembro de 1801, e foi dirigida pelo Frei José Mariano da Conceição Veloso, natural do Brasil. Seu principal objetivo era difundir obras “que fomentassem o progresso do Brasil, na agricultura, e que o afirmassem enquanto colônia portuguesa”.¹¹⁶ Para tal, D. Rodrigo e Frei Veloso contaram com um grupo de luso-brasileiros na produção e na tradução de textos de cunho

113 Ibidem; SANTOS, op. cit.; DOMINGUES, Ângela. Um governador ilustrado: Francisco de Souza Coutinho, governador do Estado do Grã-Pará e Maranhão. In _____. **Monarcas, Ministros e Cientistas**. Mecanismo de poder, governação e informação no Brasil Colonial. Lisboa: Centro de História do Além-Mar. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa. Universidade dos Açores, 2012, p. 77-90.

114 MAXWELL, Kenneth A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro In: _____. **Chocolate, piratas e outros malandros**. Ensaios tropicais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, p.157-207. p.184.

115 CAMPOS, CURTO, TUDELA. op. cit. ; e WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil colonial. Rio de Janeiro: **História, Ciências, Saúde Manguinhos**. 2004, vol.11, suppl.1, p.131-140.

116 CURTO, op. cit. p. 19.

naturalista: Hipólito José da Costa, os irmãos Antonio Carlos e Martim Francisco de Andrade e Silva, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Vicente Seabra da Silva, Manuel Rodrigues da Costa, José Ferreira da Silva, José Viegas de Meneses, João Manso Pereira, Manuel Arruda da Câmara e Manuel Jacinto Nogueira da Gama. O empreendimento não se deu somente entre a comunidade científica, mas alcançou uma fatia da população que vivia na América Portuguesa e poderia usufruir desse conhecimento utilitarista.¹¹⁷ Nesse sentido, as publicações eram de ordem prática e acompanhadas de ilustrações. A maioria dos oitenta e três títulos publicados abordava algum tipo de atividade econômica, como a cultura do algodão, da cana-de-açúcar e do arroz. Nesse projeto editorial, a figura de Frei Veloso foi fundamental.

Veloso nasceu na Capitania de Minas Gerais e se dedicou à docência de geometria, no Convento de São Paulo, e de História Natural, no convento Santo Antônio, no Rio de Janeiro. Entre 1783 e 1790, o estudioso empreendeu viagens ao redor do Rio de Janeiro e recolheu o material botânico que viria a dar corpo à sua obra *Flora Fluminensis*. Ainda nesse período, era ele o encarregado de desenhar, descrever e preparar na Casa dos Pássaros (considerada o primeiro museu de História Natural do Brasil) as amostras de produtos para enviar a Lisboa. Foi essa trajetória dedicada aos estudos da natureza que o levou a atravessar o Atlântico e a trabalhar diretamente com Souza Coutinho. No reino, ele ampliou seu repertório científico, trabalhando nas coleções do Museu da Ajuda da Academia Real das Ciências e depois como o encarregado geral da Tipografia do Arco do Cego.¹¹⁸ Esse último empreendimento “se afigura exemplar na tradução efectiva do projeto político de Sousa Coutinho (...) inscreve-se no âmbito de uma política colonial que, tanto no plano interno como no plano externo, realçava o Brasil”.¹¹⁹

Há de se destacar a atuação de D. Francisco Maurício de Souza Coutinho, irmão de D. Rodrigo, designado pelo então ministro para o governo da Capitania do Grão-Pará, entre 1790 e 1803. Seguindo os propósitos do irmão, o governador D. Francisco colaborou intensamente com o objetivo de conhecer com mais precisão os domínios ultramarinos. O Conde de Linhares não poupou estratégias para a nomeação do irmão, mantendo-o no governo do Pará. Além disso, tornou a cidade de Belém um ponto de recebimento e expedição das notícias. Entendia que o conhecimento sistemático da geografia da região e o controle dos tráfegos fluviais “permitiam a

117 PEREIRA, & CRUZ. **O viajante instruído: ...**; CRUZ, **Verdades por mim vistas ...** Além desses autores, indicamos o trabalho de FERREIRA, Breno Ferraz Leal. **Economia da natureza**. A história natural, entre a teologia natural e a economia política (Portugal e Brasil, 1750-1822). Tese. Doutorado em História, Universidade de São Paulo. 2016.

118 NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811)- Um frade no Universo da Natureza. In: CAMPOS, CURTO, TUDELA. op. cit.

119 CURTO, Diogo. op. cit. p. 48.

D. Francisco centralizar as diretrizes da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, no sentido de assegurar o controle político e a unidade territorial do norte da América portuguesa.”¹²⁰ Durante sua administração, o governador e capitão-geral executou uma série de medidas econômicas, sociais, educacionais e culturais. De suas linhas de atuação durante 1790 e 1803, algumas foram essenciais no desenvolvimento das ciências naturais, como a fundação do Jardim Botânico de São José, que também permitiu a exploração do território para a agricultura, pois o espaço “tinha não só o propósito de aclimatar espécies vegetais exóticas, como difundi-las e planificar as suas culturas entre os agricultores com vista ao desenvolvimento econômico da capitania”.¹²¹ Do mesmo modo, permitiu-se e incentivou-se o desenvolvimento de empreendimentos científicos na própria colônia, como foi o caso do Jardim Botânico de Belém do Pará, criado em ofício assinado pelo próprio D. Rodrigo em 1798. Naquelas terras, plantaram-se algumas mudas usurpadas da colônia francesa de Caiena, que já estavam adaptadas ao ecossistema próximo ao da Capitania; além da atividade de transplantação e aclimação de plantas exóticas e nativas, enviavam-se espécies a Lisboa e forneciam-se mudas aclimatadas aos outros jardins da mesma natureza em Olinda, São Paulo, Rio de Janeiro, São Luís, Salvador e Vila Rica.¹²²

O Conde de Linhares teve um olhar diferente para a botânica. Não deixou de pedir ao vice-rei e governadores das capitanias que enviassem espécies que produzissem belas e cheirosas flores, mas sua principal preocupação era a divulgação das novidades agrícolas, aproveitando as sementes para possíveis vantagens comerciais, como bem apontou Maria Beatriz Nizza da Silva:

No que se refere às produções minerais, mostrou-se especialmente interessando na descoberta das minas de nitro e na produção de salitre.; quis receber em Portugal todas as qualidades de sementes, e não apenas algumas espécies selecionadas; demonstrou também interesse por madeiras de construção, como o tapinhoã, a peroba e o vinhático; incentivou a descoberta da quina; insistiu na produção do linho cânhamo; pretendeu maiores progressos na produção da cochonilha; deu ordens sobre a canela; preocupou-se com a adaptação no Brasil de plantas da Índia (como a teca, o sândalo etc.) e também da Europa.¹²³

Percebe-se o grande interesse pelo que a colônia americana pudesse causar de positivo ao erário régio. Além da centralização dos governantes em determinadas capitanias, o Conde de Linhares acreditava no uso do conhecimento científico em prol da agricultura. Para ele, as

120 SANTOS, Nívea. op. cit. p. 283.

121 DOMINGUES, Angela. Um governador ilustrado ... p. 84

122 SANTOS, Nívea. op. cit. p. 297.

123 SILVA, Maria Beatriz. op. cit. p. 66.

vantagens econômicas daí advindas beneficiariam Portugal e os habitantes do Brasil. Assim, não mediu forças nem poupou recursos para concretizar suas ideias.

A mudança do paradigma científico em Portugal não foi somente o resultado do projeto pombalino. Todavia, a projeção e a circularidade da ciência moderna nos territórios portugueses devem ser apreendidas dentro dos projetos políticos de estadistas como Pombal, Mello e Castro e Souza Coutinho. Também é necessário lembrar que todas as ações nesse âmbito eram pensadas na amplitude do Império português. Nesse sentido, foram contempladas as colônias e as possíveis vantagens e desvantagens que apresentassem. A necessidade de reconhecê-las e reorganizá-las por meio das novidades da ciência e das artes contou com um novo profissional, o naturalista, ator principal na promoção de um processo de inovação científica e educacional em todo o império.

Além de construir e propagar as ciências portuguesas, esses homens de ciências apresentam características caras a esta tese. Grande parte deles era natural do Brasil; muitos realizaram expedições filosóficas pela América portuguesa nas últimas décadas do século XVIII; alguns participaram de uma rede de sociabilidade científica que alcançou cientistas, ingleses, franceses, alemães, que percorreriam o Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Entretanto, para compreender essa teia, há de se entender determinados elementos das viagens oitocentistas. É o que veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

VIAGEM AO BRASIL – 1808-1821

Na manhã de 27 de junho de 1815, Wied-Neuwied correu ao tombadilho do navio *Janus* para contemplar a costa do Brasil, que “emergia do seio do Oceano.” Ele estava no mar da Capitania de Pernambucano e, desde que zarpou da Inglaterra, esperava por esse momento. Na viagem, que já durava mais de dois meses, enfrentara forte mau tempo. Wied-Neuwied e toda a tripulação tiveram ainda que aguardar algumas semanas para desembarcar. Durante os dias e as noites, o vento e a chuva torrencial obrigavam a embarcação a bordejar, e o “aspecto do mar, nas noites escuras, tempestuosas e chuvosas, era assustador”. Os passageiros resistiam à violência das águas com coragem e seguindo as instruções do pessoal de bordo. Somente no dia 10 de agosto, com o tempo bom e o vento favorável, o navio *Janus* passou Abrolhos, dobrou o Cabo Frio e, finalmente, chegou até a costa meridional do Brasil no dia 15:

O vento agitava fortemente o mar, que, semelhantemente, ao das costas da Europa, tomara coloração verde claro que tem perto da terra. A vista das montanhas do Brasil, notáveis pela beleza e variedade de suas formas, pelo verdor de suas soberbas matas, iluminadas nessa hora da maneira a mais variada, pela sua extensão ininterrupta ao longo da costa, causava-nos um prazer, um entusiasmo extraordinário: figurávamos em nossa imaginação as cenas novas que iríamos contemplar, e aguardávamos com impaciência a hora do desembarque.¹

No dia 16 de agosto de 1815, ele iniciou por terra a expedição filosófica que durou dois anos. O príncipe-viajante já é conhecido nesta tese, e sua *Viagem ao Brasil* estampou algumas páginas. Ele foi evocado em diversos momentos nos quais se dissertou sobre as viagens e os viajantes naturalistas do século XVIII. No primeiro capítulo, foi apresentado como ator e resultado, mas não conclusão, do acúmulo de elementos de uma cultura científica e práticas do viajar. No segundo capítulo, ele nos revelou a sua Lisboa e sua visão sobre o Complexo da Ajuda. É preciso lembrar ainda que, naquele momento, foram

¹ WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817*. São Paulo: Editora Nacional, 1940. p. 25-27

analisados os viajantes portugueses, funcionários da Coroa e, sobretudo, a apropriação da experiência do deslocamento pelo universo científico. Vimos que esses sujeitos incorporaram uma nova credibilidade e autoridade sobre o que observavam e escreviam. Não era mais o homem que partia ao léu em busca de aventuras e realizava as fantásticas descobertas, mas o sujeito instruído e com o treinamento necessário para a realização das expedições de objetivos científicos. Tinha o repertório adequado, o hábito de incorporar códigos de civilidade, de veracidade e de inteligibilidade.² Nessa mesma perspectiva, incorporaram-se à viagem elementos do Romantismo, que atingiu seu zênite na Alemanha entre 1780 e 1830.³ Muitas dessas características foram usadas em algumas das representações sobre o território americano, em especial por viajantes cientistas que estiveram no Brasil nas duas primeiras décadas do Oitocentos, e que são analisados nesta tese. No próximo capítulo, detalharemos a escrita científica e a romântica, mas antes, precisamos conhecer nossos viajantes.

Neste capítulo apresentaremos esses sujeitos oitocentistas, sua formação intelectual, os períodos de viagem e alguns elementos que consideramos importantes para a investigação. Eles serão retratados como agentes de uma cultura científica e das práticas do viajar. Escolhemos investigá-los dentro de alguns círculos ou redes de sociabilidade encontrados no Brasil nas primeiras décadas do século XIX, buscando em suas obras ambientes e momentos desse saber que foi a história natural. Relembramos que, ao todo, escolhemos seis viajantes que estiveram na Colônia entre os anos de 1807 e 1821. Um inglês, um francês e quatro alemães. Todos publicaram, ainda em vida, suas experiências de trânsito, além de serem nomes recorrentes nas atuais pesquisas historiográficas. Quando investigamos seus textos, percebemos que o sucesso de suas viagens se deu pelo uso de critérios científicos tidos como universais, como a observação e a experimentação, assim como o fortalecimento da rede de sociabilidades e, em cinco deles, pela adoção de elementos românticos na prática e na escrita sobre a viagem.

2 PIMENTEL Juan. **Testigos del Mundo**: Ciencia, literatura y viajes en la Ilustración. Madrid: Marcial Pons, 2003.

3 BAUMER, Franklin L. **O pensamento europeu moderno**. Séculos XIX e XI. Volume II. Lisboa: Edições 70. s./d. p. 197.

3.1. INTRODUÇÃO SOBRE 1808 E A CULTURA CIENTÍFICA NO BRASIL

As viagens ocorridas no Brasil após 1808 tiveram alguns elementos distintos das anteriores. Por um lado, a Carta Régia promulgada pelo príncipe D. João no dia 28 de janeiro de 1808, que permitiu a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, aumentou o número de estrangeiros no Brasil. Por outro, o destino dos viajantes não era somente a colônia portuguesa, pois eles vinham então para a sede do Império nos trópicos – uma cena incomum, que se tornou elemento literário, pois a expedição portuguesa que saiu de Lisboa em novembro de 1807 trouxe outras cores aos escritos de viagem ao Brasil. Nessa nova situação, o Rio de Janeiro tornou-se destino de quase todos os viajantes que chegavam ao Brasil.⁴ Após 1808, a sede do Império Português era uma cidade desconhecida,⁵ com aproximadamente 60 mil habitantes e não “mais que 46 ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove campos ou lagos”.⁶ Ao chegar, o que o viajante via da baía era um elegante aglomerado de prédios altos de dois andares, como descreveu o oficial da marinha britânica James Kingston Tuckey, em 1803. Essa boa impressão se modificava quando se adentrava a cidade. Apesar de retas e regulares, as ruas eram “sujas e estreitas, estreitas ao ponto de o balcão de uma casa quase encontrar-se com a da casa em frente. As casas, a propósito, têm comumente dois andares altos e independentes do térreo. Esse é ocupado por uma loja ou por uma adega, em geral, muito suja, quente e insalubre”.⁷ Esse cenário começou a se transformar já nas semanas que antecederam a chegada da família real, quando a conhecida residência oficial dos vice-reis (desde 1763) fora preparada para a chegada das naus, fragatas e escunas que carregavam entre dez e quinze mil integrantes.

4 Sobre o Rio de Janeiro nos relatos de viagem: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos. 1531-1800.** Rio de Janeiro: EdUERJ/José Olympio, 1999; FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; RAMINELLI, Ronald. **Andanças pelo Brasil colonial: catálogo comentado (1503-1808)** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

5 A transferência da corte portuguesa é um tema muito estudado: SCHWARCZ, Lília Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002; SCHWARCZ, Lília Moritz. **O sol do Brasil: Nicolas-Antonie Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008. MARTINS, Maria Fernanda. Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

6 SCHWARCZ, **A longa viagem ...** p.235-245.

7 FRANÇA; RAMINELLI. op. cit. p.198

Após os dias de festejos e da instauração do beija-mão⁸, era a hora de montar o aparelho de Estado na nova sede do governo. O modelo administrativo português foi seguido, e as figuras que haviam participado da decisão de mudar a Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro foram recrutadas. D. João tinha ao seu lado João Rodrigues de Sá e Meneses como ministro dos Negócios da Marinha; os assuntos internos da Colônia eram a pasta do futuro marquês de Aguiar, Fernando José de Portugal; e para D. Rodrigo de Souza Coutinho foi entregue a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra – ele estava novamente no centro da administração portuguesa. Nos anos seguintes, a tarefa de transformar a antiga capital do Brasil na nova sede do Império Lusitano incluiu a criação da Imprensa Régia, da Real Fábrica de Pólvora, da Academia dos Guardas-Marinhas, da Escola Cirúrgica do Hospital da Misericórdia, da Academia Militar, do Real Horto, da Biblioteca Real, do Museu Nacional, da Escola de Ciências, Arte e Ofícios, entre outras ações.⁹

No que diz respeito às ciências, tentou-se criar nos trópicos um complexo semelhante ao de Lisboa. D. Rodrigo instituiu a Academia da Marinha com todos os instrumentos, livros, cartas, modelos, planos, máquinas que possuía em Portugal. Em 1808, o Museu Nacional foi fundado com as peças do gabinete de curiosidades de D. João, que mantinha animais empalhados, artefatos indígenas, peças mineralógicas, espécies naturais, gravuras e peças de arte. Em 1810, foi iniciada no Real Horto a aclimação de especiarias e árvores frutíferas como cravo-da-índia, pimenta-do-reino, canela, árvores de cânfora, noz-moscada, mangueiras, frutas do conde, jambeiros e outras mais. Nesse mesmo ano, criou-se a Academia Militar, que divulgou o ensino da história natural, da química, da matemática e da física. Em 1813, foi a vez da Escola Cirúrgica, sediada no Hospital da Misericórdia; e, finalmente, em 1814, a Real Biblioteca abriu suas portas ao público.¹⁰

8 O desembarque aconteceu em um cenário embandeirado com tropas, regimentos e milícias. Os poetas enalteceram a realeza, os pintores reforçaram a imagens reais e os músicos homenageavam a família Bragança. “A Câmara da cidade fez a sua iluminação entre o chafariz e o mar. Era um edifício de madeira que imitava uma fachada de palácio, toda iluminada, com seus coretos de música nas extremidades. Sobre o pórtico da fachada estava o retrato de d. João, com vários dísticos e emblemas.” Durante nove noites se mantiveram as luminárias pelo Paço. Nelas brilharam a imagem de D. João, a da nau que atravessou o Atlântico com o príncipe regente, as alegorias da África, ajoelhada diante do soberano, e da América coberta por “um manto real, oferecendo também o coração que estava em suas mãos”. ASSUNÇÃO, Paulo de. **Ritmos da vida: momentos efusivos da família real portuguesa nos trópicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p. 79-88.

9 Ver MARTINS, Maria Fernanda. Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

10 SCHWARCZ, **A longa viagem da biblioteca dos reis...** p. 255-260. Ainda sobre a biblioteca da Academia da Marinha, há o artigo de DENIPOTI, Cláudio. Possibilidades combinatórias da condução da leitura em uma biblioteca. José Maria Dantas Pereira e o “Catálogo sistemático da biblioteca da companhia dos guardas-marinhas”.

Antes de 1808, entretanto, os ares científicos já circulavam pelos trópicos. Vimos, no capítulo anterior, espaços como a Casa de Risco, local no qual se realizava o preparo das amostras de fauna e flora para o envio ao Reino. Também no Rio de Janeiro, havia um pequeno horto botânico dedicado ao estudo das potencialidades farmacológicas das espécies vegetais. Ainda em 1772, Luís de Almeida Soares Portugal Alarcão Eça Melo Silva e Mascarenhas (1729-1790) – o Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil entre 1769-1778¹¹ – criara uma academia científica no Rio de Janeiro, para o exame de tudo o que pertencesse aos reinos vegetal, animal e mineral. Esse empreendimento acadêmico pode ser visto como pioneiro, considerando-se que a Academia do Rio de Janeiro foi inaugurada com a reforma da Universidade de Coimbra (1772), anos antes da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779). Os acadêmicos que dela participaram produziram memórias e estudos variados, que em muito se assemelhavam aos que a Real Academia publicaria em anos posteriores. Sobre a cochonilha, por exemplo, escreveu o reinol José Henriques Ferreira, presidente da Academia do Rio de Janeiro, correspondente da Academia Real das Ciências da Suécia e sócio da Academia Real de Medicina de Madri.¹² Essas experiências não devem ser entendidas como casos isolados. São, de fato, expressões de uma cultura científica que atravessou o Atlântico antes de 1808 e que circulava com as remessas de sementes e peixes secos, as investigações de leigos que tinham um gosto apurado pela nova ciência, os livros que chegavam acompanhando os viajantes e mesmo os manuscritos realizados em muitas ocasiões de estudo.

Porém, não se deve desconsiderar que, para a cultura científica na América, a instalação da Corte no Brasil foi essencial. As providências tomadas a partir de 1808 fortaleceram antigos ambientes e fundaram outros espaços. Mais ainda, o decreto de abertura dos portos de 1808 facilitou a vinda dos que desejavam conhecer as terras portuguesas do além-mar. Esses novos visitantes encontrariam uma terra meio-América, meio-Europa. Os homens em trânsito, cientistas ou não, aumentaram a produção de materiais e experiências sobre o Brasil e, conseqüentemente, sua propagação no formato de livros e periódicos. Se, havia tempos, os trópicos brasileiros eram tema deste gênero literário e relatos científicos, a partir de 1808, outros elementos colaboraram para a manutenção do público leitor. A tradição

Acervo. Rio de Janeiro, v.26, n2 p.133-145, JUL/DEZ.2013.

11 Sobre a biografia do Marquês de Lavradio indicamos a apresentação do inventário do Fundo Marquês de Lavradio. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Seção de Arquivos Privados. **Fundo Marquês do Lavradio: inventário**/Arquivo Nacional. -Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

12 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 25-31. Vinte e seis anos antes de Hypólito da Costa, o naturalista formado em Coimbra, já se escreviam obras sobre o cultivo da cochonilha no Brasil.

do viajar e de se escrever sobre tal experiência ganharam cenas e cores de certo *glamour* tropical.

3.2 ALGUMAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OS VIAJANTES ESTRANGEIROS

Antes de detalharmos cada um dos nossos seis viajantes, é importante manter em mente alguns dados gerais, explicitados na Tabela 2, como datas de viagem e publicação. É fundamental termos sempre em mente que existia o diário escrito durante a viagem, que nada mais era do que era um pequeno caderno guardado em uma capa de couro. As páginas eram divididas por ano, meses, semanas e dias, e nessas separações colocavam-se as anotações diárias sobre as experiências do trânsito. Finda a viagem e, geralmente, em sua terra natal, o viajante redigia a memória ou a história da sua viagem.¹³ Na composição desse texto, usavam-se as anotações do diário, alguma correspondência, relatórios enviados para os financiadores da viagem e livros de outros sujeitos que haviam realizado expedição semelhante ou escrito sobre aquele lugar. Alguns relatos eram publicados rapidamente, como o de Mawe, que terminou sua viagem em 1811 e publicou a primeira edição de *Viagem ao interior do Brasil* em 1812. Outros tiveram que esperar uma década para ver suas anotações chegarem aos leitores, como Eschwege.

TABELA 2 – VIAJANTES ESTRANGEIROS PELO BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX.

Nome e data de nascimento	País de nascimento/ Especialidade ou formação acadêmica	Quando viajou ao Brasil	Quando publicou	Informações relevantes	Obra usada para a pesquisa
John Mawe 1764-1829	Inglaterra/ Mineralogista	1807-1811	1812	O inglês também publicou a obra em: 1816 - Estados Unidos e França 1817- Itália, Holanda e Alemanha 1819 - Portugal	<i>Viagem ao interior do Brasil</i>

13 Entretanto, isso não era regra. O alemão Humboldt escreveu suas memórias de viagem em Paris. De acordo com Ottomar Ette a “*capital francesa le parecia al viajero vividor e asiduo – con sus bibliotecas, sus colecciones y sus archivos, con el gran número de instituciones científicas, de investigadores y letrados, y, finalmente, gracias al vínculo directo que tenía con el mundo colonial –en comparación con Berlín, el lugar más adecuado para la consecución de sus vastísimos proyectos.*” ETTE, Ottomar. **Literatura em Movimento**. Espacio y dinamica de una escritura transgresora de fronteras em Europa y America. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Madrid, 2008, p.116

Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855)	Alemão/ Mineralogista	1810-1821	1833		<i>Pluto Brasiliensis: memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais - volumes 1 e 2</i>
Maximilian de Wied-Neuwied	Alemão/ Naturalista	1815-1817	A partir de 1821	O alemão também publicou a obra em: 1822 - França e Itália 1825 - Holanda e Áustria	<i>Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817 -</i> I tomo: 1821 II tomo: 1822
Auguste François César de Saint-Hilaire	Francês/ Biólogo	1816-1822	A partir de 1824		1824: <i>História das plantas mais notáveis do Brasil e do Paraguai</i> 1830: <i>Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais</i> 1833: <i>Viagens pelo Distrito do Diamantes e Litoral do Brasil</i>
Johann Baptiste von Spix (1781-1826)	Bávaro/ Zoólogo	1817-1820		Spix faleceu em 1826, durante a escrita do II tomo, no entanto, seus diários de viagem foram usados na composição de toda a obra.	<i>Viagem pelo Brasil: 1817-1820</i> I tomo 1823 II tomo 1828 III tomo 1831
Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868)	Bávaro/ Médico e Biólogo	1817-1820	A partir de 1823		<i>Viagem pelo Brasil: 1817-1820</i> I tomo 1823 II tomo 1828 III tomo 1831

É importante mencionar que os detalhes sobre nosso cicerone Wied-Neuwied, que esteve no Brasil entre 1815 e 1817, já foram apresentados no primeiro capítulo, no qual também se falou sobre a sua viagem e seu estilo de escrita.

3.2.1. John Mawe: o inglês que trabalhou para o Império português

John Mawe pisou nos trópicos brasileiros em 1807, quando “circulou o boato desagradável, de que o porto de Lisboa fôra bombardeado pelos ingleses [...]” Corria pelas ruas a informação de que a declaração de guerra entre as duas potências seria anunciada em breve. Mawe narrou que seu desconforto com toda a situação só não foi maior porque havia firmado um acordo com o governador da Capitania de São Vicente, que se antecedeu, permitindo sua saída do território português antes que recebesse outras ordens:

Mas, em breve, chegaram notícias de que Sua Alteza Real, o Príncipe regente, deixara Portugal com toda a Corte, e embarcára para o Brasil, escoltado por uma esquadra inglesa, comanda pelo Sir Sidney Smith. Esta informação foi recebida com grande júbilo pela maior parte dos brasileiros; eles consideravam, na verdade, a ocupação de Portugal pelos franceses como desastre já esperado, mas consolavam-se com a esperança de receber um Príncipe, elogiado por todos, e a cuja causa todos eram leais. O império brasileiro foi considerado como estabelecido: o bispo mais importante consagrou a era auspiciosa ordenando orações diárias na catedral, invocando a Divina Providência, para que a família real aportasse a salvo. Dez dias depois, chegaram notícias de que havia aportada à Bahia, sendo recebido com tôdas as demonstrações de alegria popular, procissões, fogos de artifícios etc. Na expectativa da notícia de sua chegada ao Rio de Janeiro, preparei-me para partir [...].¹⁴

Consta na biografia de Mawe que ele dedicou a juventude às viagens marítimas e desenvolveu estudos na área de mineralogia, mas não frequentou os bancos universitários. Ele veio à América com objetivos comerciais, entre eles, o de conhecer as riquezas mineralógicas brasileiras e adquirir pedras preciosas. Chegou ao Novo Mundo em 1805, ficou preso por dois anos em Montevideu, e depois, foi para Buenos Aires. No Brasil, viajou entre 1807 e 1810, passando por Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. *Viagens ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes* é uma memória escrita após a viagem, publicada em Londres, em 1812, e nos Estados Unidos e na França, em 1816. Em 1817, o texto foi traduzido para o italiano, o holandês e o alemão; em 1819, para o português. Houve também traduções para o espanhol, o sueco e o russo, mas não encontramos as datas exatas dessas publicações.¹⁵

14 MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. p. 93-94.

15 LESSA, Caldo Ribeiro de. Introdução. MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

Por um lado, o autor prezou a descrição das áreas das minas, tipologia do solo, das pedras e dos metais que encontrava. Seu relato não possui uma escrita romântica, trata-se de um documento pautado no reconhecimento extremamente utilitarista sobre os locais que visitava. Narrou minuciosamente cada estrada percorrida, traçou com cores e formas a descrição das vilas e da população das quatro capitanias nas quais colocou seus pés, registrou todos os locais de pouso que conheceu e evidenciou a comida que provou nas mesas brasileiras, como bife guisado, frango e pão, que serviram a seu grupo na chegada à Vila Rica. Mawe sempre via nos recursos naturais fontes de riquezas comerciais e os vinculava à industrialização, uma característica dos relatos ingleses.¹⁶ Nas várias visitas que realizou aos alambiques e às minas, deixou claro que esses lugares não eram explorados de forma a render bons lucros aos proprietários, destacando suas tentativas para a solução desses problemas. Durante sua estada no Brasil, teve acesso direto ao Príncipe D. João e a D. Rodrigo. Mawe raramente citou ou referenciou outros cientistas que haviam realizado os mesmos trajetos; ele citou Pedro de Estala¹⁷ e cronista Aleixo Garcia, esse do século XVI.¹⁸ Do mesmo modo, há os momentos nos quais utilizou, de forma geral, o termo “os viajantes” para descrever algo que não presenciou ou quando usou o método de comparação das suas experiências. Todavia, sempre que possível, deixou claro que as informações sobre as áreas que visitou e as que não teve oportunidade de conhecer (como a Capitania do Grão-Pará) obteve junto aos que ele denominou os mais sábios e “dignos de crédito” de cada local.

Tendo chegado ao Brasil com uma carta de recomendação de D. Domingos de Sousa Coutinho, irmão de D. Rodrigo e embaixador português em Londres, Mawe participou e colaborou na rede científica luso-brasileira e portuguesa, que tinha entre seus membros os naturalistas formados por Coimbra. Além de conviver com o próprio D. João, teve a oportunidade de circular entre os principais nomes das ciências portuguesas, entre eles, D. Rodrigo e o Intendente Câmara. De acordo com o seu relato, o primeiro encontro com o Conde de Linhares se deu logo após a chegada do português ao Brasil. Mawe entregou-lhe pessoalmente a carta de recomendação e, a partir desse momento, foi incumbido de realizar diversos trabalhos para o governo português, mantendo correspondência com o Conde durante toda a viagem pela Capitania de Minas Gerais. Entre os trabalhos narrados na memória, há um importante estudo sobre a fazenda do Príncipe Regente, em Santa Cruz, e uma análise

16 PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. p.151-165.

17 *El viajero universal o noticia del mundo antiguo y nuevo, obra recopilada de los mejores viajeros, traducida al castellano y corregido el original e ilustrado con notas por don Pedro Estala*, Madrid, 1795-1801, 43 vols

18 MAWE, op. cit. p. 273- 294.

mineralógica de uma volumosa pedra que acreditavam ser um diamante. Em ambos os casos, Mawe teve acesso aos locais de influência da Corte portuguesa e, pelas suas palavras, entende-se que era sempre bem-vindo e requisitado para trabalhos significantes. A verificação do volumoso diamante é uma passagem curiosa e que merece um pouco de atenção.

O exemplar teria sido encontrado por um negro liberto residente na Villa do Príncipe, na Capitania de Minas Gerais. Sob forte escolta, a pedra foi levada à presença do Príncipe, que se impressionou com o tamanho, ordenando que se guardasse a pedra na Sala de Joias. Nessa altura, o Conde de Linhares mandou procurar Mawe, confessando suas dúvidas de que se tratasse de um verdadeiro diamante, desconfiança confirmada pelo mineralogista. Munido de todas as cartas necessárias para esse trabalho, o especialista teve acesso aos espaços administrativos e aos cofres do tesouro real:

Fui conduzido através de várias dependências, onde parecia cuidar-se de muitos negócios [...] havia vários cofres fortes cada um com três fechaduras, achando-se as chaves respectivas em mãos de três oficiais [...]). Abriram um dos cofres fortes e nele apanharam uma caixinha elegante, da qual o tesoureiro retirou a pedra e ma apresentou com uma solenidade. Ao primeiro olhar, seu valor desapareceu pra mim, porque antes de tocá-la, me convenci de que era um pedaço de cristal arredondado. [...]. Examinando-o, disse ao tesoureiro que não se tratava de diamante, e, para convencê-lo, fiz com diamante de cinco e seis quilates um entalhe muito profundo na pedra. Era a prova positiva [...].¹⁹

Não nos cabe confirmar se o inglês realmente esteve nos cofres reais, mas nessa passagem, percebemos algumas questões importantes, como o seu lugar no episódio. A história da fabulosa pedra já é, em si, um elemento instigante, tornando o relato atrativo para o seu leitor. Lembremos que a memória de Mawe teve alcance editorial significativo na Inglaterra, com uma segunda edição nove anos após seu lançamento, e várias traduções.²⁰ Seu relato não servia apenas como um guia aos que pretendiam conhecer e se estabelecer no Brasil, mas também para entreter os curiosos leitores desse gênero literário. No entanto, o que se quer destacar é o fato de o inglês ter sido requisitado para um evento significativo: pronunciar um parecer sobre o que seria um grande diamante enviado ao Príncipe. Diante disso, é possível realizar uma indagação quanto a suposta desconfiança do Conde de Linhares nessa história. Se a sua confissão existiu (a de que o diamante era provavelmente falso), por que foi feita a um estrangeiro?

¹⁹ MAWE, op. cit. p. 146

²⁰ LESSA, Clado Ribeiro de. Introdução. In: MAWE, op. cit. p. 11-12.

O que realmente sabemos é que todos esses elementos mostram a posição que Mawe ocupava nesse circuito de sociabilidade científica, podendo contribuir na hipótese de que não era um viajante estrangeiro qualquer. Um deles é a informação da carta de recomendação D. Domingos de Souza Coutinho, o Conde de Funchal, facilitando sua entrada e contatos que estabeleceu no Brasil. Não sabemos o conteúdo desse documento, mas há indícios de uma relação, ao menos, de trabalho e troca de favores, entre D. Domingos e o mineralogista inglês. Pode-se até aventar que essa ligação profissional com o governo português, representado pelo embaixador em Londres, foi iniciada antes de seus trabalhos no Brasil. Entretanto, o que de fato sabemos é que ela continuou após sua viagem à colônia americana.

Depois de finalizar sua busca por exemplares mineralógicos e os trabalhos para o Conde de Linhares, Mawe manteve uma relação comercial com a embaixada de Londres. No retorno à Inglaterra, ele abriu uma loja na margem do Tâmesa e “adquiriu grande renome como perito conhecedor de minerais e pedras preciosas em particular”.²¹ Além dessa atividade, comercializava outros objetos com o Conde de Funchal, não apenas os que ornamentavam o embaixador e a embaixatriz. Em 1814, negociar carrinhos de mão e carroças fazia parte do *métier* desse mineralogista:

Your Excellency:

A few days ago I sent the two wheel barrel models to your house & have to day received the model of a Cart a complete piece of work which has take much time.

It costs £4.4 & is much I believe dear that I don't like to order more models without consulting with your excellency – It is difficult to get a man who makes models well & such things they are expensive. Your Excellency will please to direct me if I shall proceed - The pages of Observation I had the honor to deliver to your Excellency I have rewritten & they are at your service

I have the leave to be your excellency obedient servant

Mawe²²

Na correspondência, que se encontra na Torre do Tombo, temos outro dado: a menção de um documento ou de uma Observação. Não identificamos esse escrito no fundo

21 LESSA, op. cit. p. 07

22 Vossa excelência: Há poucos dias enviei os dois modelos de carrinhos de mão para a sua cara e recebi hoje o modelo de uma carroça, uma peça completa de trabalho que demandou muito tempo. Ela custa 4.4 libras e é muito e eu creio que não deva pedir mais modelos sem consultar com vossa excelência. É difícil achar um home que faça bons modelos e tais coisas são caras. Vossa excelência por favor me informe se devo prosseguir. As páginas da Observação que tive a honra de entregar a vossa excelência, eu as reescrevi e elas estão a sua disposição. Tenho a honra de ser o seu mais obediente servo. (tradução livre) Carta de John Mawe em inglês para o Conde de Funchal. ANTT. Fundo Condes de Linhares. Maço 36, Documento 04.

documental da família, mas sabe-se que essas “observações” eram geralmente algum estudo detalhado ou uma memória científica. Esse dado corrobora, novamente, a ideia de que Mawe não era apenas um comerciante, e mesmo que não tivesse uma educação formal de mineralogia, ele se dedicou aos estudos e às análises.

O período em que Mawe esteve no Brasil até seu retorno a Londres ilustra como se dava a relação do estrangeiro com o Estado português. A atuação do mineralogista não foi tão significativa quanto a do também estrangeiro Vandelli, mas teve lá seu brilho. Sabe-se que após 1808, foram fortalecidas as relações comerciais e diplomáticas entre a Inglaterra e o Império português; nesse caso, o fato de ser inglês foi extremamente relevante, facilitando-lhe determinados trabalhos, como a avaliação da fazenda real no Brasil ou a escolha de produtos para a embaixada em Londres. Do mesmo modo, o *obedient servant* tinha uma especialidade que interessava ao regime português: seus conhecimentos na área mineralógica eram úteis para um sistema administrativo que ainda mantinha as antigas minas e investia nas buscas de minerais preciosos. Igualmente, devem ser consideradas as suas relações com o Conde de Funchal; e, por último, mas não menos importante, um pouco do acaso: a chegada da família real portuguesa ao Brasil e o papel da Inglaterra nesse episódio.

Outros encontros com nomes importantes da ciência portuguesa ocorreram durante a passagem de Mawe pelo Brasil. Um desses foi com o mineralogista luso-brasileiro, Intendente das Minas, Manuel Arruda da Câmara, no momento de sua visita à Capitania das Minas Gerais. O inglês ficou hospedado na casa de Câmara no Tejuco para se recuperar da fadiga da viagem. Essa veia anfitriã do luso-brasileiro também foi citada nos relatos de viagem de Spix e Martius,²³ entre 1817 e 1820, que serão vistas mais adiante. Enquanto ficou na casa de Câmara, Mawe excursionou pela região, usufruiu da biblioteca da Câmara, visitou os cofres dos diamantes do Distrito de Diamantina, participou do círculo de sociabilidade do mineralogista, ajudou no feitiço da manteiga da casa e conduziu uma experiência de fabrico de cerveja, bebida muito apreciada pelo Intendente. Esse episódio narrado detalhadamente por Mawe é extremamente importante para esta tese. Primeiro, por trazer elementos da sociabilidade científica do período, e, segundo, por que esse encontro nos dá uma ideia da representação que o viajante estrangeiro fazia do naturalista luso-brasileiro. Todas essas questões serão devidamente retomadas subsequentemente. Falemos, agora, de outro viajante.

23 SPIX, Johann Baptist & MARTIUS, Carl Frieftich Philipp; **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1983.

3.2.2. Wilhelm Ludwig von Eschwege: o funcionário alemão do Império português

Em 1810, Wilhelm Ludwig von Eschwege desembarcou no Brasil e permaneceu no país por mais de uma década. Natural do grão-ducado de Hesse, Alemanha, Eschwege estudou ciências naturais e mineralogia na Universidade de Göttingen, centro científico importante nos séculos XVIII e XIX. Em 1803, Eschwege recebeu um convite para dirigir as minas no Reino de Portugal e Algarves. Como muitos de seu tempo, seguiu para longe não apenas em nome da ciência, mas em busca de trabalho. Os anos de estudo em Göttingen, os muitos livros lidos e copiados, as experiências no laboratório químico e as viagens pedagógicas pelas minas alemãs tinham-no preparado para o novo emprego. O mineralogista mencionou esse período em *Pluto Brasiliensis*, memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais, publicada em Berlim em 1833:²⁴

Em 1807, com risco de vida, visitei uma das grutas calcárias de Portugal, perto de Marvão, na fronteira espanhola, onde o número de morcegos era tal, que apagavam frequentemente as tochas e batiam em nossos rostos. Os dejetos desses seres formavam uma massa gelatinosa que, às vezes, uma vara de oito pés nunca lhe atingia o fundo. Se considerarmos o pequeno espaço que ocupa o dejetos de um desses bichos, pasmaremos com o número de séculos necessários para que se enchesse um espaço tão grande.²⁵

Durante oito anos, dedicou-se às técnicas de mineração, aventou informações geológicas e paleontológicas, participou das sessões da Academia Real de Ciências de Lisboa e dos círculos de sociabilidade científica lisboeta, onde certamente era bem-vindo, tendo em sua companhia nomes como José Bonifácio, D. Rodrigo Souza Coutinho, Domingos Vandelli e Alexandre Ferreira Rodrigues.

Nem a constante ameaça napoleônica, nem a invasão francesa em 1807 impediram o trabalho do mineralogista. Um dos seus biógrafos chega a mencionar seus relevantes serviços prestados ao general napoleônico Junot, líder da invasão francesa, no estudo dos recursos minerais de Portugal.²⁶ Atitude nem um pouco estranha a esses homens, que ainda

²⁴ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. **Pluto Brasiliensis**; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais v. 1 e 2 São Paulo: Editora Nacional, 1944.

²⁵ Ibidem, p. 315.

²⁶ MURTA, Domicio de Figueiredo Murta. Wilhelm Ludwig Eschwege. In: Eschwege, op. cit.

seguiram alguns critérios próprios do Iluminismo, como o da compreensão universal do conhecimento e sua apropriação, aplicado ao bem-estar da população. Essa ideia de “bem comum e a crença de que a humanidade trilha um mesmo caminho” já foi mencionada no capítulo anterior, quando estudou-se o saque das coleções científicas do Museu d’Ajuda, em 1808. Cabe frisar que o episódio seguia a prática francesa de usurpação simbólica e material das coleções de história natural ou de artefatos históricos que pudessem enriquecer os museus do império francês – o caso egípcio foi o mais famoso.²⁷

O responsável pela expedição científica de Lisboa, como foi visto, era o respeitado zoólogo Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, que conhecera Junot na ocasião da ocupação do Egito. As coleções que estavam no território português tinham grande interesse para o representante francês. A França havia invadido o território dos grandes navegadores, que tinham sob seu domínio terras distantes, exóticas ao mundo ocidental e fechadas, em partes, ao restante da comunidade científica, como era o caso da colônia americana. Assim, nas instruções para essa ação, havia ordens de se coletar exemplares que não existiam no museu parisiense de história natural e também “de livros, manuscritos, medalhas e mapas relativos às viagens de navegadores e missionários portugueses”.²⁸ De fato, o Brasil foi o país com maior representação no herbário do *Jardin des Plantes*. Nos catálogos constam 2855 plantas secas, 1507 animais, além de outros artigos do reino vegetal, do reino mineral e fósseis. Nos relatos sobre o episódio, Geoffroy Saint-Hilaire “acreditava estar se relacionando com interlocutores muito inferiores do ponto de vista científico”, que amontoavam pelo Gabinete da Ajuda objetos de suas colônias e não analisavam boa parte dos exemplares coletados. Assim, retirar as peças daquele local inapropriado era “prestar um favor à própria história natural”.²⁹ Vandelli também foi um colaborador nesse relato de Geoffroy Saint-Hilaire, pois o Diretor da Ajuda concordava com a ideia de que as coleções apropriadas pelo zoólogo francês seriam bem estudadas fora de Portugal:

Em um Manuscrito conservado no Muséum de Paris, o naturalista avaliou os resultados de sua missão e reproduziu um diálogo que seria estabelecido com Domenico Vandelli. Segundo o zoólogo, o diretor do Museu da Ajuda teria afirmado que sua nação não possuía sábios que pudessem publicar as ricas coleções que ele tinha levado trinta anos para formar: esses objetos iriam em breve se deteriorar e seu mérito desapareceria com eles. Levado a Paris, eles seriam úteis e ele esperava que, à

27 KURY, Lorelay. As coleções, a invasão francesa e o Brasil. In: CAMARGO-MORO, Fernanda & KURY, Lorelai. **O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli**. Dantes Editora, s./l. 2008. 251 a 256

28 Ibidem, p. 252.

29 Ibidem.

medida que entrassem no domínio da ciência por meio de publicações, as pessoas se lembrassem do coletor.³⁰

No caso de Eschwege, não foram identificadas outras fontes que esclarecessem como se deu o trabalho na ocasião da ocupação francesa. Entretanto, o cenário permite algumas suposições. Não há indícios de que ele tenha sido acusado de “afrancesamento”, o que aconteceu com outros homens de ciência, como o próprio Vandelli, exilado nos Açores e depois em Londres. O alemão, ao contrário, foi mandado ao Brasil como funcionário português, onde trabalhou por dez anos. Isso nos leva a pensar que, se Eschwege prestou serviços à França, o fez seguindo ordens de terceiros.

O significado de acontecimentos como o da Ajuda é importante, e por isso foi retomado. Não se pode simplesmente concluir que esses profissionais da ciência eram peças de um jogo de poderes. As antigas concepções de um Grande Livro da Natureza a ser interpretado e da ciência como soma de conhecimentos anteriores os movia em situações como essa. Pode-se afirmar que temos, além do patriotismo científico, a forte ideia da universalidade dessa cultura. Nesse sentido, as fronteiras não se colocavam como impedimentos; a colaboração era permitida, ainda mais se fosse com a pátria da primeira comunidade científica. Perceber essa ação como traição é insustentável.

Há ainda um elemento a consideramos: Vandelli e Eschwege não estavam de fato em suas pátrias. Eles eram funcionários do Império português. Tinham em suas bagagens a experiência de deslocamento no mundo europeu, que era comumente determinante para a formação dos homens de ciência e para a continuidade do trabalho como profissionais. No caso de Eschwege, seu trabalho não se encerrou em 1808. Seguindo o gosto do século, em 1810, o mineralogista atravessou o Atlântico rumo à América Portuguesa, onde morou até 1821. Nessa longa permanência, manteve-se funcionário do reino português dirigindo o Real Gabinete de Mineralogia, desenvolvendo pesquisas mineralógicas na região de Minas Gerais e mantendo contatos com personagens importantes das ciências naturais portuguesas: José Bonifácio de Andrada e Silva, D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o já citado Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá, mais conhecido como Intendente Câmara.

30 Ibidem, p. 253.

O período em terras brasileiras também propiciou a Eschwege, o “pai da mineralogia no Brasil”, o fortalecimento de suas relações e o estabelecimento de intercâmbios científicos com viajantes como von Martius, von Spix, Langsdorf, Guido Tomás Marlière (1767-1836), Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834), John Luccock (?) e Auguste de Saint-Hilaire. Ele fez de sua residência na antiga Vila Rica “não só um pouso ao longo da viagem, mas especialmente um centro de atualização teórica e troca de informações multidisciplinares”.³¹ As pesquisas e viagens realizadas durante esses onze anos foram apresentadas e publicadas em importantes anais do período,³² algumas quando ainda morava na América Portuguesa. Ao retornar à Alemanha, compilou, para redigir a obra aqui analisada, informações de diários, anotações e leituras de outros cientistas. A partir desses muitos exercícios de memória, retomada de anotações e leituras de literaturas afins, publicou, após uma longa espera, os dois volumes de *Pluto Brasiliensis*, nome que indica uma predileção pela teoria plutônica, ou plutonismo, defendida por James Hutton (1726-1796).³³

No texto de Eschwege percebe-se a narração em primeira pessoa, momentos autobiográficos, a preocupação estética, a presença do viajante, suas sensações nas cenas narradas e a valorização do olhar, do “estar lá”:

Eu expunha-me, porém, para evitar a redação da memória, ao grande perigo de adoecer com as emanções pestilenciais do rio Doce, ou de afogar nas cachoeiras perigosas, ou mesmo de ser devorado pelos botocudos. Escapei, felizmente, porém, de todos esses horrores; naveguei nas cachoeiras, atravessei as temíveis florestas, vi cenas abomináveis.³⁴

O tempo de espera para a publicação de *Pluto Brasilenses*, quase treze anos, permitiu que o mineralogista acrescentasse informações sobre a história do Brasil e até mesmo que mencionasse vários desafios e fizesse reclamações sobre o período de vida no Brasil. Isso permitiu aos leitores o acesso a momentos intimistas de Eschwege.

31 “not only an accommodation point during the trips, but, specially a center of teoric actualization and change of multi-disciplines informations.” oint during the trips, but, specially a center of teoric actualization and change of multi-disciplines informations.” DOULA, Sheila Maria; SLAIBI, Thaís Helena de Almeida; COSTA, Maria Fernanda de Aguiar. Science and nature for the empire's wealth: the baron Eschwege and the mineralogist's project for Brazil during the XIX century. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, Special Issue, 551-560, May, 2005. p.554

32 Sobre as obras completas de Eschwege ver RENGGER, Friedrich E. O quadro geognóstico do Brasil. De Wilhelm Ludwig von Eschwege: breves comentários à sua visão da geologia no Brasil. **Geonomos**, UFMG, 13, 2005. p 91-95

33 James Hutton (1726-1796), naturalista e geólogo escocês acreditava que todas as rochas teriam sido criadas pela atividade vulcânica, daí o nome de *plutonismo*, uma referência a Plutão, o deus romano das profundezas.

34 ESCHWEGE, op. cit. I Tomo, p. 67

3.2.3. Auguste François César de Saint-Hilaire: o biólogo francês nos trópicos

Em 1815, os portos brasileiros foram abertos à nação francesa e, no ano seguinte, Saint-Hilaire embarcou para o Brasil. De família nobre, o botânico nascido em Orléans passou alguns anos em Hamburgo. Na França, dedicou-se à história natural, frequentando espaços parisienses como o Museu de História Natural e o Jardim do Rei.³⁵ Passado o período napoleônico, partiu com a fragata *Hermione*, que levava ao Rio de Janeiro o Duque de Luxemburgo.³⁶ Chegou em terras brasileiras como naturalista oficial do Museu de História Natural de Paris, recebendo seis mil francos anuais, com a missão de pesquisar a fauna e flora; manteve-se no modelo de ciência utilitarista que “permitiria conhecer as leis da natureza e auxiliaria a vida dos homens”.³⁷ No Brasil, viajou pelos atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Como todos os viajantes aqui mencionados, Auguste de Saint-Hilaire deveria enviar as espécies coletadas e as notícias de suas pesquisas ao Museu de História Natural, provavelmente seguindo alguma instrução oficial dessa instituição francesa. Ele se orientava pela divisão do reino vegetal em “famílias naturais”, método proposto por seu professor Antonie-Laurent de Jussieu, que permitia reconhecer parentescos morfológicos em plantas de locais distintos. Tal padrão tornava fundamental a experiência da viagem e permitia identificar propriedades e utilidades de uma planta desconhecida, como o caso das violáceas. Da estada no Brasil, entre 1816 e 1822, resultaram coleções de animais, vegetais, minerais e observações preciosas, que, além de serem enviadas e publicadas pelo Museu, foram lidas em espaços científicos parisienses, como a Academia de Ciências. Em tais leituras, seus relatores, como Jussieu e Humboldt, destacaram a experiência botânica e a competência científica de Saint-Hilaire.³⁸

O Museu de história natural de Paris seguia de perto as viagens em curso. Os relatórios e notícias sobre os objetos recebidos ocupavam uma parte importante do tempo das assembléias dos professores. A *Instruction pour les voyageurs*, publicada diversas vezes pela instituição a partir de 1818, organizada provavelmente por André

35 KURY, Lorelai B. Auguste de Saint-Hilaire: viajante exemplar. **Revista Intellèctus**, São Paulo, ano 2, n. 01. Revista Eletrônica. São Paulo, 2003.

36 O experiente botânico acompanhou essa missão extraordinária, “cujo objetivo era resolver o conflito que opunha Portugal e França quanto à posse da Guiana[...]” Ibidem, p.04.

37 Ibidem, p.02.

38 Ibidem, p. 5.

Thouin, informa sobre os viajantes em missão e é atualizada a cada edição. Nessa publicação a referência quanto à viagem de Saint-Hilaire ao Brasil, em 1818, é otimista: ele enviará para o Museu “uma multidão de objetos novos” [...] A viagem de Saint-Hilaire também foi objeto de comentário na Academia de Ciências de Paris. O ilustre Antoine-Laurent de Jussieu foi o relator, que tratou dos resultados da expedição como a realização precisa e competente de um trabalho científico.³⁹

Como todos outros viajantes estrangeiros, o francês publicou suas experiências no formato de memória, após a viagem. De seus textos, analisamos para esta tese *História das plantas mais notáveis do Brasil e do Paraguai* (1824), *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (1830) e *Viagens pelo Distrito do Diamantes e Litoral do Brasil* (1833). Nas três memórias há informes mais pertinentes para a análise que se escolheu neste trabalho. Em *Histoire des Plantes*, o formato é diferente dos outros textos e, em sua folha de rosto, há dois esclarecimentos importantes. O primeiro é a dedicatória, em letras diferenciadas, a *Sa Majesté Très-Fidèle*, homenagem ao rei Luís XVIII (1755-1824), subserviência que continua na página seguinte, com o reconhecimento e o agradecimento pelas benesses dadas aos que se dedicaram ao cultivo das ciências. A segunda informação é o esclarecimento de que Saint-Hilaire era correspondente da Academia das Ciências, provavelmente de Paris, e membro de várias sociedades científicas. Tais menções não devem ser tomadas isoladamente. Cumpre aqui relembrar como os dados acima, presentes em muitos textos científicos da época, colocam questões caras: a relação estreita entre ciência e política e o estabelecimento de redes científicas. Após a dedicatória, Saint-Hilaire ocupou-se das duas partes da obra. Na primeira, organizada em *Prólogo e Introdução*, descreveu as terras que visitou em sua estada brasileira, fixou tipos e quadros locais, com destaque para a decadência do ouro na capitania de Minas Gerais, onde permaneceu durante quinze meses:

O ouro era abundante outrora nas proximidades de Vila Rica; essa terra foi rica e florescente, e aí foi construído um grande número de bonitas vilas; mas o metal, ao qual a província das Minas deve sua população, tornou-se raro ou difícil de ser extraído; os escravos estão mortos, e, por falta de capital, não puderam ser substituídos; os mineiros revolvendo vastos terrenos, os subtraíram à agricultura (...).⁴⁰

A segunda parte subdivide-se em textos exclusivamente científicos. Os espécimes recolhidos e estudados durante sua viagem ao Brasil e Paraguai foram dissecados e

39 Ibidem, p. 4 e 5. Também acreditamos que nosso leitor foi citado em diários e relatos de seus contemporâneos mas, o tempo ainda não permitiu a confirmação dessa hipótese.

40 SAINT-HILAIRE, op. cit. p. 27.

desenhados. O botânico não economizou nas ordenações, classificações e nomenclaturas, como em *Quadromonográfico das plantas da flora do Brasil meridional, pertencentes ao grupo (classe Br.) que compreendem as Droseráceas, Violáceas, as Cistáceas e as Franqueniáceas*. Na parte em que detalha a droserácea,⁴¹ o fez em francês e latim – classificações como *calyx* (caule), *stylus* (estilo) e *herbae* (planta). Utilizando a classificação botânica – “*Calyx progunde 5-fidus vel rarius, saepius subirregularis*” – informa que, pelo menos para essa secção de história das plantas, seus leitores eram especializados. Isso fica esclarecido na abertura de *Quadro Monográfico*:

Depois de ter mostrado, na minha Memória sobre *Sauvagesia* e *Lavradia*, que as Droseráceas, as Violáceas, as Cistáceas e as Franqueniáceas têm entre si relações mais íntimas, e formam um vasto grupo de plantas inseparáveis, penso dever apresentar o quadro das plantas do Brasil sobre as quais fiz minhas observações. Os botânicos julgarão melhor o valor destas, quando eu tiver exposto todos os seus detalhes. E será, para mim, uma ocasião de fazer conhecer alguns gêneros novos, e um grande número de espécies que não foram descritas.⁴²

Nas duas outras memórias, Saint-Hilaire seguiu um padrão de apresentação da viagem baseado no roteiro que foi percorrido. Isso fica claro no *Sumário* dos dois textos, que introduz os capítulos seguindo o trajeto da viagem: *Capítulo I – Chegada ao Rio de Janeiro; Capítulo III – Partida para a Província de Minas Gerais*. A maior parte do texto está em primeira pessoa, e o francês foi detalhista em sua narrativa – nada novo quando comparado à escrita de seus contemporâneos Eschwege e WiedNeuwied. Ele também destacou os valores dos ordenados dos administradores, descreveu os diferentes serviços existentes nos lugares que visitou, se encantou pela natureza brasileira e discorreu sobre os muitos cultivos agrícolas’:

Os jardins são muito numerosos, e cada casa tem, por assim dizer, o seu. Neles vêem-se laranjeiras, bananeiras, pessegueiros, jaboticabeiras, algumas figueiras, um pequeno número de pinheiros (*Araucaria brasiliensis*) e alguns marmeleiros. Cultivam-se também couves, alfaces, chicórea, batata, algumas ervas medicinais e flores, entre as quais o cravo é a espécie favorita.⁴³

Além disso, nas três obras analisadas, Saint-Hilaire seguiu o padrão ao discutir a ciência local e seus espaços, como fizeram os viajantes que passaram por Lisboa no final do século XVIII, tema mencionado no segundo capítulo desta tese. Entretanto, muitas

41 Planta carnívora que possui gotículas em seus caules e folhas, de modo que se um inseto nela pousar, a planta se dobra para se alimentar.

42 SAINT-HILAIRE, op. cit. p. 271.

43 SAINT-HILAIRE, Distrito dos Diamantes e Litoral p. 35

dessas descrições, quando confrontadas com os dados sobre a cultura científica brasileira, espaços e círculos científicos, não se mantêm. Todavia, elas são fundamentais para se compreender as representatividades construídas por esses viajantes. No caso do biólogo francês, um extrato do texto deixa claro que no país não havia possíveis interlocutores:

O viajante, diz Eschwege, muitas vezes nada tem a escrever em seu diário; as horas escoam-se sempre iguais, sem que possa descobrir coisa alguma que assinale a indústria ou gosto dos habitantes [...]. Não se viaja no Brasil por caminhos traçados com arte; não se atravessam campos cultivados [...]. Nesse país, as ocupações científicas perdem mesmo algo do seu encanto, porque aquele que a elas se entrega não se pode comunicar com pessoa alguma que o compreenda, e não encontra em parte alguma escritos que entrettenham seus conhecimentos.⁴⁴

Essas observações sobre os ares de ciência também são encontradas nas descrições de bibliotecas particulares, bibliotecas conventuais e jardins botânicos, e não se restringiram a Saint-Hilaire: em *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817*, de Wied-Neuwied, há uma passagem sobre esses espaços de sociabilidade do conhecimento científico em Salvador. Nessa narrativa ele destaca a biblioteca pública e as bibliotecas privadas com acervo dedicado à história natural, às quais, supostamente, ele tivera acesso:

Minha demora na antiga capital do Brasil foi de curta duração; não tive tempo mesmo de visitar os estabelecimentos científicos da cidade, embora fossem ainda em pequeno número. Além da biblioteca pública, para cujo engrandecimento o Conde dos Arcos se empenhou com tanto zelo, o que se tornará de grande valia no difundir das luzes nessa porção do país, encontram-se na Baía outras coleções de livros que possuem preciosíssimas obras antigas e modernas. Vários conventos, como, por exemplo, o dos franciscanos, possuem manuscritos antigos curiosíssimos sobre o Brasil. Vivem também nas cidades alguns sábios, entre os quais o sr. Antônio Gomes, correspondente do conde de Hoffmannsegg de Berlim, os Srs. Paiva, Bivar e outros, que se dedicam ao estudo das ciências, e particularmente ao da história natural. Devo à gentileza do primeiro, que possui uma bela biblioteca, alguns escritos interessantes sobre o Brasil, e as obsequiosas informações das várias observações sobre o clima da cidade e dos arredores de São Salvador.⁴⁵

Como homem de ciência, o viajante alemão foi extremamente econômico no tema. Em relação a Salvador e aos estabelecimentos científicos, na ocasião, a cidade possuía, além do Jardim de Plantas (fundado em 1796), a Faculdade de Medicina da Bahia (fundada em 1808). Todavia, se deteve nos espaços privados que, possivelmente, frequentou, como o do sr.

44 SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**; tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 295

45 WIED-NEUWIED, op.cit. p. 431

Antônio Gomes que, de acordo com Wied-Neuwied, além de possuir um acervo considerável de livros, se correspondia com outros letrados versados em ciências. É importante destacar que o alemão chegou ao Rio de Janeiro e permaneceu um período na Capitania. Entretanto, não foram encontradas descrições dos espaços científicos e educacionais existentes na altura como a Real Academia Marinha (1808), o Museu Real (1808), o Real Horto (1810), Escola cirúrgica (1813) e a Real Biblioteca (1814).

Já os viajantes Spix e Martius, que serão apresentados no próximo subitem, escreveram sobre os espaços cariocas. Mencionaram a Escola Cirúrgica, o Seminário de São Joaquim, a Real Biblioteca, o Real Horto, a Real Academia da Marinha e o Seminário de São José. Sobre os dois últimos, teceram elogios das aulas que lá eram ministradas, bem como as do Liceu do Seminário de São José onde “além do latim, do grego, das línguas francesa e inglesa, retórica, geografia e matemática, também se lecionam filosofia e teologia.”⁴⁶ Quando retrataram a Escola Cirúrgica foram minuciosos nos dando informações valiosas sobre suas ideias de ciência e até mesmo de possíveis nomes e temas a serem tratados quando se diz respeito a História Natural:

A História Natural, porém, especialmente, a Botânica, é lecionada por Frei Leandro do Sacramento, um sábio Carmelita de Pernambuco e discípulo do venerado Brotero. Serve-se ele, para as aulas, de uma pequena plantação de vegetais notáveis, feita no Passeio Público, porque o verdadeiro Jardim Botânico se acha situado muito longe da cidade. A coleção de mineralogia, sob superintendência do Sr. Tenente-Coronel von Eschwege, não está em condições favoráveis, porque esse senhor, grande parte do tempo, não reside no Rio de Janeiro. No local dessa coleção encontra-se também um começo do museu zoológico, ainda muito sem importância; pois consta de umas poucas aves empalhadas e de algumas caixas com borboletas diversas.⁴⁷

Ao cotejarmos os três relatos percebemos que, de fato, as nossas investigações corroboram as pesquisas de outros historiadores que trabalharam com os discursos da literatura de viagem no âmbito da História. Para esses pesquisadores, os viajantes construíram particulares cenários de um mesmo país. Por outro lado, o fato de participarem de uma mesma comunidade científica que se conhecia, se lia e se correspondia, permitia, muitas vezes, a reescrita e apropriação de elementos, descrições e episódios sobre o território brasileiro, seus moradores e sobre quem já havia viajado e escrito sobre esses

46 SPIX & MARTIUS, I tomo p. 54

47 Idem p. 55-56

lugares. Isso será aprofundado do último capítulo e é nossa contribuição nesse conjunto de estudos sobre o tema. Antes disso, porém, falaremos dos dois últimos viajantes.

3.2.4 Spix e Martius: a nossa última viagem

Na Munique de janeiro de 1817, os bávaros Johann Baptist Ritter von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius ocupavam-se dos últimos preparativos para a realização de um sonho que há tempos os perseguia: a viagem à América. Desde 1815, eles participavam de um projeto científico bávaro, que tinha como plano percorrer Argentina, Chile, Peru, Venezuela e México, refazendo a clássica viagem de Alexander von Humboldt; mas esse roteiro não se concretizou. Em 1817, o zoólogo e o naturalista foram designados pelo rei da Baviera, Maximiliano José I (1756-1825), para integrar outra viagem, que se tornou uma das mais famosas expedições científicas com destino ao Brasil. A missão científica, composta de duas fragatas, armadas com 44 canhões e 260 homens, era parte da “comitiva que acompanhou a arquiduquesa Leopoldina da Áustria, na ocasião de seu casamento com o príncipe herdeiro dom Pedro de Alcântara”.⁴⁸

Durante os primeiros meses de 1817, eles despacharam para Trieste o que era necessário nessa expedição, como livros, utensílios de viagem, instrumentos e uma botica portátil. Embarcaram em direção a Viena e, já na cidade imperial, encontraram-se com os outros homens de ciência que seriam seus companheiros de viagem: botânicos, médicos, mineralogistas, zoólogos, um pintor de paisagens, um pintor de plantas, um jardineiro, um caçador e um mineiro.

Não era sem motivo que todos aqueles homens aguardaram impacientes a partida para Trieste, o ponto inicial da grande missão. Eles eram acumuladores de conhecimentos adquiridos em diversos espaços científicos, como universidades e academias. Nos meses que antecederam a viagem, dedicaram seu tempo ao preparo dessa “aventura”. Instruíram-se por meio de livros de viagens, científicas e imaginárias. Usaram os gabinetes de história natural existentes em centros como Munique e Viena. Nos cafés e nas bibliotecas

48 SALLAS, Ana Luiza Fayet. **A ciência do homem e o sentimento da natureza- viajantes alemães no Brasil do século XIX**. Curitiba: Editora UFPR, 2013. p. 60. Sobre Martius e Spix, também indicamos FERRI, Mário Guimarães. Prefácio. In: SPIX & MARTIUS, op. cit.. De acordo com Karen Macknow Lisboa o rei da Baviera era sogro do imperador austríaco, pai de d. Leopoldina. Maximiliano José I usou desse parentesco para solicitar a participação de Spix e Martius na famosa expedição. LISBOA, Karen Macknow. O Brasil dos naturalistas Spix e Martius: taxonomia e sentimento. Rio de Janeiro: **Acervo**. v.22.n 1 p. 179-194, jan/jun 2009.

particulares, ouviram experiências diversas sobre viagens à América e aos trópicos brasileiros. Sabe-se que esses sujeitos viviam em um período no qual a viagem era fonte de informação, que boa parte do estágio amadorístico das ciências estava superado e os contornos das áreas estavam delimitados. Portanto, esses homens de ciência eram o resultado de experiências científicas e das práticas de viagem. Nesse sentido, Martius e a equipe que integrava partiram preparados para a missão. Além de suas experiências como profissionais da ciência, eles também haviam se alimentado de histórias e ações anteriores.

Como tantas outras expedições, a que Spix e Martius integraram teve financiamento real e instruções claras de academias de ciência e museus de história natural quanto ao que deveria ser observado. A elaboração de instruções com regras de observação, procedimentos técnicos e comportamentos a serem seguidos pelos viajantes durante as viagens era uma prática desses ambientes. Do mesmo modo, esses espaços colaboraram de alguma maneira, cedendo objetos que auxiliavam alguns procedimentos científicos, como dissecação de animais ou plantas.

A América era uma espécie de consagração do trabalho científico. Sabe-se que desde os primeiros contatos com os europeus, as terras de além-mar ocupavam um lugar importante no imaginário ocidental. No caso de homens instruídos, nos trópicos, eles executariam e testariam muitos de seus conhecimentos, confirmariam as descrições linerianas e poderiam levar para a sua terra uma cultura economicamente lucrativa, e até mesmo colaborar na descoberta de uma nova espécie vegetal ou animal. Há que se lembrar que o projeto de conhecimento e reconhecimento do mundo pelas viagens teve justificativas universais. Uma delas era a de que a viagem contribuiria com o conhecimento, desenvolvimento dos reinos e progresso dos povos. Por isso, era tão valorizada.⁴⁹

Mas falemos de Martius e de Spix. Eles se conheceram em 1812, na cidade de Erlangen. Na ocasião, Spix já era um zoólogo reconhecido, experiente e trabalhava na Academia de Ciências de Munique. Martius era um promissor estudante de medicina, o que lhe valeu uma indicação de Spix para atuar como pesquisador no Jardim Botânico da

49 KURY, Lorelay. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. vol VIII (suplemento), p. 863-80. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello “Las cosas singulares de piedras, animales, plantas”: La formación y el funcionamiento de la red imperial española de remesas científicas en el Virreinato del Río de la Plata” **Anais do Museu Paulista**. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013. N. Sér. v.21. n.1. p. 91-138. jan.- jun. p. 95; FERRONE, Vincenzo. O homem de ciência. In: VOVELLE, Michel (org.). **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997. p. 174.

Academia de Ciências de Munique. Na viagem ao Brasil, Spix foi o encarregado de repassar as notícias para a Academia e para o rei, mas ambos, além de “estudar a fauna e a flora, [...] teriam que reunir dados geográficos, geológicos e climatológicos e, ainda, informações sobre os habitantes da região e as riquezas do solo, a estrutura política e econômica”.⁵⁰ Já no Rio de Janeiro, alugaram uma pequena casa no povoado de Santana, que ficava na encosta de uma colina com vista para o Corcovado. Ali colocaram seus livros, instrumentos de trabalho e bagagens.⁵¹ De acordo com Ernst Josef Fittkau, os dois bávaros eram de fácil socialização e foram bem recebidos tanto no grupo de ilustrados que frequentava a casa de Langsdorff, quanto nos círculos oficiais da Corte do Rio de Janeiro.⁵² Isso permitiu o acesso às informações de expedições anteriores, como a de Mawe, Eschwege e Saint-Hilaire. Ainda no Rio de Janeiro, iniciaram suas investigações, tiveram contanto com a Real Biblioteca, com *O Patriota* e com o trabalho científico de Aires de Casal e Frei Veloso:

A Biblioteca, como se diz, de setenta mil volumes, presente que o rei trouxe consigo de Portugal para a capital do Brasil, está colocada no edifício dos Terceiros da Ordem do Carmo. Os assuntos de história e jurisprudência seriam os mais fartamente representados. Para nós, foi de especial valor o manuscrito de uma Flora Fluminense, isto é, do Rio de Janeiro, que contém a descrição e belas figuras de muitas plantas da redondeza, raras ou desconhecidas, e tem como autor um tal Veloso. [...]

Uma publicação científica que merece, entretanto, menção honrosa, é a Corografia Brasília, do Padre Casal, editada em dois volumes, no Rio, obra que, como primeiro compêndio da geografia geral do Brasil, presta grande serviço, ainda que quanto à disposição, precisão e exatidão, especialmente sobre matérias de história natural, muito deixe a desejar. Foi quase que literalmente traduzida em inglês.⁵³

Também no Rio de Janeiro, os cientistas austríacos decidiram por fazer viagens separadas. Com o roteiro escolhido, seguiram os costumes dos viajantes e obtiveram as cartas de recomendação, compraram mulas, víveres, organizaram utensílios para a viagem, contrataram um arrieiro (condutor de bestas), um escravo e um negro liberto.⁵⁴ Todo esse aparato auxiliou a viagem por São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambucano, Piauí, Maranhão e Pará. A viagem acabou em Belém, de onde partiram para a Europa. No total, foram 10.000 km percorridos, e durante esse tempo, se separam por oito meses para investigar

50 FITTKAU, Ernst Josef. Johann Baptist Ritter von Spix: primeiro zoólogo de Munique e pesquisador no Brasil. Rio de Janeiro: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Vol.III (suplemento), 2001 pp. 1112-1114. Ainda sobre Spix e Martius ver o trabalho: LISBOA, Karen Macknow. op. cit. v. 22, n 1, p. 179-194, jan/jun 2009, e LISBOA, Karen Macknow. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboços de uma civilização. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.15,n 29, pp 73-91, 1995.

51 SPIX & MARTIUS, op. cit. Tomo I p. 47

52 FITTKAU, op. cit. pp. 1112-1114. p. 1117

53 SPIX & MARTIUS op. cit. p. 54 e 55 I tomo.

54 Ibidem, p. 106 I tomo.

os rios Amazonas, Solimões, Negro e Japurá. Além da infinidade de detalhes sobre o roteiro percorrido (natureza, sociedade, cultura e história) há, nos três tomos, diversas passagens sobre o cuidado com as coleções que foram se formando durante os anos em trânsito. Todas as espécies coletadas deveriam ser enviadas para a Academia Real das Ciências de Munique, e Spix e Martius mencionam os acidentes ocorridos com as remessas, coleções que foram abandonadas (como o esqueleto de uma anta e alguns jacarés) e a ação que o clima tropical provocava nesses conjuntos de objetos.⁵⁵ Tem-se a impressão que as passagens são justificativas do sucesso ou do fracasso de suas investigações. Entretanto, também serviram de guia para os futuros naturalistas que pretendiam se aventurar em terras tropicais, pois destacavam os cuidados e as experiências que, geralmente, ocorriam nessas viagens:

As nossas coleções, resultantes da viagem de Vila Rica até aqui, dedicamos cuidados especiais. Como a madeira do país é densa e pesada demais, empacotamos tudo em caixas de pinho, as mesmas que haviam transportado delicadas louças do Porto para o Brasil, e, para maior segurança, revestimo-las com couro de boi. A totalidade da vultuosa bagagem constitui a carga de vinte mulas, para as quais fazer uma viagem de mais de cem léguas, era tarefa difícil nesta época do ano, pela quase completa falta de água no trecho a percorrer. Os perigos desta viagem foram-nos descritos por muitos práticos do caminho, vindos de Urubu e de outros povoados [...]. Preferimos, entretanto, enfrentar esses terrores, ainda desconhecidos, a termos que suportar, de novo, as canseiras de uma viagem durante o tempo das chuvas; e, assim, pusemo-nos a caminho, acompanhados por quatro tropeiros recém-contratados, na tarde de 29 de setembro, cheios de saudades para chegarmos à Bahia, junto à beira do oceano, que liga e separa tudo, onde nos sentiríamos de novo mais perto da pátria.⁵⁶

Já na Alemanha, publicaram, em 1823, o primeiro tomo de livro *Reise in Brasilien*. O segundo tomo foi publicado em 1828, e o terceiro em 1831. Spix, entretanto, não viu os dois últimos. Ainda no Brasil, o zoólogo adoeceu e nunca mais se recuperou, vindo a falecer em 1826. Os três volumes são cuidadosos, bem escritos e trazem descrições detalhadas dessa grande viagem. A descrição da natureza, dos costumes e gentio locais, se assemelha às narrativas de Eschwege, Wied e Saint-Hilaire, exaltando o “sentir romântico” diante do espetáculo, próprio do período. Por outro lado, os narradores, sempre que possível, lançam mão dos termos científicos e seus principais nomes, do mesmo modo que mencionam as espécies coletadas e as remessas realizadas. Também não deixam de aconselhar o historiador da natureza e os futuros viajantes:

⁵⁵ Ibidem, p. 125 I tomo, p. 131 II tomo.

⁵⁶ SPIX & MARTIUS, op. cit. p. 116 II Tomo.

As baratas são nocivas principalmente para os víveres, e costumam, às vezes, à noite, roer as pontas dos dedos do próprio homem. Sobretudo é doloroso o prejuízo que esses bichos causam ao naturalista; frequentemente se encontra a coleção, que se havia fechado muito bem e se julgava bem segura dependurada à parede, reduzida a nada, numa só noite. Ensinados pela experiência, achamos que somente dá garantia autêntica o emprego do unguento de arsênio de Buffon; embrulhamos os pacotes em linho untado com óleo de terebintina, acondicionando-os em caixas de zinco, soldadas antes da remessa.⁵⁷

É, pois, de todo modo aconselhável aos forasteiros observar dieta igual à dos brasileiros, não praticar atividade fora de casa nas horas mais quentes do dia, quando todas as ruas estão vazias de gente, para evitar a mortal insolação, nem a noite se deve expor ao sereno, fugindo às perigosas consequências, dos resfriados e, ainda menos, entregar-se ao amor físico. Também, ao satisfazer com água e sede insaciável é preciso cuidado. Aconselharam-nos a tomar água com vinho ou com cachaça...⁵⁸

Esses conselhos de viagem, como os dados científicos que seriam úteis a um grupo específico de viajantes, são encontrados nas cinco memórias aqui analisadas. Apesar de suas origens distintas, há entre elas mais semelhanças que diferenças. Todos os naturalistas publicaram em vida e se preocuparam com a forma da escrita, que era uma tentativa de equilibrar as exigências científicas com a exigência dos elementos do Romantismo. Citaram e demonstram a erudição que se exigia de um cientista nas primeiras décadas do século XIX. Por outro lado, com exceção do nobre Wied-Newied, todos eram trabalhadores, alguns vinculados diretamente a algum império, tendo que cumprir as instruções; outros eram autônomos que precisavam sobreviver, como Mawe. Mesmo ele, que destoa um pouco do grupo em relação às referências bibliográficas, aos elementos românticos e à educação formal, preocupou-se com o que seus leitores teriam em mãos e lançou mão de recursos literários. Mawe e Eschwege trabalharam para o Império português no período que estiveram no Brasil e mantiveram, de certa forma, esse vínculo ao retornarem às suas pátrias. Mawe realizou trabalhos para o consulado português em Londres, e Eschwege retornou à Lisboa para trabalhar na reforma do Palácio da Pena, em Sintra. Saint-Hilaire e Martius continuaram escrevendo e publicando seus estudos sobre o Brasil, e o alemão até ganhou o prêmio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a monografia escrita em português *Como se deve escrever a história do Brasil*, de 1843. Se considerarmos esses elementos, podemos pensar que foram mantidas as experiências de viagem e as investigações realizadas no tempo que passaram em território português na América. Podemos ainda supor, de acordo com suas trajetórias, que esses anos foram fundamentais para que se estabelecessem como

57 Ibidem, p. 103 I tomo.

58 Ibidem, p. 61 I tomo.

profissionais. Limitar-nos-emos, porém, aos registros de suas histórias de viagens e como elas foram costuradas como se fossem uma colcha de pequenos pedaços de tecidos, que eram em parte experiências, leituras e escrita. Esse último retalho será o tema o capítulo a seguir.

CAPÍTULO 4

ESCREVER É PRECISO: COMO E QUEM ESCREVIA SOBRE AS VIAGENS

Que glorioso é iniciar uma nova carreira, e aparecer de repente no mundo erudito, com um livro de descobertas na mão, tal um cometa inesperado brilhando no espaço!

Não, não mais guardarei o meu livro in petto: ei-lo, senhores, lede-o. Comecei e terminei uma viagem [...].

Estou certo que todo o homem sensato adotará o meu sistema, seja qual for o seu caráter, tenha ele o temperamento que tiver; seja ele avaro ou pródigo, rico ou pobre, jovem ou velho, nascido em região tórrida ou junto ao pólo, pode viajar como eu; enfim na mesma família dos homens que pululam à superfície da terra, não já um só que seja (...) que possa, depois de ter lido este livro, recusar-se a aprovar a nova maneira de viajar que apresento ao mundo.¹

Em 1794, o militar Xavier De Maistre (1763-1852) escrevia esse relato de deslocamento. A exemplo de outros textos de viagem, ele usou algumas das técnicas de elaboração comuns ao gênero em voga no final do século XVIII: o diálogo constante com o leitor, na intenção de fazê-lo um integrante da viagem, com momentos de introspecção diante das imagens que se apresentam aos olhos, as medições dos graus de latitude de todos os cantos visitados, as descrições precisas dos elementos encontrados na expedição, a menção aos instrumentos necessários para a continuidade da missão e, como de praxe, a citação de outras experiências de viagens, como a de Cook e Banks. Entretanto, um detalhe essencial faz da viagem de De Maistre um relato curioso e importante na compreensão da literatura de viagem: o destino escolhido por ele era seu próprio quarto em Turim, que “situava-se a quarenta e cinco graus de latitude, segundo as medições do padre Beccaria; está orientado no sentido nascente-poente; forma um paralelogramo com trinta e seis passos de perímetro rasando a parede muito de perto.”² Na ocasião, o francês estava em prisão domiciliar e, de forma lúdica, usou o momento para viajar, mesmo em regime de isolamento. *Viagem à volta do meu quarto* mostra claramente que o homem setecentista escrevia sobre a viagem sem, necessariamente, estar em trânsito.

Seria De Maistre um narrador-viajante? Que elementos compõem um texto sobre viagens? Não existe definição única sobre a literatura de viagens. Há os que acreditam que

1 MAISTRE, Xavier de. **Viagem à volta de meu quarto** seguido de Expedição nocturna à volta do meu quarto. Lisboa: Tinta da China, 2015.

2 Ibidem, p. 21.

todo o texto que pressupõe um deslocamento real ou fictício integre o gênero. Isso valeria para a narrativa de De Maistre, que se limitou a um cômodo, uma mesa, uma lareira, uma poltrona e uma cama. Outros também consideram que esse escrito deve ser compreendido como um gênero de fronteira, no qual a ficção e a realidade são problematizadas. Do mesmo modo, há os que sinalizam a importância do narrador e de sua ação ao abordar uma cultura estrangeira através da própria experiência.³ O certo é que definir unilateralmente a literatura de viagem comprometeria as possibilidades dessa tipologia textual tão diversificada, inclusive como fonte histórica. Dito isso, pretendemos apresentar neste capítulo algumas informações e explicar determinadas regras literárias para que nossa análise seja possível. É necessário que se considere a ação do tempo histórico nessas escritas, tratando-as como resquícios dos homens que escolhemos estudar. Tais sujeitos eram parte de grupos e seguiam suas regras, mas isso não os impediu de adicionar elementos singulares às suas memórias de viagens.

Assim, para nos mantermos na proposta desta tese, apresentaremos aspectos dessa literatura e que nos são caros, entre eles, a história do gênero e quem lucrava com esse produto literário. Esses escritos ganharam elementos científicos, nos séculos XVII e XVIII, e românticos, no século XIX. Ainda, introduziremos aspectos da estrutura literária (intertextualidade e *topoi*) que são fundamentais na leitura investigativa de nossas fontes. Destacaremos alguns nomes e práticas da cultura científica relevantes quando pensamos os diferentes encontros entre esses sujeitos históricos que nos propusemos estudar. Como de praxe, e quando necessário, recorreremos ao auxílio do nosso cicerone, Wied-Neuwied. Mais uma vez ele nos guiará pela última etapa da viagem: a escrita.

Apenas para rememorar, no primeiro capítulo, esclarecemos sobre a adequação de estatutos do viajante às práticas da ciência moderna. A ideia do homem aventureiro e inventivo, muito comum no Renascimento, foi substituída pela do viajante como testemunha autorizada, capaz de observar e relatar de forma fidedigna o que se viu na jornada. Vimos também que algumas características desses diferentes viajantes permaneceram, e a principal delas foi a necessidade de se escrever sobre a jornada. Dos diversos produtos que uma viagem gerava – mapas, relatórios, coleções, gravuras – o formato textual, e suas estratégias de escrita, foi o utilizado por esses sujeitos.

3 FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental In: JUNQUEIRA, Mary Anne & FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo /Humanitas, 2011. v. 2. JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador In: Ibidem.

Destacaremos, então, a literatura de viagem dos séculos XVIII e XIX como um projeto que contou com as estratégias próprias do gênero e com novos formatos e elementos na sua propagação e na sua permanência.

4.1. ALGUMAS RÁPIDAS QUESTÕES SOBRE OS TEXTOS DE VIAGEM, SEUS FORMATOS E SUAS PROPAGACÕES

O relato de viagem era extremamente popular no mundo Europeu e exerceu grande fascinação sobre diferentes grupos sociais. Os que não podiam viajar tinham nesses textos a oportunidade de participar de aventuras em lugares que jamais colocariam os pés. Por isso, tais escritos foram, durante muito tempo, fontes inquestionáveis de conhecimento sobre povos e terras distantes. Se alguém nos séculos XVII, XVIII e XIX quisesse saber sobre outro mundo que não o seu, buscaria essas informações em um relato de viagem. Não importava se a viagem havia sido realizada por um naturalista, um erudito ou um religioso, a literatura de viagem ocupava um lugar próprio no mercado editorial e no hábito de muitos leitores. Isso explica o porquê dos editores e da escrita acompanharem as mudanças de objetivos, como no século XVIII; com a expansão das viagens científicas, as publicações sobre o viajar tornaram-se ainda mais lucrativas. Do erudito ao homem comum “*lo cierto es que la ciencia desplegada en los relatos de viajes supo envolver una narrativa que hablaba a sus contemporáneos de la expansión europea bajo unos términos filosóficos que poco tenían que ver con antiguas gestas y conquistas*”.⁴ De fato, os livros sobre a América, a Ásia, a África, a Oceania e a própria Europa não ocupavam apenas as estantes dos curiosos. Os “ilustrados” mantinham em suas coleções muitos exemplares dessas experiências do trânsito pelo mundo. Buffon, Voltaire e Diderot são apenas alguns exemplos dessa “inteligência” que lia e se apropriava do gênero em voga.⁵

O sucesso de uma publicação de viagem também permitia ao viajante a obtenção de algum prestígio acadêmico e social, além de renda, já que as viagens, geralmente davam

4 PIMENTEL Juan. **Testigos del Mundo**: Ciencia, literatura y viajes en la Ilustración. Madrid: Marcial Pons, 2003, p.246.

5 Ibidem, p.228.

retorno econômico e político aos seus financiadores: impérios, comerciantes, associações, museus, academias. Assim, a publicação das experiências em trânsito foi uma prática muito usada por esses sujeitos que tinham o apoio de editores habilidosos.

As narrativas de viagem eram um produto, objeto de comércio, e nesse sentido, o triunfo do viajante e da viagem se dava, também, pela publicidade feita através da literatura. Os editores sabiam que viajar e escrever eram etapas bem distintas. Assim, a primeira preocupação era com o estilo desse escrito, que, em muitos casos, não fazia parte das muitas habilidades do viajante. O aumento do público leitor demandava preocupação com o estilo de escrita e apresentação. Algumas características, além dos recursos de escrita, são percebidas já no final do século XVII e nas primeiras décadas do século XVIII, como o uso exaustivo das ilustrações. Essas, por sua vez, tornaram-se cada vez mais elaboradas e facilitavam a associação da visão com a evidência científica⁶ ou, simplesmente, como apoio à descrição de um episódio relatado pelo viajante.

Com relação às estratégias de elaboração desses textos no XVIII, o exemplo mais conhecido foi o da escrita da viagem do capitão James Cook. Afirmamos anteriormente que Cook tinha um olhar treinado e habilidades de militar. Especialistas apontam que seu diário era recheado de registros pontuais e feito de modo mais experimental do que de uma análise no âmbito da história natural. A *Royal Society* sabia desses atributos, por isso, nas duas expedições mais significativas de Cook, havia naturalistas versados em diversas áreas, como o botânico Joseph Banks. No regresso da primeira viagem de circunavegação, Cook e Banks passaram suas anotações e seus diários ao famoso tradutor, poeta, dramaturgo, crítico literário, autor de relatos orientais, editor e responsável por publicações periódicas, John Hawkesworth (1715-1773). Os estudiosos dos textos Cook são categóricos: a viagem foi realizada pelo capitão e seus companheiros, mas o que o mundo conheceu por meio do livro foi escrito por Hawkesworth.⁷

John Hawkesworth era um modelo do profissional adequado para reunir as anotações do aventureiro e lhes dar uma forma plausível para a boa leitura. Ele não era o único. Jean-François de La Harpe (1739-1803) e Antoine François Prévost d'Exiles (1697-1763) também faziam parte da tradição de escritores especializados em coleções de viagem, cada vez mais reconhecidas entre os leitores do mundo moderno. Coleções como *Histoire générale des*

6 Ibidem, p.59. CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. **Como escrever a história do novo mundo: histórias, epistemologias e identidades no mundo atlântico do século XVIII**. São Paulo: EDUSP, 2011, p. 33.

7 PIMENTEL, op. cit. p.240-241.

voyages (1746-1789) e *An account of the voyages* (1746-1789) eram sucesso de público e de vendas. O viajante Louis-François Tollenare, que esteve no Brasil entre 1816 e 1818 e escreveu uma memória sobre essa experiência, mencionou esses relatos “maravilhosos de viajantes” que escutava na infância. Schwarcz lembra que Tollenare, que nasceu em 1780, tinha a sua disposição volumes e mais volumes das coleções de La Harpe e Prévost sobre as viagens realizadas pelo mundo todo. Tollenare e “toda a geração desse autor reviveu a sensação maravilhada dos primeiros viajantes”.⁸

No século XIX, essa profissão se manteve, e identificamos escritores que eram contratados para trabalhar em livros de um viajante somente. Maria Graham, inglesa que esteve no Brasil em 1821, 1823 e 1824, foi contratada para redigir sobre a expedição do famoso Lord Byron às Ilhas Sandwich. Quando se dedicou a esse trabalho, Graham era uma escritora experiente e havia publicado vários livros sobre suas próprias viagens a Índia, Itália, Chile e Brasil. Tinha experiência com esse formato de escrito e suas especificidades, como em outros trabalhos com as letras como consultoria, revisão, tradução e também como professora.⁹

Além dos profissionais dos textos de viagens, nos séculos XVII e XVIII, a escrita sobre as viagens ganhou outro formato, percebido especialmente pelas compilações. De acordo com Cañizares-Esguerra, as compilações de viagens do Renascimento sistematizavam e disponibilizavam a um público mais amplo os relatos sobre terras exóticas, escritos por conquistadores, mercadores, navegantes, pilotos, burocratas e missionários.¹⁰ Esse formato de texto manteve a variação do público leitor, que poderia contar tanto com um comerciante curioso, como Tollenare, quanto um com acadêmico formal, como John Locke (1632-1704), que via na leitura de diários de viagem uma maneira de estudo do entendimento humano.¹¹ Além disso, permitiram novas práticas de leitura, como a da comparação entre diferentes escritos sobre um mesmo lugar ou episódio.

No século XVIII, editores como John Green trouxeram a lume, de forma estratégica, outro tipo de compêndio de viagens, que mesclava textos novos, elaborados para a ocasião, e a síntese de diversos relatos:

8 SCHWARCZ, Lília Moritz. **O sol do Brasil**: Nicolas-Antonie Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.41-44.

9 SOARES, Nara Marques. Maria Graham: uma professora inglesa na corte do Brasil. **Anais do III Colóquio Cultura e Educação na América Portuguesa**. Curitiba: UFPR. V1. Abril de 2106. pp. 188-195.

10 CAÑIZARES-ESGUERRA, op. cit. p. 40.

11 Ibidem, p.40 e 41.

Valendo-se das técnicas dos filólogos renascentistas, os editores adquiriram e combinavam manuscritos originais, identificavam descrições contraditórias em todos os relatos impressos disponíveis, repartiam o crédito a testemunhas opostas e construíram uma síntese única e definitiva, uma reconstrução por um viajante dotado de muitos olhos, por assim dizer. “Ao dispor das observações de diversos autores à sua frente de uma só vez”, argumentava John Green, procurando justificar a nova estratégia editorial, “um colecionador pode ver melhor os erros e os defeitos delas e, assim, ajustá-las, corrigi-las e supri-las”.¹²

Cañizares-Esguerra e Schwarcz¹³ chamam a atenção para algumas coleções elaboradas nesse formato e que se tornaram sucesso de público, como as de John Green, Prévost, La Porte e La Harpe. Tinham em comum o fato de reunir observações alheias sobre o viajar e transformar essas experiências recheadas de imaginação e curiosidade em descrições ditas “verdadeiras”. Não era por menos que a América e o Brasil tiveram destaque nessas narrativas, pois nesses novos territórios, alguns dos mitos antigos, como gigantes e amazonas, foram realimentados e questionados.

Nenhum dos relatos que consultamos apresenta esse formato de textos diversos reunidos, com uma certa ideia de coleção de viagens. Apesar de todos tratarem sobre deslocamentos, seguem outros modelos. Alguns integraram projetos editoriais cuidadosos, que tentavam alcançar leitores, mesmo que específicos; outros foram claramente escritos para um público especializado. Os do século XVIII são variados, e deve-se considerar que eram parte do trabalho desses naturalistas viajantes e também funcionários reais; portanto, o conjunto é mais heterogêneo. Há os textos endereçados somente às autoridades, com formato de diários de viagem divididos por dias, meses e anos, e que nem sempre foram publicados. É o caso do *Diário de Viagem* de Francisco José de Lacerda.¹⁴ Existem aqueles mais curtos, com tons de relatório ou explicações pautadas em elementos da história natural, como a *Memória sobre as salitreiras naturaes*, de Veira Couto, publicada em 1809. Também temos os textos com ilustrações, que denotam outro recurso dirigido ao leitor, como é o caso da *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc*, de Manuel Arruda da Câmara. Estes eram geralmente assinados pelo naturalista que realizou a viagem filosófica e publicados pela Academia Real das Ciências de Lisboa ou pela Tipografia do Arco do Cego. Não identificamos se houve a preocupação de se contratar escritores profissionais para textos de luso-brasileiros. Entretanto, acreditamos que eles não eram publicados visando um mercado editorial que abarcasse grande público, como na França ou na Inglaterra. Porém,

¹² Ibidem, p. 42

¹³ SCHWARCZ, op. cit.

¹⁴ ALMEIDA, Francisco José de Lacerda. **Diários de viagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

apesar de serem textos técnicos, em alguns momentos bem específicos, houve a preocupação com o modelo de escrita, clareza e até de certa “mão literária”. Deve-se considerar que os estudos desenvolvidos por esses homens ultrapassavam os ambientes científicos, e seus textos eram vendidos nas principais livrarias de Lisboa, Coimbra e Porto. Assim, o leitor era importante.¹⁵

Nos relatos do século XIX, percebemos que a preocupação com o número de leitores permaneceu. Daqueles que analisamos, alguns foram editados mais de uma vez e em línguas diferentes, como Mawe e Wied-Neuwied. São narrativas que levam o nome do viajante, mas não descartamos a possibilidade de Martius e Wied-Neuwied terem contado com algum auxílio de um escritor profissional, embora não tenhamos encontrado essas informações durante a pesquisa. Todavia, nesses dois grupos de viajantes, foram identificadas reelaborações de outros textos e citação indiretas e diretas, o que comprova que eles seguiam normas próprias desses tipos textuais. A ideia de reelaboração e reescrita usando os muitos relatos de viagem também está nas nossas fontes.

Essa intertextualidade existiu tanto nas compilações quanto nos textos individuais. Ela permitiu que a prática da leitura se modificasse e o leitor conseguisse, então, comparar as diferentes representações de cada escrito e cada autor. Para o leitor comum e curioso, era mais informação que se colocava aos seus olhos; para o leitor especializado, era a oportunidade de confrontar e refutar dados relevantes. Voltaremos a esses pontos, mas temos que nos deter e dizer que lidamos com dois momentos de viagem: a ação do viajar e a escrita sobre ela, realizada posteriormente. Assim, o sucesso desses textos não dependia exclusivamente da viagem que os antecedeu, mas de etapas complexas que envolviam escritores profissionais e editores estrategistas. A venda de um livro dependia das aproximações que o autor mantinha com o sujeito leitor, por isso havia o cuidado com as identificações, os lugares-comuns e o emprego laudatório de determinados termos. O tema da viagem continuou sendo o elemento constitutivo básico dessas narrativas, mas a manutenção do seu sucesso de público deveu-se às mudanças no formato de publicação, à permanência de determinadas regras de escrita e à inclusão de elementos novos.

15 Seguindo a moda da *Royal Society* e da *Académie des Sciences*, a Real Academia de Lisboa circulava impressos os estudos e os debates realizados no seu circuito científico. Uma das formas de se propagar o que estava sendo aceito pela Instituição era a publicação de um catálogo de vendas de suas obras impressas. Ao final, o Catálogo trazia os locais em que as obras listadas poderiam ser encontradas. Em Lisboa, além da Academia, nas lojas dos “Mercadores de Livros das Portas de Santa Catharina; e em Coimbra e no Porto também pelos mesmos preços”. Catálogo. In: ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. **Memórias de Matemática e de Física da Academia Real das Ciências de Lisboa**. Lisboa: Officina da Academia Real das Ciências 1814.

4.2. AS ESTRUTURAS LITERÁRIAS DE UM RELATO DE VIAGEM: *TOPOI* E INTERTEXTUALIDADE

As imagens sobre os viajantes e as viagens foram edificadas tanto pela escrita quanto pelas expressões pictóricas de homens que estiveram no Brasil ainda no século XVI. Carregamos muitos significados históricos e acumulamos essas representações, escritas e imagéticas, sobre os viajantes, suas viagens e sobre o próprio território brasílico. A título de exemplo, podemos pensar as representações sobre o Brasil do francês Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830) e do alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858).¹⁶ Imagem e escrita não somente povoaram nosso imaginário de cores e formas sobre essa terra tropical, mas alimentaram o repertório de gerações de viajantes. Estes criaram um retrato do que era o Brasil por meio das impressões sobre as primeiras viagens de descobrimento, de demarcação, exploração de riquezas nativas, filosóficas e nas chamadas viagens românticas. Todos os textos produzidos por esses diferentes deslocamentos, bem como seus autores e suas particularidades, mantiveram-se, de alguma forma, por meio de uma tradição típica do gênero: a da intertextualidade e da reeleitura. Essa ideia é a mais aceita pelos que se debruçam na análise dessa literatura, como Juan Pimentel, Jorge Cañizares-Esguerra, Leonardo Romero Tomar, Otto Ette e Friedrich Wolfzettel.¹⁷ Partimos, assim, da ideia que esse gênero se nutre “tanto de la experiencia real del viajero como de la escritura de relatos anteriores”¹⁸. Não há um viajante puro que “solo informe acerca de lo que ha visto y no tome en consideración otras informaciones”, todo relato de viagem é “visto se une con lo oído y lo leído, lo no-sabido con lo pre-sabido”.¹⁹ Dessa forma, deve-se apreender que a história das viagens não está desvinculada da história da sua escrita, e como prática histórica, a viagem sempre recebeu (e recebe) outros significados. Esse foi o caso dos escritores românticos, que transformaram a viagem terapêutica renascentista, prescrita pelos médicos como remédio contra a melancolia, em uma viagem mítica pessoal e cultural.²⁰ Com base nessa premissa,

16 Sobre o tema indicamos SCHWARCZ, op. cit.

17 PIMENTEL op. cit.; CAÑIZARES-ESGUERRA, op. cit.; TOBAR, Leonardo Romero. La reescritura em los libros de viaje: las cartas de Rusia de Juan Valera. In: TOBAR, Leonardo Romero & ELDUAYEN, Patricia Almarcegui (orgs.) **Los libros de viaje:** realidad vivida y género literario. Universidad Internacional de Andalucía/Akal, 2005. WOLFZETTEL, Friedrich. Relato de viaje y estructura mítica. In: TOBAR, & ELDUAYEN. op. cit.; ETTE, Ottmar. **Literatura en Movimiento.** Espacio y dinamica de una escritura transgresora de fronteras em Europa y America. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Madrid, 2008.

18 TOBAR, La reescritura em los libros de viaje... p. 13.

19 ETTE, op. cit. p.40 e 27.

20 WOLFZETTEL, op, cit. p. 15-16.

Pimentel afirma que é preciso entender que os produtos literários sobre o viajar seguem as mesmas características da sua história, como a relação entre o senso comum e a imaginação, entre o repertório de representações existentes e o que se mostrava de novo.²¹ Ainda nesse sentido, é preciso ter em mente duas questões importantes sobre esse gênero e que alcançam as memórias científicas de viagem. A primeira se refere ao produto da viagem, ou seja, sua escrita, que não é apenas o resultado do que foi visto, mas é também a soma do conhecimento oral e escrito sobre o destino a ser alcançado. A segunda é a compreensão de que, além das informações sobre o lugar da viagem, repassadas e acumuladas por gerações de viajantes, há as estruturas textuais típicas dessa escrita que, do mesmo modo, são constantemente reelaboradas.

A literatura de viagem está fundamentada em uma estrutura mítica e iniciática. Deve ser interpretada como obra literária caracterizada, não apenas como gênero, “*un documento ideológico, social, imagológico o estético*”²² Nesse sentido, apesar de a memória de viagem ser um conjunto de experiências históricas coletivas e individuais, sua forma literária e determinados arquétipos do próprio ato de viajar são perpetuados. Quando um sujeito decide viajar, ele se torna mais uma variação desse arquétipo, que é o de deixar sua terra em direção ao mundo do outro.²³ O homem também refaz esses elementos próprios da tradição do viajar quando escolhe escrever sobre essa repetição de deslocamento, mas sem abandonar determinadas estruturas e lugares do gênero.

Mencionaremos algumas dessas características que identificamos no nosso conjunto de fontes. Lembramos que em trabalhos com diferentes textos de viagem, em especial o diário, o ensaio filosófico e a narração literária conseguimos identificar alguns desses elementos, mas nossa intenção não é a de analisá-los em cada um dos nossos documentos. Por outro lado, percebê-los em nossas fontes é fundamental para compreendê-las como documentação histórica e gêneros específicos. Dito isso, vamos iniciar com os quatro lugares mais comuns na estrutura deste gênero: a despedida, a culminação, a chegada e o retorno. O primeiro é o momento no qual o narrador se despede de si próprio, de seus familiares e de sua pátria. O segundo, é quando o viajante destaca algum momento importante da viagem, como uma travessia dificultosa, o encontro com os nativos ou a identificação de alguma espécie vegetal ou animal importante para ele. A chegada é um dos

21 PIMENTEL, op, cit. p. 31.

22 WOLFZETTEL, op, cit. p. 12.

23 Ibidem, p.13.

destaques desses relatos, pois é o momento no qual o destino se apresenta ao viajante. Por último, o retorno à pátria e aos seus.²⁴

Nesta tese, essas divisões estão explícitas na documentação oitocentista. Em alguns textos, elas já aparecem no sumário, que trazia ao leitor as principais informações daquele capítulo. É o caso do *Livro Primeiro* do *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, de Spix e Martius:

Livro Primeiro

Capítulo I – Preparativos para a viagem- Partida de Munique, via Viena, para Trieste: Razão e fins da viagem. Disposições para a mesma. Estada em Viena. Encontro com os naturalistas imperiais austríacos da Expedição ao Brasil. Ida para Trieste. Produtos marítimos dessa região. Chegada da Embaixada Imperial Austríaca.

Capítulos I e II – Partida de Trieste – Viagem pelo Mar Mediterrâneo até Gibraltar: Tempestade no Mar Adriático. Estada em Pola. Demora em Malta. Viagem pelo Mediterrâneo. Fosforescências Chegada a Gibraltar.²⁵

Já em *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*, Wied-Neuwied destacou, no corpo do texto, os momentos de chegada. Ele relatou cada passo desse episódio:

Na manhã do dia 27 de junho, durante o almoço, anunciou-se terra. Todos acorreram ao tombadilho para contemplar a costa do Brasil, que emergia do seio do Oceano. [...]

De onde nos encontrávamos, via-se em frente a cidade do Rio de Janeiro, construída sobre várias colinas a beira-mar. Oferece uma bela perspectiva, com suas igrejas e conventos situados no alto. O fundo do cenário por trás da cidade é constituído por montanhas de forma cônica, arredondadas em cima e cobertas de florestas; embelezam infinitamente a paisagem, cujo primeiro plano é animado por grande quantidade de navios de todas as nacionalidades. É aí que reinam a atividade e a vida; canoas e chalupas estão aí em contínuo movimento; pequenas embarcações de portos vizinhos enchem os intervalos entre os grandes navios das nações da Europa.

O viajante que, durante vários meses, faz do oceano a sua morada, numa dessas grandes máquinas móveis, experimenta para com ela um sentimento de gratidão quando chega a hora de deixá-la; diz um adeus cordial ao marinheiro rude, porém franco, que por tanto tempo lhe prestou auxílio, desejando-lhe no futuro uma feliz sorte em suas viagens sobre o móvel elemento tão enganador, a que consagrou a sua existência²⁶

24 ETTE esclareceu minimamente cada uma delas. op. cit., p. 42-50.

25 SPIX, Johann Baptist & MARTIUS, Carl Frießrich Philipp. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1983, I Tomo p. 19

26 WIED-NEUWIED, op. cit., p 25 e 30

Do mesmo modo, esses lugares estão nas memórias filosóficas dos luso-brasileiros. Mesmo quando usavam da ideia de um diário de viagem dividido em dias, esses homens relatavam o itinerário, os obstáculos, a paisagem e as aventuras experimentadas pelo viajante. Na *Memória sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo*, escrita em 1803 e publicada em 1809, Vieira Couto lançou mão do recurso literário do retorno. “Por cima destas serras espaço-se chapadas largas e amenas: em meio destas planices está minha morada, onde debaixo de copudas arvores, fui dar folga ao espirito para desforra da aspera vida, que levei nas solidões de Monte Rorigo.”²⁷

Os lugares-comuns da literatura de viagem podem ser compreendidos por meio dos *topoi*. Para entendermos o que é esse recurso literário, vamos propor um exercício de imaginação, ou de rememoração. Pensemos em alguns relatos de viagem dos séculos XVIII e XIX, já colocados nesta pesquisa. Ao retomar esses escritos, identificamos muitas experiências semelhantes entre os diferentes sujeitos: a já mencionada chegada, a travessia do Atlântico, os perigos encontrados pelos viajantes, a saudade da pátria, a solidão etc. Essas paridades aparecem em relatos de viagem de períodos distintos e dizem respeito, sobretudo, aos lugares visitados e aos fenômenos descritos. Leonardo Tobar fez desse exercício seu tema de trabalho, e analisou duas coleções de cartas sobre um mesmo destino de viagem, constatando que as descrições parecidas estão longe de ser uma coincidência de roteiros. No artigo *La reescritura em los libros de viaje: las cartas de Rusia e Juan Valera*, o estudioso realiza uma leitura paralela de duas viagens oitocentistas a São Petersburgo. A primeira foi realizada em 1839, pelo Marquês de Custine, e a segunda, em 1856-1857, por Juan Valera. Na análise, Tobar constata que os dois viajantes realizaram uma rota similar, descreveram e participaram dos mesmos meios sociais e visitaram lugares idênticos. No entanto, ele não encontrou uma possível leitura de Custine por Valera, e não acredita que esse fator impossibilite uma investigação comparativa entre os textos. É necessário lembrar que a literatura de viagem tem, em sua essência, a leitura e a reescrita de conjuntos de textos elaborados em momentos diversos. Mesmo quando considera as particularidades dos dois *viajeiros* – como os objetivos de cada viagem, o período em que foram realizadas, as posições político-ideológicas dos viajantes e o estilo de escrita – concluiu que Custine e Valera repetiram padrões nos seus comentários sobre os edifícios, os costumes, os usos sociais e as paisagens de São Petersburgo, como no caso dos “*jardines del Perterhoff con el jardín de*

27 COUTO, José Vieira. **Memória sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo**: maneira de as auxiliar por meio das artificiaes; refinaria do nitrato de potássio, ou salitre: escrita no ano de 1803. Rio de Janeiro: Impressão Régia. Anno MDCCCIX.

Armida, que califiquen a Moscú como la Roma de Atila o que vean en el Kremlin una Acrópolis del Norte [...]. Entretanto, o que mais interessa é a “*visión que uno y outro manifiestan a propósito de los lugares visitados y las costumbres y práctica sociales observadas, aspectos ambos en los que tanto Custine como Valera ofrecen abundantes analogías*”.²⁸ As analogias, as proximidades, as coincidências encontradas em muitos relatos de viagem também podem ser nomeadas como planos ou *topos*, que são, fundamentalmente, lugares comuns argumentativos e de uso universal de uma comunidade linguística.²⁹

Esses locais universais da escrita também são compreendidos como figuras de linguagem. Ulisses, considerado o primeiro dos viajantes autores, abusava desses auxílios na descrição do que teria visto, na grande *Odisseia* de Homero. Além disso, o *topos* tem grandes vantagens. Uma delas é a de facilitar a ligação entre o escritor e o leitor, já que no texto há referenciais conhecidos por quem lê. Dessa maneira, a relação entre o texto e a leitura torna-se mais intensa e, em alguns momentos, até mais íntima. Apesar da mudança do estatuto das viagens e dos viajantes, esses escritos mantinham um público leitor acostumado às descrições exageradas, fantasiosas ou mentirosas. Assim, a tradição da escrita da viagem dos antigos viajantes não foi abandonada completamente. Ela recebeu outras roupagens, como a do estatuto de verdade legitimado pelos homens de ciência. Os encontros com seres mitológicos ou fantásticos podiam até não ser mais mencionados, mas o Jardim do Éden deu lugar a descrições de paisagens belíssimas, e as amazonas são lembradas por meio das lindas e solitárias mulheres encontradas durante a travessia. Essa condição também está presente na escrita científica, em dois momentos: para negá-los e/ou para reestruturá-los em novas representações que facilitassem a compreensão dos leitores. Assim, é muito comum a técnica de se “*hablar com o leitor*”, como aponta Pimentel. Para o autor, tanto os *topoi* quanto o falar com os leitores se incluem na capacidade que a imaginação tem de produzir evidências, inclusive científicas.³⁰ Apenas como exemplo, mesmo que as amazonas fossem um mito refutado pelos cientistas já no século XVIII, isso não impediu sua presença em outros formatos, que ainda remetiam aos elementos míticos. Lembremos que Friedrich Wolfzettel já esclareceu como a literatura de viagem está baseada em uma estrutura mítica e iniciática³¹ e tal condição também está presente na escrita científica.

28 TOBAR, Leonardo Romero. op. cit. p. 141-142.

29 CHARRAUDEAU, Patrick & MANGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

30 PIMENTEL, op. cit., p. 46 e 47

31 WOLFZETTEL, op. cit.

Ainda são comuns os *topoi* como a saudade e a solidão da viagem, ou as “dicas” do preparo para a viagem. Já nos textos sobre o Brasil, *topoi* como os da população indígena dócil/ou guerreira e o da preguiça típica do natural da terra tornaram-se não coincidências ou experiências semelhantes, mas praticamente regras para seus viajantes autores, e verdades sobre os trópicos. José Carlos Barreiro³² vincula os lugares-comuns às concepções europeias modernas, como propriedade e trabalho. Isso é corroborado através do estudo de diversas passagens de relatos de viajantes,³³ como os de Henry Koster (1793-1820) e Auguste de Saint-Hilaire, que descreveram o uso da rede pelos habitantes da América portuguesa. Barreiro destaca que ambos representaram tal objeto, abundantemente usado em terras brasileiras, como um símbolo da preguiça, do ócio.

A rede não passou despercebida para esses viajantes, tendo constituído para eles o símbolo do tempo-ócio ligado ao atraso. [...] Saint-Hilaire, referindo-se ao uso da rede, condenava aqueles europeus, que, apesar de culturalmente superiores no Brasil, deixavam-se sucumbir pelos costumes indígenas.³⁴

Nesses quesitos, Alexandre Rodrigues, Francisco José de Lacerda Almeida, John Mawe e Eschwege são categóricos. Entre 1783 e 1792, Alexandre Ferreira Rodrigues retratou a ociosidade dos indígenas brasileiros e a rede, objeto sempre relacionado à preguiça, não deixou de ser descrita.³⁵ Em 1788 e 1790, Lacerda e Almeida já havia indicado, em *Diário de Viagem*, que na cidade de São Paulo somente era pobre o preguiçoso, porque a terra era abundante e fértil.³⁶

Eschwege muito discorreu sobre a natureza do homem brasileiro. Para o mineralogista alemão, o homem da terra era um ser nada empreendedor, que realizava seus negócios ao meio-dia e “vestido ainda do camisolão de dormir”, sempre ultrapassado pelo europeu. Talvez por isso, ele destaque que o homem brasileiro sempre via a atividade do estrangeiro “com desconfiança e inveja”.³⁷ Já Mawe, ressaltou em seu relato a ausência do uso dos infinitos recursos naturais ou de máquinas existentes no Brasil. Suas considerações a esse

32 BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Unesp, 2002.

33 Ibidem.

34 Ibidem, p. 47.

35 FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Coleção Memórias. 1974. p. 48-61

36 ALMEIDA, Francisco José de Lacerda. **Diários de viagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. pp. 98-99

37 ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Pluto Brasiliensis; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais v. 1 e 2**. São Paulo: Editora Nacional, 1944. p. 238.

respeito aparecem em muitos momentos. A ideia de natureza sempre fértil era o “cenário para um fazendeiro empreendedor”; já o maquinário disponível na colônia seria mais bem usado e transformado nas mãos do mais humilde camponês russo.³⁸ Já se mencionou que, no período que passou no Brasil, Mawe realizou alguns trabalhos para D. Rodrigo, como o exame de uma mina descoberta na região de Cantagalo, próxima à cidade do Rio de Janeiro. A expedição rápida ao local trouxe várias informações que extrapolavam as do espaço de exploração dos metais. Na memória *Viagem a Cantagalo*, ele destacou as riquezas que a região oferecia ao que soubesse usá-las. Visitando as propriedades da região, Mawe mencionou a fazenda *Morro Queimado*, onde ele e sua comitiva passaram a noite, o que permitiu aprofundar suas observações. Após algumas considerações sobre o clima e os produtos aptos para a região, concluiu que aquela fazenda produziria resultados maravilhosos se estivesse nas mãos de um “agricultor experimentado e hábil.”³⁹

A imagem do nativo pouco dado ao trabalho e desconhecedor dos progressos foi perpetuada tanto nas memórias filosóficas do século XVIII quanto nos textos oitocentistas de viagem. Pode-se, ainda, perceber que o sistema comparativo desses viajantes no final do XVIII e do início do século XIX vincula-se, igualmente, a uma cultura de viagens. Em outras palavras, as concepções europeias desses estrangeiros seriam a soma de antigos e novos elementos, os quais acompanham uma longa tradição de viagens, reestruturada a partir das primeiras décadas do século XVIII. Esse novo deslocar-se no mundo – nomeado como viagem filosófica, ou viagem exploratória, viagem ilustrada, ou ainda, científica – alimentou padrões de compreensão do mundo. De tal forma, as novas ideias e práticas do viajar modificaram a maneira de apreensão do espaço no qual viviam, e que era a base para a edificação de suas representações, assim como aquele que estavam conhecendo e confrontando com o repertório preexistente. As concepções europeias, exemplificadas por alguns temas discutidos por esses viajantes, como no caso do ócio, foram ampliadas e reestruturadas no exercício de compreensão de próprio mundo e no do outro. O uso da rede para ilustrar tal debate pode ser substituído pelo tema do artesanato. As atividades diversificadas do trabalho indígena, em especial a utilização dos recursos naturais, como o tronco e as palmas dos coqueiros na construção das cabanas, os cacos nos utensílios e o óleo na alimentação e lubrificação de instrumentos, não se assemelhava à chamada disciplina do trabalho, como explica Barreiro: “Reconhecia-se nelas o estado de ocupação

38 MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. 120-123.

39 Ibidem, p. 124.

dos índios que, todavia, não os tornava capazes, segundo os valores da modernidade, de curvarem-se a hábitos regulares de trabalho”.⁴⁰

A perpetuação dos *topoi* também é compreendida pela chamada intertextualidade. Nessa perspectiva, toda escritura é uma colagem de outros textos, e a literatura “se escreve certamente numa relação com o mundo, mas também apresenta-se numa relação consigo mesma, com sua história, a história de suas produções, a longa caminhada de suas origens.”⁴¹ Roland Barthes é categórico ao afirmar que todo texto é um intertexto, e o gênero discursivo é carregado de coletivos, cujas autorias estão evidenciadas ou não.⁴² Além dele, Julia Kristeva, Michael Riffaterre, Antoine Compagnon e Gerard Genette se debruçaram sobre esse tema da constituição do escrito. Em suas particularidades, todos entendem que o texto é uma junção de vários outros textos. Algumas dessas práticas intertextuais são identificáveis, como as citações diretas, outras são intertextos ambíguos, como as alusões e plágios que se misturam nas camadas novas de um texto. A “intertextualidade aparece a partir daí com o jogo complexo e recíproco de duas atividades complementares que constituem o espaço literário, a escritura e a leitura, pelas quais uma não deixa de se lembrar da outra.”⁴³

Essa prática de produção da escrita que conta com suas múltiplas vozes é inegável no gênero literatura de viagem. Otomar Ette defende a tese de que o encanto dos relatos de viagem é pautado pelos movimentos de elementos literários conhecidos pelos leitores.⁴⁴ Já vimos nos estudos que os relatos de viagem se nutrem tanto da experiência real do viajante quanto da escrita de textos anteriores. Esses dois elementos oferecem sequências de imitação diretas e sequências de imitação compostas.⁴⁵ Na narrativa que se escreve após a viagem, mistura-se o que se viu com o que se leu. Essa ação dificulta a percepção do leitor em relação ao que pode ser a experiência direta do viajante ou os ecos de leituras de outros relatos. Tal empecilho se dá por dois motivos essenciais: primeiro, porque há uma tradição de escrita da viagem que foi tomada como guia por gerações de homens em trânsito; e segundo, porque da memória desse indivíduo não se podem apagar as “pegadas” que outros textos lidos deixaram antes da composição de seu próprio texto.⁴⁶ Por outro lado, essa reescrita – que é técnica, objetiva, sutil e, às vezes, aleatória – facilitou a aceitação das novas formas de se escrever

40 BARREIRO, op. cit., p. 52.

41 SAMOYAUULT, Tiphaine. **A intertextualidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008, p. 09.

42 BARTHES, Roland. **S/Z**. Lisboa: Edições 70, 1980; BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

43 SAMOYAUULT, op. cit., p. 96.

44 ETTE, op. cit., p. 25-26.

45 TOBAR. op. cit.

46 Ibidem.

sobre as viagens. Por mais que novos elementos se colocassem aos leitores, a multiplicidade dos textos dava a ideia de algo já citado e conhecido. Isso, sem dúvidas, colaborava na compreensão de novos temas e na aceitação deste gênero discursivo.

4.3. ESCREVER SOBRE CIÊNCIA E SOBRE VIAGEM CIENTÍFICA

Os relatos de viagem estudados aqui são, em sua maioria, de naturalistas. Do mesmo modo, já dissemos que os relatos dos luso-brasileiros tinham, às vezes, um formato de diário, relatório ou memória científica, e os dos estrangeiros oitocentistas apresentavam uma ideia de se contar a história da viagem seguindo, em sua maior parte, uma ordem cronológica estabelecida pelo roteiro. Ambos usavam de recursos próprios da literatura de viagem e de linguagens específicas do campo científico, como as nomenclaturas e as descrições detalhadas das espécies de fauna e flora. É preciso entender que há, sim, diferenças entre os relatos dos viajantes e os dos naturalistas. O primeiro seguia um modelo de narrar, fixar tipos e quadros locais; o segundo, além de manter tais elementos, precisava classificar e organizar⁴⁷.

Durante a viagem, os naturalistas seguiam as instruções científicas elaboradas para orientar suas principais ações. Devemos entender que esses programas, além de sistematizar o viajante e a viagem, influenciavam diretamente a escrita, já que parte do que esse viajante colocaria futuramente no papel era consultado em seu diário de viagem. Esses textos de instrução podiam ser gerais e adaptados a diferentes expedições ou feitos para uma única viagem. Todavia, eles seguiam modelos e apresentavam lugares-comuns:

Além das seções relativas aos lugares-naturais, também existem outras referentes à observação dos habitantes (aspectos físicos, costumes, índoles), dos vegetais (árvores, plantas, frutas), dos minerais (metais, pedras comuns e preciosas, localização, tipos de solo), das tradições locais (peculiaridades), dos mares (cor, cheiro, salinidade, profundidade, ilhas, portos, marés, etc.) e das minas.⁴⁸

47 SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador e a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 32.

48 ABDALLA, Frederico Tavares de Mello. **O peregrino instruído**: um estudo sobre o viajar e o viajante na literatura científica do iluminismo. Dissertação. Mestrado em História. UFPR, 2012. p. 32.

As instruções científicas trouxeram ao chamado “olhar do viajante” outras representações dos lugares visitados, quando orientavam o que “ver” e o que “anotar”. Por isso, além dos *topoi* mais comuns nos relatos de viagem, o século XVIII proporcionou outros lugares argumentativos. A cientificação sobre o ambiente é clara nesse novo observar: há que se descrever os mares, mas com o cuidado de indicar sua profundidade e salinidade. Sem, no entanto, descuidar da escrita.

Pode-se pensar, dessa forma, que a escrita científica de viagem ganhava uma característica um tanto híbrida. Trouxe outras preocupações, entre as quais a de manter o público de leitores dos textos de viagens e os leitores especializados, entendidos como possuidores de um pré-conhecimento nas áreas da ciência moderna. Nesse diálogo mais específico, recorriam a inúmeras citações dos livros consultados, os nomes científicos e as comparações entre as classificações de Buffon e Linné. Para esses e também para os leitores curiosos, havia dicas de viagem e conselhos mais gerais, sobre o que levar, lugares a evitar (em especial, as florestas à noite), as estradas possíveis de se percorrer e locais a conhecer. Pode-se, entretanto, pensar em um estilo da escrita científica no século XVIII? Se havia a necessidade de negar e criticar os elementos fantasiosos dos antigos relatos, existia a preocupação de uma escrita que agradasse quem fosse ler sobre a experiência da viagem? A resposta para essas perguntas é afirmativa. Lapeñies esclarece como era usual que “um homem da ciência natural se concebesse como escritor: como alguém para quem não importa somente *o que* diz, mas também *como* diz, como alguém que não somente quer instruir seu público, mas divertir instruindo”.⁴⁹ Usa como exemplo Buffon, que fez de sua obra *Histoire Naturelle* um sucesso de vendas. O livro esgotava-se em poucas semanas, e em meados do século XVIII, tinha mais de 250 edições populares na França.

É preciso dizer que o sucesso de Buffon se deve, também, pelo caráter de obra técnica, como a de Linné. Todavia, apesar de ser um livro “obrigatório” aos naturalistas, a importância de *como* se escrevia era parte da prática do Conde de Buffon. Na ocasião de sua posse na Academia Francesa, em 1753, pronunciou o discurso intitulado *Discours sur le Style*, que foi “considerado uma das melhores falas jamais apresentadas na Académie”.⁵⁰ No *Discours* Buffon clamava à República das Letras que, além da arte de falar, o que muitos já faziam bem, praticassem a arte de escrever, que podia ser adquirida seguindo um plano de

49 LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. (Ponta, 13). p. 13

50 Ibidem, p. 12-14

escrita. Lembrando que somente as obras bem escritas passariam à posteridade, apresentou algumas etapas que poderiam ajudar quem falasse bem a bem escrever igualmente. A mais importante delas era o domínio sobre o tema, que se dava pela organização e a meditação sobre o que já se investigou: “quanto mais substância e força se lhes der pela meditação, tanto mais fácil será, depois, realizá-los pela expressão.” Essa dedicação já conduziria à pena a severidade do estilo, e era o que bastava para “torná-lo preciso e simples, igual e claro, vivo e contínuo.” Entretanto, se a essa etapa se unisse o gosto e a delicadeza das expressões, a desconfiança e o “desprezo por tudo o que é apenas brilhante”, o estilo teria nobreza e até majestade. Para o Conde de Buffon, seus pares e leitores, escrever bem era, “ao mesmo tempo, bem pensar, bem sentir e bem reproduzir; é ter, ao mesmo tempo, o espírito, alma e gosto. O estilo supõe a reunião e o exercício de todas as faculdades intelectuais”.⁵¹

Os argumentos de Buffon são datados, nesse sentido usá-los na interpretação de textos dos viajantes oitocentistas é um tanto perigoso, já que esses se inspiravam em narrativas como a de Humboldt, com elementos do Romantismo. Assim, as reflexões do naturalista francês serão utilizadas para os textos setecentistas dos luso-brasileiros. Antes de tudo, percebemos na escrita desses naturalistas formados em Coimbra as regras presentes nas instruções de viagem. Nada mais comum, já que tais documentos eram parte dos seus treinamentos para as expedições. Usaremos como referência *Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas peregrinações deve observar*,⁵² escrita por Domingos Vandelli em 1779. No texto, que serviu de orientação às viagens naturalistas do final do XVIII, financiadas pelo Império português, o italiano deixou claro que tais expedições deveriam, também, atender ao projeto político de ciência utilitarista da natureza, além de participar da ideia de comunidade universal. Por isso, Vandelli frisa em muitos momentos a importância da busca de recursos naturais lucrativos e o papel do naturalista nesse processo. Na instrução, são apresentados os materiais que facilitarão o trabalho do naturalista, o que se deve observar e o que descrever no diário de viagem.

O diário era um dos objetos mais importantes da viagem, pois era esse livro que o viajante consultaria no momento de compor a sua própria narrativa. Na ocasião de sua descrição, Vandelli também orientou o naturalista sobre como usá-lo. Essa descrição é um resumo do que será detalhado a seguir, nas sessões *Do Conhecimento físico, e moral dos*

51 BUFFON, George-Louis de. **Discurso sobre o estilo**. (trad. Artur Morão). Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2011.

52 VANDELLI, Domenico. **Viagens Filosóficas** ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar. Por DV, 1779. Academia das Ciências de Lisboa, série vermelha 405.

Povos, Do que deve observar o Naturalista, principalmente nos lugares beira mar, Do Ar, Da Mineralogia, Dos Rios, Fontes Mineraes e Lagoas, Do Reino das Plantas, Do Reino Animal, Dos Insectos e Preparação dos Animaes.

O Diario pois não he outra coisa mais, que hum livro de papel, ou outra qualquer materia, dividido em annos, mezes, dias, e horas, no qual se hirão notando os objectos, que se encontram ao passo do seu descobrimento com respeito ao anno, mez, dia, e lugar em que se achaõ, para que depois nas horas do descanso, se possaõ mais perfeitamente descrever. Ora os objectos, ou são daquelles que se podem recolher, como todas as plantas com as suas flores, as minas despegadas do Lugar de seu nascimento, e os animaes que se podem remeter; os quaes todos devem ser recolhidos para se descreverem conforme o systema da Natureza: ou são daquelles que não podem ser transportados, como são as habitações, montes, rios, fontes, arvores grandes, animaes ferozes e ainda algumas plantas com as suas flores, de que haja receio que se não possaõ conservar perfeitas; e então estes todos devem ser debuxados, e se he possível illuminados com toda a exactidão.⁵³

Vandelli destacou a importância da apreciação, do estudo e da dedicação aos objetos a serem conhecidos, reconhecidos e, em alguns casos, recolhidos durante a expedição. Ora, essa característica, também um método, era a mesma valorizada por Buffon no que dizia respeito à escrita. Dito de outra forma, o próprio método científico adotado por esses sujeitos auxiliaria no processo da escrita da viagem filosófica. O estilo e a simplicidade que a “boa escrita” deveria ter não excluía elementos da ação científica, que além dos mencionados por Vandelli e Buffon, estavam nos debates entre diferentes letrados e nas citações de obras sobre os temas abordados.

Nos textos dos luso-brasileiros, identificam-se objetos dos quais falou Vandelli, mesmo quando a viagem era um estudo específico, como a *Memória economica sobre a raça do gado lanigero da capitania do Ceará*,⁵⁴ publicada em 1811, na qual João da Silva Feijó seguiu todas as etapas indicadas na inscrição do italiano. Ele iniciou o texto com o histórico da atividade na Inglaterra e no Brasil, abordou a origem dos povos da região que visitou e o conhecimento físico do lugar analisado. Do mesmo modo, descreveu todo o estudo econômico que fez para que tal atividade fosse mais lucrativa para o Império português, como na Secção III, *Do tratamento economico dos rebanhos em geral, em particular das ovelhas*. Entretanto, teria ele o estilo que supõe a reunião e o exercício de todas as faculdades intelectuais, do qual falou Buffon? Na *Introdução*, o naturalista luso-brasileiro mostrou que também tinha essa

⁵³ Ibidem, p. 288.

⁵⁴ PEREIRA, Magnus & SANTOS, Rosângela Maria. **João da Silva Feijó**: um homem de ciência no antigo Regime Português. Coleção Ciência e Império volume I. Curitiba: Editora UFPR, 2012, p. 920-941.

preocupação. Ao construir sua história da lã desde os hebreus, conseguiu registrar para os seus leitores o conhecimento sobre o tema, numa narrativa elaborada, com informações sobre cultura, datas, personagens e episódios. Nessa memória, Feijó conseguiu realizar o trabalho que esperavam de um naturalista contratado pelo Império, não descuidando do estilo de sua escrita.

Alexandre Rodrigues Ferreira, que viajou pelo Brasil entre 1783 e 1792, também teve que lidar com essa questão. Sua viagem foi uma expedição oficial, e apesar de seguir as instruções de Vandelli, trouxe para o seu texto alguns eventos que se comunicavam com qualquer leitor e repetiam *topoi* tão comuns à América Portuguesa, como a natureza selvagem e misteriosa, mesmo que fosse para complementar o texto com outras informações:

Para qualquer destas províncias onde se lance a vista, o calor do sol, a umidade do clima e a fertilidade do terreno cooperam para uma abundância vegetal. A maior parte das terras estão reduzidas a matas impenetráveis coberta de arvoredos grossos e altos. O que se vê é um país selvagem e sombrio, uma terra bruta e abandonada a si mesma; toda uma superfície está coberta de infinitas plantas de todas as famílias. Era de se esperar que aqui, semelhante às matas do antigo continente, fossem estas também habitadas por grandes e ferozes animais como elefantes, rinocerontes, tigres e leões. Na verdade não é assim. Apesar de todos estes vastos abrigos e mesmo da variedade de climas, o mamíferos da América Meridional são menos volumosos e robustos que os já citados do antigo hemisfério.⁵⁵

Ele não deixou de observar o gentio, seu artesanato, os hábitos alimentares, a organização das vilas; classificou mamíferos, insetos, estudou os métodos de conservação dos indígenas e outros tantos objetos. Em muitos momentos, Ferreira usou um tom de relatório para descrever sua viagem, com intenção científica e utilitarista. Isso é perceptível na descrição sobre as experiências feitas por outros letrados com uma cola de pele do peixe-boi:

Tal foi a da cola que tirou dela o citado Tenente-Coronel Theodósio Constantino de Chermont, o qual observou que guardada em frascos se conservava, derrancando-se logo que se deixava exposta ao ar. O mesmo Tenente-Coronel tentou curti-la e assim o pôs em execução no Marajó, mas não lhe correspondeu o bom êxito que esperava.

Fêz cobrir toda a pele de cinzas quentes, repetindo tantas vêzes quantas ela mostrava pelas manchas que ainda continha gordura: passou a cobri-la de pó de tijolo, que também repetiu até não ficar mancha; aplicou-lhe finalmente a cal, com repetições que lhe pareceram, e depois de haver feito passar pelas três mencionadas preparações, infundiu-a na água de cal e sujeitou-a ao curtume. De todas estas experiências o resultado foi o seguinte: profunder alguma coisa a mais a superfície

55 FERREIRA, op. cit., p. 71 tomo II.

curtida da parte carnaz e menos da parte flor, conservando-se no interior por curtir como dantes e adquirindo uma cor hialina.⁵⁶

Em seus escritos, o naturalista também criou uma narrativa histórica sobre a América, em que expõe seus conhecimentos, inclusive listando vários estudiosos da história natural. Nesse momento, Ferreira repetia algo cada vez comum nesses relatos científicos de viagem: a citação de outros sujeitos, debates e comparações entre eles. Mencionou vários nomes importantes para o período, como o próprio Buffon, igualmente citado por Feijó e Vandelli. Entre as várias passagens da *Viagem Filosófica*, separamos uma significativa:

Tabula Mauritti Astromicae

Também andam inseridas nas suas obras as tábuas metereológicas, que apareceram.

Do padre Capaci está escrito que, depois de percorrer por grande parte do reino onde fez várias observações geográficas, fora mandado ao Brasil em 1729. Coube-lhe o setor das observações astronômicas. As notas que fez a respeito, mandou à corte; e estas entraram em contato com as academias de França e da Inglaterra. Quando à geografia, Capaci levantou uma carta da capitania do Rio de Janeiro. Não chegou a terminar aquela que havia principado desde a referida capitania até a de Minas Gerais por lhe sobrevir a morte em S.Paulo em fevereiro de 1740.

Em 1749, De La Condamine desceu o rio Amazonas, e as observações que fez anotou em seu diário de viagem.

Muitas outras observações constam nos diários e escritos, publicadas por Lery, Gentile, Frosier, Dampierre, Courserac, Kerguelim, De La Rabbinais, De La Flote, Solander Bougainville, Banks, Perusse e outros que examinaram os referidos portos e costas. Alguns deles escreveram peças concernentes à História Natural.⁵⁷

Esse trecho exemplifica como o acesso às compilações permitiu a leitura comparativa. O que fez Ferreira nesse parágrafo, senão apresentar ao seu leitor uma recopilação de dados?

Buffon não foi uma voz solitária quando o assunto era o cuidado com a escrita. Por todo século XVIII, na discussão sobre novos formatos de relatos de viagens por terras distantes, como as compilações, contribuiu a crítica de filósofos aos textos de viajantes dos séculos XV, XVI, XVII. Cañizares-Esguerra recorda que esses escritos adquiriram o caráter de fraudulentos a partir de sua apreciação, e não de seu abandono. Os críticos concentraram-se em algo importante: a *persona* do viajante. Nesse sentido, homens como Louis Feuillée (1660-

⁵⁶ Ibidem, p. 65, tomo II.

⁵⁷ FERREIRA. op. cit. p. 119, Tomo II.

1732) e Rousseau salientaram as “limitações de percepção dos que tradicionalmente escreviam narrativas de viagem – missionários, comerciantes, soldados e navegantes”.⁵⁸ Destacaram que observadores mais esclarecidos e treinados deveriam assumir a missão dessa narrativa. Como de praxe, essa nova exigência ao viajante não se deu de forma tranquila e longe de polêmicas. O frade capuchinho Feuillée, astrônomo, naturalista e matemático da corte de Luís XIV, ilustra bem esse momento. Ele viajou às colônias espanholas na primeira década do século XVIII, com o objetivo de pesquisar sobre recursos medicinais e minerais e traçar mapas precisos. Da mesma forma, a expedição permitiu e legitimou questionamentos feitos a uma viagem anterior, realizada pelo engenheiro militar Amédée François Frézier (1682-1773), que afirmara que o matemático do rei não sabia usar instrumentos como telescópios e pêndulos, essenciais no desenho dos mapas; Feuillée retrucou, afirmando que o militar era um piloto ignorante e que “nada sabia sobre as armadilhas da percepção humana.” Após várias respostas e contrarrespostas repletas de alfinetadas (como a de que Frézier havia descrito pinguins com pelos, em vez de penas), Feuillée demonstrou que era necessário muito mais que instrumentos e razão para treinar a compreensão humana. Havia outro elemento: registros de que os procedimentos corretos de observação foram executados. Essa evidência foi demonstrada pelo relato do próprio naturalista, que o produziu como “um diário, com descrições minuciosas de medidas e cálculos, assim como representações visuais dos instrumentos, para que os leitores, e não apenas seus colegas acadêmicos, pudessem testemunhar, e assim aprovar, a fabricação de novos ‘fatos’.”⁵⁹

As críticas sobre as escritas de viagem multiplicavam-se. Os estudiosos usavam criteriosamente tais narrativas, em especial, as compilações que apresentavam aos leitores críticos um conjunto de fontes que permitia a análise e a comparação. Foi um momento dubio, no qual era possível descartar as antigas crônicas sobre os gigantes ou aceitar a existência do El Dorado. Os filósofos naturalistas deveriam questionar os sentidos, os credos e a formação dos homens que haviam realizado as expedições mais conhecidas. Deviam, metodologicamente, analisar as muitas “verdades” que pululavam nesses antigos relatos. O método científico, que deveria acompanhar o viajante (discutido no primeiro capítulo), seria aplicado na leitura das fontes já existentes, e isso foi essencial para que o Novo mundo fosse descrito dentro dos parâmetros da ciência moderna.

58 CAÑIZARES-ESGUERRA, op cit. p. 30-33.

59 Idem.

Cornelius de Pauw foi o estudioso usado por Cañizares-Esguerra para ilustrar como as compilações das narrativas de viagens permitiram outra forma de leitura. Pauw escrevia sobre antigos americanos (sem conhecer pessoalmente o continente americano), gregos, chineses, e talvez isso tenha auxiliado no desenvolvimento de seu método de leitura baseado na crítica textual:

Considere-se, por exemplo, sua análise dos relatos dos gigantes da Patagônia. Em primeiro lugar, ele identificou todas as descrições em ordem cronológica, incluindo as que não haviam conseguido reconhecer quaisquer gigantes. Em seguida, ele descreveu as profissões e a profissão social das testemunhas (por exemplo, missionários, mercadores, pilotos, o viajante filósofo). Por fim, contrapôs os relatos uns aos outros para sublinhar suas contradições, em particular as relacionadas com a altura dos gigantes. Operando a partir da hipótese de que mercadores, navegantes e missionários eram testemunhas crédulas, De Pauw afirmava que nenhuma dessas descrições era confiável, pois nenhum gigante havia sido jamais capturado e mostrado (...). Dadas as contradições nas fontes e a ausência de qualquer evidência material, De Pauw não teve dúvida em descartar os relatos dos gigantes como ficção.⁶⁰

Tanto De Pauw quanto Feuillée foram vitoriosos em seus debates quando elegeram o naturalista como testemunha confiável. Além disso, as compilações foram um modelo de livros de viagens que colaborou com outras práticas de leitura. Ao agruparem relatos diferentes em um mesmo livro, os editores facilitaram a vida do leitor crítico, que tinha ao seu alcance um missionário do século XVII e um viajante filósofo do século XVIII. Isso permitia, por exemplo, a comparação entre narrativas ou temas como o das amazonas. As mudanças ocorridas no século XVIII nos livros de viagem atingiram da mesma forma as práticas de leitura, o leitor crítico e as comunidades de leitores, elementos fundamentais desta tese e que serão analisados no próximo capítulo. Antes, porém, precisamos falar do Romantismo e seus elementos presentes nos escritos científicos de viagem, especialmente nas primeiras décadas do século XIX.

⁶⁰Ibidem, p. 44 e 45.

4.4 A ESCRITA ROMÂNTICA E CIENTÍFICA NOS RELATOS DE VIAGEM

Há dificuldade em se estabelecer uma definição estática sobre o movimento romântico. François Furet entende o período como uma transição feita por uma diversidade de figuras que surgiram após a Revolução Francesa.⁶¹ Há consenso entre pesquisadores sobre algumas características e determinadas categorias de pensamento como a história, a individualidade, a totalidade e a relatividade. Todas elas próprias do *Sturm und Drang*, famoso movimento literário e artístico alemão.⁶² Como categoria histórica, o Romantismo concentrou em si traços próprios. Além dos já elencados, há o da valorização do sentir, o devir e o da crítica ao pensamento empírico-racionalista do século XVIII.

As ideias iluministas, a cultura racionalista e a sistematização da ciência natural eram, para muitos românticos, símbolos de um mundo estreito e fechado em propriedades definidas e exatas. No Romantismo, a natureza adquiriu características orgânicas e metafísicas, e essa romantização se fez presente nas artes, na literatura, como em Johann Christoph von Schiller (1759-1805), Lord Byron (1788-1824) e William Blake (1755-1827), e nas ciências naturais. À luz de uma crítica da “máquina de Newton”, esses “naturalistas naturais” tentaram entender a natureza como um lugar para se “viver e sentir-se perto de Deus e resolver assim o problema do dualismo que incomodara o homem pensante, desde o tempo de Descartes”. A origem dessa nova maneira de compreender o mundo veio, entre outros, de Rousseau, para quem o êxtase místico poderia ser atingido pela contemplação da natureza; de Goethe, que tentava descobrir “os princípios originais e íntimos das coisas [...]”, Espinosa, renascido na Alemanha no fim do século XVIII, que aparece para mostrar um Deus imanente, idêntico em algumas formas com o universo.”⁶³

É importante destacar que esses homens não eram anticientíficos, mas “encontravam-se divididos sobre se as invenções mecânicas realçavam ou degradavam a vida humana”. Se

61 FURET, François. **O Homem Romântico**. Lisboa: Editorial Presença, 2007. p. 10.

62 O *Sturm und Drang* foi criado pelos jovens Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), Johann Georg Hamann (1730-1788), Johann Gottfried Herder (1744-1803) e Jakob Michael Reinhold Lenz (1751-1792). SALLAS, Ana Luiza Fayet. **A ciência do homem e o sentimento da natureza**; viajantes alemães no Brasil do século XIX. Curitiba: Editora UFPR, 2013. p.40. O universo romântico foi propagado pela Europa e América se apropriando de elementos próprios desses espaços. A título de exemplo, a grandiosa natureza tropical e o bom selvagem são variedades que podemos A título de exemplo, a grandiosa natureza tropical e o bom selvagem são variedades que podemos identificar no romantismo brasileiro. MOSCATO, Daniela Casoni. **Traços de Peri**. Leituras do leitor José de Alencar para a composição do indígena em sua obra O Guarani-1857. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2006 (dissertação de mestrado).

63 BAUMER, Franklin L. **O pensamento europeu moderno**. Séculos XIX e XI. Volume II. Lisboa: Edições 70. s./d. p. 34.

os conceitos da ciência mecanicista não eram mais adequados a essa natureza, restou ao romântico classificá-la através de analogias biológicas e metafísicas. A natureza era impulsionada “por um princípio vivo” e não mais uma “*natura naturata*, isto é, um produto acabado e morto”.⁶⁴ Nessa ideia, deus e espírito deveriam ser mais fortes que outras categorias, e a natureza se tornou, também, local para se perceber e sentir o infinito.

Na viagem científica, o movimento romântico introduziu a sensibilidade, a intimidade e a subjetividade. Isso se deu tanto na forma de se viajar, na escolha dos destinos (loais distantes da cultura europeia como o Oriente, que incluía Itália e Península Ibérica), e numa particular valorização da escrita da viagem. Se no século da ciência essa experiência foi, para um grupo de viajantes, cada vez mais precisa, pautada por regras e normas de uma comunidade universal e científica, no século XIX, o viajante, inclusive o cientista, pôde também experimentar momentos de contemplação e reflexão pessoal sobre o lugar e a prática da viagem.⁶⁵

Susana Cabete, em sua pesquisa sobre esse gênero discursivo esclarece que:

Com a consolidação do movimento europeu emergente ao nível da arte e da cultura em geral, que se designou por Romantismo, viajar, tornou-se uma experiência interior decisiva, consubstanciada na procura do outro, do desconhecido e do diferente. O turismo promovido pela moda pré-romântica deu origem a um relato progressivamente mais formal e original, fugindo ao registro meramente factual e objetivo dos relatos anteriores, o que acentuou as diferenças existentes em relação a outros textos de viagem, designadamente, o roteiro. Como a Romantismo, a figura do viajante funde-se e confunde-se progressivamente com a do escritor (...).⁶⁶

Ela também destacou alguns expoentes desse “novo viajar”, como Lord Byron, na Inglaterra; Chateaubriand, Lamartine e Victor Hugo, na França; e Humboldt, na Alemanha. Todos publicaram memórias e tiveram o extremo cuidado com sua escrita. Dito isso, queremos retomar que é importante percebermos que os viajantes oitocentistas vistos nesta tese vivenciaram, uns com maior intensidade que outros, esses aspectos do Romantismo. Pode-se pensar que, no século XIX, o viajante continuou praticando e utilizando os antigos princípios de viagens, mas também fez uso de noções desse movimento. Dentre elas, a

⁶⁴ Ibidem, p. 35-37.

⁶⁵ CABETE, Susana Margarida Carvalheiro. **A narrativa de viagem em Portugal no século XIX: alteridade e identidade nacional**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Paris III – Sorbonne Nouvelle 2010. 205-227

⁶⁶ Ibidem, p. 206.

mudança epistemológica das relações entre parte/todo e sujeito/objeto.⁶⁷ Tais contraposições eram usadas nas descrições científicas da natureza e na pintura de locais visitados.⁶⁸ Marcelo Fetz e Leila da Costa Ferreira reforçam a ideia que a ciência romântica seguia, de fato, os princípios de alguns poetas. Para os autores, a natureza, a “relação de envolvimento, penetração, pertencimento e de porosidade entre homem e natureza, [...] deveria ter primazia no processo de estudo, contemplação, sensação e sentimento produzido no contato entre sujeito do conhecimento e objeto cognoscível.”⁶⁹

Quando voltamos para as nossas fontes de pesquisa, de fato, identificamos os traços mencionados por Fetz e Ferreira. A representação da Serra de Inoã, de Wied-Neuwied, ilustra tais reflexões:

Aproximámo-nos agora de uma cadeia de montanhas, conhecida por Serra de Inoã. O selvático espetáculo excedeu de muito tudo quanto a minha fantasia concebera até então sobre as grandes cenas da natureza. Entrámos num profundo vale, em que a água muito límpida ora corre sobre um leito de pedra, ora descansa em lagoa tranquila. Pouco além uma floresta imensa, da qual nenhuma imagem pode dar uma ideia adequada. Por toda parte, as palmeiras e as magníficas árvores da região se entrelaçavam tanto com as trepadeiras, que era impossível à vista penetrar aquela espécie de muralha verdejante. Todas elas, mesmo nos raminhos mais tenues, estavam cobertas de plantas carnosas, Epidendrum, Cactos, Bromelia, etc., muitas das quais com flôres de tal beleza, que quem quer que as contemplasse pela primeira vez não poderia esconder a admiração. (...) Naquelas sombras espessas, próximo às frias correntes da montanha, o viajante, afogueado especialmente o nascido nos países do norte, gosa de uma temperatura absolutamente refrescante, aumentando o encanto que essas cenas sublimes trazem ao espírito incessantemente arrebatado pelo selvagem panorama.⁷⁰

No trecho, pode-se perceber que não houve o abandono dos padrões de cientificidade, herança de séculos anteriores. O viajante alemão seguia o modelo de exposição naturalista e orientava-se pela ordem taxonômica, ou seja, caracterizava cada espécie, cada vegetal ou cada animal em sua modalidade, para só então colocá-los no quadro geral da sua interpretação sobre o Grande Livro da Natureza.⁷¹ Ainda na obra de Wied-Neuwied, percebemos que os padrões da escrita científica setecentista se mantiveram, também, pelo uso da referência a determinados sujeitos. Ao todo, foram mencionados noventa autores que aparecem no texto

67 Sobre o tema indicamos o texto FETZ, Marcelo & FERREIRA, Leila da Costa. Entre razão e fruição: nota sobre a ciência romântica no Brasil. Texto Completos. XXIX Congresso ALAS Chile, 2013.

68 SALLAS, op. cit.

69 FETZ & FERREIRA, op. cit., p. 14.

70 WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817*. São Paulo: Editora Nacional, 1940, p. 47.

71 SALLAS, op. cit. p. 51-102.

central e nas notas de rodapé: Buffon, La Condamine, Cook, Eschwege, Blumenbach e outros tantos. O coetâneo Humboldt foi indicado quarenta e sete vezes, contra Georges Cuvier sete vezes; ambos eram conhecidos de Wied-Neuwied. Entretanto, nenhum dos dois foi tão evidenciado quanto Linné, nomeado incansavelmente na memória, ultrapassando uma centena de menções. No entanto, o que podemos pensar sobre o tratamento diferente dado a cada um desses naturalistas? Podemos supor que as leituras e citações de Wied-Neuwied indicam como era sua ideia de ciência moderna?

O que o príncipe leu, de fato, influenciou sua formação científica. O que podemos constatar é que, quando Wied-Neuwied apresentou determinados nomes, demonstrou que também tinha o conhecimento de quem escrevia sobre história natural. Sabe-se que quando se produzia uma memória científica, alguns nomes eram obrigatórios, como o do consagrado Linné e sua taxonomia. Entretanto, no caso do naturalista alemão, temos outros sujeitos mencionados, como o francês Cuvier. Porém, as poucas citações a ele podem levar a supor que Wied-Neuwied não estava a par dos debates científicos que envolviam o nome de Cuvier, da mesma forma que também nos leva a pensar que o autor conhecia as polêmicas teorias do francês. Cuvier realizou estudos comparados sobre os fósseis e que comprovaram o fenômeno da extinção, conhecido como catastrofismo. Segundo Gustavo Caponi,⁷² as descobertas de Cuvier o transformaram em alvo de debates e críticas. O naturalista francês tinha uma posição antitransformista, ou seja, negava as teorias de evolução, como a de Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829), que antecederam o evolucionismo consagrado de Charles Darwin (1809-1882). Pode-se dizer, nesse sentido, que Wied-Neuwied fez uma escolha: a de não seguir os estudos do naturalista francês, citando-o poucas vezes. Se pudéssemos considerar somente as referências bibliográficas de Wied-Neuwied para criar seu perfil, poderíamos apresentá-lo como um grande cientista que conhecia os princípios fundadores da história natural, as mudanças que ela sofreu com o Romantismo e os questionamentos e pesquisas mais valorizados. Todavia, o que de fato nos interessa é a presença de Alexandre von Humboldt na obra. O viajante alemão é considerado um dos fundadores de modelos para se estudar e se escrever sobre o Novo Mundo.

72 CAPONI, Gustavo. **Georges Cuvier: un fisiólogo de museo**. México: Unam; Limusa, 2008.

4.4.1. O caso de Humboldt e sua viagem emblemática

O naturalista alemão Alexandre von Humboldt foi o expoente dessa outra forma de se interpretar o Grande Livro da Natureza e influenciou uma geração de viajantes, entre eles, Wied-Neuwied. Humboldt ficou conhecido por sua viagem emblemática pela América do Sul, México, Estados Unidos e Cuba, entre os anos de 1799 e 1804. Nesses cinco anos em trânsito, catalogou e descreveu espécies de animais e plantas, de tal forma que a expedição tornou-se um modelo de orientação para os olhares e as práticas de muitos dos homens que cruzavam o Atlântico no Oitocentos. Humboldt publicou trinta livros sobre suas missões.

Ele estudou nas Universidades de Frankfurt e Göttingen, essa última, um centro científico importante nos séculos XVIII e XIX, muito frequentada e visitada por naturalistas de todo o globo.⁷³ Lá, foi aluno de Blumenbach e Georg Forster (1754-1794). Göttingen pode ser entendida como um centro de formação de multiplicadores de determinada cultura científica. Blumenbach foi professor de outros sujeitos que vieram ao Brasil: Eschwege, Heinrich von Langsdorff (que esteve no Brasil de 1803 a 1820, e de 1824 a 1830) e Wied-Neuwied. Na mesma universidade, o professor, e também diretor da Academia de Minas em Freiberg, Abraham Gottlob Werner (1749-1817) ministrou aulas a Humboldt e José Bonifácio de Andrada e Silva, na ocasião de sua viagem de instrução pela Alemanha.⁷⁴

As orientações desses professores foram fundamentais na estruturação metodológica de ciência de Humboldt. Blumenbach desenvolveu pesquisas nas áreas da anatomia comparada e antropologia física, publicando ensaios críticos ao sistema taxonômico de Linné. Os direcionamentos das aulas de Blumenbach possivelmente alimentaram o método comparativo que Humboldt adotou em suas expedições, como o de recolher o maior número possível de informações sobre as espécies, para só então compará-las e defini-las com exatidão. Com o mestre Forster, teve a experiência da viagem científica quando, em 1790, ultrapassaram as fronteiras alemãs percorrendo a Holanda, a Bélgica, a França e a Inglaterra. De acordo com os estudiosos de Humboldt, essa viagem estruturou outra etapa de seu método: o da atenção às particularidades, através da construção pessoal

73 Göttingen mantém remessas científicas de famosas viagens como a do Capitão James Cook, compondo a *Cook-Foster Collection*.

74 AUGUSTIN, Günther. *A literatura de viagem na época de Dom João VI*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p.18-19.

da paisagem que se apresenta ao viajante. Essa ideia originária de Forster valorizava que era necessário conhecer o que havia de particular em cada lugar para, só assim, alcançar o todo do ambiente observado, ou, nas palavras de Sallas “o que existia de comum a toda humanidade, condenando a existência de sistemas preestabelecidos que tornavam a viagem simplesmente um deslocamento no interior daquilo que já era conhecido”.⁷⁵

A concepção humboldtiana, de fato, traz a dualidade própria de um cientista romântico. Seu método tinha o interesse enciclopedista “de reunir o maior número possível de elementos de uma realidade materialmente dada e defini-los com precisão”,⁷⁶ assim como trazia ideias contrárias às do Iluminismo, como a organicidade e sua perspectiva de unidade indissociável das partes⁷⁷ e a valorização das características singulares presentes na natureza. Seu método destacava as particularidades:

Importa nesse momento compreender que se estrutura no pensamento de Humboldt uma necessidade de ampliar o conhecimento particular; reunir descrições com o intuito de colocar o conjunto de informações específicas a serviço de um pensamento ordenador. Ainda segundo uma visão superficial de sua ciência, o escopo de Humboldt seria pensar os diferentes elementos que compõem a esfera do mundo natural e atribuir a estes, a partir de um método comparativo já disposto em seu contexto, uma possível ordenação ou agrupamento, reconhecendo semelhanças e diferenças no campo objetivo da natureza e sistematizando-as na compreensão geral de uma distribuição ordenada.⁷⁸

Humboldt é muito lembrado por seu estilo estético científico na narrativa da viagem e, apesar de nunca ter pisado em terras brasileiras, influenciou a prática e a escrita de viajantes que estiveram no Brasil oitocentista. O romantismo científico via o discurso da história natural como fatigante e sem os elementos espirituais tão valorizados pelo movimento alemão. Assim, foi em seus textos sobre as Américas que Humboldt “experimentou com formas não especializadas de escrever, tratando, assim, de mitigar o enfadonho do detalhe científico misturando-o com o estético, mesmo quando tratava de assegurar a autoridade da ciência por cima do ‘meramente pessoal’.”⁷⁹ O cuidado que ele

75 SALLAS, op. cit., p. 42.

76 VITTE, Antonio Carlos. Natureza em Alexandre von Humboldt: entre a antologia e o empirismo. **Mercator**-volume 9, número 20, 2010. set/dez. p. 181.

77 Não temos aqui a intenção de analisar de maneira acurada o método científico de Humboldt. Para tal indicamos Sallas e Vitte, que desenvolveram um debate mais aprofundado sobre a questão.

78 VITTE, op. cit. p. 181.

79 PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. p.151-165. p. 155.

teve em harmonizar os elementos românticos e as classificações da ciência moderna fundou um tipo de narrativa sobre a América: a da natureza como primitiva e espetacular. Nas cenas humboldtianas, o viajante tem um papel importante, pois ele sente o espaço que conhece de forma espiritual e científica:

Quando o viajante deixa atrás os vales alpinos de Caracas e o lago de Tacarigua, cheio de ilhas refletindo em suas águas as formas das bananeiras vizinhas; quando deixa os campos resplandecentes com o suave luminoso verde da cana-de-açúcar taitiana, ou a sombra escura das plantações de cacau, seu olhar descansa nas estepes do sul, cujas as aparentes elevações desaparecem no longínquo horizonte (...) De repente encontra-se sobre a triste margem de um território estéril.⁸⁰

A superfície da terra está apenas umedecida antes que a *Killingiae*, o panículo *Paspalum* e uma variedade de ervas cubram a fecunda estepe. Estimulada pela força da luz, a mimosa herbácea solta suas adormecidas folhas penduradas como se estivesse saudando o nascer do sol em coro com a canção matinal dos pássaros e com as flores aquáticas que se abrem. Os cavalos e os bois, pletóricos de vida e gozo, pastam vagabundeando pelas planícies. O luxuriante pasto esconde a onça de lindas manchas que, à espreita em um esconderijo e medindo cuidadosamente a extensão do pulo, salta semelhante ao tigre asiático, com a flexibilidade de um gato sobre a sua presa.⁸¹

Além da questão estética, para Humboldt, era essencial que o cientista viajasse e estivesse no cenário de suas investigações, ao contrário do que faziam naturalistas de gabinete (polêmica da qual tratamos no primeiro capítulo). Entretanto, engana-se quem pensa que a natureza humboldtiana era somente intuitiva. Na paisagem, o viajante media de “maneira sistemática e precisa os fatores físicos [...] tais como temperatura, altitude, pressão, umidade, além de estudar os hábitos das principais espécies vegetais que compõem a paisagem na qual o naturalista se encontra”.⁸²

E no caso do nosso cicerone? Wied-Neuwied não apenas leu o fundador da ciência romântica, ele o conheceu pessoalmente durante os anos que levou no preparo de sua viagem ao Novo Mundo. O desejo de explorar a América era antigo e avultou-se após 1804, quando encontrou Humboldt em Paris, que se encontrava no processo de escrita de suas experiências americanas. Na ocasião, o príncipe ampliou sua formação de naturalista por duas vias muito comuns. A primeira, pelo contato com os cientistas franceses que pertenciam à *Société des Observateurs de L’Homme* (1799-1805), como Geoffroy Saint-Hilaire e Aimé Bonpland (companheiro de viagem de Humboldt), ambos referenciados em

80 Ibidem, p.155-156.

81 Ibidem, p.156/157.

82 KURY, Lorelay. ‘Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem’. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, vol. VIII (suplemento), 863-80, 2001. p.865.

sua memória. A segunda, pela oportunidade de assistir conferências, como a de Georges Cuvier, também membro da Société, sobre anatomia. Foi somente após a passagem por Paris que Wied-Neuwied estudou na Universidade de Göttingen, e aprendeu anatomia comparada com Blumenbach. O nobre não teve apenas aulas com os mesmos professores do naturalista alemão, mas frequentou o mesmo ambiente de uma cultura científica que havia fornecido a Humboldt, e outros tantos, uma parte dos instrumentos que possibilitaram e alimentaram convicções científicas e práticas de escrita de viajantes que vieram à América Portuguesa no século XIX. Quando chamamos nosso cicerone para ilustrar partes de nossas análises, queremos apresentar, além de suas singularidades, aspectos que eram comuns ao nosso grupo de viajantes. Aqui, tentamos reconstruir, mesmo que concisamente, os ambientes pelos quais passaram Neuwied e tantos outros. Isso também nos permite entender as redes de sociabilidade e o papel de determinados sujeitos nessa estrutura. Os sujeitos que elencamos para a pesquisa tiveram, em algum momento de suas vidas, algum tipo de contato. Fosse em centros europeus considerados referência no período, fosse pela rede de correspondências ou pela leitura das memórias publicadas. Os encontros davam-se de muitas formas, e nunca por uma única via; e no Brasil, não foi diferente. Talvez o cenário fosse outro, bem diferente de uma *Académie*, mas isso não impediu a circulação de pessoas e ideias sobre ciência, viagem e sobre o Brasil.

CAPÍTULO 5

LER É PRECISO: AS LEITURAS E AS APROPRIAÇÕES DOS TEXTOS DE VIAGENS

Em 1821, Wied-Neuwied publicou em Frankfurt o segundo tomo de sua *Viagem ao Brasil*. Marcava o final da expedição que havia começado anos antes, quando iniciou seus estudos na França e na Alemanha. A publicação também fazia parte do grande empreendimento que era a viagem filosófica. Nesse volume, ele descreveu o final de sua jornada pelo Brasil e seu retorno à Alemanha, incluindo sua passagem por Lisboa, já mencionada nesta tese. Há também, nesse tomo, um *Apêndice*, que tem como título *Sobre a maneira de se empreender no Brasil viagens relativas à História Natural*, e um capítulo totalmente dedicado ao vocabulário dos povos indígenas. Dessa listagem, os Botocudos receberam destaque, o que já havia acontecido no texto principal. Dessa atenção a tal povo indígena, identificamos algumas informações. Na investigação da fonte, viu-se que ele analisou esses nativos por meio de sua experiência de viagem, do relacionamento que estabeleceu com o Botocudo Queck que, inclusive, o acompanhou no retorno à Alemanha, vivendo por lá até a sua morte, e também pela leitura de diversos outros viajantes.

Neuwied realizou leituras dos estudos de Robert Southey (1774-1843)¹, Aires de Casal, Blumenbach e Mawe. Sobre Aires de Casal e sua *Corografia Brasílica*, destacou que tal obra era provavelmente conhecida por poucas pessoas na Alemanha.² O uso dos quatro autores (dois que efetivamente viajaram de pelo Brasil) contribuiu para que Neuwied justificasse a importância de se escrever sobre esse povo:

Até aqui nenhum viajante forneceu informações precisas sobre os índios dessa tribu. Blumenbach fez menção dela em seu tratado de *Generis humani varietate nativa* e Mawe também incidentalmente a ela se refere; apenas eles eram conhecidos nos primeiros tempos pelos nomes de “Aimorés”, “Aimborés” ou “Amburés”. Mawe, em sua carta, limita-se a indicar de modo geral a região por eles habitada como sendo pátria dos índios antropófagos.”³

1 O inglês Southey estudou na Universidade de Oxford e morou por um tempo em Portugal, lá se dedicou a escrita de uma História de Portugal que não concluiu. De volta a Inglaterra, escreveu de 1810 a 1819 sua História do Brasil. Para tal, consultou sua famosa biblioteca de 14.000 volumes. Nela, o inglês guardava uma bela coleção de livros e documentos originais sobre Portugal e América do Sul. BANDECCHI, Brasil. Introdução. SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Primeiro Volume. Brasília: Senado Federal, 2010.

2 WIED-NEUWIED, Maximiliano. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817**. São Paulo: Editora Nacional, 1940, II tomo 432.

3 Ibidem, 273

Esse é apenas um exemplo de como a leitura de outros viajantes era usada na escrita do texto sobre as expedições naturalistas. Para esses homens, a experiência do trânsito não era suficiente, era preciso ler para se escrever sobre a viagem.

Nos capítulos anteriores, já se apresentou como era o preparo de um empreendimento com esse: por exemplo, o estudo aprofundado do local a ser visitado. O viajante naturalista deveria sempre fazer uso de práticas próprias da ciência moderna, como a observação e a experimentação. Além disso, era necessário que registrasse suas observações e experiências durante o trânsito. Para essa ação, viu-se que esses sujeitos seguiam regras próprias das chamadas instruções de viagens. O diário de viagem, nesse processo, era um objeto fundamental, testemunho escrito das experiências e observações naturalistas, auxiliando nas possíveis falhas de memória. Além dele, outro objeto era muito comum na bagagem do viajante: o livro da especialidade, consultado durante as investigações. Esses livros eram essenciais para que não se cometessem erros no momento da classificação das espécies encontradas. Finda a viagem, o cientista almejava publicar suas experiências. Na elaboração do texto, e que tratamos no capítulo anterior, um elemento era recorrente: a menção ou citação de outros livros, autores e viajantes. É sobre o que falaremos nesta parte da tese. Dito de outra forma: será sobre o viajante leitor.

Em *O que é um autor?*⁴, Michel Foucault demonstra que o autor corresponde, antes de tudo, a uma função de múltipla aplicação, complexa e variável. Nesse sentido, um escrito também é a circulação de determinados discursos, a permanência de gêneros e convenções literárias e a imposição de critérios editoriais. Nessa perspectiva analítica, o autor participou e participa da relação complexa que envolve, entre outras questões, autor-editor-leitor.

Roger Chartier revisitou essa fala de Foucault⁵ e, do mesmo modo, mencionou como a ideia de uma função conduz a “uma pluralidade de posições de autores” e a “uma diversidade de vozes nos discursos”.⁶ Por outro lado, revisou afirmativas foucaultianas, entre elas a de que o conceito autor-proprietário e de propriedade literária teria surgido no final do século XVIII. Chartier, apresenta vários casos de processos judiciais na Inglaterra e na França sobre o problema da autoria de uma obra. Muitos desses processos de autores, demonstraram que havia uma grande preocupação desses sujeitos com a opinião pública, com a honra e a

4 FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 1992.

5 CHARTIER, Roger. *O que é um autor?* Revisão de uma genealogia. São Carlos: EduFSCAR, 2012.

6 Ibidem, p. 30.

reputação.⁷ Do mesmo modo, Chartier aponta para a necessidade da autoria nos séculos XVII e XVIII, principalmente nos textos de enunciados científicos. Nesses escritos não cabia o anonimato:

(...)a validade de uma experiência, a credibilidade de uma proposição, a garantia de uma descoberta, a autenticação de uma narrativa de descoberta ou de experiência reclamam o emprego do nome próprio, não necessariamente o nome próprio do erudito, do técnico ou do profissional, mas o nome próprio daquele que tem autoridade o bastante para enunciar o que é verdadeiro em uma sociedade cuja hierarquia das ordens e do poder é ao mesmo tempo uma hierarquia das posições sociais e da credibilidade das palavras.⁸

No caso da nossa investigação, todos os textos consultados tinham autoria. No final do século XVIII e no início do século XIX a função autor nos escritos naturalistas trazia condição de credibilidade. Essa preocupação, no caso da literatura de viagem científica, se estabelecia na relação entre a experiência do naturalista e a citação a outros viajantes. Foi essa demonstração de erudição sobre o tema, que nos permitiu perceber os autores- viajantes como leitores. Deve-se considerar, igualmente, que o livro e a leitura foram veículos de uma cultura científica que alcançou diferentes tipos de sujeitos. De fato, nesses escritos de viagem identificamos processos de construção discursiva sobre a cultura científica, mas seus leitores tiveram autonomia diante do que estavam lendo.

Há diversas formas de se compreender o sujeito leitor. Lynn Hunt se propôs a entendê-los no século XVIII por meio de empatia pelas personagens dos romances Pamela (1740) e Clarissa (1747-8) escritos por Samuel Richardson (1689-1761) e Júlia (1761) de Jean-Jacques Rousseau (1712-1768). Ao estudar a rede de correspondência que narrava as impressões de leitura sobre tais obras, Hunt compreendeu que as apropriações e as identificações com as personagens produziram nas pessoas comuns reflexões sobre a vida em sociedade, entre elas a ideia de direitos humanos:

Meu argumento depende da noção de que ler relatos de tortura ou romances epistolares teve efeitos físicos que se traduziram em mudanças cerebrais e tornaram a sair do cérebro como novos conceitos sobre a organização da vida social e política. Os novos tipos de leitura (e de visão e audição) criaram novas experiências individuais (empatia), que por sua vez tornaram possíveis novos conceitos sociais e políticos (os direitos humanos).⁹

Hunt nos leva a pensar como a leitura de relatos científicos agiu nas ideias setecentistas e oitocentistas de determinadas estruturas políticas, sociais e culturais.

7 Ibidem, p. 51

8 Ibidem, p. 57

9 HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras. p. 32

Entretanto, o que nos interessa neste estudo é a complexidade do ato de ler e de como o resultado dessa ação pode interferir em mudanças sociais significativas.

Por enquanto, nos propomos a entender os viajantes até então mencionados como leitores de textos sobre o viajar: compêndios, diários, relatórios, memórias e instruções. Isso é possível apenas por que esses homens deixaram pistas de suas leituras em produções literárias. Elas serão classificadas e analisadas com base nos estudos de especialistas da cultura escrita (impressa e manuscrita), como Roger Chartier e Robert Darnton. Para a nossa sorte, no grupo de viajantes que investigamos há indicações de suas leituras, o que permite esse tipo de análise. Entendemos que certos leitores devem ser analisados dentro de uma comunidade de interpretação específica, a qual define “os usos legítimos do livro, as maneiras de ler, os instrumentos e procedimentos da interpretação.”¹⁰ Já vimos que, no conjunto documental produzido pelas viagens, se apresentavam, entre outras coisas, os procedimentos técnicos, as descrições paisagísticas e as atitudes que o viajante deveria ter diante do roteiro escolhido. Além dessas informações clássicas, há também menções sobre livros e autores evocados para comprovar um embate científico ou uma descrição sobre a flora. Nessa gama de citações, há desde textos coloniais, como os de José de Anchieta (1534-1597), até clássicos da botânica, como o *Systema naturae* (1735) de Linné. Vamos nos deter nas leituras dos viajantes estrangeiros sobre o grupo de naturalistas luso-brasileiros. É importante lembrar que a leitura é uma produção de sentidos, portanto, nos limitaremos a analisar as representações construídas sobre os naturalistas luso-brasileiros. Para tal, além dos próprios textos oitocentistas que apresentam essas nuances, retomaremos outros elementos significativos, que jogam luz sobre os estudos acerca da leitura.

Até aqui, esclarecemos que muitos dos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil durante as primeiras décadas do século XIX estabeleceram contatos com a cultura científica portuguesa. Essa ação deu-se de muitas formas, incluindo os encontros no Brasil, como o de John Mawe e Manuel da Câmara, e o estabelecimento de redes epistolares, como a de Vandelli e Linné. É importante entender um pouco sobre esses espaços de letras no Brasil das primeiras décadas do século XIX. Feito isso, investigaremos Mawe, Eschwege, Saint Hilaire, Neuwied, Spix e Martius especificamente como leitores e produtores de representações, tanto de cientistas luso-brasileiros quanto da própria ciência portuguesa. Esperamos encontrar elementos que permitam enxergar esses homens dentro de uma comunidade de leitura e, por

10 CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**; leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UNB, 1999, p. 13.

fim, compreender como se efetuaram as apropriações das obras dos luso-brasileiros, e como esses foram representados por esses cientistas.

5.1. MUITOS SÃO OS CAMINHOS QUE LEVAM À LEITURA

Num rápido olhar sobre qualquer uma das memórias consultadas para esta tese já se nota a presença de livros e autores. Eles aparecem de diferentes formas. Em alguns momentos, uma referência linneriana amparava a descrição botânica de uma planta. Em outros capítulos, se evocavam nomes consagrados, como Humboldt, para engrossar um debate científico e, às vezes, um capitão Cook aparecia ao falar-se de aventuras ou mesmo de solidão. O certo é que os livros e as leituras estavam presentes nessa documentação sobre o viajar.

Um caminho para essa análise das leituras é a identificação dos “nós” e das “laçadas” nessas redes de sociabilidade. No primeiro capítulo, vimos que a noção de rede esclarece o fortalecimento de determinados espaços, padrões científicos e indivíduos. Na ocasião, nos aprofundamos sobre os locais científicos: gabinetes, academias e museus. Agora, é importante retomar o papel dos indivíduos nessa malha. Latour esclarece que em uma rede, há vários tipos de sujeitos. Alguns “não fazem parte da rede, mas caem em suas malhas” e outros são tão fundamentais que podem “parecer ‘cobrir’ o mundo.”¹¹ Trataremos das pessoas que foram, por um certo tempo, nós ou laçadas de uma rede de longo alcance, e que tinha em seu traçado alguns luso-brasileiros e alguns viajantes estrangeiros. Queremos reafirmar que a proposta da tese não é a de analisar a rede de sociabilidade científica entre eles, entretanto, é fundamental que entendamos que houve outros caminhos que conduziram os resultados dos estudos dos luso-brasileiros, alguns ainda em manuscritos, aos cientistas viajantes do século XIX.

A prática de se visitar locais de saber intensificou-se no decorrer do século XVIII e continuou pelo século seguinte. Ilustramos esse hábito com extratos de memórias de viagem

11 LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 294-295.

em Lisboa (segundo capítulo) e no Brasil (terceiro capítulo), mas não mencionamos os convites frequentes que alguns viajantes recebiam para se hospedarem ou frequentarem residências locais. Nelas, eles participaram de debates, trocaram conhecimentos e informações, como John Mawe quando foi hóspede de Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, e que, após essa passagem, teceu grandes elogios ao luso-brasileiro e ao ambiente letrado de sua residência no Tejuco.¹² É importante colocar que, além de Câmara, outros “homens sábios” receberam viajantes em suas casas. Entre eles, estrangeiros que fixaram residência no Brasil, alguns funcionários do governo português. Nessa perspectiva, determinados elementos presentes nas fontes contribuem para pensarmos que a circulação de muitas informações sobre a fauna e a flora se dava nesses encontros entre os naturalistas luso-brasileiros, estrangeiros viajantes e os estrangeiros residentes.

Para entendermos um pouco sobre esses momentos, falaremos das experiências dos viajantes eleitos para esta tese. Começamos com Spix e Martius. Os naturalistas e a sua comitiva foram recebidos por homens de ciência que, na ocasião, residiam no Brasil. Logo que chegaram ao Rio de Janeiro, tiveram o prazer de “fazer relações com o extremamente afável conselheiro de estado imperial e cônsul-geral russo von Langsdorff, conhecido pela sua circunavegação do mundo em companhia do Cap. von Krusenstern”.¹³ O encontro descrito por eles aconteceu entre sujeitos que tinham muitos interesses em comum. Georg Heinrich von Langsdorff formou-se em Medicina na Universidade de Göttingen, na qual, como já mencionamos, estudaram Humboldt, Eschwege e Wied-Neuwied. O russo era fluente em português, e esteve pela primeira vez no Brasil em 1803; retornou aos trópicos em 1813 como cônsul, e permaneceu até 1830. Durante esses anos, construiu estreitas relações com o Império português e, depois, com o brasileiro. Também realizou algumas expedições científicas e enviou à Academia de Ciências da Rússia milhares de itens representativos da gente e da natureza brasileiras.¹⁴ Langsdorff tinha, no Rio de Janeiro, uma casa na cidade e uma propriedade rural ao pé da Serra da Estrela: a Fazenda Mandioca, famosa nos relatos de viagem. Nela, o russo recebeu tropeiros, viajantes e cientistas, que não deixaram de registrar os trabalhos realizados pelo cônsul e o esplendor da região. Entre os que passaram pelo local estão Saint-Hilaire, George Freyreis, Jonh

12 MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

13 SPIX, Johann Baptist & MARTIUS, Carl Frieftich Philipp. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1983. p. 47

14 BECHER, Hans. **O Barão de Georg Heinrich von Langsdorff**, pesquisas de um cientista alemão no século XIX, Brasília: UnB, 1990. KOMISSAROV, Boris. **Da Sibéria ao Amazonas**, a vida de Langsdorff. Brasília: Ed. Langsdorff, 1992.

Luccock, John Pohl, George Gardner, Francis Castelnau e Spix e Martius. As duas moradas são descritas como ambientes de alegres conversas e trocas de informações sobre a fauna e a flora brasileiras. Em outras ocasiões, Langsdorff acompanhava os viajantes em suas jornadas e também lhes transmitia conhecimentos necessários para uma empreitada bem-sucedida.

Esse foi o caso de Saint-Hilaire, que deixou o Rio de Janeiro na companhia do cônsul. O francês teceu belos elogios a seu companheiro de viagem pela Capitania de Minas Gerais. Langsdorff lhe apresentou comportamentos corriqueiros, como o do uso da farinha de mandioca no feijão, sobre o que Saint-Hilaire escreveu: “experimentava uma sensação desagradável quando os grãos de farinha, imperfeitamente mastigados, passavam-me pela língua e laringe.” Saint-Hilaire deixou claro que Langsdorff o ensinou muito sobre viagem, e foi com ele que aprendeu a viajar com muita atenção, a se acostumar com as privações e a “sofrer com alegria qualquer espécie de aborrecimento.”¹⁵

Em 1817, Spix e Martius estiveram em ambas as moradas do cônsul russo e relataram o ambiente da casa da cidade do Rio de Janeiro. Esse lugar ficava na encosta dos morros e “gozava entre o perfumado arvoredado do Brasil, de magnífica vista da cidade e de parte da baía.”¹⁶ A beleza incomparável ainda permitia aos estrangeiros residentes no Brasil um agradável local de reuniões noturnas:

Ali reinava continuamente alegre e animada conversa, à qual se acrescentavam ainda o encanto do talento musical da dona da casa e o concurso de Neukomm. Semelhante número de naturalistas ou amigos da natureza, como aconteceu justamente no tempo de nossa estada, nunca se havia reunido aqui. A troca de comunicações sobre observações e impressões, que a todos nós forneciam a riqueza e a singularidade da natureza, tomava dobrado encanto pela amenidade do ambiente.¹⁷

O extrato acima é instigante. Se considerarmos sua descrição e outras informações, podemos imaginar esses ambientes como espaços de lazer e, sobretudo, de conversas, muito semelhantes às do século XVIII nos salões parisienses e nas casas da nobreza portuguesa, como a do Conde de Ericeira. Algo nada incomum para estrangeiros como Langsdorff e seus convidados. No trecho, um personagem muito nos interessa: o naturalista

¹⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 66.

¹⁶ SPIX & MARTIUS, op. cit. p.58

¹⁷ Ibidem

ou amigo da natureza. A presença desse sujeito nos permite imaginar os temas comuns nesses locais, como os estudos sobre o Brasil. Na Fazenda Mandioca, eles também foram expostos a tal atmosfera. Ficam claras no documento as informações que lá obtinham sobre as expedições anteriores, citaram a de Mawe, a de Eschwege, a de Wied-Neuwied (que na ocasião estava no Brasil) e a realizada pelo anfitrião russo com Saint-Hilaire. É interessante que ao mencioná-los, Martius e Spix se incluem no grupo e o valorizam. Do mesmo modo, consideram seus contemporâneos como guias importantes no roteiro escolhido e suas possíveis modificações. Dito de outra forma, os encontros nessa espécie de comunidade e as informações que isso gerava eram essenciais para o sucesso da expedição:

Considerando estes homens como nossos precursores e preparadores e, em vista de todas as informações escritas e orais, pareceu-nos mais oportuno empreender primeiro uma excursão por terra à capitania de São Paulo, situada ao Sul, de modo, sobretudo, a nos habituarmos, pouco a pouco ao clima das regiões mais quentes e, igualmente vir a conhecer a zona oposta, temperada, do Sul.¹⁸

Os contatos permitiam conhecer, além de determinadas informações, os próprios naturalistas, o que muitas vezes não era possível no período da organização da viagem. Assim, reforçamos a importância desses momentos. Por que fortalecer essa hipótese é importante? Antes de trabalharmos como se deu a leitura e a apropriação dos estudos naturalistas dos luso-brasileiros, precisamos entender de que forma esses textos chegaram aos leitores. Essa via fazia toda a diferença dentro de uma comunidade de interpretação do escrito. Era ela que definia quais autores seriam lidos, discutidos, citados e quais seriam descartados. Ainda, é necessário entender que a circularidade da cultura escrita não se limitava aos textos impressos, e mesmo que alguns de nossos naturalistas luso-brasileiros não tenham sido publicados nas primeiras décadas do século XIX, não era improvável que seus estudos chegassem a um público restrito. Os encontros entre os homens de interesses comuns era uma dessas oportunidades.

De acordo com a memória de Spix e Martius, essas reuniões não se restringiam às casas do cônsul russo. Os naturalistas também estiveram em duas outras residências. Falaremos dessas visitas de acordo com a ordem da viagem. Após deixarem o Rio de Janeiro,

18 Ibidem, p. 105 vol. I.

os dois naturalistas bávaros seguiram para a cidade de São Paulo e de lá, para um dos locais mais visitados pelos viajantes: a Capitania de Minas Gerais, em especial, as vilas fundadas com a exploração de minérios. Em Vila Rica, reencontraram Eschwege, o alemão que era, desde 1803, funcionário português.

Enquanto residiu no Brasil, passaram pela casa do Barão de Eschwege viajantes de diversas nacionalidades: alemães, russos, franceses e ingleses. Portanto, foi natural que ele cuidasse da hospedagem do grupo que acompanhava Spix e Martius. Feito isso, os conduziu pelas principais minas da região, onde puderam presenciar a extração do ouro. Após essas visitas, Spix, Martius e Eschwege se dedicaram às investigações das condições geológicas. O compatriota residente em Vila Rica também mostrou os trabalhos que realizava nos arredores e os minerais até então desconhecidos pelos especialistas. Martius, Spix e os demais ainda tiveram a oportunidade de encontrar, em Vila Rica, o sr. Guido Marlière, oficial que havia realizado muitas observações sobre alguns indígenas. Marlière e Eschwege orientaram o grupo sobre os caminhos que deveriam percorrer e a melhor conduta a ser adotada para com os indígenas.¹⁹ Spix e Martius se despediram de Eschwege com as seguintes palavras: “Ver-nos-emos de novo, no outro lado do oceano.”²⁰ Saint-Hilaire também foi hóspede de Eschwege, e estava acompanhado de Langsdorff quando chegou à casa do Barão, no dia 26 de dezembro de 1816. Na residência, situada ao pé de um dos morros de Vila Rica, eles ficaram hospedados por dezoito dias. Nesse tempo, fizeram passeios quase diários pela região e pelas minas de extração de metais e pedras preciosas. Eschwege os guiava e os instruía sobre os temas mineralógicos e os locais.²¹

De Vila Rica, as duas expedições – a de Martius e a de Saint-Hilaire – seguiram pelo mesmo caminho para o Tejuco, conhecido pelos estrangeiros como terra dos diamantes. As comitivas alcançaram o morro de Gaspar Soares, já no Distrito Diamantino, onde, em 1812, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá havia instalado a Fábrica Real de Ferro. Nas duas memórias, os autores tecem alguns comentários curiosos sobre o grande empreendimento e seu idealizador, mas isso será retomado adiante. Por hora, nos deteremos no encontro entre o grupo de estrangeiros com o Intendente Câmara.

O contato da expedição de Spix e Martius se deu Distrito Diamantino. Os cientistas aguardavam que sua entrada fosse autorizada pelo Intendente, ordem que chegou por um

19 Ibidem, p.214, vol. I

20 Ibidem, p. 17, vol II

21 SAINT-HILAIRE, op. cit.

mensageiro, que além da permissão, também entregou um convite para jantar com Câmara. O luso-brasileiro repetiu o padrão de bom anfitrião descrito por Mawe. Preparou uma casa para o grupo e insistiu que eles compartilhassem das refeições com a sua “gentilíssima família.” Como Eschwege, Câmara proporcionou boas conversas e excursões pelos arredores de Tejuco. Os viajantes conheceram as minas, o trabalho de extração dos metais e algumas pedras preciosas. Nessa passagem, um tanto estendida, os cientistas puderam realizar alguns exames mineralógicos de uma remessa de diamantes. De acordo com o relato, Câmara havia adiado propositadamente o envio do material para que os estrangeiros pudessem conhecer e analisar os exemplares. A passagem nos proporciona uma cena de sociabilidade desses homens que tinham em comum práticas próprias da ciência moderna. Os cientistas descreveram toda a revista realizada pelo Conselho Administrativo e Junta Diamantina: a pesagem minuciosa dos diamantes, sua classificação, a separação em diversos saquinhos de seda vermelha e, por fim, o preparo cuidadoso do envio para o Rio de Janeiro. A coleção a que tiveram acesso totalizava em 9396 quilates e 2 grãos. Nela, uma pedra mereceu destaque na narrativa por seu tamanho, comparado ao de uma grande avelã. Ao longo da leitura, outros elementos são destacados, como formato, cores, detalhes das extremidades e descrição de águas-marinhas, safiras, topázios e outras. Da espetacular experiência, o grupo recebeu de presente pedras consideradas não verdadeiras. Essas tornaram-se parte da coleção da viagem e do acervo do Museum Brasilianum de Munique.²²

Do mesmo modo, Auguste Saint-Hilaire encontrou Câmara. O Intendente lhe foi apresentado na Fazenda de Itanguá, que pertencia ao capitão-mor Antônio Gomes de Oliveira Meireles. O francês e o luso-brasileiro passaram oito dias a visitar o local e a trocar experiências.²³ O reencontro se deu nos arredores de Tejuco. Primeiramente, Saint-Hilaire se hospedou na casa de campo de Câmara e depois o acompanhou até a residência na vila. Esse tempo na capital do Distrito dos Diamantes foi recontado pelo francês, destacando-se o ambiente familiar, as excursões pelas localidades próximas e a visita que recebeu de pessoas “mais importantes do lugar.”²⁴ Mais adiante no texto, ele retomou essas ocasiões e salientou como alguns desses sujeitos contribuíram para o “perfeito conhecimento da região.” Entre esses homens, três médicos: o dr. Couto, o sr. Teixeira e o sr. Barros. O estrangeiro não economizou elogios aos homens ilustrados da terra. Além

22 SPIX & MARTIUS, op.cit., p. 31 a 48, vol. II

23 SAINT-HILAIRE, op. cit.

24 Ibidem, p. 32.

disso, escreveu algumas das perguntas que fez a esses especialistas, como sobre as possíveis propriedades curativas que eram atribuídas aos vegetais da região.

Desses três nomes, o dr. Couto nos chama a atenção. Somente pelo texto não há como saber se esse era José Vieira Couto, que nasceu no Arraial do Tejuco e, como Câmara, se formou naturalista em Coimbra em 1778. O que sabemos é que o luso-brasileiro foi funcionário da Coroa portuguesa e realizou diversas jornadas científicas. Dessas experiências, escreveu três memórias, uma sobre o salitre e duas sobre a Capitania de Minas Gerais. Até onde conseguimos investigar, na ocasião da viagem de Saint-Hilaire, Vieira Couto se encontrava no Tejuco e poderia ter participado dessas conversas sobre a variedade e propriedades da natureza brasileira. O importante, no entanto, é entender que esses encontros aconteciam, e que neles se discutiam temas e interesses em comum.

Sobre Câmara, o francês construiu admiravelmente a figura do Intendente: um homem amável e ilustrado. Analisaremos essa representação mais adiante. Por ora, insistiremos em algumas questões. A primeira delas diz respeito a John Mawe, que em 1808 colocou seus pés no Brasil. Tudo leva a crer que o viajante inglês inaugurou as descrições sobre a morada de Câmara no Tejuco. Vimos que lá ficou por um tempo, se recuperando da viagem. Nesse período, conheceu muitos dos sujeitos que frequentaram a casa do Intendente. Ao dedicarmos mais atenção os relatos de Eschwege, Spix e Martius e Saint-Hilaire, constatamos que os três citaram Mawe.

Em Eschwege, que chegou aos trópicos em 1810, Mawe apareceu aproximadamente quinze vezes, no Segundo Tomo de *Pluto Brasiliensis*, publicado em 1833. A passagem de Mawe pela Capitania de Minas Gerais ganhou destaque no texto do alemão, que lhe fez fortes críticas, colocando em dúvida sua capacidade de análise dos minerais e vieiros. Do mesmo modo, não poupou Spix e Martius. Para o funcionário do Império português, os três cometeram os mesmos equívocos em relação aos vieiros para os topázios. “Como viajantes observadores, que dispunham de pouco tempo para tais pesquisas, não tiveram a oportunidade de observar suficientemente, como eu, essas ocorrências”.²⁵ Entretanto, não há, no relato, um encontro no Tejuco entre Eschwege e Câmara. De forma geral, o alemão se mostrava amargo quando descrevia o luso-brasileiro.

25 ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. **Pluto Brasiliensis**; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais v. 1 e 2 São Paulo: Editora Nacional, 1944, p. 169, tomo II.

Nas memórias de Saint-Hilaire, Spix e Martius, Mawe também aparece. Ele é evocado como especialista sobre determinados temas, ora nas notas de rodapé, ora no corpo textual. No entanto, Saint-Hilaire, Spix e Martius servem-se abundantemente do período no qual o viajante inglês passou pelo Distrito de Diamantina, em companhia de Câmara. Saint-Hilaire citou Mawe nos dois volumes sobre a Capitania de Minas Gerais, publicados entre 1830-1833. Em *Viagem ao Distrito dos diamantes*,²⁶ o francês relatou seu encontro com Câmara, e a boa impressão que teve desse homem dedicado às ciências naturais. Spix e Martius, igualmente, retratam essa passagem em *Viagem pelo Brasil*, publicada entre 1823 e 1831. Os dias em Minas são descritos como uma experiência importante para o contato com um universo letrado e dedicado aos conhecimentos da ciência moderna. Nas duas memórias, Câmara foi retratado de forma muito semelhante; além disso, as duas narrativas são parecidas com a de Mawe.

Assim, novamente, se reforça que as estadias das comitivas nas casas desses homens ilustrados são interessantes e importantes para a circulação científica no Império português, e mesmo que esse não seja o objetivo desta tese, é inegável a sociabilidade existente nas casas de Langsdorff, Eschwege e Câmara. Os três espaços privados denotam aspectos de uma República das Ciências. Há que se retomar o que Robert Darnton²⁷ esclareceu sobre uma sociedade universal, mais conhecida como República das Letras, que tinha como principal fundamento a socialização do conhecimento.²⁸ Isso se dava de muitas formas, entre elas, pela arte do encontro, que envolvia a conversa, o debate e a discussão. Vimos que essas ações eram realizadas em locais como cafés, academias, museus, bibliotecas reais e os famosos salões privados. As casas que mencionamos acima podem ser classificadas como espaços privados de conhecimento sobre o Brasil. De fato, a fauna, a flora, o clima tropical, as riquezas mineralógicas, os nativos e os costumes locais eram temas comuns nesses encontros. Há de se considerar, sobretudo, que a presença de livros fundamentais da história moderna, como os de Buffon e Linné, nas bibliotecas particulares brasileiras, e os relatos das análises especializadas de coleções minerais tornavam o ambiente mais elitizado e especializado. Se esses senhores seguiam à risca a ideia iluminista, a qual se orientava pela universalidade do conhecimento e sua apropriação

26 SAINT-HILAIRE, Augusto. **Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. São Paulo: companhia Editora Nacional, 1941.

27 DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington**: um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

28 CHARTIER, Roger. O homem de letras, In: VOVELLE, Michel (org.). **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

aplicada ao bem-estar da população, muitas informações foram trocadas entre eles. Ainda, pode-se pensar que esses sujeitos e suas residências se tornaram fundamentais na formação e manutenção da rede científica de conhecimento sobre o Brasil. Eles conviveram com muitos naturalistas luso-brasileiros, como Coutinho, Andrada, Ferreira e Câmara. Sempre é bom lembrar que Eschwege e Câmara eram sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa e participaram das leituras das memórias científicas sobre o Brasil realizadas no salão da instituição. Ambos trouxeram para o Brasil esse aprendizado apurado e profissional sobre a ciência portuguesa e seus cientistas.

Pode-se, após essa explanação, pensar que socialização do conhecimento em determinados espaços privados também se deu no Brasil das primeiras décadas do Oitocentos. Entretanto, os estudos de Câmara foram temas de conversas entre Martius e Eschwege? Na casa de Langsdorff, lia-se o manuscrito contendo informações da famosa viagem de Alexandre Rodrigues? As memórias científicas e as experiências de viagem dos luso-brasileiros chegaram até esses estrangeiros? E, por fim, eles foram de fato lidos por uma geração de viajantes que correu o Brasil após a abertura dos portos? Há muitas formas de pensar esses questionamentos. Escolhemos investigá-los, mas não respondê-los completamente.

Determinados elementos textuais presentes nas memórias de viagem nos foram caros. Viu-se no quarto capítulo que a especialidade foi um dos elementos essenciais na construção dos textos das viagens naturalistas e, *a posteriori*, das científicas. Nessa elaboração de uma nova linguagem sobre os deslocamentos, a menção a outros textos e sujeitos foi fundamental. A citação a antigos viajantes e expedições sempre foi um recurso do gênero da literatura de viagem. O que se viu nesses textos das missões científicas foi a introdução das experiências do cientista renomado e que deveria ser citado. A seguir, investigaremos essas citações de autores e obras, sempre nos detendo na presença dos luso-brasileiros nesse conjunto de informações.

5.2. A COMUNIDADE DE LEITORES NATURALISTAS

No dia 13 de dezembro de 1800, João da Silva Feijó finalizou um ofício que seria enviado à Metrópole. No documento, destinado a João Rodrigues de Sá e Melo, então secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, o naturalista informava sobre as minas de salitre encontradas. Essa era a segunda missão científica de Feijó em uma colônia portuguesa. A primeira, como já visto, foi em Cabo Verde, onde permaneceu de 1776 a 1795. No Brasil, como se confirma nas primeiras linhas desse documento, ele ficou incumbido de investigar a descoberta e o aproveitamento do salitre na Capitania do Ceará. No mesmo manuscrito, o funcionário do reino pede ao Secretário alguns objetos necessários para seus progressos científicos. Entre eles, um laboratório portátil para os experimentos químicos de minerais, um grafômetro, alguns compassos e uma balança hidrostática. Ele também requisitou algumas obras básicas de botânica: Linné, Friedrich Gmelin, Jean-Baptiste de Lamarck e Johann Fabricius. Argumentava que, ao contrário de seus colegas, não havia recebido esses “meios auxiliares” e que o progresso de seus trabalhos como naturalista dependia disso:

Sem livros convenientes, para se não darem por novidades, coizas já conhecidas; sem hum Dezenhador, capas, que a vista dos objectos vivos, os retratam como fazem naturalmente, Sem instrumentos para as observações físicas, chímicas, e Topograficas, não sei se possa dar passo vantajozo na progressão do meu officio.²⁹

A presença de livros no documento escrito por Feijó não era novidade. O livro era mais um objeto no conjunto de instrumentos que possibilitaram o trabalho desses primeiros cientistas. Especificamente no tocante às viagens filosóficas, a leitura era companheira em todas as etapas. Lia-se para o preparo da expedição, pois a leitura era um veículo de instrução presente nos gabinetes de curiosidades e de história natural, nos museus e nas academias. Durante as andanças pelo sertão, a descrição de leituras de obras aparece em muitos relatos de viagem, e era, muitas vezes, o remédio para a solidão da viagem. Finalmente ela era praticada no momento da escrita da memória que seria publicada. Ora como companheira do viajante, ora como cúmplice, essa prática era fundamental no universo das viagens científicas. Feijó estava consciente disso, sabia que precisava de

29 FEIJÓ, João da Silva. Cota AHU, Ceará, Caixa 14, Doc. nº 811.

livros sobre o seu trabalho. Além disso, o pedido específico de alguns autores demonstrava que ele era parte de uma comunidade de leitores que compartilhava as mesmas referências bibliográficas.

Entretanto, o que é de fato uma comunidade de leitores, e como estudá-la? Nessa reflexão, encontraram-se alguns caminhos. Antes disso, numa possível definição desse conceito, é preciso retomar a afirmativa de Roger Chartier, presente em muitos de seus estudos sobre o livro, a leitura e o leitor: “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar significado.”³⁰ Nessa perspectiva, o leitor é quem criou e reproduziu atos diversos de leitura. Especialistas como Chartier e Darnton identificaram as diferentes etapas, as atitudes e as estratégias usadas por autores e leitores na continuidade dessa prática. Entre elas, a constatação de formas intensivas de leitura de um mesmo texto. Tanto Darnton quanto Chartier afirmam que até o século XVI, a leitura repetida de um mesmo manuscrito era a mais comum e a única possível. Com o nascimento do texto impresso, a leitura se transformou, gradativamente, no que eles definem como extensiva, ou seja, ler diversos textos uma única vez. Hoje, especialistas do tema concordam que uma prática não excluiu a outra. Essa polêmica corrobora a ideia de que há muito ainda a estudar sobre a cultura do escrito; e as comunidades de leitores são um desses nichos.

Dentro das análises sobre o leitor, além da leitura intensiva e extensiva, existe também a leitura silenciosa, a leitura em voz alta e a leitura crítica. Além disso, há os tipos diferentes de leitores. Esse elemento é o que mais nos interessa. Nessa perspectiva, é essencial lembrar que um leitor menos hábil não faz o mesmo uso de um texto que o leitor letrado e/ou intelectualizado. O primeiro seria o leitor comum e individualizado, sujeito que pratica sua leitura sem regras definidas e sem, necessariamente, se relacionar com outros. O segundo é o leitor que vai até o texto com intenções preestabelecidas e com algumas competências sobre o tema. Esse indivíduo também pode integrar um pequeno grupo social, ao qual se liga por disposições específicas que formam uma comunidade de leitores.³¹

As comunidades de leitores espirituais, intelectuais, profissionais e outras, estabelecem seus próprios códigos e convenções. Da mesma forma, elas restringem os materiais lidos, as regras de leituras e as formas discursivas:³²

30 CHARTIER, Roger. op. cit. p. 11.

31 Ibidem, p. 13.

32 Ibidem, p. 14.

Há contrastes, igualmente, entre as normas e as convenções de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, os usos legítimos do livro, as maneiras de ler, os instrumentos e os procedimentos de interpretação. Contrastes, enfim encontramos entre os diversos interesses e expectativas com os quais os diferentes grupos de leitores investem a prática de leitura.³³

Como se percebe, uma comunidade de leitores pode ser analisada por diversos caminhos. No entanto, é preciso saber que ela compartilha um mesmo quadro cultural. Pierre Bourdieu chama esse sistema de traços culturais e sociais de *habitus*. Para o autor, *o habitus* é um dos elementos construídos dentro do que ele definiu como *campo*, e que pode ser literário, artístico, jurídico e científico.³⁴ O *habitus* constitui o “princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.”³⁵ Os elementos criados e recriados no campo impõem leis e práticas sociais, inclusive a adoção de bens simbólicos específicos, para os que participam dele. Visto por esse ângulo, na prática da leitura que acontece em um campo de relações profissionais, como a dos naturalistas, são adotados hábitos, construídas posturas diante do livro; alguns textos se tornam obrigatórios e outros se transformam em “malditos”.

Do mesmo modo, essas características permitem que os participantes de um determinado grupo usem um processo semelhante de decifração de um texto. Nesse sentido, o mistério e a complexidade da leitura são, muitas vezes, perceptíveis. Se por um lado esse indivíduo mantém a liberdade de interpretação e de apropriação de um escrito, por outro lado, toda a criação está encerrada nas “condições de possibilidade historicamente variáveis e socialmente desiguais.”³⁶ Assim, recriar o indivíduo leitor e os

33 Ibidem, p. 13.

34 Bourdieu aprofundou seu estudo sobre a ideia de campo para diversos aspectos da sociabilidade. A construção do desse conceito é complexo, envolve um mundo social de imposições, estratégias, solicitações, e o *habitus* é apenas um elemento. Não temos a intenção de aprofundar o debate, mas os estudos de Bourdieu sobre o campo científica, mesmo que ultrapassem o período que estudamos nos permitem pensar os primeiros passos desse campo que também atuamos. Para o autor, “o campo científico por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças. Pode-se num primeiro momento, descrever um espaço científico ou um espaço religioso como um mundo físico, comportando as relações de força, as relações de dominação (...) Nessas condições, é importante, em seguida, para a reflexão prática, o que comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. É a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são, para empregar ainda a metáfora ‘einsteiniana’, os princípios do campo (...) é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta (...) suas tomadas de posição. Isso significa que só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo (um economista, um escritor, um artista etc.) se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo.” BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 22

35 BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999. p. 191

36 CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001. pp. XII,

ambientes em que ele circulava é uma necessidade importante para entendê-lo como tal. Só nesse cenário pode-se pensar sua liberdade e sua limitação no processo de apropriação dos textos. E quando se compreende quem e quais são os integrantes de uma comunidade, identificam-se as características que possibilitam estudá-la enquanto tal.

No caso dos nossos leitores, esses eram homens, geralmente com formação em alguma universidade europeia. Eles haviam frequentado centros de conhecimentos do Velho Mundo, na Alemanha, França, Áustria, Espanha, Suécia, Itália e Portugal. Nessa ultrapassagem das fronteiras, conheceram outros sujeitos e participaram de redes de sociabilidade. Eles, igualmente, foram treinados para empreenderem viagens à América Portuguesa nas duas primeiras décadas do século XIX, e a leitura era um hábito comum nessa ação e em ambientes como gabinetes, museus e universidades. As salas e bibliotecas desses espaços ofereciam aos naturalistas os clássicos dos séculos XVI e XVII e as memórias científicas dos séculos XVIII e XIX sobre a fauna e a flora de muitos lugares do globo. Nesses cômodos lotados de livros e de algumas mesas e poltronas, também circulavam manuscritos: as anotações de um documento ou mesmo um estudo de algum colega. Até o século XVIII, e um pouco além dele, o manuscrito sobreviveu ao impresso. Não ocorreu uma substituição generalizada dos tipos de escrito, e isso permitiu a circulação de outras informações³⁷ sobre viagens, por exemplo.

Entre outras coisas, esses homens eram fruto desse cenário de circulação de conhecimentos, por escritos e sujeitos que atuaram na interpretação de tais informações. Essa dinâmica definiu as formas de leituras e normas de escritas, essas últimas esclarecidas no quarto capítulo. Em relação às leituras comuns, elas nos são caras, porque não há trabalhos acadêmicos na área de história que se dedicaram a entender a presença desse elemento nas memórias sobre as viagens que foram selecionadas para esta tese. Entendemos que todas essas referências que aparecem nas páginas desses livros de viagem são características que podem definir a comunidade da qual falamos. Assim, nos resta agora pontuar quais eram essas leituras. Feito isso, pode-se entender como se deu a presença dos luso-brasileiros nesse conjunto de fontes.

XIII, 22.

³⁷ Ibidem, p. 21.

5.2.1. Leituras em comum: quem citar?

Um dos elementos para se reconhecer uma comunidade de leitores é a identificação de livros que são recorrentes entre eles. Nesse sentido, a pergunta que precisa ser feita é: que autores são referenciados nas memórias de viagem de Spix e Martius, Eschwege, Mawe, Koster, Wied-Newied e Saint-Hilarie? Esses viajantes liam as mesmas pessoas? Eles privilegiavam um autor em detrimento de outro? Algum autor era obrigatório nos livros de viagem sobre o Brasil? Essas questões nortearão esta parte da tese, mesmo que nossa intenção não seja a de respondê-las de maneira estanque.

Vimos que o livro e a leitura eram fundamentais no preparo da viagem. Eles eram usados para conhecer um pouco do local do destino e das práticas naturalistas a serem adotadas. O objeto livro e o ato de ler também são elementos constitutivos da narrativa. Eles aparecem como companhia nos momentos de solidão, como apoio à descrição de alguma paisagem, como objeto importante e curioso nos lugares afastados ou mesmo mencionado para dar ao escrito um ar sofisticado e letrado.

Durante uma de suas viagens de exploração pela colônia portuguesa, Eschwege descreveu como ele e seu grupo transformaram um espaço isolado e selvagem em um local seguro na estação das chuvas, com “pousos elevados ao abrigo dos mosquitos, cômodo mais seguro para a conservação dos mantimentos, rancho próprio para a dinamite necessária aos serviços, assim com uma cozinha, que nos livrou do incômodo da fumaça.”³⁸ Ao final do árduo trabalho do bando, lembrou-se de *Robinson Crusoé* e se comparou ao protagonista do romance de Defoe. Wied-Neuwied descreveu rapidamente o espanto que as cores e os desenhos dos livros com gravuras causavam nos habitantes de alguns recôncavos.³⁹ Na viagem de Spix e Martius, os livros foram objetivos recorrentes. Já na travessia, os viajantes relatavam como a “bela biblioteca do Barão de Neveu havia sido completamente inundada pelas ondas que tinham quebrado as vigas do camarote principal.” Já no Brasil, não deixaram de mencionar as bibliotecas particulares compostas de obras como as de Voltaire, Rousseau e Ovídio.⁴⁰

Entretanto, a maior presença da leitura nas memórias de viagem é percebida na quantidade de referências bibliográficas. Citava-se muito. Isso é facilmente comprovado

38 ESCHWEGE, op. cit. p. 291, I tomo.

39 WIED-NEWIED, op. cit., p. 408.

40 SPIX & MARTIUS, op. cit., p. 31,58 e 219, I tomo.

por uma rápida olhada nas páginas de qualquer um dos viajantes setecentistas e oitocentistas mencionados aqui. Pode-se até entender que referenciar outros viajantes, naturalistas ou não, era parte desse tipo de narrativa. No caso da nossa comunidade de leitores, os nomes de autores e títulos de livros são pistas para identificarmos se um conjunto de sujeitos era valorizado pelo grupo, qual autor era obrigatório e se havia a presença dos luso-brasileiros nesse conglomerado. Para uma visão global disso tudo, foram feitas tabelas de citações para cada uma das memórias do século XIX, contendo nome do citado e datas de nascimento e morte, país de origem, formação profissional, período de estada no Brasil, o local da obra no qual a citação foi realizada e a obra referenciada. Essa estruturação permitiu recriar uma comunidade de leitores. A observação de todos os quadros apresentou uma visão geral das leituras mais recorrentes no grupo, mas não somente isso. Nos permitiu entender como essa prática se dava na escrita de cada um deles, se usavam mais o recurso de nota de rodapé ou no corpo textual. Do mesmo modo, no decorrer do trabalho, viu-se que uma parte significativa dos nomes que se apresentava nos quadros de leitura eram de pessoas que se conheceram em universidades e academias, e alguns ainda se encontraram durante a viagem ao Brasil.

No começo do século XIX, não havia uma norma de citação e, até o século XVIII, elas apareciam no corpo textual e nas notas de rodapé. Anthony Grafton esclarece que, até o século XVIII, a nota de rodapé era uma forma nobre de arte literária e já apresentava algumas das características atuais. De conteúdo variável, dava legitimidade a determinado debate e apoiava a autoridade do escritor.⁴¹ Encontramos, durante todo o trabalho, diversas maneiras de se referenciar um mesmo autor. Não era incomum que cada escritor seguisse sua própria fórmula. Nos limitamos aqui aos naturalistas. Spix e Martius adotaram, em diversos momentos, apenas uma letra como símbolo de referência. Encontramos muitos A. G. M. P. L., o que dificultou a identificação desses nomes. Todavia, essa não foi a única forma adotada pela dupla. O militar e naturalista espanhol Félix de Azara (1746-1821) foi citado ora como Az., ora como Azara. Do mesmo modo, o botânico francês Jean Baptiste Christophore Fusée Aublet (1720-1778) era Aubl ou Aublet. Saint-Hilaire, Wied-Newied e Eschwege também alternavam entre as abreviações e os nomes completos, mas eram raras as vezes em que somente uma letra era utilizada.

41 GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papirus, 1998.

Em relação à visão geral do que foi citado nas memórias, alguns autores receberam destaque. As crônicas de viagem do XVIII mantiveram sua presença nas páginas dessas memórias de viagens científicas, como Willem Piso (1611-1678) George Marcgraf (1610-1644) e Jean de Léry (1536-1613). No que diz respeito aos estudos de história natural, Linné e Humboldt foram os mais mencionados. Wied-Neuwied citou ambos exaustivamente. No entanto, outros cientistas aparecem constantemente nesses livros de viagem. Além de Aublet, Azara e o cartógrafo Aaron Arrowsmith (1750-1823), há outros já mencionados nos primeiros capítulos desta tese, como Banks, Buffon, Cuvier, Geoffroy Sain-Hilaire e Pohl.

Sem qualquer regra de escrita, esses nomes poderiam ser evocados no corpo textual e nas notas de rodapé. Eram citados os que já haviam realizado uma viagem semelhante e os especialistas sobre o assunto tratado no momento. No corpo textual, era corriqueiro que a nomenclatura científica fosse acompanhada do seu descobridor, mas também havia a prática de se referenciar para dar suporte a alguma afirmação sobre o ambiente ou assunto. Eschwege recorreu ao dr. Pohl na ocasião em que explicou o insucesso da escavação de umas das muitas minas existentes em território brasileiro: “embora fosse escavado um furo de somente sessenta pés de profundidade na rocha viva (segundo a descrição do dr. Pohl deve ser correlacionada à formação Itacolomi), foi preciso interromper os trabalhos pouco a pouco, em virtude da água.”⁴² Já os estudos de Humboldt, que não passou pelo Brasil, foram usados e confrontados por Eschwege por meio de suas análises de amostras recolhidas do tempo que morou na colônia portuguesa.⁴³ Os nomes mais citados pelo barão foram os dos mineralogistas Werner, Zincken e o próprio Mawe.

Existia também a citação de mais de um nome para esclarecer determinado tema ou polêmica. Wied-Neuwied fez isso durante muitos momentos de sua memória, como nesse caso, em relação aos Tupinambás:

O francês Jean de Léry e o alemão Hans Staden deram-nos, em suas interessantes relações de viagens, uma descrição fidelíssima do estado, dos usos e costumes dos Tupinambás; são tanto mais instrutivas quanto retratam ao mesmo tempo todas as tribos dos índios civilizados que vivem ao longo do litoral, e que os portugueses denominaram “Índios mansos”. Southey em sua *History of Brazil*, livro cheio de boas informações, e Beauchamp, em sua *Histoire du Brésil*, obra romanesca, aproveitaram-se dessas fontes. Vasconcellos, em suas *Notícias curiosas do Brasil*

42 ESCHWEGE, op. cit., p. 114, tomo I.

43 Ibidem, p. 300. tomo I.

(**) divide em duas classes todas as tribos indígenas do Brasil oriental, os civilizados ou domesticados, “índios mansos”, e as hordas selvagens, tapuias.⁴⁴

A citação do Príncipe Wied-Neuwied é quase uma fórmula de escrita. Ele fez um pequeno levantamento bibliográfico dos relatos sobre os Tupinambás. Fez questão de mencionar os clássicos como Léry e Staden, citou o inglês Southey e o alemão Beauchamp, ambos oriundos de países com instituições científicas renomadas. Para fechar a reflexão e deixar o texto mais completo e erudito, trouxe o Padre Simão de Vasconcelos (1597-1671), jesuíta português que escreveu *Notícias curiosas do Brasil e Memórias Curiosas sobre os índios*. Entretanto, o que mais nos chamou a atenção na investigação e coleta desses nomes foi que muitos dos sujeitos citados por esses viajantes eram seus conhecidos, ou como já indicou Latour, integrantes de suas redes de sociabilidade científica.

Vimos no primeiro capítulo como as redes de sociabilidade científica formaram-se nas universidades, museus, jardins e academias e também pela correspondência. Em relação aos ambientes científicos, podemos identificar alguns dos encontros entre os escritores e os autores referenciados. Johann Friedrich Blumenbach, que apareceu na *Viagem* de Wied-Neuwied e de Spix e Martius, foi professor na Universidade de Göttingen. Ele ministrou aulas para Wied-Neuwied, Humboldt, Eschwege e Langsdorff, nomes que também estão nas notas de rodapé ou no corpo textual dessas duas obras. Do mesmo modo, quando discutiram sobre os minérios, Eschwege, Spix e Martius citaram Abraham Gottlob Werner (1749-1817), professor na famosa Escola de Minas de Freiberg, por onde passaram Humboldt, Eschwege e José Bonifácio.

As academias também eram espaços propícios para que homens de diferentes nacionalidades transitassem. Era muito comum assistirem aulas ou apenas participarem de uma leitura pública sobre alguma pesquisa ou notícias de viagens. Em 1804, Wied-Neuwied conheceu em Paris muitos dos homens que citou em sua memória: Humboldt, Geoffroy St. Hilaire, Aimé Bonpland e Georges Cuvier. Também foi em Paris que José Bonifácio e Arruda da Câmara conheceram Humboldt. Em algumas ocasiões dos textos, as referências são pautadas por essas experiências. As investigações e as produções escritas sobre o tema são, então, substituídas pela cena de um encontro. Eschwege chegou a escrever sobre as informações dos rios diamantíferos de Goiás que foram comunicadas verbalmente pelo dr.

44 WIED-NEUWIED, op. cit., p. 36.

Pohl,⁴⁵ que esteve no Brasil entre 1817 e 1821, e foi referenciado também por Spix e Martius.⁴⁶

Poderíamos citar outros exemplos dessas relações sociais entre os autores, entretanto esse não é o objetivo desse capítulo, além disso, dos trabalhos historiográficos que se dedicam aos viajantes oitocentistas, há poucos que se preocuparam em reconstruir esse cenário de convivência entre tais homens, especialmente no Brasil.⁴⁷ Os exemplos acima têm a intenção apenas de demonstrar que uma boa parte dos nomes referenciados nas obras de Saint-Hilaire, Eschwege, Spix e Martius e Wied-Neuwied era de homens que se encontraram em alguma ocasião. Alguns assistiram a uma leitura de Humboldt em Paris, outros foram alunos de Werner, ou mesmo, eram frequentadores de um mesmo café em Viena. Entretanto, uma questão sobre as vidas desses sujeitos nos interessa particularmente. Sabe-se que Saint-Hilaire, Eschwege, Spix e Martius e Wied-Neuwied, além de frequentarem os mesmos espaços científicos, encontraram-se no Brasil. Pelas investigações das citações, identificamos que esses mesmos naturalistas se citaram.

5.2.2. A leitura antes e depois da viagem

Do grupo de viajantes que estudamos, o primeiro a pisar em terras brasileiras foi o inglês John Mawe. Até onde conseguimos averiguar, ele não teve uma educação formal sobre história natural, e era um comerciante autodidata em mineralogia. Isso, no entanto, não impediu que ele fosse posteriormente citado pelos viajantes cientistas. Mawe estava no Brasil desde de 1807 e, em 1808, conheceu D. João VI e D. Rodrigo. Para o Conde de Linhares, realizou diversos trabalhos nos trópicos e teve a autorização para visitar a Capitania de Minas e o famoso Distrito Diamantino. O texto que escreveu sobre essas experiências teve sua primeira publicação em 1812, em Londres. Ou seja, antes das viagens de Saint-Hilaire, Wied-Neuwied, Spix e Martius. Recordemos também que Eschwege já estava no Brasil desde 1810.

⁴⁵Ibidem, p. 221, tomo I.

⁴⁶Além dos dados encontrados nas fontes consultadas e que indicam tais relações entre nossos viajantes, indicamos: AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

⁴⁷No decorrer da pesquisa, nos apoiamos em alguns estudos que, apesar de não se aprofundarem nessa ideia, abordam, de alguma maneira, esses encontros ocorridos entre viajantes, em especial no Brasil. Além do já mencionado Günther Augustin, sugerimos a leitura de: SCHWARCZ, Lília Moritz. **O sol do Brasil**. Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Mawe usou pouco o recurso da citação. De natureza mais utilitarista e informativa, sua obra privilegiou as descrições dos locais que visitou, da população nativa, dos sujeitos que encontrava pelo caminho e dos minérios que conseguiu analisar e coletar. Nas mais de trezentas páginas, citou somente Estalla, Arrowsmith e Aleixo Garcia.⁴⁸ Por outro lado, o mineralogista inglês foi mencionado em diversas memórias de viagem sobre o Brasil no século XIX. Eschwege, que sabemos também ter sido mineralogista, tendo trabalhado durante décadas para o governo português, mencionou Mawe aproximadamente quinze vezes na obra *Pluto Brasiliensis*. O mesmo se deu com Wied-Neuwied, que o citou vinte e seis vezes. Em Spix e Martius, a menção é mais tímida, quatro vezes. Do mesmo modo, Saint-Hilaire citou o inglês algumas vezes; vamos nos deter um pouco sobre essas citações.

Em *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, o naturalista francês descreveu sua experiência no Tejuco, a mesma região em que Mawe permaneceu por um bom tempo. Tanto Mawe como Saint-Hilaire se encontraram com o Intendente Câmara, ficaram hospedados em locais preparados pelo luso-brasileiro e percorreram os arredores. Como Mawe, o francês descreveu a casa de campo de Câmara e as atividades do naturalista: o cultivo de determinadas atividades e produtos. Mencionou a esposa de Câmara e as visitas que recebeu de pessoas ilustres durante sua estada, detalhes semelhantes aos da descrição de Mawe, feita anos antes. Algumas vezes, esses trechos similares são acompanhados de citações, outras vezes, de duras críticas ao autor de *Viagem ao interior do Brasil*. O certo é que Saint-Hilaire usou muitas das representações de Mawe sobre o Distrito de Diamantina, as ruas do Tejuco, as qualidades de Manuel Arruda da Câmara e da sociedade mineira.

Mawe partiu do Brasil em 1810. No mesmo ano, Eschwege chegou à colônia portuguesa para trabalhar nos locais que o viajante inglês havia visitado. Apesar de o alemão ter citado o livro de Mawe, os dois não se encontraram no Brasil. Já se disse que a residência de Eschwege na Capitania de Minas foi uma pequena República das Ciências. Relembremos que o mineralogista recebeu, em sua residência, Langsdorff, Pohl, Luccock e três dos viajantes que estamos analisando: Saint-Hilaire, Spix e Martius. Todos mencionaram a obra *Jornal do Brasil*, publicada em 1818, enquanto o mineralogista ainda

48 Sobre Estalla, não encontramos informação que pudesse esclarecer quem foi. A única pista vem do próprio Mawe que escreve sobre ele o seguinte: “Conversando com homens dignos de crédito, que viveram muitos anos no Pará, no Maranhão e no litoral, nunca os ouvi fazer referência às estranhas narrativas sobre os índios, que Estalla contou. Como espanhol, ele parecia estar divertindo o público com atos de seus próprios compatriotas, no Chile, e procurar, juntamente com os escritores de seu país, instigar o mundo contra os portugueses.” (Mawe, op. cit., p. 273). Sobre Aleixo Garcia sabe-se que foi um navegador português do século XVI que participou da exploração do Rio da Prata.

vivia no Brasil. Na obra de Saint-Hilaire, seu nome é recorrente nas notas de rodapé das memórias dedicadas, especialmente, à Capitania de Minas Gerais. Além disso, o francês não se esqueceu de descrever sua chegada e o período em que passou na casa do Barão, em Vila Rica:

Tendo atravessado o pequeno vale, chegamos à casa do Sr. Barão de Eschwege, situada sozinha ao pé de um dos morros que fazem face à vila (26 de dezembro de 1816).

O Sr. Eschwege, bastante conhecidos pelos seus trabalhos, e então tenente-coronel ao serviço de Portugal, tinha sido companheiro de estudos do Sr. Langsdorff; fez-nos excelente recepção, cumulou-nos de gentilezas, e, durante os dezoito dias que passamos em sua casa, foi sempre além de nossos desejos.(...)

Durante o tempo que permanecemos em Vila Rica fizemos quase diariamente passeios, aos quais a conversação instrutiva do nosso guia, o Sr. Barão Eschwege, comunicava grande interesse.⁴⁹

Spix e Martius encontraram Eschwege logo nas primeiras semanas no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Seguindo o roteiro clássico de viagem, foram em direção a Vila Rica e lá se hospedaram na casa do “compatriótico e amigo”. O mineralogista apareceu em algumas partes do texto, de formas diferentes. Ora como citação da obra *O Jornal do Brasil*, com suas análises de minerais e de flora. Ora como conselheiro dos viajantes, já que estava em terras brasílicas desde 1810. A narrativa sobre o deslocamento e a chegada a Vila Rica apresenta a veia anfitriã de Eschwege. Antes mesmo de alcançar a cidade mineira, Eschwege havia providenciado alojamento para toda a comitiva na estalagem *As Cabeças*. Assim, os viajantes puderam descarregar as bagagens e se organizar para explorar a “capital da terra das minas”:⁵⁰ aqui “chegamos ao coração da afamada terra do ouro, alimentamos vivo desejo de visitar sem demora as próprias minas. Nosso amigo e compatriótico Sr. von Eschwege veio logo ao encontro desse nosso anseio”.⁵¹ Eles seguiram as semanas explorando a região em companhia do Barão, como ocorreu com Saint-Hilaire.

Os encontros na casa de Eschwege talvez expliquem o fato de somente Spix e Martius terem citado Saint-Hilaire. Os três estiveram no país entre 1816-1820, mas não encontramos documentos que comprovem um encontro entre eles. Sabemos, no entanto, que estiveram hospedados nas casas de Langsdorff, Eschwege e Câmara. O mesmo não

49 SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 65-75.

50 SPIX & MARTIUS, op. cit., p. 201, tomo I.

51 Ibidem, p. 207, tomo I.

aconteceu a Wied-Newied. O Príncipe, apesar de ter contato com o círculo social de Langsdorff no Brasil, não incluiu a Capitania de Minas Gerais em seu roteiro. Os naturalistas Spix e Martius foram citados por Saint-Hilaire e Wied-Newied, mas em ambas as obras não receberam o destaque dado a Mawe ou Eschwege. Por fim, Wied-Neuwied foi citado diversas vezes por Spix, Martius e Saint-Hilaire.

Essa rápida explanação sobre as citações entre o grupo de viajantes estrangeiros coloca a possibilidade de circulação de ideias e escritos nos ambientes científicos do final do XVIII e início do XIX, alguns deles no Brasil (as residências de Câmara, Langsdorff e Eschwege). Tal dinâmica permitiu que esses homens conhecessem determinadas análises diretamente com os investigadores. Essa troca de conhecimento também se estendeu para a leitura do que estava sendo produzido pelo tema e que se mostrava nas bibliotecas particulares. O fato de valorizarem sujeitos reconhecidos, como Linné e Humboldt, também fortaleceu uma antiga rede de sociabilidade, destacando alguns nomes em detrimento de outros. No geral, os nomes mais mencionados são os de indivíduos que já possuíam algum destaque em centros europeus e eram quase obrigatórios em uma memória dessa natureza. No entanto, isso não impediu que outros naturalistas aparecessem nas páginas desses relatos. Foi o caso dos naturalistas luso-brasileiros que analisamos no segundo capítulo. Esses “quase” desconhecidos do grande público habituado à leitura de relatos de viagem, eram consagrados para os especialistas. Já haviam se encontrado na França, na Alemanha, em Lisboa ou no Brasil. Seus nomes e seus estudos estavam nas correspondências trocadas entre Vandelli e Linné. Os exemplares de suas coletas estavam espalhados por museus de história natural em Paris e Berlim. Falava-se de suas expedições na casa de Langsdorff. Haviam publicado pela Academia Real das Ciências de Lisboa ou no jornal brasileiro *O Patriota*. Agora, perceberemos como esses brasileiros apareceram nas obras de Eschwege, Saint-Hilaire, Spix e Martius e Wied-Newied.

5.3 QUEM (E COMO), DO GRUPO LUSO-BRASILEIRO, FOI CITADO?

Viu-se até aqui que os dois grupos de naturalistas viajantes, o luso-brasileiro e o estrangeiro, tiveram particularidades importantes. Consideramos, nos capítulos anteriores, a diferença geracional, o envolvimento em projetos políticos diferentes e até mesmo o fato de realizarem seu período de aulas e treinamento em distintas instituições de ciência. Esse conjunto deu a cada grupo especificidades em relação à história natural. Entretanto, no decorrer da investigação, percebeu-se que essas singularidades não impediram diferentes tipos de contato entre esses homens. É parte da prática científica considerar as pesquisas e conhecimentos de grupos anteriores. Latour, Bloor e Chalmers concordam que, para todo novo conhecimento científico, houve um antecedente. A ciência só é possível nessa dinâmica de retomada de análises, observações, experimentos e teorias.

Do mesmo modo, essa característica vale para as viagens. Os homens que se aventuraram no século XIX se apropriaram de muitos dos conhecimentos de navegação, de comércio e, posteriormente, de história natural de seus predecessores. Isso é visível no conjunto de escritos se se convencionou chamar de *literatura de viagem*. O gênero tem como regra, diversos *topoi* – como os naufrágios – e que são seguidos tanto pelos autores de viagens fantasiosas, quanto pelos escritores de memórias de viagens científicas.

Essa marca, de sempre evocar nomes e elementos do passado, também se mostra nas referências bibliográficas. Os antigos viajantes e suas narrativas são citados. Por isso, quando se lê um relato de viagem sobre a América e, em especial, o Brasil, provavelmente serão citados os viajantes Jean de Léry, Hans Staden, La Condamine ou Cook . Esses homens, além de realizarem anteriormente os mesmos trajetos, foram lidos em confortáveis bibliotecas ou bancos e ajudaram a moldar um imaginário sobre esses lugares, que o viajante, enfim, poderá re-conhecer.

Entretanto, apenas essas leituras não eram suficientes para o naturalista/cientista. Quando esse profissional organizava uma viagem ao Brasil, precisava de informações mais específicas sobre o local. Era necessário que esses dados viessem de nomes com reconhecimento entre os seus pares. É nesse momento que os luso-brasileiros aparecem nas obras dos estrangeiros. Eles eram os que haviam realizado as primeiras viagens filosóficas a esse território. Dito de outra forma, foram os primeiros a adotar os métodos da história

natural para conhecer a rica fauna e flora brasílicas. Dos viajantes estrangeiros que nos dedicamos a analisar, todos citaram algum luso-brasileiro. Façamos especificamente sobre isso.

No segundo capítulo, informarmos como um grupo de luso-brasileiros realizou sua formação de naturalista na Universidade de Coimbra. Explanamos suas trajetórias como funcionários da Coroa portuguesa e suas relações com outros sujeitos de ciências. Agora, analisaremos como esses homens apareceram nas memórias de viagem de Eschwege, Saint-Hilaire, Spix e Martius e Wied-Neuwied. Apesar de significativas, as citações aos luso-brasileiros às vezes se resumiam a uma menção, como foi o caso de José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho e Luís Antônio de Oliveira Mendes. Ambos citados por Spix e Martius uma única vez. Assim, decidimos examinar somente os nomes que apareceram em mais de um relato de viagem. Esse método nos permitiu comparar as citações e representações nos diferentes textos. Os mais evocados foram Alexandre Rodrigues Ferreira, Manuel Arruda da Câmara, José Vieira Couto e Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá.

Entretanto, antes de falarmos sobre cada um deles, há que se mencionar Domingos Vandelli. O trabalho que o paduano realizou com esse grupo é reconhecido e muito estudado pela historiografia portuguesa e brasileira. Pesquisadores destacam a importância de Vandelli nos rumos da ciência natural portuguesa e, em especial, sua relação com o grupo luso-brasileiro. Vimos também que Vandelli manteve uma rede epistolar com nomes importantes das ciências naturais. Apenas como ilustração, no acervo do Museu Bocage, encontram-se as cartas trocadas com Linné e Banks. Vandelli publicou suas experiências de trânsito científico e suas investigações pela Academia Real das Ciências de Lisboa. Todas essas informações corroboram o seu reconhecimento ainda, em vida, como estudioso de temas da fauna e da flora brasileiras. Assim, não é incomum que seu nome tenha sido citado por Eschwege, Saint-Hilaire, Spix e Martius. Quando Saint-Hilaire descreveu a espécie *Vellozia*, que estava entre “as plantas que caracterizam as altas montanhas da província de Minas”, também serviu-se do professor italiano. Na nota de rodapé que acompanhou a descrição, o francês esclareceu que preferiu o nome de Vandelli, em detrimento de outros que também haviam classificado a espécie, porque “é mais antigo e lembra dois botânicos brasileiros muito célebres. A *Vellozia* é próxima de *Xerophyta*.”⁵² Pode-se entender que um dos sujeitos “muito célebres” era o Frei Veloso.

52 SAINT-HILAIRE, Auguste de. **História das Plantas mais notáveis do Brasil e do Paraguai**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, p.26.

Do mesmo modo, Vandelli apareceu nas páginas de *Viagem pelo Brasil* de Spix e Martius. Em *Notas do Livro Sétimo*, uma das memórias de Vandelli é usada para amparar a descrição de uma possível descoberta de cobre na região da Vila da Cachoeira, na Bahia. O tal “achado” – um “grande bloco de puro cobre, com peso de 2666 libras, que, desde o ano de 1782, se acha conservado no Real Gabinete de História Natural de Lisboa” ganhou citação direta nas *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Spix e Martius justificaram que a narrativa de Vandelli foi a primeira notícia sobre esse famoso bloco de Cobre de Cachoeira. Na citação, o naturalista paduano é detalhista sobre o local onde estava o bloco, sobre o peso, o formato e a análise que executou no exemplar:

Pesa 2.616 libras e é de forma romboidal irregular com vários depressões e saliências. (...) Em muitos pontos, e, sobretudo, no lado de baixo, notam-se pedaços maiores e menores, que, à primeira vista, parecem oligisto (ferrum micaceum), porém, examinados ao fogo, provaram ser ocre de cobre endurecido, dando uma onça do mesmo 6 ½ oitavas de cobre puro. A análise química não revelou prata, nem ouro, mas 97% de cobre puro. No mesmo lugar, encontrou-se outro pedaço, muito menor, do mesmo metal. Ao examinarmos o bloco, chamou sobretudo a nossa atenção a sua superfície, cheia de cavidades rasas, que nos deu a ideia de haver sofrido o metal uma fusão superficial. Semelhantes cavidades acham-se também no meteorito de Bendegó.⁵³

A extensa nota de rodapé contendo os estudos de Vandelli foi refutada pelos autores. Tempos depois, eles tiveram a oportunidade de apreciar a tal massa de metal em Lisboa. Esse momento possibilitou aos cientistas notar que havia no granito raras partículas de turmalina, mas nenhuma espécie de composto de cobre.⁵⁴ Eschwege também comentou sobre esta análise de Vandelli, que “verificou a ausência de ouro e prata, mas, em compensação, encontrou 97% de cobre puro.”⁵⁵ Em uma das poucas vezes que citou Vandelli, Eschwege questionou a veracidade de alguns de seus dados e comparou a investigação sobre o bloco de cobre com a dos compatriotas Spix e Martius.:

Os meus sábios amigos von Spix e von Martius visitaram essa região banhada pelo Rio Paraguaçu, como o objetivo de colherem algumas informações sobre a origem da amostra. Nada encontraram, porém, que os esclarecesse a respeito. Apenas acharam o baixio totalmente coberto de capim e espinheiros, onde, aqui e ali, se viam grandes blocos soltos de granito. A região era dominada ao norte por um banco dessa rocha. Além dos elementos próprios do granito, só observaram algumas turmalinas negras. Não encontraram, pois, nenhum vestígio de ocorrência de cobre no granito, quer em camadas, quer embuchos.⁵⁶

⁵³ SPIX & MARTIUS, op. cit., p. 219, Tomo II.

⁵⁴ Ibidem, p. 200.

⁵⁵ ESCHWEGE, op cit., p 254, tomo II.

⁵⁶ Ibidem, p. 255.

De todos os que mencionaram Vandelli, apenas Eschwege o conheceu pessoalmente. Trabalharam juntos no Complexo da Ajuda. Apesar disso, o paduano apareceu poucas vezes em *Pluto Brasiliensis*. Em uma delas, a análise do famoso bloco de cobre é retomada. O mineralogista lançou mão de um recurso argumentativo comum às memórias de viagens científicas: o uso de outros autores para refutar algum argumento. Entretanto, na crítica aos estudos do paduano, Eschwege repetiu uma característica presente em diversos momentos de *Pluto Brasiliensis*: a crítica à ciência natural portuguesa.⁵⁷ O fato de ter trabalhado para o governo português e ter convivido com funcionários da Coroa portuguesa, dava ao alemão outros elementos sobre os homens de ciências luso-brasileiros e portugueses. *Pluto* foi publicada em 1833, cinco anos após o Segundo Tomo do livro de Spix e Martius. Isso nos leva a entender possíveis caminhos pelos quais esses episódios estudados e publicados anteriormente pelos homens da ciência portuguesa chegaram até outros sujeitos. O texto que ambos mencionam é *Várias Observações de Chimica e História Natural*,⁵⁸ publicado em 1793. Eschwege, que era sócio da Academia, tinha livre acesso às diversas memórias que a instituição publicava. De fato, poderia ter lido diretamente o texto de Vandelli. Entretanto, não se pode descartar que um extrato desse mesmo escrito também tenha chegado a esse leitor por Spix e Martius. Isso nos permite considerar como a leitura indireta de determinados autores circulava nessa rede de homens de ciências.

A esse respeito, Chartier afirma que, em uma comunidade de leitores, como a que estamos analisando, há uma gama de capacidades que deve ser reconstruída “para entender o ponto de partida de uma comunidade de leitura.” Feito isso, observam-se as regras, as convenções, as normas e os “códigos de leitura próprios a cada uma das comunidades de leitura. Nisto consiste a maneira de dar uma realidade sociocultural à figura do leitor.”⁵⁹ Cumpramos aqui observar que, apesar de ainda não existirem, à época, normas fixas sobre como se citar os livros, as apropriações dos mesmos escritos e autores são regras desse grupo em especial. É importante também acrescentar que a citação literal, como a de Spix e Martius, e as referências de obras, são formas de apropriação de leitura que ainda permitem certa liberdade de escrita.

57 Ibidem, 254-255

58 VANDELLI, Domingos. “Várias Observações de Chimica e História Natural”. **Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa**, Tomo I, Lisboa: Oficina da Academia, 1797, pp. 259-261.

59 CHARTIER, **Cultura escrita**, ... p. 632.

Lembremos também que, em toda a memória, o Barão de Eschwege citou 26 autores. Desses, destacou John Mawe, Spix e Martius. Sabemos que o primeiro também era mineralogista e que os outros dois foram seus hóspedes em Minas Gerais. Em relação aos luso-brasileiros, seis aparecem nas páginas do texto: Alexandre Rodrigues Ferreira, Richa Pita, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Vieira Couto e Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá. Dos luso-brasileiros, foram evidenciados, sempre em formato de crítica, o Intendente Câmara e o matemático Vieira Couto.

Dos mencionados na tabela, vimos, no segundo capítulo que o primeiro a realizar uma viagem filosófica oficial ao Brasil foi Alexandre Rodrigues Ferreira. Como se sabe, a obra completa de Ferreira não foi publicada antes do livro de Eschwege. O alemão, que provavelmente trabalhou com Ferreira, citou o artigo que este publicou no jornal *O Patriota*,⁶⁰ em 1791. Essa é a única referência ao luso-brasileiro. É curta e não traz dados que possam valorizar ou denegrir o trabalho do naturalista. Eschwege apenas escreveu que “o naturalista Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1791, publicou uma pomposa descrição dessa gruta no jornal *O Patriota*. Descobrirá, no interior dela, um vasto salão, que poderia contar milhares de pessoas, e onde numerosos crocodilos habitavam as águas estagnadas.”⁶¹

TABELA 3 – AUTORES CITADOS EM *PLUTO BRASILIENSIS*; MEMÓRIAS SOBRE AS RIQUEZAS DO BRASIL EM OURO, DIAMANTES E OUTROS MINERAIS, V. 1 E 2. (continua)

Ano da viagem: 1810 a 1821 Ano da publicação da obra: 1833 (continua)					
Autor	País de nascimento/ Especialidade ou formação acadêmica	Informação relevante	Período no Brasil	Local da referência no texto	Obra citada/ Total de citações
Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815)	Brasileiro Direito, Filosofia e Matemática Formado em Coimbra		1783-1792	Texto: 311	Jornal <i>O Patriota</i> Total: 01
Domingos Vandelli	Italiano Médico e	Trabalharam juntos no Complexo da Ajuda	Não esteve no Brasil	Texto e nota: 254/255	<i>Memória da Academia de</i>

60 Sobre *O Patriota*, sugerimos a leitura de KURY, Lorelai (org.). **Iluminismo e império no Brasil: O Patriota** (1813-1814). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

61 ESCHWEGE, op. cit., p. 311, tomo I.

(1735-1816)	naturalista				<i>Ciências de Lisboa</i> . T. 1797. Total: 04
Rocha Pita (1660-1738) (historiador Rocha Pita)	Brasileiro Direito Formado em Coimbra			Texto: 122	Sem referência Total: 1
José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838)	Brasileiro/ Direito, Filosofia, Mineralogia, Metalurgia Formando em Coimbra	Funcionários do Império português no mesmo período e correspondentes. Bonifácio foi chefe de Eschwege		Texto: 211	Sem referência Total: 1
Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá (1763-1835) (Câmara)	Luso-brasileiro Direito, Mineralogia Formado em Coimbra	Funcionários do Império português no mesmo período		Texto: 211, 222, 226, 346, 347,348 425 424, 441, 442, 443. Nota: 346,352, 353, 354	Sem referência Total: 15
João da Silva Feijó (1760-1824)	Brasileiro Filosofia e Matemática Formado em Coimbra			Texto: 313 e 314	Sem referência Total:02
José Vieira Couto (1752-1827). (Dr. Couto)	Brasileiro Filosofia e Matemática Formado em Coimbra			Texto: 162, 264/266, 274,312	Sem referência Total: 05
Total de autores citados: 26 Total de brasileiros citados: 06 Nomes mais referenciados: John Mawe, Spix e Martius					

Fonte: Eschwege, Wilhelm Ludwig. **Pluto Brasiliensis**; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais v. 1 e 2 São Paulo: Editora Nacional, 1944.

O jornal *O Patriota* circulou entre 1813 e 1814, e foi o primeiro jornal brasileiro a publicar artigos sobre ciência. Ao todo, foram 18 números. A informação de Eschwege não confere com as datas nas quais o jornal circulou pelo país. Todavia, era comum que algumas memórias publicadas primeiramente em Lisboa, pela Academia Real das Ciências ou pelo Arco do Cego, fossem posteriormente publicadas no periódico. Isso aconteceu com a *Memória sobre a cultura dos algodoeiros*, de Manuel Arruda da Câmara. No caso de Ferreira, não foi ele a publicar no jornal, mas foi citado pelo Sargento-Mor do Real Corpo dos Engenheiros, Ricardo Francisco de Almeida Serra, em sua *Descrição Geográfica da Capitania do Mato Grosso*, no exemplar de agosto de 1813:

Em 1791 o Doutor Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que se achava em Mato Grosso, visitou pela segunda vez esta famosa gruta, por ordem, que teve do nosso Ministério. E descendo ao salão descripto, se conduziu, a favor de mil luzes, pelo boqueirão formado pelo seu tecto e pavimento, o qual se perde na profundidade de 190 palmos de escarpa, cheio de enormissimo entulho das pedras abatidas da abobada, que constitui o tecto; até que, vencido este tenebroso princípio, se achou na entrada de outro maior salão, sobre o qual elle se explica deste modo: “Eis-aqui onde a natureza nos tinha preparado hum maravilhoso espectáculo ...”⁶²

Assim, Ricardo Francisco de Almeida Serra reproduziu literalmente toda a descrição da gruta de Ferreira. Não há no jornal nenhuma referência sobre a memória da qual foram retiradas essas informações. No contato com a documentação de Ferreira, não encontramos a descrição mencionada por Serra. Isso impossibilitou um confronto da narrativa e a compreensão do que foi apropriado pelos possíveis leitores de Ferreira.

Não há o que estranhar no fato de não haver preocupação de Serra e de Eschwege com as referências corretas da obra do luso-brasileiro. Não era um critério obrigatório de publicação para a época. Por outro lado, é interessante observar como se deu a apropriação, especialmente, a de Eschwege. Em nenhum momento, ele mencionou que sua informação veio de uma leitura indireta de Ferreira. Chartier afirma que “apropriar-se é estabelecer a propriedade sobre algo”. Esse ato consiste no “que os indivíduos fazem com o que recebem, e que é a forma de invenção, de criação e de produção desde o momento em que se apoderam dos textos ou dos objetos recebidos.”⁶³ Nessa linha, o mineralogista alemão teve toda a liberdade de colocar no seu próprio texto as apropriações que fez dessas informações. A leitura é pluralidade e, portanto, também é criação. Na criação é que podemos perceber as modificações, os desvios e as resistências.⁶⁴

Entretanto, tais informações também nos levam a outros questionamentos. Entre eles o seguinte: seria Ferreira um desconhecido para essa comunidade de leitores? Tanto Serra quanto Eschwege citam o dr. Ferreira sem qualquer apresentação para os seus próprios leitores. Esse fato não deve ser desconsiderado. Não indicar qualquer dado sobre o naturalista, que pudesse torná-lo mais claro para o leitor, pode significar que ele já era conhecido pelo grupo interessado no tema, que era um nome que já aparecia nos textos sobre essa região brasileira e um sujeito lido pela comunidade. O fato de citarem e usarem os mesmos autores é parte da dinâmica da comunidade de leitores da qual eles participavam. A apropriação “é, na ordem do discurso, a

62 **O Patriota**, Segunda Subscrição n. 2, Agosto, Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1813, p. 60-61.

63 CHARTIER, **Cultura escrita**, ... p. 67

64 Idem. **Origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 40-47.

vontade por parte de uma comunidade, qualquer que seja a sua natureza, de estabelecer um monopólio sobre a formação e circulação de discursos.”⁶⁵ Nessa premissa, nossos viajantes oitocentistas eram leitores que, juntos a outros leitores e autores, criaram “noções de gênero, estilo”, como aponta Darnton.⁶⁶ Por outro lado, é importante considerar, a todo momento, a liberdade que o leitor tinha para fazer algo com o que ele recebia. Outro aspecto a ponderar é o contexto sócio-histórico dessa comunidade de leitores. O cenário do qual tratamos, que incluía redes de sociabilidade e ambientes especializados, apresentado nos capítulos anteriores, impõe determinadas posturas aos que desejavam permanecer nessa República das Ciências. Mesmo assim, há possibilidades de criação e invenção no processo de leitura. Todavia, vamos nos deter em encontrar reproduções dos textos e representações dos luso-brasileiros. Façamos de Spix e Martius que, antes de Eschwege, citaram Ferreira.

A menção a Ferreira em *Viagem pelo Brasil: 1817-1820* é mais interessante para se perceber os elementos de uma possível apropriação de leitura. Além do que, conseguimos encontrar a memória de Ferreira ali citada. Com os dois documentos em mãos, do Setecentos e do Oitocentos, interessam-nos possíveis intertextualidades e apropriações de leituras. A memória investigada intitula-se *Espetáculo da colheita dos ovos de tartaruga*, da obra de Spix e Martius. Essa era uma atividade comum na antiga Capitania do Grão-Pará e Rio Negro. Na ocasião da viagem à América, entre 1783 e 1792, o luso-brasileiro escreveu três memórias sobre esse cultivo: a *Memória sobre as Tartarugas*, a *Memória sobre as variedades de tartarugas que há no Estado do Grão-Pará e do uso que lhe dão* e a *Memória sobre a Jurararetê*.⁶⁷ Há um intervalo de 35 anos entre as duas viagens. A viagem filosófica ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira foi realizada entre 1783 e 1792, e a de Spix e Martius em 1816 e 1822. O trajeto que ambas percorreram está ilustrado pelos dois mapas a seguir. Quando observamos atentamente esses mapas, percebemos a semelhança no trajeto das duas expedições, em especial, à Capitania do Grão-Pará e Rio Negro. As duas viagens passaram pela região em que o episódio acontecia. Nesse sentido, os textos desses viajantes são, também, resultado do olhar treinado do naturalista. Por outro lado, Martius, que na ocasião viajava sem Spix, descreveu algo esplêndido, mas não inédito para essa literatura e para os viajantes de seu tempo.

Temas, como a descrição da desova e a do feitiço da manteiga de ovos tartaruga proporcionou aos naturalistas viajantes do século XIX cenas memoráveis, e tornaram-se

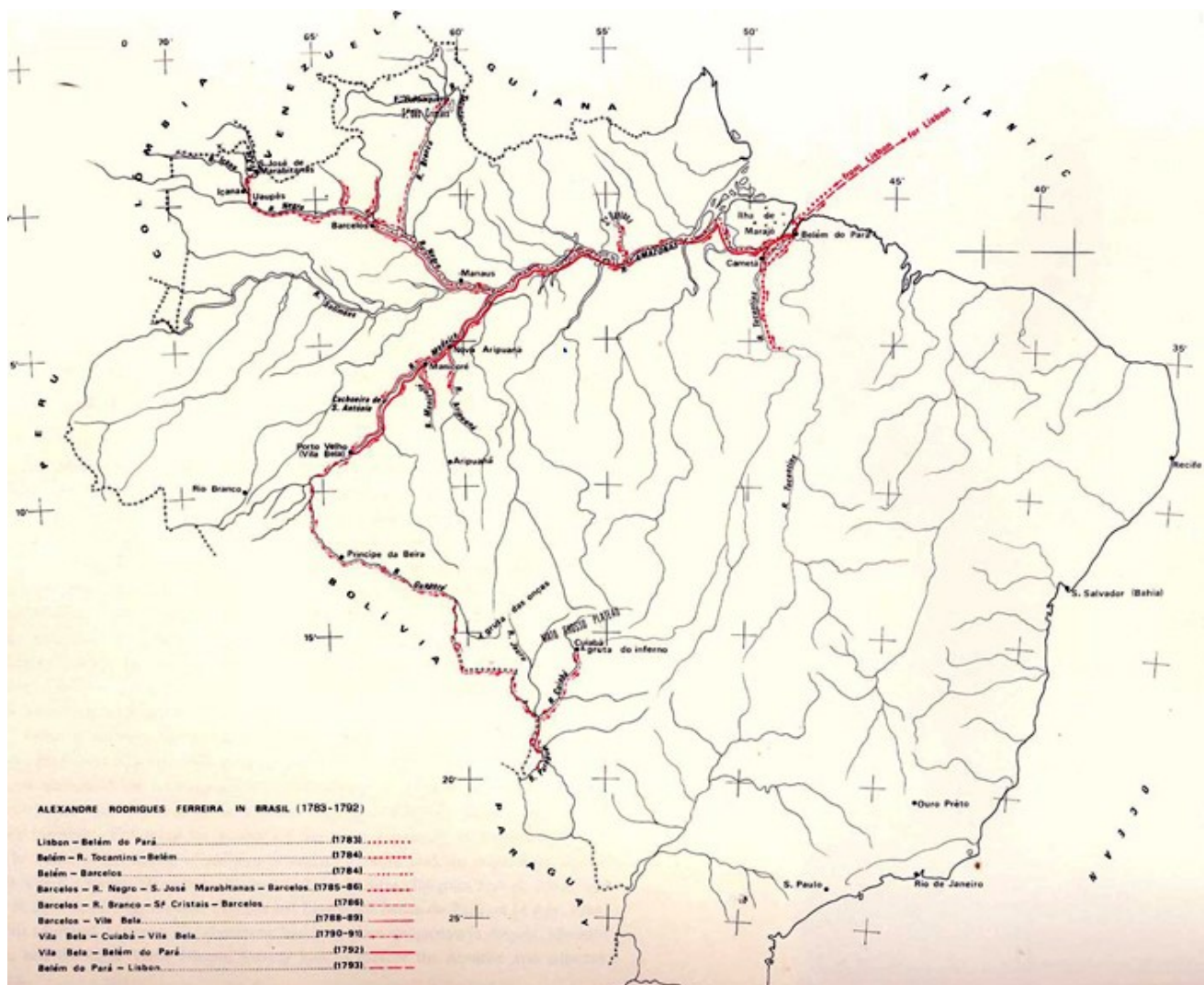
⁶⁵ Idem, *Cultura escrita*, ... p. 116.

⁶⁶ DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 193.

⁶⁷ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974. Coleção Memórias.

recorrentes. Apenas como exemplo, temos os naturalistas ingleses Alfred Wallace, que observou a natureza amazônica entre 1848 e 1852, e Henry Bates, que permaneceu na região entre 1848-1859. Antes deles, o nosso conhecido príncipe alemão Wied-Neuwied viajou pela costa do Rio de Janeiro à Bahia (1815-1817)⁶⁸ e também descreveu a caça às tartarugas e a colheita no Rio Doce, na região do atual Espírito Santo.

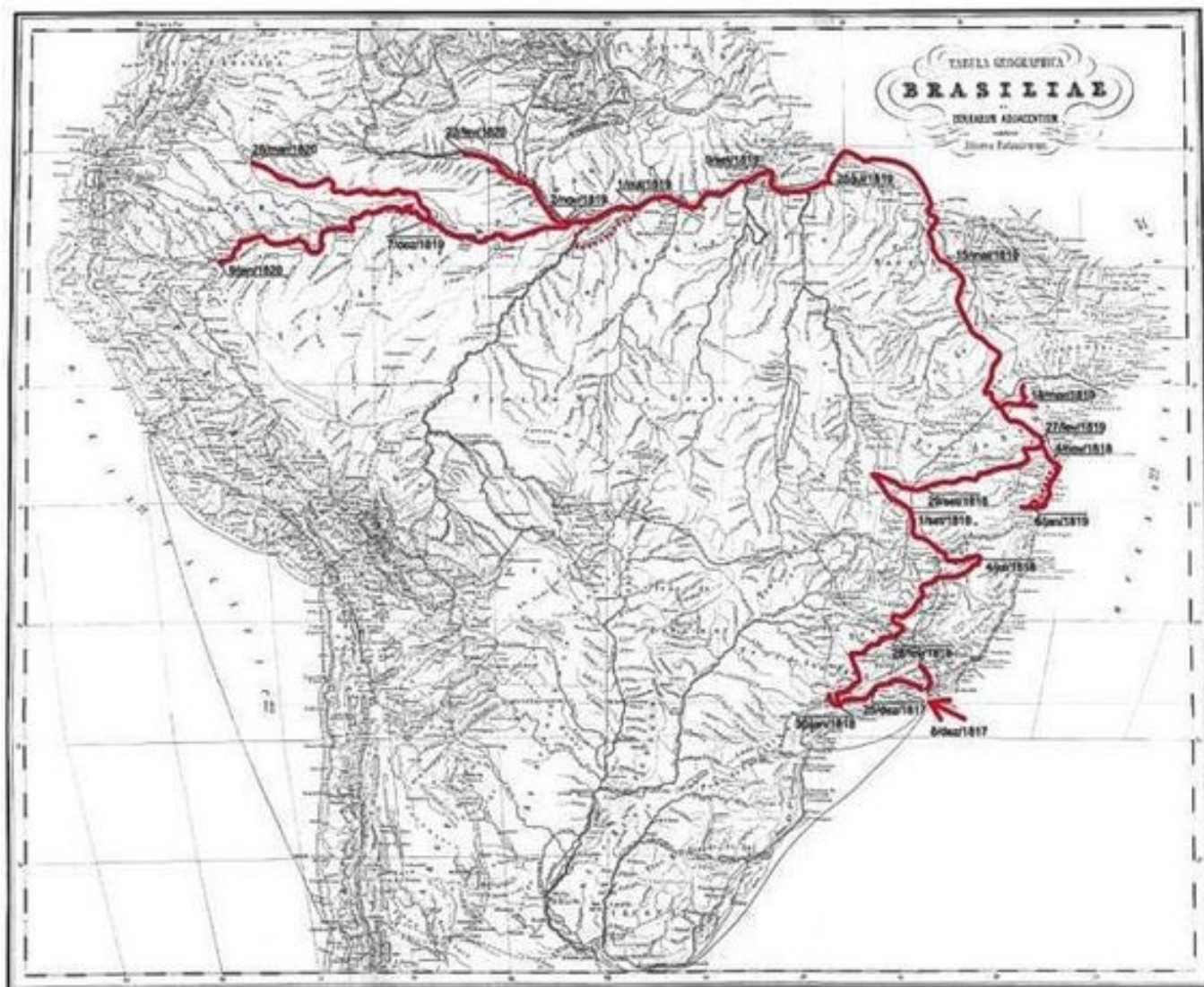
MAPA 1: VIAGEM FILOSÓFICA AO BRASIL DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, REALIZADA ENTRE 1783 E 1792.



Fonte: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Rio de Janeiro:** Conselho Federal de Cultura, Coleção Memórias. 1974.

68 WIED-NEUWIED, op. cit.

MAPA 2: MAPA DA VIAGEM AO BRASIL DE CARL FRIEDRICH PHILIPP VON MARTIUS E JOHANN BAPTIST SPIX, REALIZADA ENTRE 1817 E 1820.



Fonte: SPIX, Johann Baptist & MARTIUS, Carl Friefrich Philipp. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

No século anterior, Ferreira já havia escrito três memórias sobre a desova e a coleta de ovos das tartarugas citadas acima. Em todas elas, o tom foi o de relatório, um estilo que acompanhou a maior parte de suas memórias. Entretanto, isso não o impediu de debater e emitir críticas a determinados episódios sobre os quais tomou conhecimento no decorrer da viagem. Em relação às três memórias sobre as tartarugas, Ferreira descreveu as quinze variedades, o nome indígena da espécie, as diferenças físicas entre machos e fêmeas, os meses nos quais acontecia a desova, apontou as quatro formas de se apanhar a tartaruga e narrou sua experiência de degustação da carne. De todas as informações dadas por Ferreira, a descrição do feitio da manteiga e o uso que se fazia desse produto foi a mais minuciosa. Ela foi mencionada em duas das memórias, juntamente com os números de produções, os valores de cada um dos potes de manteiga, as técnicas utilizadas para a obtenção de tipos diferentes do produto e outras informações sobre o seu comércio. Na memória, um desenho da espécie e quadros sobre o pesqueiro da Fazenda Real de Barcelos apoiavam o tom de relatório, o que não é uma novidade. Lembremos de que o luso-brasileiro teve como mentor Domingos Vandelli e que seguia a risca as orientações de Martinho de Mello e Castro e da Academia Real das Ciências de Lisboa. Era imprescindível identificar, coletar e propagar o maior número de informações que pudessem favorecer economicamente e cientificamente o Reino. As exigências de seu mentor e seus financiadores são percebidas na sua descrição:

Depois de apanhadas as tartarugas, tratam de aproveitar-se os ovos, para este fim saem de cada povoação uma canoa de comércio das manteigas e ainda particulares que as podem ter providas de potes que podem levar, se encaminham para as praias. Porém que se destina à feitura da manteiga somente, não se encaminham para as praias, logo que sai a primeira fileira delas: esperam que saiam 2 e 3 vezes diferentes fileiras, e quando notam que a praia está cheia de covas com ovos, e que as tartarugas já não saem em tanta quantidade, se lançam sobre elas. Juntam aos montes sobre as praias os ovos que descobrem nas covas, que são 100, 150 e às vezes 200 em cada uma, que é a postura de cada tartaruga. Se querem que funda mais a manteiga, deixam-se fermentar por 4 a 5 dias, então ela sai rançosa e com mais cheiro. Se os ovos se preparam frescos, são logo metidos em uma canoa que é reservada para esse fim e vão pisando com os pés, como se faz em Portugal com as uvas. Sobre os ovos pisados lançam água a qual depois de mexida e incorporada com eles, deixa sobrenadar o óleo. Com a mesma água se dissolve muita parte da clara. As cuias e com preferência as válvulas das conchas itãs, são colheres com que a tiram de cima da água sobrenadante e a lançam dentro dos tachos. Segue-se colocarem no fogo, depois esfriam em panelões à parte e daí para potes. Serve para temperar as comidas e fritar peixes, para as luzes domésticas, e para incorporar com o breu, quando fazem para calafetarem as canoas.⁶⁹

69 FERREIRA, op. cit., p. 27.

Martius também escreveu sobre esse episódio:

De manhã cedo, os botes, bem calafetados, enchem-se até ao meio com ovos, que são quebrados com tridentes de pau, semelhantes aos nossos forcados, e, finalmente esmagados com os pés. Como os ovos contém pouca clara e muita gema, a mistura parece uma papa amarela, na qual sobrenadam pedaços de casca. Deita-se água por cima, e fica essa massa exposta à ação do sol tropical, que já a cabo de três a quatro horas, faz subir à superfície o óleo gorduroso por ser o ingrediente mais leve. Dali é ele apanhado com cuias e colheres feitas de grandes conchas fluviais e juntando em grandes potes de barro. Repete-se em cada canoa o processo de esmagar, mexer e colher duas a três vezes, obtendo-se com isso a maior parte do óleo. Esta papa tem agora a cor e consistência de gemas batidas. Despeja-se em grandes caldeirões de cobre ou de ferro, colocados sobre um fogo brando, onde durante algumas horas, é mexido, espumado e clarificado, com o que a parte coagulante se precipita. A parte líquida, cuidadosamente retirada, é segunda vez cozida sobre o fogo ainda mais brando, até não formar mais bolha alguma, quando então toma cor e consistência de banha derretida.⁷⁰

Percebe-se que ele repetiu padrões de descrição, mas adicionou novos elementos, como a citação de outros autores que haviam escrito sobre tartarugas de rio. Um deles foi Alexandre von Humboldt, outro foi Aeliano (a única informação que obtivemos foi a de que se dedicou aos estudos das tartarugas egípcias). Como Ferreira, Martius detalhou a desova, descreveu a espécie, apresentou dados sobre o número de ovos e de potes. Por outro lado, seguiu um padrão de viagem romântica, adotado por Humboldt e comum a sua geração. Assim, o mesmo fato é apresentado com elementos próprios dessa escrita oitocentista como o da solidão e a do culto à experiência do viajar:

Um confuso fervedouro desses animais escurece então até longe o areal claro, e tão apressadas correm e voltam, que, cerrados lado a lado, ou mesmo um por cima do outro, procuram tomar a dianteira, e o chocar dos cascos, semelhante ao estrépido de carros pesados, se ouve a grande distância no silêncio da noite. A este espetáculo assisti num barco de areia do Japurá, onde estavam reunidas no mínimo algumas milhares de tartarugas; naquela inquietação noturna, tem algo de arrepiar.⁷¹

Quando confrontamos os textos de Ferreira com o de von Martius observamos elementos obrigatórios e de uso de uma comunidade linguística que deve partilhar e propagar um mesmo argumento. A desova e a colheita de ovos da tartaruga de água doce são alguns desses argumentos. Esse espetáculo, que mesclava natureza e atividade humana,

⁷⁰ SPIX & MARTIUS, op. cit.

⁷¹ Ibidem, p. 163.

aparece carregado de reescritas e apropriações. Entre elas, temos o destaque às montanhas de ovos que se formava na areia e as canoas enfileiradas nos rios, a espera para iniciar o trabalho de quebra e mistura da clara e da gema. São detalhados também o fabrico da manteiga, como os ingredientes usados e os utensílios para essa mistura, como o uso das colheres de conchas da região. Por fim, ressaltam a utilidade desse material: temperar as comidas, fritar a carne e como combustível para iluminar o breu das vilas afastadas.

Diante dessa comparação textual, a primeira pergunta que nos fazemos é: teria Martius lido Ferreira? Se considerarmos somente os dados existentes na obra de Martius, supõe-se que sim. Mesmo que seja possível perceber uma intertextualidade própria do episódio, que era recorrente em muitos viajantes, Martius citou Ferreira, conhecia seu trabalho de naturalista. Lembremos que o Complexo da Ajuda foi um dos espaços que manteve um amontoado de mundos, incluindo as coleções da *Viagem Filosófica* de Ferreira, que foram enviadas durante os anos de seu trânsito. O luso-brasileiro também foi diretor do Real Gabinete de História Natural e do Jardim Botânico da Ajuda, entre 1799 e 1807 e, provavelmente, recebeu os muitos viajantes estrangeiros que visitavam o espaço.⁷² Do mesmo modo que a Academia Real de Ciências e as bibliotecas de nobres, o Museu da Ajuda era roteiro obrigatório de viajantes. Alguns tinham somente Portugal como destino, outros faziam de Lisboa uma parada obrigatória no seu retorno da viagem à América portuguesa. Entre eles, Wied-Newvied.⁷³ Do mesmo modo, Lisboa foi destino de Martius. Entretanto, de acordo com sua *Memória*, o navio atracou em Belém na ocasião da Revolução do Porto (1820), e os integrantes da expedição não puderam realizar as visitas às instituições científicas como haviam programado, mas tiveram contato em algum lugar, pois pôde comparar exemplares de minérios em Lisboa.

Provavelmente, os ânimos causados pela Revolução de 1820 dificultaram os planos dos cientistas, e esse fato foi recebido com desânimo pelos alemães e austríacos. O Complexo da Ajuda mantinha coleções de colônias americanas, asiáticas e africanas, o que tornava o local um destino ambicionado por naturalistas de toda a Europa. Por outro lado, eles também sabiam que exemplares dos manuscritos, animais empalhados, peixes secos e plantas aclimatadas há tempos já não eram somente propriedade portuguesa. Desde a fundação do Gabinete da Ajuda, os museus e jardins europeus tinham acesso às muitas

72 BRIGOLA, João Carlos. **Os viajantes e o livro do museu**. Porto: Edição Dafne/CHAIA, 2010.

73 WIED-NEUWIED, op. cit.

informações das coleções, e uma das vias era a enorme rede epistolar mantida por Vandelli.⁷⁴ Sabiam também que o Museu de História Natural de Paris guardava, desde 1808, coleções de mamíferos, aves, herbários, minerais e manuscritos, oriundas da Ajuda, trazidas na ocasião da invasão francesa, em 1807. O naturalista responsável por esse “rapto” foi o famoso e muito lido Geoffroy Saint-Hilaire. Lorelay Kury trabalhou com a listagem dessa apropriação das coleções lisboetas. No documento divulgado pela historiadora, há dados discriminados sobre os mamíferos e as aves, mas não dos répteis. Pela mesma pesquisa, sabemos que sessenta e dois exemplares de répteis foram recolhidos.⁷⁵

Não há intenção de confirmar se Martius teve acesso a esse capital científico. Entretanto, as informações acima mencionadas devem ser consideradas para pensarmos sobre como as pesquisas de Ferreira eram conhecidas nessa comunidade de leitores que estamos estudando. Se todo escrito é uma negociação, como argumenta Chartier, pode-se

entender as obras como produções coletivas e como resultado de ‘negociações’ com o mundo social. Essas “negociações” não são somente a apropriação de linguagens, de práticas ou de rituais. Elas remetem, em primeiro lugar, às transações, sempre instáveis e renovadas, entre a obra e a pluralidade de seus estados.⁷⁶

Além de Alexandre Ferreira, *Viagem pelo Brasil* traz mais seis nomes de luso-brasileiros:

TABELA 4 – AUTORES CITADOS EM *VIAGEM PELO BRASIL: 1816 E 1822* (3 VOLUMES).

Ano da viagem: 1816 e 1822 Ano da publicação da obra: 1823, 1828 e 1831 (continua)					
Autor	País de nascimento/ Especialidade ou formação acadêmica	Informação relevante	Período no Brasil	Local da referência no texto	Obra citada/Total de citações
Alexandre Rodrigues Ferreira	Brasileiro Direito,		1783-1792	III Tomo Texto 63	

⁷⁴ Os documentos em questão estão no Arquivo Nacional Museu Bocage, Lisboa.

⁷⁵ KURY, Lorelay. As coleções, a invasão francesa e o Brasil. In: CAMARGO-MORO, Fernanda & KURY, Lorelai. **O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli**. Dantes Editora, s./l. 2008.

⁷⁶ CHARTIER, Roger. **Do palco à página**; publicar teatro e ler romances na época moderna – séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

(1756-1815)	Filosofia e Matemática. Formado em Coimbra				
Fr. José Mariano da Conceição Veloso (1741-1811)	Brasileiro Religioso e Botânico			Texto: 54,172,173	<i>Flora Fluminense</i>
Bernardo Pereira de Berredo	Português	Governador do Maranhão de 1718 a 1722		III Tomo texto 63	Anais Histórico do Estado do Maranhão (Lisboa 1749)
Domingos Vandelli (1735-1816)	Italiano Médico e naturalista	Funcionário do Império Português. Universidade de Coimbra e Complexo da Ajuda		II Tomo Nota: 219	<i>Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa</i> (vol. I, p. 261)
Francisco Xavier Ribeiro Sampaio (1741-18?)	Português Direito Coimbra	No Brasil foi Ouvidor e Intendente-Geral. Publicou pela Academia de Ciências de Lisboa	Viajou pela Capitania de São José do Rio Negro 1774-1775 e publicou um diário sobre essa viagem	III Tomo Nota do Capítulo: 66	
José Bonifácio de Andrada (1763-1838)	Brasileiro. Direito, Filosofia, Mineralogia e Metalurgia	Viagem de instrução pela Europa		Nota do Capítulo III Tomo	
José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821)	Brasileiro Filosofia e Direito Canônico Formado em Coimbra			II Tomo Texto: 250	<i>Ensaio sobre o comércio de Portugal</i> – p. 61 e 67
Luis Antonio de Oliveira Mendes (1742-1815)	Brasileiro/Bahia Direito e Matemática Formado em Coimbra			II Tomo Nota: 170	<i>Memórias Econômicas da Academia Real de Lisboa</i> Tomo IV, 1812 p.1
Manuel Arruda da Câmara (1752-1810)	Brasil Medicina, Agricultura e Ciências Naturais			II Tomo Texto: 131, 202, 210, 256 Nota: 220, 242, 244	<i>Memória sobre a cultura dos algodoeiros</i> , Lisboa, 1799.
Manuel Aires de Casal (1754-1821)	Português Sacerdote, Geógrafo e Historiador		1796-1821	I Tomo Texto: 55 Nota: 168 III Tomo 277 Notas do Capítulo 287	<i>Corografia Brasilica O Patriota</i>
Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá	Brasil Direito e Mineralogista	Jantaram com Câmara e se hospedaram em		II Tomo: Texto: 24, 26, 31, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 46,	

(1758-1835)	formado em Coimbra	uma casa oferecida pelo brasileiro.		47, 51, 54, 136, 138, 191, 201	
O Patriota	Rio de Janeiro	Publicação da Imprensa Régia entre 1813 e 1814		I Tomo Texto:55 Nota:168 III Tomo	<i>Julho e meses seguintes de 1813 Volume III p. 14 1814</i>
Serra,R.F. de Almeida	?			Nota:168	<i>O Patriota</i>
Wilhelm Ludwig von Eschwege 1777-1855	Alemão Engenheiro, mineralogista e militar	Funcionário do Império Português. Encontraram-se no Rio de Janeiro. No texto, Eschwege aparece, em algumas partes, como um auxiliar dos viajantes. Também ele é figura importante na apresentação de minerais, no momento que estão hospedados em Vila Rica.	1810-1821	I Tomo: Texto:99,105,200,201,205,208 (2x),210 (2x),218, 244 Nota:215,243 II tomo: Texto: 17,43 Nota:80 III Tomo Notas do final do Capítulo 295	<i>Journal von Brasilien</i> (I pag.209)
Total de autores citados: aproximadamente 154 Total de luso-brasileiros citados: 07 Autores mais citados: Lineu e Humboldt.					

Fonte: SPIX, Johann Baptist & MARTIUS, Carl Friefrich Philipp; **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1983.

Quando observamos os dados da Tabela 4, percebemos que os dois viajantes oitocentistas conheciam alguns dos estudos desses naturalistas. Para a maioria dos citados, os autores referenciavam as obras que eles produziram, indicando, inclusive, as páginas do escrito. Desses, nos interessa Manuel Arruda da Câmara. Ele também foi mencionado por Saint-Hilaire e Wied-Neuwied. Há diferentes modelos de citação para Câmara. No corpo textual, ele apareceu abreviado, entre parênteses, logo após a classificação científica: “o imbuzeiro (*Spondias tuberosa* Arr.)”.⁷⁷ Mais adiante, o imbuzeiro é detalhado:

Um exemplo do que acabamos de dizer é o imbuzeiro (*Spondias tuberosa* Arr.), cujas raízes, horizontalmente espalhadas, quase à flor da terra, intumescem-se em tubérculos nodosos do tamanho de um punho e até de uma cabeça de criança e, ocos no interior, cheios de água. Abrimos algumas vezes esses singulares recipientes, a fim de satisfazer a sede dos animais de carga, e achamos, por vezes, mais de meia

77 SPIX & MARTIS, op. cit., p. 131, tomo II.

Mas de líquido numa só raiz. A água, ora muito clara ora um tanto opalina, embora morna e em geral de sabor resinoso-balsâmico não agradável ou um tanto acre, era, todavia, potável.⁷⁸

Após essa descrição, Arruda aparece nas notas de rodapé e por meio de uma leitura indireta da obra *Travel in Brazil*, de Henry Koster:

Esta árvore curiosa já mencionada numa obra rara de Manoel Arruda da Câmara impressa no Rio de Janeiro e intitulada ‘Dissertação sobre a utilidade de estabelecer hortos botânicos no Brasil’, cuja a tradução se encontra no anexo de Koster: *Travels in Brazil, from Pernambuco to Ceará*, London 1816.⁷⁹

Até onde investigamos, não encontramos informações que dissessem se Spix lia em português. É certo que Martius lia. Mesmo com essa informação, ainda pode-se pensar que a tradução de Koster foi o que propagou os estudos de Arruda. O imbuzeiro retorna à narrativa, mas agora na forma da imbuzada, “espécie de sopa agri-doce, preparada com o suco dessa fruta, com leite quente e rapadura”⁸⁰, e que foi provada pelos viajantes. Arruda ainda aparece nas notas finais dos Capítulos I e II, na descrição da carnaubeira, “uma das mais belas palmeiras de leque, na citação da *Bromelia variegata* e como referência sobre a cultura do algodão. Nesse e em outro momento, os autores elogiam a sua *Memória sobre a cultura dos algodeiros*.⁸¹

Wied-Neuwied também leu Koster e o relacionou a Arruda, e, como Spix e Martius, falou da tradução de Koster.⁸² Ele citou o naturalista dez vezes, como pode-se perceber no seu conjunto de citações à luso-brasileiros.

78 Ibidem, p. 202 .

79 Ibidem

80 Ibidem, p. 210, Tomo II.

81 Ibidem, p. 220, 242, 244, Tomo II

82 WIED-NEUWIED, op. cit., p. 121 e 362.

TABELA 5 – AUTORES CITADOS EM *VIAGEM AO BRASIL NOS ANOS DE 1815 E 1817*.

Ano da viagem: 1815 e 1817

Ano da publicação da obra: 1820 e 1821

Autor	País de nascimento/ Especialidade ou formação acadêmica	Informação relevante	Período no Brasil	Local da referência no texto	Obra citada/Total de citações
Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855)	Alemão Mineralogia	Estudou em Göttingen Funcionário da corte portuguesa.	Veio ao Brasil em 1810	Texto central e notas de rodapé.	Vinte sete vezes.
Manuel Arruda da Câmara (ARRUDA)(1752-1810)	Brasil Medicina, Agricultura e Ciências Naturais			Texto:53,83, 179,267,321, 328,362. Nota:121,195,436.	Total: 10
Manuel Aires de Casal (1754-1821)	Português Sacerdote, Geógrafo e Historiador	Sempre citado pelo nome da obra	1796- 1821	Texto: 85, 123, 214, 273, 418. Nota: 85, 92, 93, 97, 103, 103, 104, 123, 174, 206, 220, 235, 252, 281, 310, 419,431,496.	<i>A Corografia brasílica</i> Tomo II, p. 45, 53, 54, 74, 79, 81, 72, 101 Total: 23
Henry Koster (1793-1820)	Português Senhor de Engenho		1809- 1820	Texto: 25, 38, 54, 64, 67, 77, 83, 112, 166, 177, 320, 321, 385, 432 Nota: 39, 42, 56, 69, 78, 105, 112, 121, 166, 173, 177, 195, 222, 362, 378, 385, 432, 436	<i>Travels in Brazil</i> (London, 1816) Koster's travells. etc. p. 102, 303 314, 136, 345, 399. Total: 32
Padre Simão de Vasconcellos (VASCONCELLOS)XVII (1597-1671)	Portugal (Porto) Jesuíta		1616 (?) - 1671 (com estadas em Portugal)	Texto:15, 36, 37, 159, 160, 308 Nota: 15, 37, 68, 95, 114	<i>Notícias curiosas do Brasil</i> , p.39, 47 e <i>Memórias Curiosas sobre os índios</i> Total: 11
Gabriel Soares de Souza. (1540-1591)	Portugal explorador agrícola		1565- 1582 e retorna em 1591	Nota: 170	Total: 01

Nomes mais referenciados: Carlos Lineu, Alexander von Humboldt e Felix de Azara.

Total de autores citados: 90

Obras sem autoria (Annais de Museus e Dicionários): 5

Fonte: WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817*. São Paulo: Editora Nacional, 1940.

Na maioria das outras menções a Arruda, foi usado o nome abreviado do naturalista ao lado das nomenclaturas científicas. Do mesmo modo, foi referência quando o príncipe Wied-Neuwied descreveu algumas plantas desconhecidas, como a chamada airi-mirim, que não havia sido “introduzida nos sistemas de História Natural” e apenas foi “mencionada por Arruda”.⁸³

No geral, não percebemos se houve reprodução ou apropriação da tradução de Koster ou mesmo do original de Arruda, e também não temos a informação de que Wied-Neuwied lesse em português. O que nos leva a pensar que, de fato, o luso-brasileiro tenha chegado até ele por Koster. Por outro lado, uma das citações é bem interessante, pois coloca Arruda em um debate com outros viajantes que estiveram no Brasil:

Mawe cita essa planta, mas atribui-lhe folhas lanceolares e denteadas quando têm ‘fronde’ penadas com folíolos pontudos, macios e de bordos inteiriços. Arruda descreve-a melhor, porém não examinou a flor; de acordo com a opinião do sr. Sellow, parece fora de dúvida que não pertence ao gênero *Cocos*. Seus usos já foram suficientes explanados por Marcgraf, Mawe e Koster (...).⁸⁴

O extrato acima tem alguns elementos importantes. Primeiro, demonstra a intenção do autor em apresentar seu repertório de textos sobre o Brasil. Todos esses nomes – Mawe, Arruda, Sellow, Marcgraf e Koster – escreveram sobre suas experiências. Assim, tê-los como referência demonstra que Neuwied conhecia seus antecessores, sabia de seu objeto, havia feito o que as instruções científicas orientavam: ler sobre o lugar de sua viagem. Segundo, a menção a Marcgraf, que chegou ao Brasil em 1638, dá um tom de tradição dessa literatura de viagem e reforça sua erudição.

Por último, o fato de relacionar Arruda à rede de uma sociabilidade científica reconhecida. Isso nos leva a pensar nas possíveis intenções sobre citar ou não citar um determinado autor. O trecho em questão não traz elementos suficientes para perceber a valorização de um determinado sujeito, em detrimento de outro, mas Arruda estar nesse conjunto é significativo. Ele era conhecido e se deveria falar sobre ele. Esse aspecto pode ser igualmente observado no *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, de Saint-Hilaire:

Não se pode crer que em extensão de terra tão grande, não exista uma multidão de espécies ou variedades diferentes de algodoeiros (...) já publicaram em português sobre a matéria os Srs. Sá e Manuel de Arruda Câmara, e, enfim seria necessário aproveitar tudo que há de útil

83 WIED-NEUWIED, op. cit., p. 53.

84 Ibidem, p. 83.

nos escritos de Nicolson, Moreau de Saint-Merry, Badier, Bajon, Préfontaine, Blom, Lasterye, e principalmente, de Rohr.⁸⁵

Ao contrário de Spix, Martius e Wied-Neuwied, sabemos que Saint-Hilaire lia e falava português. O que possibilitou ao francês realizar uma leitura direta de *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc. Em que se propoem alguns planos novos, para o seu melhoramento*, publicada em Lisboa em 1799, pela Tipografia do Arco do Cego.

Outro luso-brasileiro que queremos destacar foi José Vieira Couto. Ele foi citado por Saint-Hilaire e Eschwege. Das três obras do naturalista que analisamos, Vieira Couto apareceu uma única vez em *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. No geral, Saint-Hilaire conhecia os estudos dos luso-brasileiros. Como já foi dito, ele dominava a língua portuguesa. Isso é um dado importante e que, provavelmente, facilitou o contato com obras que permaneceram sem tradução.

TABELA 6– AUTORES CITADOS EM *HISTÓRIA DAS PLANTAS MAIS NOTÁVEIS DO BRASIL E PARAGUAI* (PUBLICADA EM 1824) E *VIAGEM PELAS PROVÍNCIAS DO RIO DE JANEIRO E MINAS GERAIS* (PUBLICADA EM 1830).

Ano da viagem: 1816 e 1822			
Autor	País de nascimento/ Especialidade ou formação acadêmica	Informação relevante	Período no Brasil
Manuel Aires de Casal (1754-1821)	Português Sacerdote, Geógrafo e Historiador	Obra publicada no Brasil em 1817	1796-1821
Manuel Arruda da Câmara	Brasileiro		-
Manuel Arruda da Câmara Bittencourt e Sá (1763-1835)	Brasileiro Direito e Mineralogia Formado em Coimbra	Foi hóspede de Câmara	-
Frei Mariano da Conceição Veloso	Brasileiro Naturalista		-
Domenico Vandelli (1735-1816)	Italiano Médico e naturalista	Funcionário do Império português	-
Maximilian Alexander zu Wied-Neuwied (1782-1867)	Alemão Príncipe Naturalista e etnólogo	Estiveram em viagem pelo Brasil durante o mesmo período	1815 a 1817
Padre Dr. Joaquim Veloso de Miranda	Brasileiro Naturalista	Realizou viagens por Vila Rica e enviou diversos exemplares para Vandelli	

85 SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, p. 235.

(1736?-1816 ou 1817)				
José Vieira Couto (1763-1835)	Brasileiro Filosofia e Matemática Formado em Coimbra			
Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855)	Alemão Engenheiro, mineralogista e militar	Foi hóspede de Eschwege	1810-1821	

Fonte: SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975; _____. **História das Plantas mais notáveis do Brasil e do Paraguai**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

No conjunto das citações de Saint-Hilaire, entretanto, percebe-se que, apesar do conhecimento linguístico, ele realizou leituras indiretas dos formados em Coimbra. Couto foi um desses casos. Na ocasião em que escreveu sobre a falta de lenha nas vilas de Minas Gerais, ele utilizou a explicação de Vieira Couto, mas através de Southey: “O mal que devia inevitavelmente resultar da destruição das matas, diz Southey, segundo Vieira Couto fora previsto há bastante tempo e, por cerca de 1736, o governador Gomes Freire já se esforçara por conjurá-lo.”⁸⁶

O dr. Couto também foi evocado por Eschwege, no Tomo II do *Pluto brasiliensis*. Ele foi mencionado cinco vezes, seguindo um padrão de citação. Seu nome apareceu ora na narrativa da história da Capitania de Minas Gerais, ora para apoiar as análises mineralógicas do alemão. Em ambas, Vieira Couto foi representado como naturalista, funcionário da Coroa portuguesa que havia cometido graves erros. A narrativa que Eschwege construiu se passa em Minas Gerais, no ribeirão chamado Galena. Segundo escreveu o Barão, uma comissão foi formada para examinar um veio de chumbo nesse ribeirão. Nesse grupo estava “um certo dr. Couto, que havia adquirido alguns conhecimentos de mineralogia durante o tempo em que fazia seus estudos de medicina em Coimbra.” As investigações do luso-brasileiro em nada impressionaram Eschwege, e este concluiu que os reconhecimentos feitos por Vieira Couto eram óbvios para quem conhecia o lugar e o metal a ser encontrado.⁸⁷

⁸⁶ SAINT-HILAIRE. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**; p. 91

⁸⁷ ESCHWEGE, op. cit. p. 164, 264, tomo II.

Mais adiante, Vieira Couto foi retomado. Agora, ele apareceu como o naturalista que estudou alguns exemplares enviados ao Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro, em 1810. Nesse trabalho:

acusou a presença de exemplares de cobalto terroso, de cor negra, que se apresentava, juntamente com quartzo, num xisto argiloso ferruginoso. Ele indicou os seguintes lugares de procedência das amostras, sem nenhum esclarecimento, porém, sobre o modo de ocorrência: o morro em que está situado o arraial do Tejuco, no Distrito Diamantino; o Tombador da Chapada Grande e uma região situada entre Palmital e Cachoeira e Palmital e Alto do Pires, no caminho que vai de Caeté a Vila Rica. A região em torno do Tijuco e as outras mencionadas são constituídas de itacolomito e xisto argiloso. Infelizmente, não encontrei as jazidas, pois o dr. Couto procurou ocultá-las. Mais tarde, porém, cheguei à conclusão de que esse cobalto negro terroso constitui enchimento frequente de pequenas fendas no xisto argiloso primitivo de Vila Rica, sobretudo no compacto e acinzentado, que ocorre no Ribeirão de Ouro Preto, nas proximidades da minha quinta do Funil.⁸⁸

A narrativa nos traz dados interessantes. É preciso lembrar que o alemão também era funcionário português e estava no Brasil em 1810. O “Dr. Couto” construído por Eschwege não era seu colega de profissão, mas alguém que ocultava as descobertas de jazidas e que cometia erros que ele mesmo não cometeria. Essa imagem continua nas outras páginas, e os trabalhos que foram realizados pelo luso-brasileiro eram sempre descritos como incompletos e mereciam as críticas detalhadas do alemão. As últimas menções a Vieira Couto são sobre dois documentos que ele havia produzido. A primeira cita uma rápida informação de que algumas das investigações do luso-brasileiro estavam em “um manuscrito elegantemente encadernado, que ele apresentou ao Príncipe Regente, em 1808”.⁸⁹ A segunda, é mais completa e traz, novamente, a imagem negativada de Couto:

Só em 1808 ou 1809 é que o naturalista brasileiro, Dr. José Vieira do Couto, a convite do governo, publicou um pequeno tratado sobre as ocorrências (...) Nesse trabalho, distribuído gratuitamente pelo governo, o autor recomendava especialmente aos fabricantes a restituição das terras às cavernas, donde fossem tiradas para extração do salitre. Essa recomendação, como era de esperar, não deu resultado. Ouvi mesmo de muitos a afirmação de que a restituição das terras às salitreiras daria trabalho excessivo, razão por que não a fariam.⁹⁰

88 ESCHWEGE, op. cit., p. 266.

89 Ibidem. p. 274, tomo II.

90 Ibidem. p. 312/313 tomo II.

O pequeno tratado de que fala o autor é a *Memória sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo: maneira de as auxiliar por meio das artificiaes; refinaria do nitrato de potassa ou salitre*, já mencionada.⁹¹ Um texto direcionado para um público especializado, apresentando os métodos de salitreira artificiais, de exploração do salitre natural, de como preparar as terras para a produção do salitre, do rendimento de uma salitreira e outras questões de ordem prática para essa atividade. Infelizmente, Eschwege não detalhou nenhum elemento que nos permitiria analisar a leitura dessa obra. A presença dos luso-brasileiros na obra de Eschwege é restrita, especialmente, às experiências que teve no período em que foi funcionário português. Nesse e em outros momentos, percebe-se o tom amargurado e que está em boa parte dessa memória do mineralogista. Entretanto, de todos os nomes que apareceram na escrita do alemão, o de Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá foi o mais criticado.

Dos nossos viajantes estrangeiros, Mawe, Eschwege, Spix e Martius e Saint-Hilaire mencionaram o Intendente Câmara. Todos eles tiveram contato direto com o luso-brasileiro, fosse como hóspedes em suas moradias nas Minas Gerais, fosse como colegas de trabalho, como aconteceu com Eschwege.

Já vimos sobre a experiência do encontro entre Mawe e Câmara no início deste capítulo e, de todos, o inglês foi o primeiro a escrever sobre o luso-brasileiro. As descrições que fez são muito semelhantes às de Saint-Hilaire, Spix e Martius. Nos três textos, há o encontro com o Intendente, o cenário do receptivo lar mineiro, linhas sobre a família educada do mineralogista, em especial sua esposa, a sociabilidade entre os locais instruídos e as pequenas expedições nos arredores. Além disso, todos concordam com a importância da figura do naturalista para a história daquela Capitania.

Saint-Hilaire, Spix e Martius realizaram suas expedições no mesmo período, entre 1816 e 1822. Entretanto, tiveram diferenças entre suas publicações; Spix e Martius publicaram primeiro suas experiências, em 1823, 1828 e 1831. Já o francês publicou todas as obras aqui utilizadas nas décadas de 1820 e de 1830. Nas três obras de Saint-Hilaire, Câmara Bethancourt e Sá é citado em duas. Na *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro*, publicada em 1830, e no *Viagens pelo Distrito do Diamantes e Litoral do Brasil*, de 1833. É

91 COUTO, José Vieira. **Memória sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo: maneira de as auxiliar por meio das artificiaes; refinaria do nitrato de potassa ou salitre**. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1809.

importante esclarecer essas datas, porque Saint-Hilaire citou muitas vezes a obra da dupla de viajantes bávaros.

Seguiremos a ordem cronológica dessas publicações para perceber a representação do Intendente Câmara em cada uma delas. Em 1828, saiu do prelo o Segundo Tomo de *Viagem pelo Brasil*. Nesse fascículo, logo após a estada na casa de Eschwege, Spix e Martius descreveram o luso-brasileiro. A narrativa foi iniciada com a instalação, em 1812, de uma Fábrica Real de Ferro. Nessa história, destacaram a atuação do “Sr. Ferreira da Câmara”. O naturalista recebe algumas classificações interessantes e que vale lê-las na íntegra:

[...] o Sr. Ferreira da Câmara, amigo de grande empreendimentos, propôs ligar o Rio Santo Antônio com o Doce, e assim transportar o ferro até à costa marítima por via fluvial e, de retorno, trazer-se o sal, assim como outras necessidades do sertão. Esse desígnio influi sobretudo na escolha do lugar, contra o qual se elevaram protestos, por motivo de altitude e de falta de água, crítica que Ferreira da Câmara refutou perante o governo, pois ele mesmo tomaria a fábrica a seu cargo com reembolso de todas as despesas.⁹²

Como se pode ver, o “amigo de grandes empreendimentos” sofreu duras críticas na sua empreitada. O que não o impediu de continuar a construção da fábrica. Mais adiante, há o encontro entre os viajantes. Nesse momento, se faz uma apresentação da formação de Câmara Bethancourt e Sá, “brasileiro nato, formado na escola de nosso imortal Werner e por viagens durante 8 anos na Alemanha, Itália, Hungria, França e Inglaterra, e conhecido dos mineralogistas por algumas obras de valor.”⁹³ O luso-brasileiro foi descrito como hospitaleiro, e que de tudo fez para tornar proveitosa e agradável a estada dos viajantes. Mandou preparar uma casa para eles e foi insistente no convite para que compartilhassem das refeições de “sua gentilíssima família.” O “excelente amigo” conduziu a expedição pela região e auxiliou na identificação de alguns exemplares coletados. Nessas ocasiões, o lado do investigador é destacado e deu, aos estrangeiros, provas de seu interesse pela ciência:

Uma distinta prova de seu interesse pela ciência deu-nos ele, mandando adiar por alguns dias a remessa, para o Rio de Janeiro, do produto das lavagens de diamantes deste ano, a fim de nos permitir fazer o seu exame científico.

92 SPIX & MARTIUS, op. cit., p. 24, tomo II.

93 Ibidem, p. 31, tomo II.

Como esse intuito, convocou-se uma sessão do *Conselho Administrativo Junta Diamantina*, para a qual fomos convidados. Foi retirada do lugar seguro toda a coleção e apresentada à assembléia. Consistia em 9.396 quilates e 2 grãos, achando-se as pedras separadas, segundo o tamanho, em doze lotes, e distribuídas em diversos saquinhos de seda vermelha. Faz-se a classificação por meio de um estojo de latão de onze divisões com peneiras diferentes pelo tamanho dos furos e dispostas de maneira que os diamantes menores se ajuntam no compartimento inferior, e os maiores ficam em cima, no primeiro. Os diamantes dos três primeiros lotes, cada um dos quais deve pesar mais de três quilates são contados.⁹⁴

O “Sr. Ferreira da Câmara” recebeu as seguintes características: amigo de grandes empreendimentos, hospitaleiro, conhecedor e experiente nos assuntos das ciências naturais. Há uma mudança de tom de escrita antes do encontro entre eles. Os elogios a ele aparecem apenas após esse momento.

Em Saint-Hilaire, Câmara Bethancourt e Sá ilustrou a história da povoação de Gaspar Soares na *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro*. O francês também narrou o trabalho da Fábrica de Ferro. Explicou como o naturalista escolheu o Morro de Gaspar Soares para “estabelecer fornos em que se fundisse o ferro necessário à exploração dos diamantes.” Ainda nesse momento, utilizou a obra de Spix e Martius para ilustrar essa atividade, usando termos semelhantes:

Para dar maior desenvolvimento à fundição, dizem os Srs. Spix e Martius (Reise in Bras., I, 426). Da Câmara, amigo dos grandes empreendimentos, concebeu o projeto de reunir o Rio S. Antônio ao Rio Doce, a fim de poder expedir por água o ferro de Gaspar Soares, e receber em troca, pela mesma via, sal e mercadorias estrangeiras. Foi esse projeto que contribuiu principalmente para decidir o Intendente dos Diamantes a estabelecer a fundição régia em Gaspar Soares’.⁹⁵

Saint-Hilaire seguiu a mesma ordem de escrita que seus colegas. Primeiro, a passagem, com outras informações, da Fábrica de Ferro. Depois, a apresentação do luso-brasileiro no histórico que montou sobre a região. Na *Viagem pelo Distrito dos Diamantes*, mencionou o salário e os poderes atribuídos ao Intendente Câmara. Do mesmo modo que os outros, foi hóspede do naturalista. E como Mawe, na “solitária” casa do campo e na vila. Como os seus antecessores, descreveu essas residências, fez as refeições com a família, foi visitado por pessoas ilustres da região, observou as atividades e cultivos que o luso-brasileiro realizava e as fez excursões pelos arredores:

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*; p. 131 e 132.

O intendente criava em Pinheiro muitos animais, não somente como objeto de distração, mas ainda para proceder a úteis experiências. Seu gado era muito bonito; todavia, como nos demais lugares, as vacas tinham têtas muito pequenas e davam pouco leite. O Sr. Da Câmara experimentava também cultivar ao redor da sua casa legumes e alguns grãos; mas achava-se muito aborrecido devido à pobreza e secura do solo.

No dia seguinte à minha chegada a Pinheiro, fiz a cavalo, com o intendente, uma excursão de duas ou três léguas nas montanhas que circundam sua habitação ...⁹⁶

Apesar de usar muito seus colegas Spix e Martius, será Mawe o mais citado no extrato textual que fala de Tejuco. E há muitas semelhanças nessas duas narrativas, como o encontro na moradia de campo e a representação da casa de Câmara como um espaço de circulação de letrados. Como Mawe, Spix e Martius, Saint-Hilaire elogiou o luso-brasileiro e usou adjetivos como honra e inteligência. Por fim, fez uma bela descrição de seu anfitrião que resume as características que desejou demonstrar:

O Sr. Câmara havia, como disse alhures, viajado durante 8 anos nas principais partes da Europa; tinha vastos conhecimentos e ideias boas sobre política e administração; distinguia-se por uma probidade rara entre os mineiros e poucos homens poderiam ser tão úteis como êle, à sua bela prátia. A justiça era distribuída pelo Sr. Da Câmara, de modo paternal; êle não deixava protelar nenhum caso. Tanto quanto lhe era possível procurava abandonar as vãs formalidades, visando conciliar as partes e poupar-lhes gastos. Vivia entre os empregados e habitantes de Tijuco como no meio de seus iguais. A gente do povo amava-o e, bastante afastada dêle para poder cobiçar seu lugar, ela era unânime em elogiá-lo.⁹⁷

Apesar de ter chegado no Brasil em 1810, Eschwege publicou *Pluto Brasiliensis* apenas em 1833. Na obra, a representação de Câmara é muito diferente da dos outros viajantes. Entretanto, é preciso reforçar que o alemão foi funcionário português durante décadas, trabalhou com muitas das figuras que analisamos até aqui, entre elas, o Intendente Câmara. Ambos aprofundaram seus conhecimentos sobre mineralogia e trabalhavam na Capitania de Minas, mas em cargos bem diferentes. Essa disputa entre eles é clara na obra do Barão, e o luso-brasileiro sofreu duras críticas nas páginas da memória escrita por Eschwege. De todas as fontes que analisamos é a que mais dedicou espaço a esse sujeito,

96 SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. São Paulo: companhia Editora Nacional, 1941, p. 28.

97 Ibidem, p. 65.

mas sempre de forma negativa. Em nenhum momento ele citou algum estudo de Câmara, apenas construiu a imagem que tinha do mineiro e que marcou sua carreira.

A primeira menção de Eschwege ao luso se deu no Alvará de 13 de maio de 1803, documento que regulamentou a exploração dos minerais na Capitania de Minas. A elaboração de tal lei teve a participação de José Bonifácio de Andrada e de Câmara, quando esses “regressaram de suas viagens de estudos mineralógicos na Europa [...] Seus autores porém, desconhecendo as vicissitudes da mineração no Brasil, para a qual haviam redigido a lei, não conseguiam que a mesma fosse posta em vigor.”⁹⁸

Ainda no Segundo Tomo, Eschwege questionou uma das investigações de Câmara sobre uma suposta matriz de diamantes. O Barão foi categórico e concluiu que não “é possível, entretanto, aceitar essa teoria”. Em outro momento, deixou claro o trabalho que realizaram juntos, como quando registraram, descreveram e classificaram vários exemplares de diamantes.⁹⁹ Todavia, a parte mais interessante – que permite percebermos como o estrangeiro entendia o luso-brasileiro – diz respeito, novamente, à construção da Fábrica de Ferro.

Como ficou dito páginas atrás, o muito conhecido mineralogista Manoel Ferreira da Câmara resolveu construir, às expensas do Rei, uma grande fábrica de ferro em Minas Gerais, para o que não lhe faltaram nem poder, nem dinheiro, pois obteve ambas as cousas do Governo, que lhe permitiu usar do primeiro e retirar do segundo na Caixa Administrativa Diamantina.¹⁰⁰

A passagem acima é clara: Câmara era poderoso e tinha apoio da Coroa. Para o escritor, essa questão era um incômodo e, nas páginas seguintes, construiu esse episódio da Fábrica detalhadamente. Eschwege foi além de seus antecessores que descreveram o empreendimento. Ele trouxe informações mais completas e específicas. Ao longo de cem páginas, analisou minuciosamente as ações de Câmara e impôs sua visão sobre toda a história da Fábrica. De acordo com o Barão, o luso-brasileiro confiou nas pessoas erradas, foi infeliz em suas escolhas, insistiu nos erros, gerou prejuízo ao erário, recusou auxílio de pessoas experientes, escolheu uma equipe inapropriada para os trabalhos e muitas outras categorias negativas sobre o grandioso projeto:¹⁰¹

⁹⁸ ESCHWEGE, op. cit., p. 211, tomo II.

⁹⁹ Ibidem, p. 222 e 226, tomo II.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 346, tomo II.

¹⁰¹ Ibidem, p. 346-442, tomo II.

Somente após a construção de um alto forno de refino e de um malho, é que Câmara se convenceu intimamente de que a água só bastava para estas três instalações, e isso mesmo no tempo das águas, conforme eu lhe chamara a atenção, por ocasião de minha visita em 1811. Como, porém, para grande prejuízo da Administração, ele perseverasse teimosamente no seu projeto, teve a ideia de trazer a água para outros fornos projetados de um córrego afastado, por meio de um difícil canal de uma milha de extensão, projeto esse que, aliás não foi realizado.¹⁰²

Por fim, deu seu veredito:

Câmara agiu, pois, irrefletidamente, ao projetar uma usina que poderia abastecer de ferro, não só o Brasil, mas também os países vizinhos. Para esse fim, deu início à construção de uma grande estrada através dos sertões inóspitos do Rio Doce, e planejou tornar navegável o rio S. Antonio, planos gigantescos, que se traçam facilmente no papel, mas são irrealizáveis na realidade, pelo menos enquanto não aumentar a densidade de população. Ora, isso não se dará neste século.¹⁰³

Não precisamos confrontar novamente os extratos para perceber que Eschwege representou Câmara de forma singular e diferente dos demais. O luso-brasileiro sempre é descrito negativamente. E isso não nos assusta, quando rememoramos as experiências que esse mineralogista teve quando ainda era funcionário português. Durante toda a memória, Eschwege relembra que não recebia o mesmo tratamento de Câmara e dos demais naturalistas, e sempre que pôde, criticou os luso-brasileiros e os portugueses, seus trabalhos e suas pesquisas. Ele também teve que esperar por um longo tempo pela publicação de sua grande obra, e se queixava disso. Por outro lado, o alemão repetiu padrões de escrita de sua comunidade de leitores, como o empreendimento da fábrica de Câmara. Pode-se, nesse sentido, pensar que *Pluto* e as outras memórias são também escritas de si, e que ele entrega ao leitor detalhes sobre um cientista que queria reconhecimento de seu longo trabalho, mas investigar isso demandaria outra pesquisa.

Dito isso, voltemos ao objetivo deste capítulo, que foi o de demonstrar Mawe, Eschwege, Saint-Hilaire, Wied-Neuwied, Spix e Martius como leitores que tiveram mais coisas em comum que somente sua viagem ao Brasil. Alguns deles se encontraram pessoalmente na colônia portuguesa e trocaram diversas informações foram fundamentais para seguirem viagem e, posteriormente, torná-la um texto a ser lido. Tiveram muitas leituras semelhantes, o que nos possibilitou classificá-los como uma comunidade de leitores com normas e usos próprios. Identificar que liam os mesmos textos e também se liam foi essencial

¹⁰² Ibidem, p. 345.

¹⁰³ Ibidem, p. 441, tomo II.

para entender esse grupo formado por viajantes complexos e bem diferentes do homem solitário e do viajante e que tudo viu e experimentou. Reconhecemos aqui as semelhanças significativas nas descrições sobre os luso-brasileiros e isso só confirmou a complexidade do mundo do leitor e dessa comunidade de leitores que incluía ressignificação, repetição e construção de representações importantes ao mundo científico.

CONCLUSÃO

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE LIVROS, VIAJANTES E VIAGENS

Na Rua Garret, números 73-75, bairro do Chiado em Lisboa, fica a Livraria Bertrand, inaugurada em 1732, e que leva o título de livraria mais antiga do mundo. Em 2015, durante meu estágio de doutorado sanduíche em Portugal, era nessa livraria, das muitas de Lisboa, que eu gostava de passar certo tempo, a olhar suas estantes antigas abarrotadas de livros. Esses móveis imensos estão ordenados estrategicamente nas muitas salas da livraria. De todas, eu sempre preferi a primeira, que deve ser bem parecida com o que a loja foi no século XVIII – mas não pesquisei desenhos ou pinturas sobre isso, era apenas uma hipótese que me agradava, quando lá entrava. Às vezes, eu comprava algum livro, mas essas ocasiões eram raras, por dois motivos muito simples. O primeiro, era a conversão do real para o euro, e o segundo, era o cálculo de peso da bagagem, que traria sete meses de bons encontros. De todas as grandes estantes, uma era a minha favorita: a que tinha o tema *Viagem* escrito nas charmosas placas de metal em cima de cada um desses móveis.

Parece óbvio que a estante *Viagem* me atrairia. Nela, eu via duas das atividades que mais gosto de fazer: ler e viajar. Muito antes de pensar no tema de estudo desta tese, eu já alimentava essas paixões, que foram crescendo e se sofisticando de acordo com a idade, com o meu salário e o crescimento da indústria do turismo que, em 2015 representou 10% do PIB mundial. Esse dado também se reflete na infinidade de títulos de literatura de viagens, sendo que os viajantes contemporâneos também consomem esse gênero. Na estante da Bertrand, eu viajava por todos os continentes e, apesar de nela não ter encontrado nenhum relato de viagem aqui analisado, dois livros que sempre estavam lá me foram úteis durante a pesquisa.

O primeiro livro abriu esta tese, é o *Viagem a Portugal*, de José Saramago. O autor descreve cada canto do país português, que também tentei conhecer um pouco durante aquele ano, tendo-o como guia, já que ganhei esse exemplar antes de vivenciar esse tempo em terras lusitanas. Ainda no Brasil, o *Viagem* de Saramago foi consultado por diversas vezes no preparo de pequenos roteiros que eu gostaria de realizar enquanto estivesse em Portugal. Durante meses, li de A a Z (ou de Abade de Neiva a Vista Alegre) o seu *Índice toponímico*, que me inspirou nas escolhas e, por não ser escrito por um qualquer, alimentou meu repertório do que ver e sentir nesses lugares que ainda não conhecia.

O segundo livro, *Istambul: memória e cidade*, foi adquirido na Bertrand. Orhan Pamuk conta a sua vida, tendo com cenário a cidade natal. O autor turco constrói sua narrativa pelos bairros, ruas, becos e prédios dessa cidade. Para isso, pesquisou em arquivos históricos públicos, em coleções particulares, em especial de fotografias, no acervo da família e leu muitos relatos de viagens de períodos diversos. Quando comprei esse livro, repeti o hábito de conhecer um pouco de um determinado lugar que pretendo visitar, organizar um roteiro, imaginar suas cores, formas e cheiros, e já iniciando nesse preparo a própria viagem. Nesse momento, eu sentia que, como viajante, seguia um pouco os passos dos sujeitos que investiguei durante mais de quatro anos. Repetia algumas práticas da história do viajar, como a de se preparar para a viagem. Todavia, como historiadora, eu sabia que não poderia haver nessas pessoas de outras épocas alguma semelhança com o homem e a mulher que hoje viajam pelo globo. Esses sujeitos eram diferentes de nós.

Foi essa reflexão, entre outras, que orientou a concepção do projeto de doutorado e toda essa investigação: quem era o viajante que eu estava estudando? Era ele o que geralmente entendemos como um sujeito errante? Não há intenção de finalizar esses questionamentos, mas posso apontar para alguns resultados e reflexões desse trabalho.

O tema da viagem abarca diversas possibilidades e abordagens. Há uma rica documentação sobre os trânsitos de homens e mulheres, e em relação ao conteúdo desses escritos, encontram-se tópicos, discursos e representações que não foram estudados em profundidade. Por outro lado, não pretendi trabalhar somente com elementos presentes no texto principal e nem repetir a ideia de que a viagem era feita exclusivamente pelo viajante. Nesse momento, a experiência do mestrado foi útil, pois foi nela que tive o primeiro contato com a história da leitura e de como essa prática pode ser pensada historicamente. Na ocasião, foi realizado o estudo do romancista José de Alencar como um leitor, retirando-o do papel de criador do romance *O Guarani*.¹ Alencar deixou registro nas notas de rodapé de todas as possíveis fontes usadas na composição desse texto indianista. Ele também escrevia muito sobre si mesmo, e isso permitiu que a sua figura de leitor fosse construída, que se identificassem suas impressões de leituras e que se compreendessem os discursos que ele propagou sobre o próprio ato de ler. Esse trabalho mostrou a importância dos para-textos nas fontes literárias, em especial às notas de rodapé.

Quando a ideia do doutorado foi ganhando corpo, na primeira leitura de relatos de viagem oitocentistas percebi que muitas das informações sobre as leituras e livros também estavam nas notas de rodapé: várias menções a textos e a outros viajantes. Entretanto, no decorrer

1 MOSCATO, Daniela Casoni. **Traços de Peri**. O leitor José de Alencar e as leituras oitocentistas. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

do trabalho, e quando foram elencados os seis viajantes que seriam investigados, esses dados tornavam-se cada vez mais volumosos e complexos. Tinha pela frente um desafio maior: entender esses viajantes em seu papel de leitores, retirando-os da ideia tão propagada do homem solitário, aventureiro e errante. Isso só foi possível porque o objetivo era preciso: analisar – por meio da História da leitura – as práticas de leitura realizadas por um grupo de viajantes estrangeiros que escreveu sobre o Brasil durante a primeira metade do século XIX. Para tal, o caminho escolhido foi o de entender esses sujeitos como uma comunidade de leitores que apreendeu e se apropriou de determinados textos, em especial, de algumas das produções da geração luso-brasileira que viajou pela América portuguesa durante as últimas décadas do Setecentos e primeiros decênios do Oitocentos. Essa orientação manteve a atenção para o que de fato era essencial dentro de uma infinidade de documentação e de informação. Os luso-brasileiros foram escolhidos porque pretendi entender se suas produções científicas circulavam numa determinada rede de sociabilidade.

Do mesmo modo, vi que era indispensável ressaltar a relação entre ciência e política na viagem filosófica e a circulação de diferentes profissionais da ciência por alguns centros de estudos. Isso foi exposto durante as três etapas da viagem, também entendidas como os três tempos dos quais os viajantes participavam.

A primeira etapa era o tempo que antecedia a viagem e abarcava, entre outras coisas, a escolha e o estudo do destino, o ensino de instrumentos e teorias próprios da história natural. Essa etapa era geralmente iniciada na vida escolar e praticada em várias instituições, como gabinetes de curiosidades, academias de ciências, universidades, museus, jardins botânicos etc. Nesses espaços, era comum a leitura pública de memórias científicas e de relatos viagens, ainda se praticava a discussão sobre os temas de interesses comuns, como as espécies de fauna e flora ou dados importantes sobre o trajeto. A leitura era parte dessa etapa, através dela se conheciam autores fundamentais da história natural, como Buffon e Linné. De fato, essas ações elencadas acima já apoiavam a ideia da leitura como essencial no preparo das viagens. Como escolhi entender essa prática em relação a determinados textos, esses ambientes também facilitaram, de diversas formas, que os estudos dos luso-brasileiros chegassem até os seis sujeitos aqui analisados. Entretanto, outros elementos permitiram pensar como tais memórias chegaram até Saint-Hilaire, Spix, Martius e seus contemporâneos. Há de se destacar a presença de estrangeiros ilustrados em Lisboa, como viajantes ou moradores, a rede epistolar de Domenico Vandelli, que enviava para diversos cantos do mundo informações sobre as coleções do Complexo da Ajuda, e a presença de súditos portugueses em centros de ciência na Europa. O caso da viagem de aprendizado de Câmara e de José

Bonifácio de Andrada demonstrou que ambos aprenderam em importantes centros de ciência, mas colaboraram para que as informações sobre a ciência natural portuguesa chegassem a esses espaços. Nesse tempo do preparo da viagem, a circulação das informações sobre o Brasil se deu de muitas maneiras, pela leitura de textos impressos e manuscritos, entre eles, a correspondência, e pelos encontros nos espaços científicos que definiram uma grande rede de sociabilidade.

A segunda etapa da viagem era o tempo do trânsito, da jornada em si. Nele, também havia a leitura e os encontros entre os dois grupos analisados. Durante a expedição, os livros, em especial os técnicos, eram essenciais e auxiliavam o naturalista na identificação das espécies que eram coletadas. Vimos que nos ofícios portugueses, era comum que tal objeto estivesse nas listas de pedidos de materiais para a execução das viagens. O livro também esteve nas páginas das memórias: ora, ele era uma companhia para a solidão, ora um objeto que causava espanto e admiração em locais ermos. Há também, durante a viagem, as referências a determinados títulos existentes em bibliotecas conventuais e particulares.

Ainda nesse momento do trânsito, tentei apresentar os encontros entre viajantes luso-brasileiros e estrangeiros no Brasil, que possibilitaram a propagação da ciência portuguesa. Nas páginas dos relatos oitocentistas identifiquei que esses encontros aconteciam nas capitanias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Langsdorff recebeu e hospedou muitos dos nossos viajantes em sua casa na cidade do Rio de Janeiro e em sua Fazenda Mandioca, localizada em uma das serras cariocas. Ambas as moradas foram descritas como um ambiente de letras e de troca de informações sobre a história natural e sobre os principais roteiros pela América portuguesa. Em Minas Gerais, as residências de Eschewege e de Câmara pareciam ser espaços de interlocução entre cientistas. As descrições apontam para reuniões e análises de coleções mineralógicas e usos das bibliotecas pessoais. Como a intenção desta investigação nunca foi a de aprofundar essa análise, limitei-me a descrever tais reuniões somente com as informações presentes nas memórias. No entanto, sabe-se que nelas estabeleceram-se dois tipos de contatos entre luso-brasileiros e estrangeiros: o contato direto, como nas ocasiões em que muitos dos nossos investigados estiveram na casa de Câmara, e o contato indireto por livros, manuscritos, ou mesmo pela arte da conversação, quando se hospedaram ou frequentaram as residências de Langsdorff e Eschewege, esse último, funcionário português que trabalhou com Vandelli, Alexandre Rodrigues, José Bonifácio de Andrada e Câmara.

O tempo da escrita era a terceira e última etapa da viagem e, geralmente, acontecia após a expedição. Era um momento complexo e que poderia levar anos até ser concluído e publicado. Além

disso, pedia do viajante outra função, a de escritor de um gênero popular nos séculos XVIII e XIX. Nessa premissa, precisei compreender esse material como um produto literário sobre os trânsitos, com algumas características e regras próprias, como *topoi* e a intertextualidade. Por isso, defini a diferença entre o diário e a memória de viagem, e depois ficou claro que nem toda memória era escrita para a publicação. Os formatos desse produto e a preocupação com o estilo demonstravam, entre outras coisas, a importância do público leitor. Nesse sentido, quando falei sobre a escrita da viagem científica, percebi que essa tinha que se assemelhar, de certa forma, aos muitos títulos da literatura de viagem, de preferência, os que eram sucesso editorial, mesmo que para isso se contratasse um escritor profissional.

Os homens que praticaram a viagem filosófica ou científica adicionaram ao gênero literário os debates entre estudiosos, os nomes de espécies vegetais e animais e os cenários científicos, como as visitas realizadas aos jardins botânicos e museus de história natural. Do mesmo modo, o viajante romântico, que era também o cientista no início do século XIX, colaborou na jornada e na escrita com outras categorias, como a sensibilidade, a intimidade e a subjetividade.

Sobre a escrita, tentou-se de modo geral, apontar que esses autores-viajantes escreveram para tipos diferentes de leitores. O primeiro era o viajante naturalista que observaria, coletaria, prepararia e remeteria espécies dos mundos da natureza. O segundo era de um grupo mais amplo de viajantes e que tinha acesso a diferentes informações, como as sugestões de lugares e condutas que se deveriam seguir nas terras tropicais.

Foi no tempo da escrita que os viajantes aqui estudados deixaram registros do que leram para compor suas narrativas. Essas “pistas” aparecem em diferentes ocasiões nos textos, como na menção aos títulos de livros, nos nomes de autores, em debates entre os diferentes sujeitos citados e nas críticas a determinados nomes ou análises. Para que fosse possível entender esses dados, a primeira etapa dessa investigação foi a da identificação e sistematização de todas as referências bibliográficas encontradas nas cinco memórias de viagem oitocentistas. Esse método permitiu, além de perceber autores mais citados, compreender que as obras existentes em notas de rodapé ou no corpo textual remontavam não apenas a leituras particulares, mas a um perfil de textos lidos numa determinada época e por um semelhante grupo social – no caso, os viajantes oitocentistas que percorreram o Brasil. Em sua maioria, nas memórias científicas e nas de viagem filosófica os sujeitos valorizavam nomes já reconhecidos, como Linné e Humboldt. O conjunto de diferenças pode ser considerado homogêneo, mas isso não impediu que os nomes de conterrâneos fossem valorizados. Em relação à ciência portuguesa, o conjunto das citações

apontou para o fato de que alguns desses naturalistas estudantes em Coimbra eram mais mencionados do que outros.

Nessa perspectiva, considerou-se que tal grupo era uma comunidade de leitores que atuou nas interpretações e apropriações dos discursos e das práticas próprias da história natural, da ciência portuguesa e de alguns dos naturalistas que trabalhavam para o Império Lusitano. Essa reflexão permitiu entender as articulações possíveis nas leituras das obras dos naturalistas luso-brasileiros, como a feita por Martius, da memória sobre as tartarugas de Alexandre Rodrigues Ferreira. Do mesmo modo, o levantamento do que foi lido por esses seis viajantes oitocentistas e a análise do conteúdo presente nos escritos possibilitou identificar a intertextualidade presente no conjunto documental. O fato de Mawe ter sido lido por seus contemporâneos, além de corroborar a prática de se apropriar de antigos textos de viagens, apoiou a ideia de que todo texto é um conjunto de outros. Para a sorte desta tese, Mawe apareceu nas páginas dos outros relatos, ou seja, foi citado diretamente. Entretanto, é importante lembrar que a alusão ou a citação indireta também é parte desse reescrito que é a literatura de viagem.

No caso da documentação usada neste trabalho, as informações contidas em suas páginas permitiram ver seus autores como viajantes cientistas e como leitores de produções de seu campo de trabalho. Os textos de Mawe, Eschewege, Wied-Neuwied, Saint-Hilaire, Spix e Martius têm essa característica, que procurei desde o início da investigação.

Sobre esses escritos, eles também são representações do jogo de poder que existia na rede de sociabilidade científica que foi estudada. O fato de citarem diversos filósofos da natureza e suas classificações pode, igualmente, ser entendido como uma estratégia de aceitação pela sua comunidade de leitores que exigia, entre outras coisas, a interpretação dos códigos próprios da linguagem da botânica. Por outro lado, escrever para um público específico não os isentou de praticar outro estilo de narrativa que, de certa forma, abandonava os aspectos práticos (classificação e ordenação) das observações naturalistas. A escrita, nesse momento, alcançava leitores menos especializados e que, simplesmente, gostavam desse gênero literário, como já foi dito. De nenhuma forma isso excluía as informações consideradas cientificamente relevantes, como as de outros viajantes que haviam feito o mesmo trajeto anteriormente ou estudado o tema que estava em questão. Saint-Hilaire, por exemplo, usava como recurso de escrita o atrelamento entre diferentes naturalistas, como quando comparou as reflexões de Wied-Neuwied com a dos antigos viajantes George Marcgraf e Willem Piso. As informações desses autores levadas a um debate científico era uma das estratégias dessa escrita.

A prática da citação, a de unir mais de uma referência para se falar sobre um determinado tema, foi essencial na identificação da presença dos naturalistas luso-brasileiros nesses escritos, pois eram geralmente mencionados nessas ocasiões. Além de serem evocados nos debates, eles apareceram como referências a nomes de espécies. Ao mesmo tempo, não há como negar, em vários momentos dos relatos oitocentistas, a apreciação de centros de ciências além dos Pirineus, como Paris e Munique. Por outro lado, não se entendeu isso como uma desvalorização do trabalho dos luso-brasileiros, e o fato desses homens serem mencionados, e seus trabalhos divulgados, é extremamente relevante. Esse dado corrobora a ideia de circulação do conhecimento – recriada no XIX, em parte, pelas inovações científicas – em conexão com a escrita, com os encontros dessas “Repúblicas” e a leitura. As impressões de monografias, manuais, relatórios, diários e relatos de viagem reafirmam que os resultados científicos circundavam entre academias de ciências, museus, jardins botânicos do mundo Ocidental, e nele Portugal. A leitura, nessa relação, foi um facilitador no trânsito do conhecimento. Todavia, ler somente não bastava a esses cientistas. Era preciso citar e debater outros sujeitos em suas memórias de viagem. Do mesmo modo, era crucial dominar as ferramentas da escrita científica, para só então dialogar com a comunidade de leitores ou com a rede de sociabilidade. Claro que esse jogo de forças favoreceu a propagação de determinadas obras em detrimento de outras, mas não excluiu a ciência portuguesa e suas produções literárias. Entre outras questões já mencionadas, a presença da ciência lusitana pode ser analisada também pelas citações e representações dos luso-brasileiros no nosso conjunto documental, e que foi edificada, entre outras coisas, pela leitura.

Dito isso, tentei nesta tese analisar impressões e fragmentos de leituras de um grupo de viajantes cientistas que estiveram no Brasil no século XIX, em especial, as obras de naturalistas luso-brasileiros que realizaram viagens filosóficas pela América Portuguesa em meados do século XVIII e início do XIX. Essa apreensão permitiu, a partir dos instrumentos teóricos desenvolvidos pela história da leitura, conhecer esses homens em trânsito dentro de uma comunidade de leitura. Além disso, também entendi determinadas representações sobre os próprios naturalistas luso-brasileiros, já que os dois grupos haviam se encontrado.

No decorrer de toda a investigação tentei questionar a imagem que se fez e se faz do viajante solitário. A abordagem das fontes por meio do campo da história da leitura foi uma das formas encontradas para entender essa personagem histórica de outra maneira. Entretanto, é fundamental um aviso ao viajante: o trabalho de historiadoras e historiadores não acaba nunca, é como a viagem:

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o viajante se sentou na areia da praia e disse: “Não há mais que ver”, sabia que não era assim. O fim duma viagem é apenas o começo doutra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na Primavera o que se vira no Verão, ver de dia o que se viu de noite, com sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar os passos que foram dados, para os repetir, e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre. O viajante volta já.²

De fato, alguns detalhes e questões até importantes não foram aprofundadas, mas estão aguardando outra oportunidade de pesquisa.

2 SARAMAGO, José. **Viagem a Portugal**. Alfragide: Caminho, 1995. p. 627.

FONTES:

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS (LISBOA). **Estatutos da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Lisboa: Typografia da Real Academia de Lisboa, 1825.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS (LISBOA). **História e memórias da Académia Real das Sciências de Lisboa**. 1 série Tomo III. Lisboa: Typografia da Academia, 1814.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS (LISBOA). **Memórias Economias da Academia Real de Sciencias de Lisboa**. Tomo V. p. 172-193. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. 1815.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. **Memórias de Matemática e de Física da Academia Real das Ciências de Lisboa**. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias 1814.

AHMB. **Catálogo dos Manuscritos do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, pertencentes à sua viagem do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá, os quaes forão entregues por ordem superior pela viúva do dito Dr. Alexandre, D. Germana Pereira de Queiroz Ferreira, em 5 de julho de 1815**. AHMB, ARF.23.

ALMEIDA, Manoel Lopes de. **Documentos da Reforma Pombalina**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1937. 2v.

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda. **Diários de viagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

ANTT. Fundo Conde de linhares.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Seção de Arquivos Privados. **Fundo Marquês do Lavradio: inventário**/Arquivo Nacional. -Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

- BUFFON, George-Louis de. **Discurso sobre o estilo**. (trad. Artur Morão). Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2011.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.
- CÂMARA, M. F. da. Sobre o comportamento da obsidiana sob o tubo de sopro, pelo Sr. Da Câmara (traduzido do francês) Freiberg, **Bergmanniches Journal**, v. 6, n.1, p. 280-285, 1794.
- COUTO, José Vieira. **Memória sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo**: maneira de as auxiliar por meio das artificiaes; refinaria do nitrato de potássio, ou salitre: escrita no ano de 1803. Rio de Janeiro: Impressão Régia. Anno M. DCCC.IX.
- Eschwege, Wilhelm Ludwig. **Pluto Brasiliensis**; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais v. 1 e 2 São Paulo: Editora Nacional, 1944.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Coleção Memórias. 1974.
- FERREIRA, A. **O Doutor Alexandre Rodrigues**. Documentos coligidos e prefaciados por Américo Pires de Lima. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.
- MAISTRE, Xavier de. **Viagem à volta de meu quarto** seguido de Expedição nocturna à volta do meu quarto. Lisboa: Tinta da China, 2015.
- SPIX, Johann Baptist & MARTIUS, Carl Friefrich Philipp; **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1983.
- MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. São Paulo: companhia Editora Nacional, 1941.

_____. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

_____. **História das Plantas mais notáveis do Brasil e do Paraguai**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Primeiro Volume. Brasília: Senado Federal, 2010.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade. 1972. 3 volumes.

VANDELLI, Domingos. **Viagens Filosoficas** ou dissertação sobre as importantes regras que o Filosofo Naturalista nas peregrinações deve principalmente observar. Academia das Ciências de Lisboa, Série Vermelha 405.

_____. “Várias Observações de Chimica e História Natural”. **Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa**, Tomo I, Lisboa: Oficinna da Academia, 1797

WIED-NEUWIED, Maximiliano. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817**. São Paulo: Editora Nacional, 1940.

REFERÊNCIAS:

- ABDALLA, Frederico Tavares de Mello. **O peregrino instruído**: um estudo sobre o viajar e o viajante na literatura científica do iluminismo. Dissertação. Mestrado em História. UFPR, 2012.
- ALGRANTI, L.M. & MEGIANI, A.P.T. (Orgs.) : **O império por escrito**. São Paulo: Alameda, 2009.
- ARAÚJO, Ana Cristina (coord). **O Marquês de Pombal e a Universidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000
- _____. **A cultura das Luzes em Portugal**: temas e problemas. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- _____. O filósofo solitário e a esfera pública das Luzes. In: DA SILVA, Francisco Ribeiro (Ed.). **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Universidade do Porto, 2004.
- _____. Cosmopolitismo e patriotismo. A propósito dos Estatutos Literários e Económicos da Sociedade dos Mancebos Patriotas de Coimbra. In: OLIVA, João Luis & GARNEL, Rita (Orgs.). **Tempo e História. Ideias e Políticas**. Coimbra: Editorial Almedina, 2015.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. **Ritmos da vida**: momentos efusivos da família real portuguesa nos trópicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- AUGUSTIN, Günther. **A literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- AZEVEDO, João Lúcio. **O Marquês de Pombal e sua época**. Lisboa: Clássica, 1990.
- BADINTER, Elisabeth. **As paixões intelectuais**, v.1: Desejo de glória (1735-1751). Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Unesp, 2002.
- BARTHES, Roland. **S/Z**. Lisboa: Edições 70, 1980.
- _____. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BAUMER, Franklin L. **O pensamento europeu moderno**. Séculos XIX e XI. Volume II. Lisboa: s./d. Edições 70.

- BECHER, Hans. **O Barão de Georg Heinrich von Langsdorff**, pesquisas de um cientista alemão no século XIX, Brasília: UnB, 1990.
- BICALHO, Maria Fernanda. Diários de bordo, expedições científicas e narrativas de viagens: observações, descrições e representações do Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII). **Navigator** 5(10). 9-22. 2009.
- BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição**: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010. (Dissertação de Mestrado).
- BOURGUET, Marie-Noëlle. O Explorador. In: VOVELLE, Michel. **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- BRAGA, Teófilo. **História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa**. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1898.
- BRIGOLA, João Carlos. **Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII**. Évora: Universidade de Évora, 2000.
- _____. **Os viajantes e o livro do museu**. Porto: Edição Dafne/CHAIA, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- _____. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BURKE, Edmund. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- CABETE, Susana Margarida Carvalheiro. **A narrativa de viagem em Portugal no século XIX**: alteridade e identidade nacional. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Paris III – Sorbonne Nouvelle 2010.
- CALDEIRA, Jorge (Org.) **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CAMARGO-MORO, Fernanda. Câmara de maravilhas, studioli e gabinetes de curiosidades: Vandelli e sua circunstância. In: _____, & KURY, Lorelai **O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli**. Dantes Editora, s./l. 2008.
- _____. & KURY, Lorelai **O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli**. Dantes Editora, s./l. 2008.
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes; CURTO, Diogo Ramada; TUDELA, Ana Paula. **A Casa Literária do Arco do Cego: bicentenário,(1799-1801):" sem livros não há instrução"**.Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999.

- CANIZARES-ESGUERRA, Jorge. **Como escrever a história do novo mundo: histórias, epistemologias e identidades no mundo atlântico do século XVIII**. São Paulo: EDUSP, 2011.
- CAPONI, Gustavo. **Georges Cuvier: un fisiólogo de museo**. México: Unam; Limusa, 2008.
- CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. Imagens do Portugal Setecentista: textos de estrangeirados e de viajantes. **Penélope: revista de história e ciências sociais**, n. 22, p. 73-92, 2000.
- CARVALHO José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. - 3º ed -. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, Rômulo & BRIGOLA, João Carlos. **Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2003.
- CASINI, P. **Newton e a consciência europeia**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- CAVALCANTE, Berenice. **José Bonifácio: razão e sensibilidade, uma história em três tempos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- CERÍACO, Luis Miguel Pires; BRIGOLA, José Carlos Pires; OLIVEIRA, Paulo de. Os monstros de Vandelli e o percurso das coleções de história natural do século XVIII. In: FIOLHAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota & MARTINS, Décio, eds. **História da Ciência Luso-Brasileira. Coimbra entre Portugal e o Brasil**. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2013.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARRAUDEAU, Patrick & MANGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHALMERS, Alan. **A Fabricação da Ciência**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- CHARTIER, Roger. O homem de letras. In: .VOVELLE, Michel. **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997. p. 119-53.
- CHARTIER, Roger. (org.). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. **A ordem dos livros; leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: UNB, 1999.
- _____. **Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

- _____. **Do palco à página**; publicar teatro e ler romances na época moderna – séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- _____. **Origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Unesp, 2009.
- COSTA, Christina Rostworowski da. **O príncipe Maximiliano de Wied-Newied e sua viagem ao Brasil** (1815-1817). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. III (suplemento), 993-1014, 2001.
- CRUZ, A. L. R. B. **Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas**: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Curitiba, 2004. Tese de Doutorado – UFPR.
- _____. e PEREIRA, M. A História de uma ausência: os colonos cientistas da América portuguesa na Historiografia brasileira. In: FRAGOSO, João et. al. (orgs.) **Nas Rotas do Império**. Vitória/Lisboa: Edufes/IICT, 2006.
- CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes; CURTO, Diogo Ramada; TUDELA, Ana Paula. **A Casa Literária do Arco do Cego**: bicentenário,(1799-1801):" sem livros não há instrução".Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos**, e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. **Boemia literária e revolução**: o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. **O Beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Os dentes falsos de George Washington**: um guia não convencional para o século XVIII. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DENIPOTI, Cláudio. Possibilidades combinatórias da condução da leitura em uma biblioteca. José Maria Dantas Pereira e o “Catálogo sistemático da biblioteca da companhia dos guardas-marinhas”. **Acervo**. Rio de Janeiro, v.26, n2 p.133-145, JUL/DEZ.2013.
- DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do

Setecentos – **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.

_____. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 133-152. 2008.

_____. Desde Piso e Marcgrave que ninguém com curiosidade tolerável descreveu a natureza brasileira”: os relatos de Cook, Banks e Parkinson e a construção de imagens do Brasil colonial. **Almanack**, v. 1, n. 1, 2010.

_____. **Monarcas, Ministros e Cientistas**; mecanismo de poder, governação e informação no Brasil Colonial. Lisboa: Centro de História do Além-Mar. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, 2012.

DORÉ, Andréa & SANTOS, Antonio César de Almeida. **Temas Setecentistas**, Curitiba: UFPR/SCHLA, 2009.

DOULA, Sheila Maria; SLAIBI, Thaís Helena de Almeida; COSTA, Maria Fernanda de Aguiar. Science and nature for the empire's wealth: the baron Eschwege and the mineralogist's project for Brazil during the XIX century. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, Special Issue, 551-560, May, 2005.

ETTE, Ottmar. **Literatura em Movimento**. Espacio y dinamica de una escritura transgresora de fronteras em Europa y America. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Madrid, 2008.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina**; política, economia e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FERREIRA, Breno Ferraz Leal. **Economia da natureza**. A história natural, entre a teologia natural e a economia política (Portugal e Brasil, 1750-1822). Tese. Doutorado em História, Universidade de São Paulo. 2016.

FERRONE, Vincenzo. O homem de ciência. In: VOVELLE, Michel. **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p.157-182.

FELISMINO, David. **Saberes, Natureza e Poder**: coleções científicas da antiga Casa Real Portuguesa. Lisboa: Caleidoscópio, Casal de Cambra. 2014.

FERRI, Mário Guimarães. Prefácio. In: SPIX, Johann Baptist & MARTIUS, Carl Friefrich Philipp. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

FETZ, Marcelo & FERREIRA, Leila da Costa. Entre razão e fruição: nota sobre a ciência romântica no Brasil. **Texto Completos. XXIX Congresso ALAS**, Chile, 2013.

- FIGUEIRÔA, S. F. de M.; SILVA, C.P. da. PATACA, E.M.: ‘Aspectos mineralógicos das “Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX’. **História, Ciências, Saúde—Manguinhos**, v. 11, n. 3, p. 713-29, 2004.
- FITTKAU, Ernst Josef. Johann Baptist Ritter von Spix: primeiro zoólogo de Munique e pesquisador no Brasil. Rio de Janeiro: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Vol.III (suplemento), p. 1112-1114, 2001.
- FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. (org.) **As reformas pombalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Veja, 1992.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro [et al.], (Orgs.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa, 2006.
- _____. & GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro Colonial**: antologia de textos. 1531-1800. Rio de Janeiro: EdUERJ/José Olympio, 1999.
- _____. & RAMINELLI, Ronald. **Andanças pelo Brasil colonial**: catálogo comentado (1503-1808) São Paulo: Editora UNESP. 2009.
- FURET, François. **O Homem Romântico**. Lisboa: Editorial Presença, 2007.
- GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escritas da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papirus, 1998.
- HELLEGOUARC'H. **Le Esprit de la société**: cercles et' salons parisiens au XVIII siècle. Paris: Garnier, 2000.
- JUNQUEIRA, Mary Anne & FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo /Humanitas, 2011.
- KOMISSAROV, Boris. **Da Sibéria ao Amazonas**, a vida de Langsdorff. Brasília: Ed. Langsdorff, 1992.
- KURY, Lorelay. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. Rio de Janeiro: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol VIII (suplemento), 863-80, 2001.

- _____. Auguste de Saint-Hilaire: viajante exemplar. **Revista Intellèctus**, São Paulo, ano 2,n. 01. Revista Eletrônica. São Paulo, 2003.
- _____. ‘Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)’. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 11 (suplemento 1):109-29, 2004.
- _____. (org.). **Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- _____. As coleções, a invasão francesa e o Brasil. In: CAMARGO-MORO, Fernanda & KURY, Lorelai. **O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli**. Dantes Editora, s./l. 2008.
- _____. & GESTEIRA, Heloisa (orgs.). **Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- LESSA, Clado Ribeiro de. Introdução. In: MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.
- LINEU, Carlos. **Fundamentos Botânicos de Cárlos Linneo que em forma de aforismos exponen la teoria da la ciencia botánica**. Madri: Imprensa Real, 1788.
- LIMA, Péricles Pedrosa. **Homens de ciência a serviço da coroa**. Os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa. 1779/1822. Dissertação. Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, Universidade de Lisboa. 2008.
- LISBOA, Karen Macknow. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboços de uma civilização. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.15,n 29, pp 73-91, 1995.
- _____. O Brasil dos naturalistas Spix e Martius: taxonomia e sentimento. Rio de Janeiro: **Acervo**. v.22.n 1 p. 179-194, jan/jun 2009.
- LOSEE, J. **Introdução histórica à filosofia da ciência**. Trad. B. Climberis. Belo Horizonte, Itatiaia e São Paulo, Edusp, 1979.
- LUCIE, P. **A Gênese do Método Científico**. Rio de Janeiro, Campus, 1977.
- MARTINS, Maria Fernanda. Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro

& GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In; NOVAIS, Fernando & ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 2.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal, Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro In: _____. **Chocolate, piratas e outros malandros**. Ensaios tropicais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Intendente Câmara**. Manoel Ferreira da Camara Bethencourt, e Sá. Intendente geral das Minas e dos Diamantes. 1764-1835. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

MONTEIRO, Nuno G. F. **Elites e Poder**. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

MONTEIRO, Ofélia Paiva. No alvorecer do “Iluminismo” em Portugal, D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira, sep. da **Revista História Literária de Portugal**, 1963.

MOSCATO, Daniela Casoni. **Traços de Peri**. Leituras do leitor José de Alencar para a composição do indígena em sua obra O Guarani-1857. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2006 (dissertação de mestrado).

MURTA, Domicio de Figueiredo Murta. Wilhelm Ludwig Eschwege. In: Eschwege, Wilhelm Ludwig. **Pluto Brasiliensis**; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais v. 1 e 2 São Paulo: Editora Nacional, 1944.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. 1777-1808. São Paulo: Hucitec, 1979.

NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811)- Um frade no Universo da Natureza. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes; CURTO, Diogo Ramada; TUDELA, Ana Paula. **A Casa Literária do Arco do Cego: bicentenário,(1799-1801):**" sem livros não há instrução".Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental ao Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PATACA, Ermelinda Moutinho. **Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)**. 2006. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação Aplicada às Geociências)–Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello & CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. O viajante instruído: os manuais portugueses do Iluminismo sobre métodos de recolher, preparar, remeter, e conservar productos naturais. In: DORÉ, Andréa & SANTOS, Antonio César de Almeida. **Temas Setecentistas**, Curitiba: UFPR/SCHLA, 2009.
- _____. & SANTOS, Rosângela Maria. **João da Silva Feijó**: um homem de ciência no antigo Regime Português. Coleção Ciência e Império volume I. Curitiba: Editora UFPR, 2012.
- _____. & CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. Instructio Peregrinatoris; Algumas questões referentes aos manuais portugueses sobre métodos de observação filosófica e preparação de produtos naturais da segunda metade do século XVIII. In: KURY, Lorelai & GESTEIRA, Heloisa (orgs.). **Ensaio de História das Ciências no Brasil**: das Luzes à nação independente. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- _____. & RIBAS, André Akamine. **Francisco José de Lacerda e Almeida**. Um astrônomo paulista no sertão africano. Coleção Ciência e Império, volume II. Curitiba: Editora UFPR, 2012.
- _____. “Las cosas singulares de piedras, animales, plantas”: La formación y el funcionamiento de la red imperial española de remesas científicas en el Virreinato del Río de la Plata” **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.21. n.1. p. 91-138. jan.- jun. 2013.
- _____. & DENIPOTI, Cláudio. Os diários de viagem do doutor Lacerda. A trama de referências no texto de um astrônomo paulista do final do século XVIII. **Antíteses**, v. 9, n. 18, p. 346-377, 2017.
- PIMENTEL Juan. **Testigos del Mundo**: Ciencia, literatura y viajes en la Ilustración. Madrid: Marcial Pons, 2003.
- PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. p.151-165.
- QUINTANILHA, Alexandre. Newton – Antes e Depois. In: VARIOS. **Dez Luzes num século Ilustrado**: Editorial Caminho, Alfragide, 2013.
- RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **Revista Tempo**, v. 6, p. 157-182, 1998.
- _____. **Viagens Ultramarinas**: monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.
- RENGER, Friedrich E. O quadro geognóstico do Brasil. De Wilhelm Ludwig von Eschwege: breves comentários à sua visão da geologia no Brasil. **Geonomos**, UFMG, 13, 2005.

- SAFIER, Niel. Como era ardiloso o meu francês: Charles-Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 91-114- 2009.
- SALLAS, Ana Luiza Fayet. **A ciência do homem e o sentimento da natureza; viajantes alemães no Brasil do século XIX**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.
- SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, n 44, pp. 289-310. 2002.
- SAMOYAUULT, Tiphaine. **A intertextualidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008.
- SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. **O palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803)**. 2013. 395 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013.
- SARAMAGO, José. **Viagem a Portugal**. Alfragide: Caminho, 1995.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **O sol do Brasil: Nicolas- Antonie Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SERRÃO, **Introdução a Domingos Vandelli**, Aritmética Política, Economia e Finanças (1770-1804), Lisboa, Banco de Portugal, 1994.
- SILVA, Andrée Mansuy Diniz. **Portrait d'un homme d'état**, D Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares, 1755-1812: Les années de formation, 1755-1796. Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. **A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia**. Universidade de Lisboa. Tese. Doutoramento em História e Filosofia das Ciências, 2015.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da . **Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- SOARES, Luiz Carlos. A Albion revisitada no século XVIII: novas perspectivas para os estudos sobre a ilustração inglesa. **Revista Tempo**, n. 16, p. 1-32, 2004.
- SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador e a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TAVARES, Rui. **O pequeno livro do grande terremoto: ensaio sobre 1755**. Lisboa: Tinta da China, 2005.

- TOBAR, Leonardo Romero & ELDUAYEN, Patricia Almarcegui (orgs.) **Los libros de viaje**: realidad vivda y género literario. Universidad Internacional de Andalucía/Akal, 2005.
- VARELA, Alex Gonçalves. A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua “fase europeia” (1783-1800). **Revista Tempo**. UFF, 23. (2007).
- VITTE, Antonio Carlos. Natureza em Alexandre von Humboldt: entre a antologia e o empirismo. **Mercator**-volume 9, número 20, 2010. set/dez.
- VOVELLE, Michel. **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil colonial. Rio de Janeiro: **História, Ciências, Saúde Manguinhos**. 2004, vol.11, suppl.1, p.131-140.